

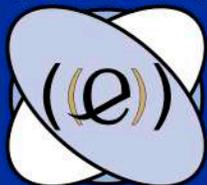
VOL. 32, ANO 19, N. 1 (2022)

ISSN 2316-3933 (On-line)

DIREÇÃO DE AGNALDO RODRIGUES DA SILVA



REVISTA



ECOS

LITERATURAS E LINGUÍSTICAS

UNEMAT

Universidade do Estado de Mato Grosso
Carlos Alberto Reyes Maldonado



EDITORA
UNEMAT

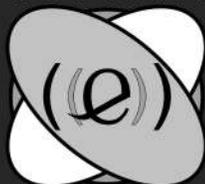
VOL. 32, ANO 19, N. 1 (2022)

ISSN 2316-3933 (On-line)

DIREÇÃO DE AGNALDO RODRIGUES DA SILVA



REVISTA



ECOS

LITERATURAS E LINGUÍSTICAS

UNEMAT

*Universidade do Estado de Mato Grosso
Carlos Alberto Reyes Maldonado*



**EDITORA
UNEMAT**

Editores: Agnaldo Rodrigues da Silva
Taisir Mahmudo Karim

Organizadores: Agnaldo Rodrigues da Silva/ Taisir Mahmudo Karim

Projeto Gráfico/Diagramação/Capa: Rangel Gomes Sacramento

Bolsistas de Iniciação Científica: Larissa Laura Jara de Campos – PROBIC/FAPEMAT/ UNEMAT
Rafaela Maria Floriano dos Santos – PIBIC/CNPq/ UNEMAT

Copyright © 2022 CEPLIT/ PPGEL/ PPGL

Ficha Catalográfica elaborada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Literatura
UNEMAT – Cáceres

ISSN: 2316-3933 (Online)

Revista ECOS. Literaturas e Linguísticas.
Organização de Agnaldo Rodrigues da Silva / Taisir Mahmudo Karim.
Cáceres-MT: Unemat Editora, 2022.

269 p.

1. Literatura

2. Linguística

Semestral - Vol. 32, ano 19, n. 1 (2022).

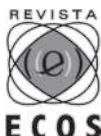
Direção de Agnaldo Rodrigues da Silva

CDU: 81

Índices para Catálogos sistemáticos

1. Literatura – 82

2. Linguística - 81



REVISTA ECOS – Centro de Estudos e Pesquisas em Literatura/Programa de Pós-graduação em Estudos Literários/ Programa de Pós-graduação em Linguística - UNEMAT
Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavalhada - Cáceres MT - Brasil - 78200000
Tel: 65 3221 0077 - revistaecos.unemat@gmail.com



Editora UNEMAT
Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavalhada - Cáceres - MT - Brasil - 78200000
Fone/Fax 65 221 0000 - www.unemat.br - editora@unemat.br

NOTA DOS EDITORES: O conteúdo dos textos é exclusivamente de responsabilidade dos seus respectivos autores.

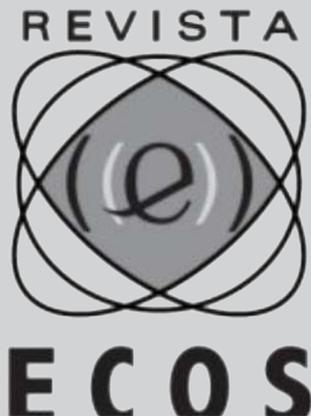
Todos os Direitos Reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (Lei nº 5610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

CONSELHO EDITORIAL

Agnaldo Rodrigues da Silva (UNEMAT)
Elza Assumpção Miné (USP)
Inocência Mata (Universidade de Lisboa, Portugal)
José Camilo Manusse (Universidade Eduardo
Mondlane, Moçambique)
Maria dos Prazeres Santos Mendes (USP)
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (USP)
Monica Graciela Zoppi Fontana (UNICAMP)
Roberto Leiser Baronas (UFSCar)
Taisir Mahmudo Karim (UNEMAT)
Tania Celestino de Macêdo (USP)
Valdir Heitor Barzotto (USP)

CONSELHO TEMÁTICO CONSULTIVO

Águeda Aparecida Cruz Borges (UFMT)
Ana Antônia de A. Peterson (UFMT)
Ana Maria Di Renzo (UNEMAT)
Benjamin Abdala Junior (USP)
Célia Maria Domingues da Rocha Reis (UFMT)
Eduardo Guimarães (UNICAMP)
Elizete Dall'Comune Hunhoff (UNEMAT)
Elza Assumpção Miné (USP)
Isaac Newton Almeida Ramos (UNEMAT)
José Camilo Manusse (Universidade Eduardo
Mondlane, Moçambique)
José Carlos Paes de Almeida Filho (UNICAMP)
Liliane Batista Barros (UFPA)
Luiz Francisco Dias (UFMG)
Madalena Aparecida Machado (UNEMAT)
Maria dos Prazeres Santos Mendes (USP)
Monica Graciela Zoppi Fontana (UNICAMP)
Rita de Cássia Natal Chaves (USP)
Tania Celestino de Macêdo (USP)
Taisir Mahmudo Karim (UNEMAT)
Valdir Heitor Barzotto (USP)
Vera Lúcia da Rocha Maquêa (UNEMAT)
Yasmin Jamil Nadaf (AML)



SUMÁRIO

EDITORIAL.....07

LITERATURA

A IRONIA EM “AMOR I LOVE YOU”: DIÁLOGOS POSSÍVEIS COM O PRIMO BASÍLIO.....11

Danglei de Castro Pereira

UMA POÉTICA DOS AFETOS MOVE A RODA DAS ENCARNAÇÕES, DE SÓNIA SULTUANE.....27

Joranaide Alves Ramos

Sávio Roberto Fonseca de Freitas

FUGAS E EXÍLIOS, TRAVESSIAS E ERRÂNCIAS EM AS DUAS MARGENS DO RIO DE JOÃO PAULO BORGES COELHO.....45

Liliane Batista Barro

MITOLOGIA INDÍGENA: UMA ANÁLISE DO CONTO “A ORIGEM DO FOGO”, DE ANTÔNIO BRANDÃO DE AMORIM.....73

Francisco Bezerra dos Santos

Marcos Frederico Krüger Aleixo

IDENTIDADES NO ABISMO: EXISTÊNCIAS FRAGMENTADAS EM ORGIA DOS LOUCOS, DE UNGULANI BA KA KHOSA.....91

Vanessa Ribeiro Teixeira

UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DO POEMA BORBOLETAS DE MANOEL DE BARROS.....103

Évelyn Coelho Pains Webber

Maria Luceli Faria Batistote

DO TEU GOSTO NOTURNO, DA TUA AUSÊNCIA SENTIDA: HOMOEROTISMO EM EM NOME DO DESEJO, DE JOÃO SILVÉRIO TREVISAN.....115

Samuel Lima da Silva

LINGUÍSTICA

SENTIDOS E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DE “MULHER” NO MOVIMENTO MARCHA DAS VADIAS.....129

Carolina de Paula Machado

Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira

A PÓS-VERDADE DO PONTO DE VISTA DISCURSIVO E DAS TEORIAS DA MODERNIDADE.....145

Pedro Grisi Galvão Barban

Leda Verdiani Tfouni

A PRESENÇA DE TRAÇOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NO LÉXICO URBANO E RURAL DE SAN MATIAS (BOLÍVIA): UM ESTUDO COMPARATIVO.....169

Fernando Jesus da Silva

Jocineide Macedo Karim

O PAPEL DA INSTRUÇÃO EXPLÍCITA E IMPLÍCITA NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE L2.....187

Laís Caroline S. Cruz

Jéssica de Lima Fernandes

Joara Martin Bergsleithner

A LÍNGUA AFIADA DA AURÉLIA.....211

Sheila Elias de Oliveira

PARA A DEMOCRACIA, INTERVENÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA JÁ! UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA EM POSTS DO FACEBOOK.....227

Lívia Cristina de Souza Sigliani

Adilson Ventura

A PROMESSA DA REDAÇÃO ENEM NOTA MIL NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVO-DISCURSIVA DE UM PERFIL NO INSTAGRAM.....243

Adson Luan Duarte Vilasboas Seba

Elizangela Patrícia Moreira da Costa

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS.....265

EDITORIAL

A *Revista Ecos* é um periódico que publica textos científicos da área de Letras/ Literatura e Linguística. O periódico tornou-se um veículo de divulgação aos docentes pesquisadores no âmbito das Literaturas e Culturas, Línguas e Linguísticas, cujas produções acadêmicas circulam pelas IES brasileiras e estrangeiras, com textos inerentes aos estudos acadêmicos.

O periódico é uma iniciativa do Centro de Estudos e Pesquisas em Literatura, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Literários e do Programa de Pós-graduação em Linguística, da Universidade do Estado de Mato Grosso. A publicação tem sido semestral, cujos textos reunidos atribuem à revista um caráter multitemático. Neste volume, a revista reúne estudos sobre os distintos temas de relevância acadêmica no interior de universidades e institutos de pesquisa; são textos produzidos por investigadores integrantes de programas de pós-graduação nas áreas das literaturas e linguísticas.

A excelência dos textos e o reconhecimento dos docentes pesquisadores resultaram na indexação do periódico pelos Sumários de Revistas Brasileiras (sumarios.org), Diadorim, *Latindex* entre outros, dando suporte à circulação do conhecimento sem as barreiras geográficas, muito menos culturais. Nessa direção, a coordenação da Revista recebe textos em fluxo contínuo de pesquisadores das IES de todas as naturezas jurídicas, sejam do Brasil ou do exterior. A publicação eletrônica do periódico pode ser acessada pelo link: <http://periodicos.unemat.br/index.php/ecos>

Esta edição apresenta o volume 32, cujas temáticas permeiam as diversas literaturas e culturas, bem como os variados estudos sobre as línguas e as linguísticas, balizados pela responsabilidade acadêmica inerente à pesquisa científica. Portanto, os Conselhos Editorial e o Temático Consultivo desejam uma boa leitura e lançam o convite àqueles que desejarem encaminhar seus artigos para publicação.

A direção.

LITERATURA



A IRONIA EM “AMOR I LOVE YOU”: DIÁLOGOS POSSÍVEIS COM O PRIMO BASÍLIO

IRONY IN “AMOR I LOVE YOU”: POSSIBLE DIALOGUES WITH COUSIN BASÍLIO

Danglei de Castro Pereira¹

Recebimento do Texto: 11/01/2022

Data de Aceite: 08/02/2022

RESUMO: O artigo aborda a mobilização intertextual de elementos irônicos presentes no romance *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz (2003), na composição do texto “Amor I Love You”, de Carlos Silva (2000). O percurso organizador da reflexão é valorizar a presença de diálogos intertextuais entre as composições literárias brasileiras e portuguesas. Comentamos, neste percurso, a validade de um processo dialético entre os textos selecionados como *corpus* deste estudo. Nosso objetivo é pensar a presença da mobilização de elementos da tradição lírica no século XX por meio de traços do lirismo amoroso perceptíveis na leitura da composição de Carlos Silva (2000), gravada em 2001 por Marisa Monte no álbum *Memórias*.

PALAVRAS-CHAVE: Ironia. Intertextualidade. Diálogos. Brasil e Portugal.

ABSTRACT: The article addresses the intertextual mobilization of ironic elements present in the novel *O primo Basílio*, by Eça de Queiroz (2003), in the composition of the text “Amor I Love You”, by Carlos Silva (2000). The organizing path of the reflection is to value the presence of intertextual dialogues between Brazilian and Portuguese literary compositions and, in this path, to comment on the validity of a dialectical process between the texts selected as corpus of this study in order to think about the presence of the mobilization of elements from the lyrical tradition in the twentieth century through traces of love lyricism perceptible in the reading of the composition by Carlos Silva (2000), recorded in 2001 by Marisa Monte in the *Memórias*.

KEYWORDS: Irony. Intertextuality. Dialogues. Brazil and Portugal.

¹ Professor de literatura brasileira na Universidade de Brasília. Membro do GEPHCE e do GT de Literatura e ensino da ANPOLL. Pesquisador da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito federal – FAP-DF. E-mail: danglei@unb.br

Considerações preliminares

A intertextualidade é abordada em diversos estudos na área de Letras, sobretudo, após a publicação das considerações de Bakhtin (2003) e Julia Kristeva (1997) para citarmos dois autores representativos para os estudos intertextuais. Tomamos como paradigma as ideias de Kristeva (1997) ao compreender a presença de um processo mais amplo de diálogo entre textos, o que indica uma linha de recuperação isotópica no intertexto. Esta forma de diálogo intertextual cria uma linha de reorganização temática e a recuperação de elementos estéticos em diferentes textos ao longo da tradição literária. Em outros termos, entendemos que ao citar direta ou indiretamente fontes primárias as obras de ficção criam relações internas que, muitas vezes, são construídas para além da percepção de uma identidade estrutural entre os textos em diálogo.

Este percurso leva a uma retomada isotópica do texto fonte. Esta retomada é feita de forma polêmica, muitas vezes, valendo-se da ironia, seguindo a ideia de apropriação e reorganização própria à arte do século XX, segundo Baudelaire (1999).² A este percurso denominamos aproveitamento temático no intertexto, sempre recuperando a conceituação dada por Kristeva (1997) para o termo intertexto, ou seja, o diálogo entre diferentes textos dentro da tradição em uma forma labiríntica de citações e recuperações estilísticas: o *palimpsesto*.

Neste estudo, investigaremos como a citação direta de um fragmento do romance de Eça de Queiroz é importante na construção dos sentidos no poema “Amor I Love You”, de Carlos Silva (2000). Para nós os diálogos entre textos e diferentes estruturas artísticas iluminam a importância do intertexto na construção dos sentidos imanentes ao literário. A preocupação é verificar, no *corpus*, o poema “Amor I Love You”, de Carlos Silva (2000), posteriormente gravado como canção

2 O desdobramento deste raciocínio é pensar nos processos de construção da ideia de apropriação crítica na criação artística, conforme Kristeva (1997) e Octavio Paz (1972). Este percurso, no entanto, ultrapassa os limites desta reflexão, pois demanda uma recuperação e discussão detalhada de procedimentos linguísticos próprios à paródia, paráfrase, estilização, polifonia e dialogia; estes últimos sobre a égide das ideias de Bakhtin (2003). Entendemos a complexidade desta discussão e, por isso, a retomaremos no futuro.

popular brasileira pela interprete Marisa Monte, álbum *Memórias* (2001)³, a relação de intertexto evocada com a obra de Eça de Queiroz (2003) e, na medida do possível, valorizar o diálogo entre a tradição brasileira e portuguesa de forma a pensar a relevância estética nos textos abordados neste estudo.

Salientamos, porém, que a intertextualidade se dá tanto na produção quanto na recepção da rede cultural vinculada a um determinado texto e, por isso, os diálogos entre as obras são complexos e evocam procedimentos de leitura na interação com os textos em contato.

Ironia e intertextualidade como unidade significativa

Levando em consideração que todo texto sofre influência seja da sociedade, seja de outros textos na tradição entendemos, concordando com Bloom (1991, p. 33), que “os poetas fortes fazem história, desvelando-se uns aos outros”. No mesmo sentido, o crítico afirma que a arquitetura ou construção de uma obra necessita de remanescentes, de vozes antecessoras, de influências, pois “toda grande consciência estética parece cada vez mais às gerações famintas se devorando umas às outras”. (BLOOM, 1991, p 3).

Acompanhando o raciocínio de Bloom (1991) é possível notar que na construção de uma obra apresenta-se um diálogo entre temas e estilos recuperados e reorganizados ao longo da tradição. Bakhtin (2003, p. 68) reconhece “que do próprio conceito de verdade única não decorre absolutamente a necessidade de uma única e mesma consciência”. Pensamos a relação intertextual entre diferentes textos ao longo da tradição como esperado, o que contribui para o complexo jogo de mútua influência estabelecido entre diferentes obras no tempo histórico; algo imanente ao fazer artístico.

Na ironia, por exemplo, o discurso é ampliado em direção a um nível de complexidade enunciativa que reforça a busca por novos caminhos estilísticos e, muitas vezes, a relação intertextual evoca sentidos concomitantes entre

3 Não é objetivo do trabalho abordar, detidamente, aspectos estéticos da música popular brasileira ou a relação entre poesia e música na composição, embora, em alguns momentos, façamos referências ao arranjo musical. Reconhecemos a diversidade e complexidade de tal discussão, mas optamos por compreender a composição como um texto híbrido que mescla traços do gênero lírico e elementos da música, dando enfoque aos elementos de linguagem que constituem a materialidade da lírica do texto em detrimento a elementos como: arranjo, partitura e demais elementos estruturais da música.

diferentes obras, estabelecendo o diálogo entre as obras, mesmo sem a estilização propriamente dita. Retomamos Novalis (1988, p.53) ao compreender que “a ironia é o caráter da genuína clareza de consciência, da verdadeira presença de espírito”.

Embora falando da prosa no século XX, Adorno (2003, p. 60), ilumina a acepção aqui apresentada ao pensar a ironia como uma “nova reflexão” perceptível, de forma mais clara, a partir de Flaubert quando a ironia assume “uma tomada de partido contra a mentira da representação, e na verdade contra o próprio narrador que busca, como um atento comentador dos acontecimentos, corrigir sua inevitável perspectiva”. Para o crítico alemão (2003, p. 60) “só hoje a ironia enigmática de Thomas Mann, que não pode ser reduzida a um sarcasmo derivado do conteúdo pode ser compreendida. (...)”. Um dos desdobramentos desta incorporação crítica/irônica do passado na modernidade, retomando Baudelaire (1999), é propiciar a presença de vozes diversificadas, nem sempre harmonicas, no interior da tradição literária.

Ao iniciarmos a discussão do texto “Amor I Love You”, de Carlos Silva (2000), retomamos a ideia de um diálogo intertextual de fundo irônico proveniente, sobretudo, pela citação direta do fragmento do romance **O Primo Basílio** (2003) por Silva (2000), aspecto que julgamos como importante na construção dos sentidos intertextuais no texto em discussão e que demonstraremos nas próximas seções deste estudo.

Elementos para uma leitura intertextual: vozes em diálogo

Na aresta das colocações de Adorno (2003), a lírica entendida como forma de expressão individual e subjetiva encontra, a partir do século XIX, traços de proximidade em relação aos valores sociais e, por isso, a lírica do século XX é mais propensa aos diálogos com os temas coletivos de fundo social. O gênero lírico, conforme Staiger (1975, p. 57), é permeado por uma expressão subjetiva que o crítico denomina como de traço “íntimo”, o que possibilita o paralelo com o conceito de “disposição anímica” na lírica, conforme Stimmung (apud BOLLNOW 1941, p. 28).

Bollnow (1941), no entanto, adverte que este olhar subjetivo pressupõe o diálogo, em nível profundo, com os temas sociais; aspecto recuperado por Adorno

(2003, p. 66) quando comenta que na lírica

o teor [*Gehalt*] de um poema não é a mera expressão de emoções e experiências individuais. Pelo contrário, estas só se tornam artísticas quando, justamente em virtude da especificação que adquirem ao ganhar forma estética, conquistam sua participação no universal”. (ADORNO, 2003, p. 66)

A colocação do crítico alemão (2003) entra em consonância com o fragmento 34 de Novalis (1988) para quem “tudo aquilo que nos circunda, as ocorrências diárias, as relações costumeiras, os costumes de nosso modo de vida, têm uma ininterrupta, por isso mesmo imperceptível, mas sumamente influência sobre nós.” (NOVALIS, 1988, p. 122.). Ao apontar para a impossibilidade da expressão lírica “genuinamente poética” fora do diálogo com temas extraídos do cotidiano “tudo aquilo que nos circunda é objeto da lírica”; Novalis (1988) compreende que o caminho da lírica estabelece uma consciência crítica por meio do diálogo entre o recorte subjetivo e os valores sociais que influenciam a expressão “íntima” da lírica em uma interface que resgata e atualiza constantemente temas sociais.

Ao compreender a lírica como forma complexa de reorganização da tradição, principalmente após o século XIX, vislumbramos na expressão individual de caráter “íntimo”, concordando com Staiger (1975), existe o diálogo com valores históricos e sociais no interior da essência “íntima” do gênero lírico, recuperando, mais uma vez, Adorno (2003).

É preocupação do estudo identificar na composição “Amor I Love You” (2000) a presença do diálogo entre produções em Língua Portuguesa, no caso, Brasil e Portugal, tendo como pano de fundo o prolongamento de um sentido irônico entre os textos promovido, de forma direta, por meio do intertexto entre a citação do fragmento de Eça de Queiroz no poema em discussão.

Amor I Love You

Dei/xa/ eu/ di/zer/ que/ te a/mo

Dei/xa eu/ pen/sar/ em/ vo/ce/

Isso/ me a/cal/ma/, me a/co/lhe a a/lma

Isso/ me a/ju/da/ a/ vi/ver/

Ho/je/ con/tei/ pras/ pa/re/des
Coi/sas/ do/ meu/ co/ra/cão/
Pa/ssei/ no/ tem/po/, ca/mi/nhei/ nas/ ho/ras
Mais/ do/ que/ pa/sso a/ pai/xão/

É/ um/ es/pe/lho/ sem/ ra/zão/
Quer/ a/mor/, fi/que/ a/qui/

É/ um/ es/pe/lho/ sem/ ra/zão/
Quer/ a/mor/, fi/que/ a/qui/

Deixa eu dizer que te amo
Deixa eu gostar de você
Isso me acalma, me acolhe a alma
Isso me ajuda a viver

Hoje contei pras paredes
Coisas do meu coração
Passei no tempo, caminhei nas horas
Mais do que passo a paixão

É o espelho sem razão
Quer amor, fique aqui

É/ um/ es/pe/lho/ sem/ ra/zão/
Quer/ a/mor/, fi/que/ a/qui/

Meu peito agora dispara
Vivo em constante alegria
É o amor que está aqui

Amor I Love You
Amor I Love You

“... tinha suspirado,
tinha beijado o papel devotamente!
Era a primeira vez que lhe escreviam aquelas

sentimentalidades,
e o seu orgulho dilatava-se ao calor amoroso que saía delas,
como um corpo ressequido que se estira num banho tépido;
sentia um acréscimo de estima por si mesma,
e parecia-lhe que entrava enfim numa existência
superiormente interessante,
onde cada hora tinha o seu encanto diferente,
cada passo condizia a um êxtase,
e a alma se cobria de um luxo radioso de sensações! ...” (QUEIROZ, 2003, p. 65)

Amor I Love You
(SILVA apud MONTE, 2001, faixa 6.)

O poema de Silva (2000) é composto em versos heptassílabos em rimas livres. Este padrão métrico é alterado pelo verso decassílabo “Pa/ssei/ no/ tem/ po/, ca/mi/nhei/ nas/ ho/ras” e pelo trecho em prosa poética, retirado do romance **O Primo Basílio**, de Eça de Queiroz (2003); citado diretamente como décima primeira estrofe do poema em metrificação livre.

Este dado estrutural, citação direta, justifica a ideia de uma relação intertextual explícita entre a composição brasileira e o romance português de Eça de Queiroz (2003). Um dado estético que nos chama a atenção é a presença de dois estribilhos: “É o espelho sem razão/ Quer amor, fique aqui” e “Amor I Love You” – repetidos exaustivamente ao longo do poema. Estes estribilhos e o tom melódico da composição fazem com que o texto dialogue estilisticamente com a forma fixa “canção”, muito utilizada na tradição lírica em Língua Portuguesa, sobretudo, ao pensarmos na herança romântica em um processo histórico que recupera elementos da tradição trovadoresca das cantigas de amigo, aspectos observados na tradição literária em Língua portuguesa.

Esta observação indica a possibilidade, inclusive, da leitura do texto “Amor I Love You” como detentora de traços da tradição lírico-amorosa presente em poesias românticas brasileiras, em um processo de recuperação diacrônica de lamentos das cantigas de amigo na tradição medieval, principalmente, ao pensar no eco de uma voz feminina que lança queixas de amor a um interlocutor inanimado aqui transfigurado nas “paredes” para as quais o eu-lírico parece lançar suas impressões amorosas.

A devoção amorosa “contar pras paredes” coisas do “coração” e o tom sentimental que percorre a composição aproximam a linha temática do poema ao espaço de deslumbramento e devoção emotiva comum aos primeiros românticos na aresta de composições como “Não me deixes não” e “Se se morre de amor” para citarmos dois poemas de Gonçalves Dias. As duas primeiras estrofes do poema são repetidas na quinta e sexta estrofes e os versos “Passei no tempo, caminhei nas horas/ Mais do que passo a paixão” parecem indicar uma linha reflexiva em relação às sentimentalidades que fecham a primeira estrofe do poema; reificadas pela constante repetição de versos no poema, o que cria, inclusive, um pleonasma estrutural.

Outro traço estilístico que nos chama atenção é o posicionamento enunciativo do eu-lírico que parece lançar queixas amorosas em um tom de desabafo “Deixa eu dizer que te amo”, o que reforça a influência das cantigas lírico-amorosas evocadas pelos cancioneiros medievais, principalmente, as cantigas de amigo, ressaltando, naturalmente, nesta composição, a supressão do elemento natural e a permuta pela imagem do interlocutor inanimado metaforizado no signo “paredes”.

Esta linha de leitura de caráter sentimental ganha força ao verificamos, por exemplo, a presença de um eu-lírico feminino impactado por uma reflexão de traço passional nas primeiras estrofes do poema e que dirige, ponto, palavras ternas a um interlocutor identificado à figura do amado em um desejo de contar “Coisas do meu coração”. Outro aspecto que reforça esta ideia, diálogo com a tradição lírico-amorosa em língua portuguesa, é o fato do eu-lírico, nas primeiras estrofes, parecer desejoso por externar traços passionais em tom de suplica amorosa ao evocar um amado distante em versos como “quer amor fique aqui”, por exemplo.

Este percurso cria um ar elegíaco que envolve a composição em versos

como “Meu peito agora dispara/ Vivo em constante alegria /É o amor que está aqui”. Ao ambientar a composição como canção lírico-amorosa, que filtra traços do cancionero medieval e da lírica romântica, o poema assume, nas primeiras estrofes, conotações ingênuas e de profundo envolvimento passional, materializados no poema pela mobilização de clichês como “contar coisas do coração às paredes”.

O tom elegíaco, neste sentido, é ampliado pela excessiva expressão sentimental. Esta linha afetiva é ampliada pela transposição do poema em canção uma vez que esta composição repete exaustivamente os estribilhos, com ênfase no verso “Amor I Love You” que fecha o que podemos chamar de primeira parte do poema e é repetido na canção mais de 20 vezes.

Ao introduzir um tom prosaico como contraponto ao tom sentimental a citação direta do fragmento do romance **O primo Basílio**, de Eça de Queiroz (2003) cria uma tensão temática no interior do poema. A citação provoca, também, uma variação de ritmo ao adotar o verso livre e suprimir, no arranjo da canção, o som de cordas e dar a voz a um segundo interprete, o poeta Arnaldo Antunes, que recita o fragmento de Eça de Queiroz, mas à capela e sem o apoio de traços ou instrumentos musicais.

Este procedimento no arranjo possibilita a percepção de um novo momento temático na composição poética que, na sequência, retoma o tom lírico amoroso e, no arranjo, volta a percussão e cordas do segundo estribilho, o que nos possibilita pensar em três ritmos no poema: um lírico amoroso, um do rock por meio da bateria e de sons metálicos no estribilho “Amor I Love You” e, por fim, o silêncio da citação de Eça de Queiroz (2003).

Estas mudanças rítmicas, refletidas no âmbito do arranjo musical da composição, posteriormente, gravada por Marisa Monte em 2001, criam tensões temáticas associadas aos momentos e citações da tradição lírica no poema em diálogo com **O primo Basílio**. Com a citação do trecho de Eça de Queiroz teríamos uma forma de silêncio no arranjo após o segundo estribilho. Este silêncio no arranjo é interrompido pelo estribilho “Amor I Love You”, cantado com a ênfase na vogal /U/, o que cria uma cacofonia com a pronúncia do chavão em língua inglesa.

O estribilho, agora repetido 12 vezes após a citação de Eça de Queiroz

(2003), dá uma conotação cíclica à canção; porém, em nosso entendimento, apresenta uma nuance significativa no processo de composição do texto uma vez que a citação contrasta tematicamente com o sentido de encantamento “amoroso” presente nas primeiras estrofes do poema e, sobretudo, nos dois estribilhos que acompanham a composição. Basta lembrar que o “luxo radioso de sensações”, evocado ironicamente pelo narrador de *O Primo Basílio*, é uma digressão irônica quando pensamos no desfecho trágico do romance português e que na composição de Carlos Silva (2000) ocupa um lugar de destaque.

A divisão da composição em momentos rítmicos distintos, em nosso entendimento, cria um prolongamento irônico refratário entre a obra de Eça de Queiroz (2003) e o texto aqui comentado. A ironia é construída pela tensão entre a aparente afetação emotiva da parte “romantizada” e o contraste temático evocado pela posição irônica do narrador de **O Primo Basílio**. Esta tensão é ampliada pelo caráter cíclico da composição percebido, principalmente, pela inclusão dos dois estribilhos esvaziados significativamente, quase como catacrese em clichês desgastados em sucessivas repetições dentro da estrutura pleonástica no texto.

Pensamos, então, em uma ironia entre os textos. É preciso lembrar que o primeiro estribilho “É um espelho sem razão/ Quer amor, fique aqui” é repetido quatro vezes e, o segundo, “Amor I Love You”; vinte vezes ao longo do poema. Entendemos que caráter pleonástico encerrado semanticamente nos estribilhos e na repetição de estrofes inteiras, provoca um desgaste em catacrese que tem como desdobramento o esvaziamento do tema lírico-amoroso; quando pensamos, por exemplo, nos sentidos pueris provocados nas sensações amorosas evocadas nas primeiras estrofes do poema.

Este aparente esvaziamento significativo, em nosso entendimento, é ampliado pelo verso pleonástico do estribilho, “Amor I Love You” e pelo tom de esvaziamento significativo construído ao longo do poema; segundo o qual o amor é um “espelho sem razão”. Esta alusão ao esgotamento da afetação emotiva, explicaria a cacofonia do /U/ presente no verso “Amor i love you” que, também, dá título à composição.

Outra possibilidade de decodificação do título do poema é produzida pela relação irônica face ao texto de Eça e, mais especificamente, a ligação ao lema de amor livre que percorre movimentos sociais como o hippie após a década

de 1960 e tem impacto nos comportamentos amorosos da juventude brasileira após 1970, por exemplo. Nessa linha de leitura, a citação cria ironia em relação à afetação afetiva das estrofes sentimentais que percorrem a composição, o que indica um espaço de transitoriedades emotivas associadas aos comportamentos afetivos e sexuais no final do século XX e início do século XXI, tempo histórico no qual o poema é composto.

Esta linha de leitura é reificada pela aparente fragilidade da afetação sentimental das primeiras estrofes do poema e, sobretudo, nos estribilhos à luz da ironia apresentada pela citação de Eça de Queiroz (2003). Esta convivência pouco harmônica – construir estrofes em que predomina a ingenuidade amorosa e desgastá-la pela presença de estribilhos vazios em contraste direto com a citação irônica de Eça de Queiroz - polemiza a ligação harmônica do poema ao gênero lírico-amoroso em um sentido tradicional, criando um espaço dissonante propício à ironia.

Pensamos, portanto, que a citação do trecho de Eça de Queiroz (2003) suspende, momentaneamente, a ligação a uma temática lírico-amorosa; razão pela qual identificamos um percurso irônico norteando a composição de “Amor I Love You” (2000). É preciso lembrar, como forma de reforçar esta ideia, que o trecho citado no poema é capital para a organização diegética do romance **O primo Basílio** (2003). Após a leitura do trecho citado no poema, a personagem Luisa Basílio, inadvertidamente, lança o bilhete que recebera do amante ao cesto de lixo. O bilhete e/ou uma possível resposta a Basílio são recuperados por Juliana no cesto de lixo. Juliana, personagem importante na trama do romance, usa o rascunho/bilhete como prova para fundamentar a suspeita da relação adúltera entre os amantes, o que determinará a inversão de papéis no interior do romance e na chantagem e manipulação de Luisa por Juliana ao longo da narrativa.

Ao utilizar um dos principais nós diegéticos do romance de Eça de Queiroz – sem ele não teríamos a tensão principal no romance - o trecho coloca em discussão a afetividade sentimental de caráter ingênuo presente na primeira parte de “Amor I Love You” (2000) ao pensar a ingenuidade de Luisa Basílio como resultado de uma aparente ingenuidade amorosa. O texto cria, então, um paralelo irônico face aos desdobramentos do romance de Eça de Queiroz(2003) refratado pela afetação sentimental que parece dominar o eixo isotópico do poema.

Pensado como ironia a afetação emotiva das primeiras estrofes é questionada pela citação de Eça, colocando em cheque a ingenuidade sentimental das primeiras estrofes em um espaço de derrisão crítica que indica a ironia do poema diante da impossibilidade no século XXI de um amor casto e puro em um contexto de fragmentação e juras amorosas de fundo ingênuo e, por vezes, pueris.

Outro elemento intertextual que ilumina a reflexão aqui apresentada é a metáfora para a corrupção moral da mulher burguesa evocada por Luisa Basílio no romance de Eça de Queiroz (2003). Esta metáfora representa, portanto, a fragilidade da efusão sentimental na sociedade burguesa ao final do século XIX e sua citação direta no poema de Silva (2000) cria um prolongamento irônico face às cenas pueris apresentadas nas primeiras estrofes do poema e, principalmente, no tom pleonástico que cerca o poema como um todo.

Ao polemizar a presença de um eu-lírico entregue à paixão ou por ela desejoso “Amor I Love You” (2000) parece apontar para a fragilidade das convenções românticas no limiar do século XXI. Lembramos que Luisa Basílio pode ser compreendida como personagem ingênua nos limites da composição de Eça e, justamente por este perfil, chega à futilidade sentimental de forma a simbolizar uma sociedade moralmente maleável, naturalmente, nos limites do Realismo português ao final do século XIX.

O poema em discussão parece mobilizar isotopicamente, portanto, esta possibilidade de leitura e indicar seu prolongamento histórico em uma relação conflituosa diante do perfil amoroso do século XXI; alinhado à comportamentos amorosos cada vez mais efêmeros após a liberdade sexual dos anos de 1970. Um dos caminhos estéticos para a construção deste processo isotópico é a flexibilização da musicalidade, a mobilização da tradição medieval das cantigas de amigo e, sobretudo, o desgaste do uso excessivo de clichês românticos, principalmente, na primeira parte do poema, desencadeados pela citação do trecho de Eça de Queiroz (2003).

Entendemos que ao mobilizar o trecho capital do romance de Eça (2003), em uma composição pleonástica como “Amor I Love You” (2000); o eu-lírico reorganiza a ingenuidade inicial das primeiras estrofes em direção à ironia, oportunizando a divisão do poema em momentos específicos refratados, inclusive, no arranjo da composição que dará a versão musical do poema. Nesta divisão, o

estribilho “Amor i love you” amplia o fator de ironia, pois reforça o esvaziamento da tradição sentimental de cunho ingênuo e elegíaco das primeiras estrofes em direção à visão corrosiva que aponta para a efemeridade das relações amorosas ao final do século XX e início do século XXI, momento histórico, como dito, em que a composição é situada.

É, portanto, pela citação do fragmento de Eça de Queiroz (2003) e na presença de um tom sentimental, quase adolescente, intensificados pelos constantes pleonasmos nas primeiras estrofes do poema, que encontramos a ironia face à ingenuidade lírico-amorosa comentada neste estudo.

Esta dinâmica indica que “Amor I Love You” (2000) não utiliza a citação de Eça de Queiroz (2003) com a preocupação apenas de estabelecer uma relação intertextual de fundo estilístico – paródia, paráfrase, estilização –; antes cria a ironia e mobiliza o tema da efemeridade amorosa, presente no cerne da personagem Luisa Basílio, ao apresentar no adultério da personagem de Eça uma fonte para a ironia face ao comportamento amoroso de caráter aberto e livre predominante no século XX. É possível, neste sentido, compreender a afetação amorosa das primeiras estrofes como índice do esvaziamento do sentimento de perenidade amorosa que parece percorrer a tradição lírico-amorosa.

Para nós, este percurso irônico justifica a utilização reiterada de clichês românticos em um tom confessional e pleonástico, o que leva a presença de marcas das cantigas de amigo e traços da emotividade romântica como fatores intertextuais mobilizados como ironia na composição de Silva (2000). Em outros termos, falar sobre “coisas do coração às paredes” em uma composição que prima por pleonasmos que chegam, por vezes, a catacrese problematiza a possibilidade do amor casto e ingênuo em um contexto histórico que prima pela liberdade amorosa. A citação do clichê norte-americano para o amor livre, “amor i Love you”, e a referência à Luisa Basílio são fatores de ironia no poema.

Lido desta forma, o aspecto cíclico do poema perde a interpretação positiva do idílio amoroso descrito na primeira parte do texto em direção à efemeridade e fragilidade das relações amorosas de caráter ingênuo e puro no contexto dos relacionamentos amorosos do século XX e início do século XXI. Influenciados pela liberdade amorosa os relacionamentos amorosos parecem tangenciar a vulgaridade e artificialidade das convenções lírico-amorosas,

matizadas no bordão pleonástico do “Amor I Love You”; aspecto intensificado pela citação de Eça de Queiroz.

O poema, nesse sentido, mobiliza a tradição lírico-amorosa não para reforçar a idealização da paixão e o tema do amor casto e puro; antes para indicar uma flagrante alteração comportamental desta “realidade” em um contexto histórico em que as relações amorosas são, por vezes, efêmeras. Esta ideia ganha força quando pensada à luz do desgaste estilístico do tema amoroso desde o século XIX na tradição literária brasileira. É por meio deste diálogo com o passado que o poema organiza a utilização consciente do jargão da liberdade amorosa, ironicamente, metaforizada no estribilho “Amor I Love You” no poema.

Ao apresentarmos esta perspectiva interpretativa para a composição de Silva (2000) reiteramos que a utilização de uma forma fixa – canção – e a citação direta de um fragmento do romance, **O primo Basílio** (2003); ganha contornos de apropriação do passado, fato que entendemos como importante na compreensão de que o diálogo intertextual é fundamental no sentido irônico que perpassa a composição em discussão.

Considerações finais

Ao concluirmos nossa reflexão retomamos a ideia de que os intertextos são relevantes na construção do sentido atribuído a um determinado texto. Ao enfatizarmos a apropriação do passado como espaço orgânico na construção do sentido em “Amor i love you”; pensamos a relevância da obra **O primo Basílio** (2003) na composição de Silva (2000). Entendemos que a leitura aqui apresentada toma como ponto de partida a citação do romance de Eça e, essa citação, demonstra a problematização e relevância na literatura brasileira no século XX e XXI dos temas lírico-amorosos.

Antevemos, por isso, que o diálogo entre diferentes obras em Língua portuguesa na tradição é sempre produtivo e a ideia de seu esgotamento parece longe de uma solução fácil. Fica, naturalmente, a percepção de que a ironia parece ser o elemento central recuperado por “Amor I Love You” (2000) face à leitura de Eça de Queiroz (2003). Tal constatação conduz o processo “destruidor” diante do passado, conforme Mário de Andrade (1946), à incorporação em novos e

constantes diálogos, o que indica, portanto, a importância da tradição e não seu esgotamento.

Referências

ADORNO, T. W. **Notas de Literatura I**. Organização alemã Rolf Tiedemann. Tradução e apresentação Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidade, 2003.

ANDRADE, M. de. **O empanador de passarinhos**. São Paulo: 1946.

BAKHTIN, M. **A estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003b.

BLOOM, Harold. **A angústia da influência, uma teoria da poesia**. Tradução Arthur Nestrovski. Rio de Janeiro: Imago Editora, 19991.

BOLLNOW, O. F. **A essência das disposições**. Frankfurt, 1941.

KRISTEVA, Julia et al. **Intertextualité**: Francia en el origen de un término y el desarrollo de un concepto. Organização e tradução de Desiderio Navarro, La Habana: UNEAC – Casa de las Américas. 1997.

FRIEDRICH, H. **Estrutura da lírica moderna (da metade do século XIX a meados do século XX)**. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1991.

NOVALIS, Friedrich von Hardenberg. **Pólen**: fragmentos, diálogos, monólogo. Tradução, apresentação e notas: Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Iluminuras, 1988.

PAZ, O. **Signos em rotação**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

QUEIROZ, E. **O primo Basílio**. 15 ed. São Paulo: Ática, 2003. (Coleção leitores)

SILVA, C. “Amor I Love You”. In. MONTE, M. **Memórias**. Record, 2001. Faixa 6.

STAIGER, E. **Conceitos fundamentais de poética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

UMA POÉTICA DOS AFETOS MOVE A RODA DAS
ENCARNAÇÕES, DE SÓNIA SULTUANE

A POETRY OF AFFECTS MOVES THE WHEEL OF THE
INCARNATIONS, BY SÓNIA SULTUANE

Joranaide Alves Ramos¹
Sávio Roberto Fonseca de Freitas²

Recebimento do texto: 14/09/2021

Data de aceite: 11/10/2021

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar como os afetos e as afecções estão representados na Poesia moçambicana, em especial, em *Roda das Encarnações* (2017), de Sónia Sultuane. Para tanto, consideramos como o lugar de fala ocupado por esta escritora promove empoderamentos individuais e coletivos, em especial, para grupos subalternizados, em um País vítima de um processo longo e cruel de colonização. Foi necessário desenvolver um estudo exploratório, bibliográfico e qualitativo, buscando contribuições teóricas de diferentes especialistas, tais como Secco (2010; 2014), Pinheiro (2018), Freitas (2020), Frazão (2018), entre outros. Entendemos, como isso, que *Roda das Encarnações* é uma poesia de resistência, que abala os discursos hegemônicos, cria condições e espaços para autorrepresentação e representação de seus pares, dando visibilidade aos povos subalternizados e marginalizados. Estas ações permitem empoderamento individual e empoderamento da comunidade moçambicana, emancipando-a social e politicamente, e possibilitando vivências equalizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Afetos. Afecções. Empoderamentos. *Roda das Encarnações*. Sónia Sultuane.

ABSTRACT: The aim of this article is to analyze how affections and affections are represented in Mozambican poetry, in particular, in *Roda das Encarnações* (2017), by Sónia Sultuane. Therefore, we consider how the place of speech occupied by this writer promotes individual and collective empowerment, especially for subalternized groups, in a country victim of a long and cruel process of colonization. It was necessary to develop an exploratory, bibliographical and qualitative study, seeking theoretical contributions from different experts, such as Secco (2010; 2014), Pinheiro (2018), Freitas (2020), Frazão (2018), among others. As such, we understand that *Roda das Encarnações* is a poetry of resistance, which shakes hegemonic discourses, creates conditions and spaces for self-representation and representation of their peers, giving visibility to subalternized and marginalized peoples. These actions allow individual empowerment and empowerment of the Mozambican community, emancipating it socially and politically, and enabling equalized experiences.

KEYWORDS: Affections. Affections. Empowerments. Wheel of Incarnations. Sónia Sultuane.

1 Doutoranda em Letras – PPGL (UFPB); Mestra em Estudos Literários – PPGL (Ufal); Docente do Centro Universitário do Rio São Francisco – UniRios; Docente substituta do IFBA, Campus Paulo Afonso. E-mail: joranaide.alvesramos@gmail.com

2 Doutor em Letras pela UFPB. Professor de Literaturas de Língua Portuguesa do Departamento de Letras do CCAE-UFPB (Campus IV) e do Programa de Pós-Graduação em Letras do CCHLA-UFPB (Campus I). Líder do Grupo de Pesquisa MOZA (Moçambique e Africanidades), cadastrado no CNPq e certificado pela UFPB. E-mail: savioroberto1978@yahoo.com.br

Considerações Iniciais

Conscientes da necessidade de questionar discursos normativos e da urgência em discutirmos temas como igualdade de gênero, identidade, colonialismo, patriarcado, por exemplo, fazemos esta leitura da Coletânea *Roda das Encarnações* (2017), de Sónia Sultuane³, demonstrando que esta escritora constrói uma voz poética voltada para representações da natureza no sentido de propagar um humanitarismo no feminino atento às discussões sobre as relações de raça, classe e gênero, compondo imagens líricas e profundas sobre os sentimentos e as adversidades que marcam as relações humanas individuais e coletivas, peculiaridade que atribuímos àquilo que chamamos de Poética de Afetos.

Para refletir sobre *Roda das Encarnações*, inicialmente, discutimos sobre como o contexto social moçambicano, marcado pelo processo de colonização, influenciou a literatura local, originando consciências poéticas que contribuíram aberta ou indiretamente com a convocação para a luta a favor da libertação do povo, levantando-se a favor da ancestralidade africana e contra o racismo, à escravidão e demais violências decorrentes desse processo. Investigamos, por isso, como os afetos e afecções são representados e inscritos na Poesia de Sónia Sultuane, considerando seu cunho lírico e introspectivo e as profundas incertezas sociais que marcam Moçambique, decorrentes de sua colonização. Além disso, atentamos para o fato de ser uma poesia de autoria feminina, de resistência, fato que desestrutura os chamados discursos hegemônicos e normativos, criando as condições necessárias para autorrepresentação e representação de seus pares, tornado visíveis saberes originados de grupos subalternizados. Este raciocínio contribuiu, também, para a discussão sobre empoderamento individual e consequente construção de coletividades empoderadas, antes marginalizadas, enfatizando sobre como essas ações criam a consciência de que todas as pessoas podem existir e possuem lugares de fala, rompendo com hierarquias opressoras e permitindo a construção de um mundo equânime.

Foi necessário desenvolver um estudo exploratório, bibliográfico e

3 É uma poetisa, escritora, artista plástica e curadora, além de contribuir com a música, a dança, a moda e a fotografia. Publicou quatro coletâneas poéticas: *Sonhos* (2001), *Imaginar o Poetizado* (2006), *No Colo da Lua* (2009) e *Roda das encarnações* (2016). Tem dois contos infanto-juvenis: *A Lua de N'weti* (2014) e *Celeste, a boneca com olhos cor de esperança* (2017). Criou, em 2008, o projeto artístico (Walking Words), lançando, em 2021, através de uma plataforma digital, livro sobre esse projeto.

qualitativo, buscando contribuições teóricas de diferentes especialistas, tais como Carmen Lúcia Tindó Secco, em *De sonhos e afetos: percursos da poesia moçambicana* (2010) e *Afeto & Poesia – Ensaio e entrevistas: Angola e Moçambique* (2014), Vanessa Neves Riambau Pinheiro, em *Entre fronteiras marítimas e corpóreas: apontamentos sobre os rumos da poesia moçambicana contemporânea* (2018), Sávio Roberto Fonseca de Freitas, em *Das naturezas que se movem pelo afeto na poesia de Sónia Sultuane* (2020), José Carlos Chaves Brazão, em *Afecção e Afeto em Spinosa e Daniel Stern: Considerações Clínicas* (2018), entre outros.

Na Roda das Encarnações: afeto, afecções, augar de fala e empoderamento

Segundo Vanessa Pinheiro (2018), nas últimas décadas, o Ocidente tem visto o florescer de literaturas de nações em desenvolvimento, fundadas com base no processo de descolonização arquitetado, principalmente, na segunda metade do século passado. Semelhante ao que ocorreu no Brasil, quando declarada a independência política em 1822, evento imprescindível para o Romantismo brasileiro e posterior [re]construção identitária do povo “recém-nascido”, o aflorar daquelas literaturas ocorre conjuntamente com o processo de refazimento da identidade daqueles países, agora livres da exploração colonial, em tese, pelo menos.

Nessas Nações, não raro, história e identidades são forjadas e a literatura contribui com esse feito mas, enquanto no Brasil, a produção novecentista alimentou o Cânone, as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, especialmente, desorganizaram-no e desestruturaram-no. A partir de 1950, conforme Carmen Secco (2010. p. 3), essas literaturas foram concebidas como “consciências revoltadas” e, no caso, de Moçambique, orientadas pela busca de suas raízes anteriores ao processo de colonização. Não à toa, os afetos que moviam os autores envolvidos nesta vertente de poesia, segundo ainda Secco, eram tristezas, abuso sexual, opressões, escravidão, colonialismo, racismo e ancestralidade africana, apostando na crítica aos colonizadores e na recomposição cultural daquelas sociedades. Trata-se de uma literatura jovem que ganha espaço significativo apenas no século XX, com nomes importantes como Noémia de Sousa (1926-2002) e

José Craveirinha (1922-2003), na poesia, Paulina Chiziane (1955) na prosa, – já reconhecida, editorada e exportada – por exemplo, entre outros. Essas autoras e esse autor criticam a colonização ao passo que proclamam sua nacionalidade ou sua moçambicanidade. Nesse contexto, Pinheiro (2018, p. 2), aponta para os imaginários criados a partir da declaração de independência do País que se deu apenas em 1975 e afirma que duas tendências são relevantes:

a primeira, que se pauta no princípio da diferença e do reconhecimento de identidades particulares – o que contribui para a falácia da homogeneização cultural e da exclusão de representações autóctones periféricas –, e a segunda, que reconhece as singularidades, mas considera apenas a noção de comunidade e não a de indivíduo.

Isto é, prevalece nestas literaturas, como na brasileira, um gosto apurado e exclusivo pela autoctonia e pela construção, por meio da arte, do destino heroico do coletivo, algumas vezes estereotipado; “a afetividade veiculada por esse tipo de poesia intentava criar uma atmosfera de solidariedade, cujo fim era garantir uma unidade política na organização das lutas, fortalecendo, desse modo, sentimentos de companheirismo, lealdade e paixão pela causa revolucionária” (SECCO, 2010, p. 6), retomada com a Guerra Civil (1977-1992). A literatura foi/é/será instrumento de combate em Moçambique. No entanto, nem todos os escritores se comprometeram ou se comprometem diretamente com questões políticas e sociais. Após a independência, o engajamento com a moçambicanidade e com o projeto utópico de nação que contrapõem vivências individuais, abre espaço para uma natureza mais intimista e universal presente em diversos projetos estéticos, como o de Mia Couto (1955) e o de Eduardo White (1963), visando, também expurgar as dores e o luto que marcaram o povo moçambicano.

Para isso, os novos poetas “defendiam um fazer literário que de novo facultasse aos sonhos” (SECCO, 2010, p. 150), entendidos como mecanismo de resistência cultural que dá voz aos sentimentos e desejos reprimidos, por sua natureza emotiva e representativa. Tal premissa coincide com o que dizem Chevalier e Gheerbrant (2008, p. 846) sobre ser o sonho uma expressão incontrolável, necessária ao equilíbrio biológico e mental como o oxigênio, o sono e a boa alimentação, servindo para liberar impulsos reprimidos, emergir problemas

que precisam ser resolvidos, além de, por sua natureza seletiva, aliviar a vida consciente, ao mesmo tempo em que é um revelador do ego e do self, restituindo “a pessoa a sua identidade própria, descobrindo o sentido de suas alienações [...] acelera[ndo] os processos de individualização que regem a evolução de ascensão e integração do homem.”

Além dos “sonhos”, poetisas e poetas moçambicanas/os julgaram conveniente erotizar seu País, adotando o “Amor”, em diversas formas, em suas criações líricas. A Poesia é, portanto, um lugar de afetos e de afecções, ora utópicos, ora distópicos, mas fundados na história de sua Nação, não raro, concentrados na Região Sul, faixa mais rica da Ilha.

Segundo José Brazão (2018), afeto e afecção são conceitos diretamente compatíveis, – tratados pela Filosofia e pela Psicologia, por Baruch Spinoza e por Daniel Stern, respectivamente, – intimamente relacionados ao corpo e fundamentais para as nossas relações com o mundo. É possível estabelecer ou perceber, nesse sentido, as relações entre literatura moçambicana e a história daquele Lugar. Aquelas/es escritoras/es são sujeitos sociais marcados pelo contexto circundante ao tempo que também deixam suas marcas, definindo aspectos comuns e caracterizando aquilo que chamamos de afecção, ou seja, “a qualidade sensorial da experiência” (BRAZÃO, 2018, p.80), ao passo que compõem individualidades e, neste caso, coletividades.

O afeto, por sua vez, para o mesmo autor que parte de Deleuze (1978) e de Jaquet (2004), é uma experiência que compreende, ao mesmo tempo, o corpo e a mente; é uma variação da força de existir; é, simultaneamente, a afecção que, por seu turno, afeta os corpos, reciprocamente, e sua potência de agir, produzindo efeitos uns sobre os outros. A conexão entre literatura e história moçambicanas continuam sendo vistas daqui, também, considerando que uma age sobre a outra porque se afetam mútua e reciprocamente, gerando novas afecções e novos afetos ciclicamente, através das experimentações e experiências novas que podem manifestar condutas políticas, críticas ou, aparentemente, mais subjetivas.

Partindo também do trabalho de Spinoza, Secco (2014, p. 13) investiga como os afetos e as afecções, “alegria, esperança, amor, ódio, tristeza, melancolia, etc.” estão retratados em obras e a partir de entrevistas de autores angolanos e moçambicanos, levando em conta a correlação com seus contextos. Secco (2014,

p. 13- 14) aponta, confirmando o que já propusemos, que um afeto “sucede concomitantemente, no corpo e na mente, abalando tanto a matéria como o espírito [...] integram a natureza do homem e não podem ser julgados como imperfeições; são concebidos como ações e reações humanas a determinadas afecções”, enquanto estas são “modos de sentir que afetam, principalmente o corpo; são imagens ou ideias que se manifestam como emoções, sentimentos provocados por causas externas, sensações”. Concordamos com Secco (2014, p. 21), ainda, quando ela afirma que pensar sobre os afetos indica “repensar o o mundo, apreendendo sentidos inusitados que a linguagem da poesia e da arte são capazes de formular. Afetando histórica, social, política, filosófica, existencial e esteticamente quem as admira, lê e/ou interpreta” (p. 21).

Sónia Sultuane, poetisa moçambicana, situa seu discurso lírico, uma voz feminina e que permeia temas como identidade, pertencimento territorial, autodescoberta e consciência ambiental, permitindo-nos refletir sobre afetos e afecções na poesia moçambicana, enquanto pensamos, também, sobre as relações socioculturais e de gênero de um país africano recém-independente que preserva tradições patriarcais e androcêntricas severas e cristalizadas. De sua obra publicada, selecionamos *Roda das Encarnações* (2017), coletânea marcada por espiritualidade, devoção e paixão por sensações. Vivências espirituais e carnavais se misturam e revelam reminiscências de uma mulher moçambicana, mulçumana, mãe, trabalhadora, de um mundo contingente e perecível, cíclico, de retorno das formas da existência, de ligação entre vivos e mortos, com movimentos harmoniosos, no espaço e no tempo, pelos mares, pela terra, pelos ares e, especialmente, por dentro de si.

Aqui, vemos vozes poéticas femininas, com consciência ecológica, em profunda harmonia consigo, com outrem – poucas vezes desesperançada com a humanidade –, com as águas, com a terra, com as plantas, com o Universo, a mulher guiada pela luz da lua, que é o próprio cosmos, grata pela vida, em contato com a morte, na roda das encarnações, que renasce sendo ela, sendo outras ou sendo os elementos da natureza não humana, tão essenciais para o equilíbrio e permanência dos seres humanos na Terra.

O quarto livro de poesia de Sónia Sultuane, *Roda das Encarnações*, segundo Francisco Noa, em Posfácio da obra (2017, p. 83):

Prepara não para uma ruptura, ou inversão, mas para uma espécie de aliança estruturante entre o pendor sensorial e o apelo místico. A roda das encarnações convoca necessariamente as doutrinas sobre a transmigração da alma ao longo de tempos imemoriais, de vidas anteriores, de emoções não resolvidas nessas mesmas vidas. Isto é, aquilo a que vulgarmente se chama *karma* ou destino e que teria a ver com o ciclo de intenções, ações e consequências que precisa ser quebrado para ultrapassar e resolver uma espécie de bloqueio encerrado... na roda das encarnações.

Para discutir mais detidamente essa Coletânea, é importante pensarmos sobre os sentidos dos termos do título. Segundo Chevalier e Gheerbrant (2008, p. 783-786), a roda:

participa da perfeição sugerida pelo círculo, mas com uma certa valência de imperfeição, porque ela se refere ao mundo do vir a ser, da criação contínua, portanto da contingência e do perecível. Simboliza os ciclos, os reinícios, as renovações [...]. É símbolo solar na maior parte das tradições [...]. a roda se revela como o centro imóvel, o princípio, e a camba [...] sua rotação permanente é renovação [...]. é também e sobretudo uma representação do mundo [...]. A roda é também o símbolo da mudança e do retorno das formas da existência [...]. nos textos sagrados, a roda simboliza, portanto, o desenvolvimento da revelação divina [...]. Entretanto, o símbolo da roda teria sido, durante muito tempo, lunar.

Já “encarnação” (do latim *in carnare*, fazer-se carne) é um conceito presente no Cristianismo, no Budismo, no Hinduísmo e no Espiritismo. A Bíblia se refere a encarnação para descrever Jesus como vindo em carne reconciliando-o ao espírito divino; vemos, pois, um sentimento de religiosidade que atravessa todo o livro. Entre outros muitos significados, selecionamos os mais apropriados para este estudo e reconhecemos a sensibilidade da Poetisa Moçambicana quando optou por esse título que representa bem a seleção de poemas dispostos.

Para ilustrar as reflexões feitas até aqui, selecionamos alguns poemas, a começar por “Na balança de Deus” (2017, p. 44):

O meu olfacto reconhece ao longe
as raízes sanguíneas a que pertencço,
todas essas almas que comigo se cruzam
guardam os aromas do tempo
quem me dera que os corpos mortos
num breve sopro, me pudessem
contar que também para lá da morte
todos momentos que não partilhamos,
todas as coisas que não dissemos
teremos a oportunidade de fazê-lo
com a mesma intensidade com que ali fizemos
que a carne apodrece mas os sentimentos
esses são eternos,
que a matéria é uma triste ilusão
é a oportunidade de reencarnarmos
mesmo eu não tendo outro sentir, se não este que conheço
afinal toda a vida vale a pena ser vivida,
pois faz parte do nosso karma
para quando regressarmos, sentados na balança de Deus,
o nosso coração seja pesado com as medidas justas,
e possa ficar equilibrado entre o amor e o perdão. [sic]

O texto apresenta uma voz lírica que reconhece sua ancestralidade, suas “raízes sanguíneas”. O eu lírico feminino, na roda das encarnações, reflete sobre vida e morte, sobre matéria e espírito, bem como sobre o equilíbrio “entre o amor e o perdão”. Inscreve-se, desse modo, a análise sobre as relações não partilhadas porque interrompidas pela morte; a conjectura sobre a realização dessas experiências “para lá da morte”; a consideração sobre a eternidade dos sentimentos e a ilusão que constitui a matéria, a carne, ao tempo que se cogita sobre a possibilidade da reencarnação, assim como sobre o julgamento de Deus sobre nossas ações. Além disso, destacamos a serenidade com que é dito que “toda a vida vale a pena ser vivida, pois faz parte do nosso karma”.

A transcendência e o humanitarismo evidentes neste poema permitem pensar sobre afetos e afecções. Todas as pessoas têm direito a viver, ao amor e ao perdão. Os afetos postos dizem sobre as sonhadas experiências coletivas equânimes, baseadas nos princípios da humildade e da igualdade. Esses sentimentos são retomados em “Uma flor chamada amor” (2017, p. 64):

Deus criou lugares únicos e especiais
o jardim afectuoso e amoroso é um deles
cada abraço, cada sorriso
espalha o cheiro das flores vistosas que vemos
discretamente partilharem
como o amor ardente e apaixonado, é a vida,
todos os momentos que temos a bênção de testemunhar
vemos a força, beleza e simplicidade
das flores do campo ou de um simples canteiro
que querem muito estimar
porque sempre existirá uma flor para dedicar
porque sempre haverá um pedaço de céu para semear
que o Universo seja um jardim imenso
para que todos os dias possam trocar
uma flor especial para renovar. [sic]

Outra vez, os afetos – o amor e a esperança – são utilizados para a construção de um espaço utópico representado pelo “jardim afectuoso e amoroso” criado por Deus – mesmo evocado, o panteísmo é predominante em sua Obra. Não raro, as flores são utilizadas para exprimir as relações entre humanos e os deuses, as dádivas divinas, a diversidade do universo, como propõem Chevalier e Gheerbrant (2008) e, aparentemente, esta ideia pode ser aplicada a esta leitura, visto que as relações harmoniosas entre os seres humanos representadas por “cada abraço, cada sorriso” espalha o perfume das flores que são “força, beleza e simplicidade” e símbolo de renovação quando dedicadas a alguém “porque sempre haverá um pedaço de céu para semear”; nesse contexto, as pessoas são um pedaço de céu.

No final, o eu lírico que entende a vida como sendo o “amor ardente e apaixonado”, espera que o Universo seja um “jardim imenso” e seja sempre renovado pela troca de flores. O amor é disseminado e pode brotar nesse jardim que nos cerca ao tempo que nos faz e nos renova; as pessoas são flores que podem se doar para/por outrem. Embora, o poema parta de aparentes sentimentos individuais, a voz poemática inscreve uma rede de afetos e afecções que contribuem com o sonho de uma coletividade humanizada, descolonizada e decolonizada. Este afeto, o amor, é recobrado em “Nada é puro aqui, onde existimos” (2017, p. 63):

Mas mesmo assim arrisco em crer no amor
não no amor do corpo, do prazer, do êxtase
mas no amor que me foi incondicional doado
para resgatar dentro de mim a minha consciência
arrisco em crer no amor que me torna responsável pela
humanidade,
que me faz ver no espelho da vida a minha própria existência
creio nesse amor
porque Deus faz com que todos os dias
eu veja como é magnificamente belo amar,
somente amar.

Esta voz lírica é crente no amor fraterno que a torna “responsável pela humanidade”, embora reconheça a impureza do lugar onde existe. Este afeto é o que a faz retomar sua consciência e a percepção sobre a beleza de amar. Este amor não é individual e coloca-se como uma alternativa política para opressões e repressões de gênero, de classe e de raça.

É evidente, na Poesia de Sónia Sultuane, a relação de afeto com natureza, o que chamamos de consciência ecológica e fundamenta nossas reflexões sobre as liberdades e libertações fundamentais para a vida. A poetisa disse, em entrevista a Secco (2014, p. 159):

Os afetos, entre outros, que atravessam a poesia moçambicana são a indignação contra a colonização e a escravatura, o desejo de libertação, a solidariedade, amizade, etc. A nossa própria história como nação fez brotar mais esses tipos de afetos, que se agudizaram, em determinando momento, com a resistência à colonização, a luta de liberdade nacional, momento em que a poesia jogou também um papel importante como um veículo de informação e emoções. Em relação a minha poesia, os sentimentos que elegeria seriam o amor, a paixão, a esperança, os afetos e desafetos em geral.

Sobre isso, Freitas (2020) aponta que, para Sónia Sultuane, a poesia moçambicana é uma forma de reagir às imposições coloniais por meio dos afetos que, por sua vez, liberta dos desafetos. Moçambique foi profundamente atravessada por guerras colonial e civil e, agora, por uma crescente modernização desinteressada pela preservação das tradições; nesse contexto, a Poesia de Sónia

Sultuane, através dessa visível conexão com as forças da Natureza, busca os equilíbrios humano e sociais desestruturados, o que também é uma atitude política, inscrita pelo “afeto, subjetividade e reconhecimento territorial” (FREITAS, 2020). Em “Segura na minha mão” (2017, 66):

O amor é sentido por gestos, por afectos, não por palavras
em vão,
o amor é sentido pelas ausências,
pela dor que é do outro e passa a ser nossa,
pelo medo do outro partir,
amor é dar o ombro ao outro para se deitar, para descansar,
quando a vida parece fugir,
é anularmo-nos para quem precisa de nós,
amor não é descartar, mentir, fugir, fingir,
o nosso relógio deixa de fazer sentido deixa de marcar o
tempo, amar e dizer estou aqui
deita a tua alma na minha que abraçarei o teu coração,
para que eu possa sentir
cada batimento de tua vida, da tua existência,
amor é viver do outro e no outro. [sic]

Embora seja um poema dedicado à Fátima Sultuane, sua irmã, a fraternização e o amor alcançam todos os seres humanos. A voz poética está tomada por empatia e solidariedade, constituindo com todas as pessoas a noção de coletividade. O poema se funda a partir da importância de compreender as emoções e os sentimentos de outrem; da necessidade de enxergar, ouvir, respeitar e tratar com igualdade as pessoas que nos cercam. Tais percepções são retomadas em “Gratidão” (2017, p. 67), quando o eu lírico, depois de se colocar à disposição dos outros seres, poetisa sobre como ela é retribuída por tanto amor:

Todos os dias tenho mãos desconhecidas que me seguram,
que me abraçam que limpam as feridas escondidas em mim.
Todos os dias recebo sorrisos que amolecem o meu coração,
todos os meus medos e os meus porquês,
choro em silêncio
pois estou profundamente grata a Deus
e a todos que estão a fazer esta caminhada e este descobrimento
da vida comigo,
afinal tenho tantos anjos da guarda feitos gente
a ajudar-me a agarrar esta fé e coragem

para seguir em frente,
sinto-me impotente pois não sei como retribuir este amor,
a vida é realmente bela e vale a pena lutar por ela.

A experiência de amar e servir a outrem gerou, neste caso, a reciprocidade necessária para o bem comum. Os afetos são, de fato, nesta poesia, ações e reações humanas às afecções. Há, pois, uma vontade generalizada de acompanhar, de cuidar das pessoas, o que torna a vida “realmente bela e vale a pena lutar por ela”. A voz poética, por tais motivos, reconhece anjos nessa gente e motivo para ser grata a Deus.

A Poesia de Sónia Sultuane, em especial, aqui, de *Roda das Encarnações*, inscreve afetos que buscam estabelecer novos[velhos] sentidos de humanidade entre os seres humanos, outros sentidos de liberdade, fundados em um contexto profundamente marcados pelo colonialismo e por suas devastações – capitalismo e patriarcado – que promovem, ainda, incertezas sociais e políticas.

Neste cenário, naturaliza-se a falsa superioridade dos homens, sexismo, dominação masculina e, também, por isso, é necessário e importante reconhecer o lugar que ocupa, hoje, Sónia Sultuane na literatura moçambicana. Ao escrever, Sónia Sultuane rompe com os chamados discursos hegemônicos e ultrapassa as barreiras causadas pela exclusão de gênero e, conseqüente, subalternização, criando condições e espaços para autorrepresentação e representação de seus pares, bem como meios para serem ouvidas/os. Sua Poesia é, portanto, resistência porque visibiliza e valida saberes e raízes originados de grupos subalternizados. Tais grupos são historicamente marginalizados e suas identidades foram/são cruelmente deslegitimadas pelos processos de colonização, criando profundas desigualdades sociais enquanto alguns grupos são privilegiados. Nesse sentido, baseando-se em Ana Lima, Djamila Ribeiro (2017, p. 25) aponta que:

seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica.

Esta Poesia permite, então, pensar sobre novos e outros lugares de falas, reexaminando as noções identitárias essencialistas e universalistas, considerando suas individualidades marginalizadas ou abafadas, tais como raça, classe, gênero, orientação sexual, religião, fronteiras que em conjunto ou fragmentadas engendram opressões das mais variadas, decorrentes da colonização e do capitalismo. Pensando em questões como essas, respaldada pela leitura de Patrícia Hill Collins, Ribeiro (2017) aponta sobre a necessidade de compreender as “categorias de raça, de gênero, de classe e de sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos em vez de pensar essas categorias como descritivas da identidade aplicada aos indivíduos”. A filósofa registra ainda a importância de criar condições sociais que permitam aos grupos subalternizados acessarem lugares de cidadania a partir de experiências diversas e coletivas para estes grupos, rompendo, por sua vez, com visões universalistas.

Nesse sentido, concordamos com Ribeiro (2017, p. 36) quando aponta que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir”. Sobre isso, recortamos, aqui, especialmente, o lugar de fala das mulheres que são silenciadas e invisibilizadas em muitas sociedades que consideram seu corpo, suas funcionalidades – determinando papéis relacionados ao lar e à família – mas não seu posicionamento político e produção de conhecimento científico ou artístico. Nesse sentido, a poesia moçambicana de autoria feminina permite repensar sobre as relações humanas e seus laços solidários e comunitários, ao tempo que colabora para com a contestação da “historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente[s] da hierarquia social”, rompendo “com o regime de autorização discursiva” (RIBEIRO, 2017, p. 36-39). Contrapondo-se a essas estruturas violentas, Sónia Sultuane inscreve uma mulher múltipla que pode representar muitas outras mulheres, em “Penso despertar em mim belezas ocultas” (2007, p. 71):

Tenho em mim esta garra
que me transforma
nessas mulheres de vários karmas
mulher agreste, mulher poente
mulher confusa, mulher vidente
fico desperta quando descubro

que já vivi em outros mundos
com belezas ocultas de deusa, peregrina, supérflua, feiticeira,
todas guardas nas profundezas do meu sangue,
da minha alma velha, mas de menina ainda contente. [sic]

A mulher representada na voz do poema é forte, una, mas multifacetada – por isso, dizemos que ela pode representar seus pares –, pois tem vários karmas – uma espécie de lei de causa e de efeito que vai muito além das explicações sobre sorte ou azar, do “colhemos o que plantamos” ou do “aqui se faz, aqui se paga” porque pode ultrapassar vidas, ideia presente nos textos filosóficos e religiosos de todas as religiões indianas, bem como no Cristianismo e no Judaísmo que não preveem a reencarnação. Essa mulher carrega marcas de muitas mulheres que viveram muitas vidas, “em outros mundos” e que na roda das encarnações faz dela o que ela é, “alma velha, mas de menina ainda contente”. Quando mulheres se propõem a escrever, automaticamente inscrevem sua existência e o seu corpo, bem como, de seus pares, expressando sua sexualidade textualmente, desbancando valores patriarcais e machistas, [re]singularizando as experiências, subjetividades e socialidade humanas, o que nos remete aos registros ecológicos guattarianos (2012, p. 8). Posicionar-se poeticamente é reconhecer, criando a sensação da inscrição nos versos, é poder que, à princípio individual,

de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor (BERTH, Joice, 2019, p. 18)

pode, também, atuar em prol de sua coletividade, empoderando a si e a sua comunidade, mas sem engendrar dependências entre os sujeitos envolvidos ou normatizar regras para ações dentro dos grupos minoritários. Esta é uma discussão proposta assertivamente por Berth (2019) quando aponta sobre o conceito de empoderamento como um instrumento que permite emancipação social e política e subversão dos poderes hegemônicos instituídos que discriminam mulheres e outros setores em determinadas situações, equalizando as experiências

e existências sociais. Conhecer sua realidade, entender as categorias de gênero, de raça e de sexualidade, por exemplo, que estruturam a sociedade, contribui para com o reconhecimento e para com a análise desses mecanismos que contribuem com as desigualdades. Sobre isso, destacamos o poema “Cada realidade” (SULTUANE, 2017, p. 48):

Vive de acordo com a tua verdade, tua honestidade,
vive de acordo com as tuas crenças, tuas fragilidades,
vive de acordo contigo, só tu conheces a realidade.

(Re)conhecer a sua realidade pode levar as mulheres, segundo Berth (2019), a atuar em seu benefício, mas o empoderamento individual e coletivo, consiste em outras dimensões que passam, além dessa dimensão cognitiva, pela dimensão psicológica, entendida como sentimento de autoestima; consciência política, ou seja, pela compreensão das desigualdades de poder e potencial para mobilização; até chegar a capacidade econômica, isto é, possibilidade de gerar sua renda. É evidente que isto não se faz de uma hora para outra. Trata-se de uma tarefa fundamentalmente política que conteste e combata as relações fundamentadas pela colonização e por seus mecanismos, como a instituição do patriarcado branco, ocidental, heterocêntrico e do capitalismo que autorizaram a dizimação das sociedades indígenas e africanas, restabelecendo relações comunitárias e não dicotômicas.

Insistimos com as reflexões feitas pela mesma feminista negra (2019, p. 35) de que o empoderamento deve ser um conjunto de “estratégias necessariamente antirracistas, antissexistas e anticapitalistas e as articulações políticas de dominação que essas condições representam”, intencionando mudanças sociais com abertura individual e coletiva, quer dizer, o empoderamento não deve partir somente de uma perspectiva individual, mas de transformações sociais coletivas em grupos historicamente oprimidos. Para Berth, empoderamento individual e empoderamento coletivo são essencialmente complementares, visto que as subjetividades e individualidades que formam uma coletividade empoderada dizem respeito àquela comunidade.

O lugar de fala de Sónia Sultuane e os processos revolucionários de empoderamento individual e coletivo que sua Poesia parece representar são

elementos que proporcionam discussão efetiva sobre as desigualdades sociais, relações de poder ao tempo que permitem uma transformação social local e externa. Nesse sentido, tomamos o que afirma Secco (2010, p. 153) sobre as poetisas e os poetas moçambicanos/os: tais artistas “transformam, desse modo, suas composições poéticas em locais políticos, onde o amor, os sonhos e os afetos surgem como alternativas políticas para libertar o pensamento e os sentimentos de cada cidadão dos paradigmas partidários utópicos e fechados, característicos dos tempos regidos por um *ethos* revolucionário”.

Roda das Encarnações tem fundamento no amor, no afeto e nas afecções com os quais podemos pensar ações que promovem empoderamentos individuais que, juntos, constroem coletividades empoderadas que respeitam, são solidárias, reconhecem as humanidades de outrem e, a partir disso, agem humanitariamente. Tais ações criam a consciência de que todas as pessoas podem existir e possuem lugares de fala, quebrando os silêncios estruturais, violentos e instituídos para os grupos subalternizados, rompendo com hierarquias opressoras e permitindo a construção de um mundo equânime.

Últimas Considerações

Sónia Sultuane e sua Poesia são agentes de transformação social, em Moçambique. Sua obra, constituída essencialmente por uma voz lírica e feminina, ressingulariza poeticamente o universo feminino, bem como, reinscreve o imaginário ficcional de seu País, possibilitando uma reflexão sobre as relações humanas já mencionadas. Com a leitura de *Roda das encarnações*, foi/é possível refletir sobre os desafios e a urgência de criamos maneiras mais vivedouras para um mundo equânime para todas as formas de vida. A voz poética feminina convida leitoras e leitores a pensar sobre si, sobre um mundo justo, onde a única dicotomia existente, vida-morte, é diluída, visto a ideia circular de início-fim-início infindável, que se sobressai.

Tais contemplações foram possíveis através da reflexão feita sobre afetos e afecções na Poesia Moçambicana, marcada por incertezas sociais, ancoradas no processo violento de colonização e de guerras que instigam uma produção literária voltada para construção de sentidos e de sentimentos de humanidade e de

libertação entre os seres vivos. Em uma espécie de ciclo, de roda, as experiências individuais se tornam coletivas que, por sua vez, afetam as individualidades e vice-versa, originando uma Obra, aparentemente muito subjetiva, mas política e crítica que fala de si e de seus pares, afetando, inclusive quem a lê porque, permite pensar, também, sobre relações socioculturais e de gênero de um país africano recém-independente que preserva tradições patriarcais muito severas e cristalizadas e que não se limitam àquela Nação.

Roda das Encarnações é uma obra profundamente marcada por consciência ecológica e isso permite observar que as discussões realizadas são baseadas e propostas por uma poesia de autoria feminina, de resistência, fato que abala os chamados discursos hegemônicos e normativos, cria condições e espaços para autorrepresentação e representação de seus pares, retirando da invisibilidade saberes e raízes originados de grupos subalternizados e marginalizados. Estas ações permitem empoderamento individual, da poetisa e seus pares, e empoderamento de sua comunidade, emancipando-a social e politicamente, buscando experiências e existências equalizadas.

Referências

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRAZÃO, José Carlos Chaves. **Afecção e Afeto e Spinosa e Daniel Stern: Considerações clínicas**. In: *Ayvu – Revista de Psicologia*. v.4. n.2, 2018, p. 77-95.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

FREITAS, Sávio Roberto Fonseca de. **Sob o comando de uma lua submissa: A poesia moçambicana de Sónia Sultuane**. In: BRANDÃO, Izabel; LOURENÇO, Laury. *Literatura e Ecologia: trilhando novos caminhos críticos*. Maceió: EDUFAL, 2019. 101-116.

PINHEIRO, Vanessa Neves Riambau. **Entre fronteiras marítimas e corpóreas: apontamentos sobre os rumos da poesia moçambicana contemporânea**. In: *Revista Soletras*. n.36, 2018, p. 148-165.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó. **De sonhos e afetos**: percursos da poesia moçambicana. In: *Revista Cerrados*, v. 19. N. 30. 2010, p. 143-156.

_____. **Afeto e Poesia**: Ensaios e Entrevista: Angola e Moçambique. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2014.

SULTUANE, Sónia. **Roda das Encarnações**. São Paulo: Kapulana, 2016.

**FUGAS E EXÍLIOS, TRAVESSIAS E ERRÂNCIAS EM AS DUAS
MARGENS DO RIO DE JOÃO PAULO BORGES COELHO**

**ESCAPES AND EXILES, CROSSINGS AND ERRANCES IN AS
DUAS MARGENS DO RIO BY JOÃO PAULO BORGES COELHO**

Liliane Batista Barros¹

*Porque não há um só destino, há sempre um
destino atrás do outro, todos os dias, sucedendo-se
ou correndo como a água do rio, e a sucessão
de todos os destinos principais e paralelos é a
história.*

(João Paulo Borges Coelho)

Recebimento do Texto: 02/02/2022

Data de Aceite: 05/03/2022

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar os exílios e as errâncias de três personagens: Jonas, Amoda Xavier e Mama Mére. Os motivos das viagens realizadas por esses três são diversos: Jonas é movido pelo desejo de sair em busca de novas oportunidades; Amoda Xavier chega à Zâmbia movido pela curiosidade e desejos de consumo pelas tecnologias; e Mama Mére chegou à Zâmbia como refugiada, sem bens ou recursos e logo conseguiu um comércio seduzindo Million, o administrador da Feira. Para esta análise utilizamos como fundamentação SAID (2003) e HALL (2003) para sustentar a visão de exílio, TODORV (1990) sobre viagem.

PALAVRAS-CHAVE: *As Duas Sombras do Rio*. João Paulo Borges Coelho. Romance. Exílio. Viagem.

ABSTRACT: This article aims to analyze the exiles and wanderings of three characters: Jonas, Amoda Xavier and Mama Mére. The reasons for the trips made by these three are diverse: Jonas is driven by the desire to go out in search of new opportunities; Amoda Xavier arrives in Zambia driven by curiosity and the desire to consume technology; and Mama Mére arrived in Zambia as a refugee, without goods or resources and soon managed a trade by seducing Million, the Fair's administrator. For this analysis, we used SAID (2003) and HALL (2003) to support the exile view, TODORV (1990) on travel.

KEYWORDS: *As Duas Sombras do Rio*. João Paulo Borges Coelho. Romance. Exile. Travel.

¹ Doutora pela Universidade Federal do Pará e professora adjunta da Universidade Federal do Pará, do Faculdade de Letras do Campus de Bragança da UFPA. liliane.b@ufpa.br

O romance em análise narra as travessias dos agricultores, pescadores, caçadores de elefante, comerciantes, combatentes de guerra, militares, administradores e vários outros moradores dessas paragens que se movem de uma margem a outra, entre idas e vindas, nos intervalos dos ataques ao Zumbo. O autor coloca um mapa no início do romance, logo após o sumário, para melhor situar o leitor no espaço geográfico abordado na narrativa. Como bem aponta Rita Chaves (2008, p. 188), “trata-se de uma carta que se desdobra: no canto inferior direito há o desenho do país, em que assinala a região do Zumbo, detalhada em legendas que completam a apresentação do lugar que é palco das ações a serem narradas.” E o leitor lança mão desse mapa, ao percorrer as páginas do livro para acompanhar os deslocamentos das personagens e o palco das ações descritas na narrativa.

O enredo é organizado pelas travessias e errâncias das personagens, após os ataques guerrilheiros, e podemos dividi-lo entre as quatro investidas dos guerrilheiros ao Zumbo e uma ofensiva a Bawa. Essa divisão que propomos é para melhor organizar este artigo em que abordaremos as fugas e travessias das personagens. A primeira parte do romance é composta por 24 capítulos que vão da página 11 à 144, na edição a que tivemos acesso, compreende os fatos ocorridos entre a posse de Leónidas, na ilha de Cacessemo, ao ataque guerrilheiro de 16 de outubro de 1985, no território da jiboia (Norte de Moçambique), que culmina com as travessias de parte dos habitantes do Zumbo para a Feira e de outra parte dos moradores do Zumbo para a Bawa. A segunda parte do romance pode ser delimitada a partir do anúncio profético do leão, através de Joana M’Boa para a comunidade da Bawa sobre a investida dos guerrilheiros a esta aldeia, que ocorre em 27 de maio de 1987, ocupa as páginas 145 à 229, abrange 14 capítulos que relatam as mudanças ocorridas nas vidas dos antigos moradores do Zumbo, na Bawa, e o retorno destes junto com os habitantes da Bawa para seu antigo território do Norte. A terceira parte do romance narra a terceira ofensiva guerrilheira, novamente contra o Zumbo, em 1º de julho de 1989, abarca três capítulos, da página 230 à 246, mas a ofensiva também não teve sucesso, pois os Tigres (uma divisão do exército moçambicano) guardava a aldeia e um avião zimbabweano sobrevoava a comunidade e faz os invasores fugirem. A quarta parte é sobre o quarto ataque, que é mais devastador que o anterior. Porém, a população tem

tempo de fugir pelo Rio Zambeze e evitar o Aruângua, já que a experiência anterior comprovou ser muito perigosa a travessia por aquele rio. Na fuga pelo Zambeze os passageiros do barco terminam no mesmo cenário do início do romance, diferencia este capítulo do primeiro pelo fato de o pescador observá-los da margem Norte. Mesmo assim, parece-nos iniciar e terminar o romance neste espaço indica a circularidade da narrativa que nos leva a inferir sobre o recomeço.

Em relação à estrutura da narrativa, chama atenção o fato de o autor ter escolhido um humilde pescador para representar a divisão Norte e Sul do país. Leónidas aparece no primeiro capítulo e depois fica em segundo plano, enquanto uma sucessão de personagens ocupa o primeiro plano. Volta no quarto capítulo, depois continua em segundo plano a perambular pelo Zumbo enquanto aguarda a cura prometida pelo nganga Gomanhundo. O protagonismo de Leónidas retorna com a volta dos moradores do Zumbo em 1989 e depois, no final do romance, mergulhando nas águas do Zambeze e nos capítulos em que o protagonista não está presente são narradas histórias de outras personagens que terminam por entrelaçar suas vidas aos rios, seja os moradores do bairro Lusaka, ou os da Bawa, ou os da Feira. Assim, a vida de Leónidas e dos demais moradores do Zumbo tem as histórias particulares contadas em cada capítulo do romance, entrelaçadas pela narrativa maior que é a da guerra civil, que entra no romance a partir da interrupção do cotidiano dos moradores das margens dos rios de várias formas: no Zumbo, pelo abandono das casas e a fuga para outras margens transpondo suas vidas de uma situação estável para uma instável.

Laura Cavalcante Padilha, no artigo “A arte de vestir africanamente brancos manequins” publicado na Revista Gragoatá, (2005), ao analisar dois romances das literaturas angolana e moçambicana *O manequim e o piano* de Manuel Rui (2005) e *O sétimo juramento* de Paulina Chiziane (2000) afirma que assim como os romances de Paulina e de Manuel Rui, bem como os de Mia Couto, Boaventura Cardoso, João Paulo Borges Coelho, Ruy Duarte de Carvalho, apontam como a questão da migração “podem explicar e a insistência dos autores em cenarizarem deslocamentos e movimentos de várias ordens.” (p. 34) Para a professora, nesses romances “as viagens, os deslocamentos, o entre cruzar de várias fronteiras, as migrações, acabam por constituir o traçado imaginário principal, ao mesmo tempo em que os mitos, ritos, crenças, costumes etc. sustentam, ainda

mais, o corpo diegético” (p. 34). Em relação às ações de *As duas sombras do rio*, de Borges Coelho, o rio Zambeze e seus afluentes constituem a estrada natural entre os três países onde os moçambicanos deslocados da guerra são obrigados a atravessar, em busca de segurança e paz. Padilha nos lembra que “os romancistas, como sujeitos localizados em uma cultura, pactuam com as histórias de suas terras, empenhando-se em criar textos em diferença, para além de não deixarem morrer as falas de seus lugares.” (p. 35)

Para os habitantes da Feria na Zâmbia e da Bawa em Moçambique, a chegada dos refugiados também desestabiliza suas vidas pela assistência devida a eles, o que pressupõe mais bocas para alimentar, além do medo da guerra chegar até ali. Assim, o estado de suspensão vivido por Leónidas se transpõe para todos os moradores das margens desses rios. Ventura lê a trajetória do pescador como “a de um ser solitário que atravessa a vida e conta ou tem contada sua ‘aventura’, Leónidas Ntsato sofre um processo de alienação que o retira de sua vida comum e o torna uma espécie de observador da vida de sua comunidade. Marcado pelo trágico, o destino de Leónidas é a morte.” (VENTURA, 2010, p. 92). Para Cruz, o mergulho de Ntsato no rio tem outra leitura, visto que é nele que está a resposta para o mal que aflige o pescador.

Entendendo-o, Ntsato mergulha no rio e nele se funde. Esta fusão do indivíduo com a história do seu povo aponta a inextrincabilidade entre o plano individual e o plano social, enlace que acompanha toda a obra, reflectindo a necessidade de olhar para lá da aporia clássica entre o particular e o geral, já que é no particular que o geral se substancia e transforma. (CRUZ, 2009, p. 209).

Para a estudiosa, a escrita alegórica de Borges Coelho destaca as frinchas deixadas pelo colonialismo e que perduram ainda na sociedade moçambicana e que é preciso trazer à luz. “O dilema de Ntsato é dilema enfrentado por seu próprio povo” (p. 211). O narrador nos apresenta parte da biografia dessa personagem tida como um homem respeitado pela comunidade, considerado bom em seu ofício de pescador, além de ser cumpridor das tradições, como comprova o pedido de casamento a Amina seguindo todos os ritos tradicionais. Era caprichoso em

suas obrigações, mantinha o telhado da casa sempre em ordem e, para dar maior comprovação disso, a dedicação que teve na construção de sua almadia feita com delicadeza e cuidado, sem pressa, para que o serviço saísse a contento. Mas, de repente, sua vida foi posta em suspense, “até esse dia foi Leónidas Ntsato um pescador” (BORGES COELHO, 2003, p.24) que vivia cruzando os rios Zambeze e Aruângua em busca de peixe, agora escasso pela construção da represa Cahora Bassa. A guerra já estava ocupando outros espaços do Norte, lembremos que foi ela que fez a vida de Leónidas se cruzar com a de Amina, pois, segundo o narrador, a futura esposa de Ntsato foi para o Zumbo junto com a família fugindo de Murunguja por causa da guerra. Ao vê-la, o pescador se apaixonou e a pediu em casamento com o pagamento do dote. Contudo, o narrador nos lembra que o destino de Amina é uma exceção.

Na verdade, tendo largado sua terra em fuga para o Zumbo aonde chegara sem nada, nunca pensou vir a ter tanta sorte. Os refugiados não casam as filhas, apenas deixam de as controlar. Não tem estabilidade nem imponência social que permitam apoiá-las na altura do casamento. Anônimos, pobres, só lhes resta esperar a fatídica notícia de que elas foram um dia derrubadas por algum jovem fogoso, esperar que a barriga lhes cresça e finalmente amar um neto sem o poder manifestar, por ele ser fruto da vergonha. (BORGES COELHO, 2003, pp. 21-22).

Nazir Ahmed Can em “Da filologia da guerra à divisão do ‘eu’ feminino em as duas sombras do rio, de João Paulo Borges Coelho” (2013), destaca que o romancista aponta as diversas consequências da guerra civil moçambicana para a população tais como a ruptura das famílias, o comércio ilegal além do trauma. Nesse trabalho, o autor se debruça sobre as personagens femininas e destaca o fato de elas não serem passivas e nem tão pouco vítimas de uma guerra feita exclusivamente por homens. Elas são individualizadas e ativas donas de seus destinos. Além das mulheres, Can destaca a questão das crianças que vivenciaram as guerras e, em consequência dessa experiência, tem uma visão desencantada da história. Em “Infância e história nos romances de João Paulo Borges Coelho” (2014), o autor busca verificar como a infância é abordada em três obras de João Paulo Borges Coelho, *As Duas Sombras do Rio*, *As Visitas do Dr. Valdez* e *Crónica*

da Rua 513.2. Para Can, as crianças têm uma visão desencantada diante da vida.

A família de Leónidas é desestabilizada em consequência da guerra visto que o pescador tem seu destino separado de Amina e dos filhos pelos acontecimentos na ilha de Cacessemo, uma vez que ao abandonar a profissão, Leónidas não tem mais como sustentar sua família e, em consequência disso, se afasta dela. A família, no entanto, empenha-se em buscar a cura para o pescador e, em um primeiro momento, leva-o ao posto de saúde, uma estrutura oferecida pelo Estado, mas lá não encontram a solução. Amina decide, então, buscar ajuda na tradição e leva o marido à casa do nganga que pede um tempo para poder encontrar uma solução para o mal que aflige Ntsato. Por fim, Leónidas toma a iniciativa de buscar apoio financeiro com o secretário responsável pela aldeia para que sua família não passe necessidade já que não pode mais pescar, porém, não recebe ajuda e ainda é expulso do edifício do governo. É nesse momento que lança o *m'fiti*.

Agora era a vez de Leónidas Ntsato ficar verdadeiramente zangado. Sentado no chão, levantou o indicador direito em direção ao edifício da Administração e proferiu este *m'fiti*, esta terrível profecia:

– Amanhã é o último dia desta terra e vão chover pedras na Administração! O fogo háde queimar esses teus papéis! (BORGES COELHO, 2003, p.49).

A crise de Leónidas representa a divisão do país e a não consolidação do projeto de nação sonhado durante a guerra de libertação. A falência desse projeto, a repetição das práticas coloniais de exploração do povo e o desrespeito às tradições provocam a reação da população e o início da guerra civil. Além disso, a região Norte, que ficou esquecida durante o período colonial, continua a ser ignorada pelo atual governo, que não leva melhorias para este espaço, e ainda interfere negativamente com a construção da represa que faz a vida dessa população mais difícil pela escassez de alimento. Assim, o estado do pescador (cindido em dois) pode ser lido como a herança colonial que dividiu o Norte e o Sul, já que os portugueses investiram mais no Sul pela sua proximidade com a África do Sul. Essa divisão se perpetua no período pós-colonial seja nas relações sociais, seja nas relações políticas do novo governo. A respeito do pós-colonialismo, Boaventura

de Sousa Santos, no ensaio “Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e de outro” o define.

Entendo por pós-colonialismo um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. Tais relações foram construídas historicamente pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. (SANTOS, 2010, p. 28).

O sociólogo nos lembra que o fim da dominação política não extermina o colonialismo enquanto relação social e mentalidade, assim, a crise de Leónidas é uma representação dessa herança que criou a desigualdade entre Norte e Sul. A doença do pescador é tão séria que nem a representação oficial nem a representação tradicional podem solucioná-la por se tratar justamente da desigualdade entre o Norte e o Sul, construída historicamente e mesmo o fim do colonialismo não conseguiu extinguir.

E, assim, o primeiro ataque, que é resultado da maldição apregoada por Ntsato, dá início a uma sequência de deslocamentos da população em busca de segurança. É interessante observar que o narrador é preciso nas datas e horários em que cada invasão ocorre, mas evita detalhar as cenas de violência, assim como não detalha os corpos dilacerados. Ele ainda nos alerta que, das quatro invasões, três foram anunciadas, sendo a primeira fruto do *m'fiti* de Leónidas (em quem não se acredita por ser considerado louco); a segunda é prevista pelo leão através de Joaquina M'Boa ao povo da Bawa, que tem tempo de sair antes da chegada dos guerrilheiros; e a terceira é anunciada pela jiboia a Harkiriwa, que não avisa os moradores do Zumbo sobre a previsão do ataque. Não sabemos o motivo de seu silêncio, mas o número de vítimas é menor do que o primeiro por causa da presença dos Tigres e do barco Estrela-do-Mar.

Durante a primeira investida guerrilheira na madrugada de 16 de outubro de 1985, às três horas da madrugada, a população é acordada por tiros

e, no desespero de saber o que houve, foge de forma desordenada: um grupo vai em direção ao rio Aruângua, enquanto outro grupo corre em direção ao rio Zambeze para buscarem o refúgio da outra margem do rio. Os que optaram pelo Aruângua têm dois destinos: alguns conseguem alcançar a margem, enquanto outros morrem em consequência de afogamento e pelos ataques dos crocodilos. No desespero de fugir, parte da população esqueceu que este rio não era a melhor opção:

No rio, cada um faz o que pode – os salvadores e aqueles que tentam atravessá-lo. [...] Uns minutos apenas, com a boca muito aberta e os olhos à pele da água, tempo à justa para se despedirem do aéreo mundo das aves e o cheiro das fogueiras, de verem a luz uma última vez antes de penetrarem no aquático mundo dos peixes, dos mistérios e dos silêncios. [...] E o dia de hoje é prenhe destas pequenas vitórias gigantes, anónimas na maior parte delas, pois foram poucos os salvos pelo barco da polícia ao pé dos outros, a larga maioria, que foram pescados pelos donos das pequenas almadias, hoje com uma faina muito diferente daquela que se costuma suceder todos os dias. (BORGES COELHO, 2003, p.83).

O desespero de homens, mulheres, crianças e idosos não deixa que percebam que só havia duas travessias possíveis pelo Aruângua: ou de almadia (mais segura por causa dos crocodilos) ou a nado (muito arriscado também por causa dos crocodilos). Como nem todos tinham a possibilidade de ter uma almadia ou conseguir entrar em uma, o destino de alguns foi passar a fazer parte do rio em “tão extraordinário acontecimento em que uns atravessam para as terras estrangeiras e outros para o fundo do rio” (BORGES COELHO, 2003, p.85). A travessia revela a desigualdade social e a vulnerabilidade dos mais fracos frente à guerra e somente aqueles que conseguiram a solidariedade dos vizinhos da Zâmbia, que os resgataram da água, conseguem alcançar a outra margem, passando de cidadãos moçambicanos à condição de refugiados: “E estes sobreviventes bebiam já numa nova qualidade– a de refugiados–que camponeses e pescadores haviam deixado de ser a partir do momento em que transpuseram o rio” (BORGES COELHO, 2003, pp. 83-84).

As fronteiras, até então invisíveis: “três países vivendo juntos, quase como

irmãos: a sua Zâmbia aqui, Moçambique mais para leste, do outro lado do rio Aruângua, e meu Zimbabwe para o sul, do outro lado do rio Zambeze” (BORGES COELHO, 2003, p.56), como afirmou o zimbabweano Zvobo. A comprovação dessa afirmação é válida para o comércio ilícito de Mama Mére com contrabando de marfim, que irrita Zvobo, e seu acordo com os pescadores moçambicanos que atrapalhavam os negócios de Dona Flora, que ficava furiosa cada vez que surpreendia a congoleza fazendo negócios no seu território moçambicano. Também Zvobo ultrapassa as fronteiras sem permissão oficial para tentar capturar os contrabandistas que, por sua vez, invadem outros países para caçar elefantes. Porém, neste momento de guerra, as fronteiras invisíveis transformam-se em visíveis.

Todo o norte do rio é agora uma paisagem lunar. Não há invasores à vista, que saciados com as parcas riquezas do Zumbo se retiraram céleres como haviam chegado. Não há também povo, que partiu em fuga desabrida, dividindo-se para atravessar o Aruângua e chegar desordenadamente à Feira, já no estrangeiro, optando a segunda metade por atravessar o Zambeze para sul, buscando na ainda moçambicana Bawa um espaço de vida provisória onde pudesse fazer um balanço (de quem cometeu a insensatez de ficar não se fala aqui, reduzidos que estão a brancas e puras ossadas). Os primeiros irão ter por única alegria, no meio de mil tragédias, a chegada periódica de um cobertor, uma lata de milho, uma barra de sabão, trazidos por homens de braçadeiras vermelhas e gestos maquinais cuja profissão é fazer o bem. Os segundos não têm nada disto mas podem, em contrapartida, contemplar a partir da Bawa a cidade que já foi sua, na outra margem – para eles é esta contemplação o bem mais precioso. (BORGES COELHO, 2003, p. 104).

O único morador que opta por não atravessar o rio é Leónidas que parece não ser notado pelos invasores, e é também o único a não se surpreender com o ataque “por ser desvairado e por isso conhecer o futuro antes de ele acontecer.” (BORGES COELHO, 2003, p. 154). O estado de loucura permite à personagem enxergar a desordem do mundo promovida pela guerra que os demais moradores do Zumbo não veem, e estes só conseguem compreendê-la quando esta passa a fazer parte de suas vidas. Leónidas sobrevive ao ataque e passa a perambular pelas

ruas desertas da aldeia, momento em que o foco narrativo se afasta dele. As demais personagens sentem a vertigem de Leónidas promovida pelo ataque inesperado, pela imigração ou deslocamento forçado e pela incompreensão do porquê dessa guerra que transforma espaços antes conhecidos em espaços estranhos e da qual a única experiência intercambiável é a da perda.

Os que optaram pela Bawa, margem Sul do Zambeze, ficaram mais perto de suas casas, o que permitia visitas rápidas para verificar de perto o que restou ou, pelo menos, matar a saudade do lugar onde viviam “numa libertação ditada por aquela imensa vontade de ir mexer com as mãos aquilo que há tanto tempo só se via de longe, de confirmar histórias de outros que lá tinham estado.” (BORGES COELHO, 2003, p. 111). Assim, começou um movimento entre as duas margens do Zambeze na busca por pertences ou só pela expectativa de verificar se a casa ainda estava de pé ou se algum animal havia sobrevivido. Essas visitas constantes não permitiram que se rompessem os laços de pertencimento desses moradores com o espaço que viviam.

As estadias do outro lado eram encurtadas para evitar novas surpresas. O tempo de cada um visitar os restos de sua casa, de descobrir com alegria algum celeiro intacto, uma rede de pescar utilizável. Ou, com imensa tristeza, de verificar que aquilo que a partir do outro lado pareceu durante semanas estar de pé estava, afinal, desde há muito calcinado, perdera a maleabilidade das coisas vivas e aproveitáveis. Os escassos animais que ainda havia iam sendo recuperados por quem os achava junto dos restos das casas. (BORGES COELHO, 2003, p. 111).

Junto com esse primeiro ataque veio a seca, que escasseou ainda mais o alimento e tornou a vida dos refugiados da Bawa mais difícil. Este também foi o motivo das constantes travessias para buscar alguma rede para pescar, uma ferramenta ou ainda um animal para que a solidariedade dos moradores da aldeia do sul fosse recompensada de alguma forma. Essa relação entre esses dois vizinhos se estreitou de tal forma que, no retorno definitivo dos moradores do Zumbo, os da Bawa foram convidados a ir com eles.

A segunda investida dos guerrilheiros é na Bawa e ocorre em 27 de maio de 1987, às três horas da tarde. Os invasores encontraram uma aldeia vazia, pois,

pelo aviso do leão, a população abandona o lugar frustrando, assim, a expectativa dos invasores que não voltaram mais àquela aldeia.

Nunca mais, a partir do fatídico dia do ataque a Bawa tornaram os invasores a ser visto na margem sul do rio Zambeze. Nessa ocasião retiraram em debandada deixando alguns mortos pelo caminho, atravessaram Panhame novamente (agora em sentido contrário ao da vinda), e prosseguiram sempre, abandonando os seus involuntários auxiliares a sua sorte. No encalço, remexeram os homens de Meia-Chuva nos cadáveres que foram encontrados dispersos pelo mato nas posições mais grotescas, em busca de pistas que os ligassem a alguma origem. Mas só acharam olhares vítreos de bolsos cheios de pequenas coisas roubadas em Bawa. (BORGES COELHO, 2003, p. 158).

Toda a comunidade da Bawa participou do ritual em que o leão Kanyemba, espírito do antigo colono português, incorpora Joaquina M'Boa e avisa sobre o ataque, além de fazer o retrato da terra estéril pela guerra. “–Mataram a terra e todas as coisas. Matam-se agora uns aos outros. E quando há esse ódio entre vizinhos, quando as aldeias se inimizam desta maneira, quando a família se acaba, é porque se aproxima o vazio e o fim. Porque se apaga o fogo”. (BORGES COELHO, 2003, p. 151). Kanyemba é mais um espírito português errante que se transforma em ancestral. Ele denuncia as atrocidades que vê, tais como a morte da terra, a morte entre os moçambicanos e o ódio entre vizinhos de margem e, com isso, o fogo sagrado se extingue. A presença de um espírito português como ancestral reafirma a mestiçagem já presente na tradição moçambicana. Se considerarmos que o nome de Leónidas Ntsato anuncia a presença de um nome latino (Leónidas) junto com um nome local (Ntsato), conforme já apontamos, então parece-nos que Coelho mostra que, apesar de todo mal que o colonialismo trouxe a Moçambique, não se pode negar que há uma herança importante que não pode ser desconsiderada que é a herança cultural. Retomando a invasão guerrilheira, como a Bawa cumpre suas obrigações religiosas por ser uma aldeia pequena e ainda não ter um secretário que cumpra as leis em relação ao obscurantismo, a população é poupada da destruição impetrada pela guerra.

O que chama atenção nessa invasão é a sedução que os guerrilheiros

fazem ao povo Panhame, uma aldeia pobre, isolada, onde seus moradores andam quase nus esquecidos pela administração, visto que Sigaúke nunca esteve lá. Aproveitando-se da situação, o líder dos guerrilheiros propõe a eles “– Venham conosco e vão saber o que é a prosperidade.” (BORGES COELHO, 2003, p. 154). Os da Bawa, obedientes ao presságio, desocuparam a aldeia logo pela manhã e ainda prepararam uma emboscada para os invasores que ao chegarem são surpreendidos com a aldeia vazia e, sem muito o que pilhar, ficam furiosos e queimam as palhotas antes de saírem. Os de Panhame ficam desolados e sabedores de que a partir desse dia seriam inimigos dos de Bawa. Se os desta aldeia vivem em um estado de abandono os de Panhame são mais esquecidos ainda. Estas duas aldeias pertencem à jurisdição do secretário Dionísio Sigaúke que não se ocupou delas até ter que migrar para a Bawa e instalar ali um governo provisório. Porém, a preocupação em retomar o Zumbo não permitiu ou não interessou ao secretário verificar as condições das demais aldeias de sua jurisdição. O retorno do secretário e dos moradores do Zumbo ocorre com a chegada dos Tigres treinados no Zimbábue que vão garantir a segurança da fronteira.

Com a passagem dos Tigres para o norte regressaram também os do Zumbo, que até então se encontravam em Bawa, aproveitando a oportunidade para voltar e tomar posse do que era seu. Foi esse também o caso do administrador Sigaúke, há muito sonhando com o edifício da Administração e agora achando concreta possibilidade de o recuperar e dali continuar a presidir aos destinos do distrito. Finalmente e um pouco mais atrás, o contingente popular integrava também alguns habitantes da Bawa, que embora não envolvidos na manobra queriam ver de perto aquilo que seus hóspedes tanto falavam, e quiçá espreitar a oportunidade de algum negócio.

Em consequência de todos esses fatos ficou a Bawa a partir desse dia mais reduzida de gente do que antes, e também mais marginalizada dos enredos criados pelos homens da região. (BORGES COELHO, 2003, p. 180).

A oposição Norte e Sul continua comprovada na propaganda feita pelos moradores do Zumbo de que a região Norte seria mais produtiva pela atitude do próprio secretário que não se ocupava das aldeias que ficavam na outra margem do Zambeze e pertenciam a sua jurisdição. Consequentemente, os moradores que residiam ao norte da região Sul eram duplamente marginalizados, afinal, não eram aceitos nem pelos do Sul tampouco pelos do Norte.

Em decorrência dessa migração, os moradores da Bawa testemunharam e foram vítimas dos terceiro e quarto ataques. A terceira investida dos guerrilheiros foi prevista pela jiboia à velha Harkiriwa na margem norte Zambeze, mas não somos informados sobre o que ela disse não revela aos moradores do Zumbo qual foi a previsão. A velha senhora é uma refugiada de guerra que não pode ultrapassar a margem norte do rio por ser ali o término do território da cobra. O ataque se dá em 1º de julho de 1989 às quatro horas da madrugada e foi impedido pelos Tigres, não sendo, portanto, essa luta tão devastadora. Porém, os invasores retornam em 4 de julho, iniciam a invasão pelo batalhão 450, que não tinham tanto preparo quanto os Tigres, e por isso houve muitas mortes. Mas, nessa investida, a reação da população foi diferente, pois “desta vez não deu na população o ímpeto de fugir para o rio, andavam todos ali em fugas desencontradas e sem destino.” (BORGES COELHO, 2003, p.232). Um avião zimbabweano sobrevoou a aldeia e atacou os guerrilheiros, os que sobreviveram fugiram.

O quarto ataque não é datado pelo narrador, mas foi devastador, pois além dos moradores do Zumbo, os da Bawa também foram vítimas. “Desenganaram-se. Quanto aos do Zumbo, que tinham inventado essa visão fantasiosa sem dúvida movidos pela saudade, desenganaram-se também, e somaram ao desengano a vergonha de ter mentido” (BORGES COELHO, 2003, p. 247). Dessa vez, os moradores preferiram atravessar o Zambeze e evitar o “falso caminho da liberdade” que era o Aruângua. Alguns fugiram em suas almadias e outros embarcaram no Estrela-do-Mar que, por sorte estava ali, mas o barco, na fuga, tentando escapar dos tiros vindos do Zumbo, acaba por encalhar na ilha Cacessemo. “Deu o Estrela-do-Mar em encalhar na praia da ilha de Cacessemo, adornando em seguida para o lado esquerdo, ligeiramente, a ré virada para o Zumbo, como que apanhado em pleno ato de fugir.” (BORGES COELHO, 2003, p. 249). O encalhe do barco no espaço em que o romance inicia sugere uma narrativa circular, porém, Leónidas

que está na margem do Zumbo opta por mergulhar no rio e passa a fazer parte da história contida neste. As personagens que ficam na ilha, como já apresentamos no tópico anterior, podem olhar além da dicotomia Norte e Sul e criar uma nova possibilidade de ruptura com o que está posto a partir de uma visão crítica desses acontecimentos. A questão do exílio neste romance é trabalhada a partir do trânsito entre fronteiras, seja entre dois países, como entre Moçambique e Zâmbia, seja dentro do mesmo país no deslocamento entre Norte e Sul ou entre litoral e interior, como ocorre com Amoda Xavier. Mas em qualquer desses casos é um exílio e Said, que vivenciou essa experiência, afirma ser devastadora.

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre. (SAID, 2003, p.46).

O autor nos lembra que George Stein chegou a propor a tese de que “a moderna cultura ocidental é, em larga medida, obra de exilados, emigrantes, refugiados” (SAID, 2003, p. 47), mediante o número de intelectuais em trânsito no período da guerra. O que podemos pensar acerca dessa condição que a guerra impôs a esses moradores do Zumbo é a dor de não pertencer à qual Said se refere: “E logo adiante da fronteira entre ‘nós’ e os ‘outros’ está o perigoso território do não-pertencer[...] na era moderna, imensos agregados de humanidade permanecem como refugiados e pessoas deslocadas.” (SAID, 2003, p. 50). Said conclui o texto da seguinte forma: “O exílio é a vida levada fora da ordem habitual. É nômade, descentrada, contrapontística, mas, assim que nos acostumamos a ela, sua força desestabilizadora entra em erupção novamente.” (SAID, 2003, p. 60). O narrador, ao retornar no tempo, aponta os movimentos promovidos pelo colonialismo que agenciou deslocamentos no continente africano e para fora deste tornando essa condição parte da vida dos moradores da região.

Não era o viajar, para os antepassados, um grande passo ou novidade. Há muito se haviam habituado a ver chegar e partir gente de todos para todos os lugares. De cima, dos Lagos, do Tanganhica e do Niassa, chegavam caravanas compridíssimas e cansadas com filas intermináveis de carregadores [...] os transportadores transportavam a si próprios, já no regresso, já na condição de escravos. [...] De dentro, do Congo e do Alto Zambeze, vinham novos viajantes com o ouro, o marfim e a borracha, gentes de costumes diferentes mas bom conversadores e ingênuos [...] De baixo chegavam as hordas Angunes com rodela pretas na cabeça e uma organização implacável de formigas gigantes que deixavam um rastro de sangue à passagem do seu gado e soldados, gentes do sul, austera e militar [...] Do mar chegavam as companhias do Geral Castilho, praças amarelas infectadas de malária sem saberem o que ali faziam [...] E finalmente passavam ainda os muzungos do lugar, gente sem escrúpulos nem descanso, em razias permanentes que por serem sujas e malévolas não deixavam, à sua maneira, de ser viagens. (BORGES COELHO, 2003, pp. 114-115).

Nesse excerto podemos evidenciar uma complexa trama de deslocamentos que vêm de todos os lados do continente, e de fora deste, em diferentes períodos da história do país na ocupação do Norte de Moçambique. É certo também, que o processo de colonização portuguesa não mais existe, assim como a descolonização desse território se extinguiu no século passado, embora as práticas coloniais ainda sobrevivam em diversas partes do mundo e ocorram inclusive dentro de um mesmo território. Sendo assim, as relações de poder têm as nomenclaturas modificadas, mas as práticas continuam as mesmas e o colonialismo ou imperialismo modernos não são mais ocupação de territórios; são, como vimos com as observações de Boaventura e Said, citados anteriormente, imposições ideológicas, o que os faz mais perigosos, pois não sabemos mais quem é o inimigo.

Se até este momento apresentamos as fugas, exílios e travessias, agora apresentaremos três personagens que nos chamaram atenção e têm como característica a errância. São elas: Jonas, filho de Leónidas Ntsato, Amoda Xavier e Mama Mére. Os motivos das viagens realizadas por esses três são diversos: Jonas é movido pelo desejo de sair em busca de novas oportunidades e repete o ritual de seus antepassados ao ir trabalhar nos canaviais do Zimbabwe; Amoda Xavier

chega à Zâmbia movido pela curiosidade de ver onde o Zambeze nasce, depois se casa, muda para o Zumbo, em seguida para a Bawa e passa a ter outros desejos: as tecnologias. Começa adquirindo um cassete, depois uma máquina de costura e planeja um videocassete para levar o cinema à Bawa. Podemos ler Amoda como a ânsia do progresso e da modernidade, pois ele tem o espírito empreendedor. Mama Mère chegou à Zâmbia como refugiada, sem bens ou recursos e logo conseguiu um comércio seduzindo Million, o administrador da Feira. As três personagens são viajantes. E essa é uma temática muito antiga na Literatura. Todorov, no livro *As morais da História* (1990), no sexto capítulo intitulado “A viagem e a narrativa” fala.

O que não é uma viagem? Por pouco que alarguemos o sentido figurado deste termo e nunca foi possível conter a tendência para o fazer. A viagem coincide com a vida, nem mais nem menos: será esta diferente de uma passagem do nascimento à morte? O deslocamento no espaço é o signo primeiro, o mais fácil, da mudança: ora, quem diz vida diz mudança. Também a narrativa se alimenta de mudança; neste sentido, viagem e narrativa implicam-se mutuamente. A viagem no espaço simboliza a passagem do tempo, o deslocamento físico, a mutação interior. Tudo é viagem, mas trata-se de um tudo sem identidade. A viagem transcende todas as categorias, até, e inclusivamente, a da mudança, do mesmo e do outro, já que desde a mais alta antiguidade são postas lado a lado viagens de descoberta, explorações do desconhecido e viagens de regresso, reapropriação do familiar: os Argonautas são grandes viajantes, mas também Ulisses o é. (TODOROV, 1990, p. 93).

Segundo Todorov, as narrativas sobre viagens precedem as viagens propriamente ditas, datadas do fim do século XV e início do XVI. Foi o imaginário do desconhecido provocado por esses textos que promoveu as viagens e navegações. É importante destacar que a marca principal da viagem é a mudança. Ao recuperar a literatura de viagem, Coelho promove as relações entre memória coletiva marcadas pelas histórias de chegada e partida de diversas pessoas na Região do Zumbo; esperança de mudança – viajar para enriquecer é um dos mitos das viagens do século XVI até XVIII com vinda de portugueses para o Brasil e de outros colonos

para África portuguesa²; a curiosidade pelo desconhecido – o desejo de se colocar em confronto com outras culturas e lugares exóticos; a viagem como fuga em períodos de guerra e catástrofe e, por fim, a morte que a que todos nós estamos obrigados a fazer. É a mescla do desejo pelo desconhecido e o desejo de possuir que move Jonas, e Mama Mère.

Jonas usa a justificativa de ir em busca do pai para empreender a viagem. Essa busca se transforma no desejo de novas possibilidades em um lugar longe da guerra e, para satisfazê-lo, deixa sua obrigação de filho mais velho e faz com que a mãe assuma o papel de liderança na família. No capítulo 19 intitulado “O desejo de partir” podemos acompanhar a saída do jovem em busca de uma vida melhor. O narrador inicia o capítulo refletindo sobre a impaciência dos mais jovens com os costumes locais de longas conversas coletivas para tomar decisões e sobre as notícias de trabalhos que chegavam até eles e que lhes possibilitariam adquirir os bens que sonhavam: roupas coloridas e músicas. Esses jovens tinham duas possibilidades de trabalho: os canaviais do Zimbábue ou as minas da África do Sul que há séculos povoavam o imaginário dos jovens moçambicanos: “Jonas não inovava. Limitava-se a repetir o gesto de seus avós, que cem anos antes também partiam pelos mesmíssimos caminhos em busca de dinheiro para pagar o imposto colonial, e sobretudo curiosos de conhecer esse mesmo desconhecido.” (BORGES COELHO, 2003, p. 114).

O narrador faz uma longa digressão pela história narrando as idas e vindas de pessoas para aquela região. E elas vinham de todas as partes, como já foi citado anteriormente, de cima (Lagos, Tanganhica e Niassa), de dentro (Congo e Alto Zambeze), de baixo com os Angunes e do mar com a Companhia Geral Castilho. Todos traziam bens como ouro, marfim, gado e escravos para serem embarcados e enviados para a Europa ou América.

E o povo daquela terra concluiu que se todos viajavam, chegando e partindo, vendendo e comprando, também ele podia viajar a conhecer novos lugares, vendendo seu trabalho e comprando o que lhe quisesse dar. E toda aquela nova gente parecia disposta a ajudá-los nessa nova vontade. Espalharam-se recrutadores pelo campo, prometendo tudo

2 A Literatura fala desse assunto e como exemplo temos *A Ilustre casa de Ramires* de Eça de Queirós, além de *A Brasileira de Prazins* de Camilo Castelo Branco (1984), entre outros romances que trazem a viagem para as colônias com o intuito de enriquecer e depois voltar a Portugal.

a quem quisesse com eles ir, avançando até dinheiro para a viagem. (BORGES COELHO, 2003, p. 115-116).

É certo que Jonas decide partir repetindo os passos de seus antepassados. No período colonial, Portugal fez um acordo com a África do Sul para ceder trabalhadores para as minas, recebendo pagamento pelos enviados. O mesmo acordo foi selado com o Zimbabwe para fornecer mão de obra para os canaviais. O mito da riqueza fácil adquirida pelo trabalho nesses dois países não foi desfeito com o final do colonialismo e muitos moçambicanos continuaram a ir para as minas e canaviais, pois, além do desejo de ganhar dinheiro, que ficou mais difícil após a Independência, ainda havia o mito de que o trabalho nas minas e canaviais transformava os rapazes em verdadeiros homens. Nesse sentido a viagem de Jonas é uma herança colonial que não foi desfeita após a Independência de Moçambique.

Não somos informados para onde o filho de Leónidas foi em um primeiro momento, somente temos a informação de que foi ao Zimbabwe quando este paga o nganga com o dinheiro desse país, mas sobre o que fez nesse período, sobre quais experiências vivenciou não temos qualquer referência. Somente no capítulo 27, “um homem novo”, é que vamos ter notícias de sua volta para Moçambique e para a família. Jonas vai em direção a Bawa em busca de sua mãe e como resultado da viagem empreendida e do fruto de seu trabalho, traz apenas um saco com um corte de tecido para a mãe e algumas quinquilharias para distribuir: estas são as riquezas adquiridas pelos anos de trabalho. O título do capítulo soa como uma ironia ao homem novo apregoado por Amílcar Cabral no discurso feito em Havana. Esse homem novo era definido como “plenamente consciente dos seus direitos e deveres nacionais, continentais e internacionais.” (COMTINI, 1980, p. 22). O narrador inicia questionando o retorno de Jonas, pois, se ele viajara em busca de uma vida melhor, como pode voltar no meio de uma guerra?

Poderá parecer incompreensível o regresso de Jonas àquela terra tão castigada [...] a recordação que levou consigo era a de casas de onde não mais subiam para o ar os rolos brancos de fumo das cozinhas. Imagens trocadas de aldeias que devendo ter gente estavam desertas, de caminhos que devendo estar desertos se encontravam cheios de gente errante, sem destino.

Imagens onde a falta de chuva deixara de ser a mais suprema desgraça porque mesmo com ela ninguém se atreveria cultivar.

E, no entanto, Jonas vem aí. (BORGES COELHO, 2003, p. 163).

O leitor não é informado sobre o motivo do retorno do viajante, mas, para Amina, sua mãe, era o retorno do filho já homem e conhecedor do mundo que poderia, enfim, aliviar a responsabilidade dela frente à família. Jonas informa Amina sobre seus planos e o que pretende para o futuro: ver a família e ajudar no que for possível, voltar para Lusaka no Zumbo, construir uma casa e casar-se. A partir disso, temos, então, a certeza de que ele volta para sua casa sem a consciência política esperada. Nenhum desses planos condiz com o ideal de homem novo proposto por Amílcar porque Jonas não tem formação nem visão política, assim como os demais jovens que saíram como ele, também não tinham consciência dos seus direitos nacionais e muito menos continentais e internacionais. Sua visão de mundo se restringe ao seu bairro, a sua família e ao desejo de viajar. Parece que a única mudança ocorrida na personagem, no período que esteve fora, é a do físico representada pela força dos braços e pelas roupas e não há nenhuma ação de Jonas no sentido que demonstre a mudança ideológica e política pois a personagem não questiona o motivo da guerra e, nem tão pouco, as atitudes do governo moçambicano após a Independência do país.

No capítulo 34 temos o casamento de Jonas e Benedita, um dos capítulos mais poéticos do livro pela pausa na guerra e pela abundância da festa em que panelas cheias simbolizam a fartura dessa união e pela música. A festa é coletiva, todos doam do pouco que têm e as mães conduzem a cerimônia visto que os dois pais – Leónidas e Amoda Xavier – estão ausentes. A comunidade participa assumindo cada grupo uma função.

[...]os homens bebendo a mowa e o pombe, rindo e dizendo disparates, as crianças lambuzando-se com aquela fartura que nunca haviam visto, as mulheres transpirando atarefadas, reluzindo como cometas cuja cauda fosse feita daqueles cheiros de comida que deixavam na passagem, trazendo sempre mais panelas cheias. (BORGES COELHO, 2003, p. 211).

No ritual do casamento é feita a apresentação dos filhos pelas mães através do canto. Amina faz um solo e anuncia as qualidades do filho e Maria Izabel responde e aponta as qualidades da filha. No solo feito por cada mãe, o coro das mulheres da aldeia que compõem a roda, repete a frase final em concordância. A festa vai até a manhã seguinte promove a união desse povo simbolizado no casamento de Jonas e Benedita. Ao final da festa temos a impressão de que o filho de Amina assumirá a responsabilidade pela família extensa composta por Benedita e os irmãos dele e dela, Maria Izabel e Amina, mas ele volta a viajar depois que o barco encalha na ilha e, assim como o pai, abandona a família, não pela loucura, mas pelo desejo de partir. “Jonas está casado mas voltará a partir; o espaço é pequeno para os seus projetos, o desejo de partir instalou-se nele como uma doença, de forma que vai com a promessa de regressar um dia.” (BORGES COELHO, 2003, p. 250). A experiência de Jonas assemelha-se à de Rashid Hussein, narrada por Said. Hussein, era palestino, morou em Telaviv, depois em Nova Iorque e, ao retornar para o mundo árabe, sentiu-se deslocado, como tantos outros exilados que saem de sua pátria e não conseguem readaptar-se ao voltar. Hall também fala sobre isso.

É impossível “voltar para casa de novo”. Existe aquilo que Simmel falou de: a experiência de estar dentro e fora “o estrangeiro familiar”. Nós costumávamos chamar de “alienação” ou “desarraigamento”. Mas, hoje em dia, isso passou a ser a condição arquetípica da modernidade tardia. A vida de todo mundo é cada vez mais assim. Isso é o que eu penso da articulação do pós-moderno com o pós-colonial. De uma forma curiosa, o pós-colonial prepara o indivíduo para viver uma relação ‘pós-moderna’ ou diaspórica com a identidade. Trata-se, paradigmaticamente, de uma experiência diaspórica. Desde que a migração se tornou o grande evento histórico-mundial da modernidade tardia a experiência diaspórica se tornou a experiência pós-moderna clássica. (HALL, 2003, p. 416).

Parece ser muito difícil para alguém que morou fora voltar para casa e ver que nada ficou parado, esperando por seu retorno: os vizinhos são outros, a paisagem mudou, a família está diferente e o retornado se sente um estrangeiro na sua própria terra, acaba por decidir partir novamente em busca de outros

lugares. Foi essa a experiência de Jonas, a falta de expectativa de trabalho e a melhora de vida como consequência da Guerra Civil, fez com que os jovens saíssem em busca das oportunidades de estabilidade financeira, que não havia em Moçambique, além de fugirem da obrigação do alistamento forçado que levou muitos à morte, como aconteceu com Amoda Xavier. Este, que sai de Tete movido pela curiosidade de ver onde nasce o Zambeze, “Chegou, viu e abriu muito a boca e os olhos de espanto — era magnífico o Zambeze, e mais magnífico era ainda quando se tornava moçambicano.” (BORGES COELHO, 2003, p. 117) O jovem ficou por ali, na Zâmbia, com amigos, envolvido com a pesca até conhecer Maria Isabel e decidir casar-se com ela. Com a proximidade da guerra, não seria possível a presença da família de Amoda e ele resolveu o problema comprando uma mãe adotiva para negociar o casamento junto à família de Maria Isabel. Xavier tem uma visão diferente de Jonas, pois ele procura solucionar os problemas e sempre tem o foco no futuro, por isso, decidiu deixar a Zâmbia e ir morar em Lusaka, no Zumbo, para ter mais oportunidades de progresso. Em pouco tempo prosperou e, com a ajuda da mulher, que era organizada, destacou-se entre os moradores do bairro pela beleza e organização da casa, despertou a inveja dos vizinhos que a incendiaram. Depois de perder tudo, o pescador decidiu mudar-se com a família para a Bawa e começar de novo. Os deslocamentos de Xavier se dão pelo incessante recomeço, ele não desanima frente aos obstáculos, sempre encontra uma solução, pois, como o narrador afirma, ele “era um empreendedor”.

O recomeço da família na Bawa foi difícil, mas Amoda descobriu um lugar para pescar que lhe rendeu algum dinheiro. O local era no Aruângua, nas margens da Missão de Miruro, pouco explorado pelos moradores do Zumbo, por causa do medo dos espíritos que ali viviam, e o pescador soube aproveitar-se disso. Seu espírito empreendedor encontrou outro errante e desejoso de sucesso, Mama Mère, que o observou e passou a negociar com Amoda. Um completava o outro: ele fornecia os peixes em quantidade com a qualidade que ela desejava e ela tinha os objetos modernos que ele almejava e, nessa troca, os dois se beneficiavam. No início, as trocas eram simples, os peixes eram permutados por roupas, alimentos, guloseimas para as crianças. Depois o pescador negociou um cassete com pilhas e levou música para Bawa, “um aparelho de cassete de seis pilhas, verdadeiro fenómeno da tecnologia, redondo e brilhante, que alterou profundamente os

sons da Bawa.” (BORGES COELHO, 2003, p. 120). Mas o pescador tinha já outro objeto de desejo, a máquina de costura, e por ela Amoda trabalhou durante dois anos. O acordo com Mama Mère foi o seguinte: ele forneceria um ano de peixes, ela entregaria a máquina e ele entregaria mais um ano de peixe. Assim aconteceu, e o pescador obteve a máquina que causou nova surpresa na Bawa. “É certo que muita gente já vira máquinas de costura. Havia inclusivamente duas no Zumbo, da cooperativa. Mas nova e bonita como aquela, nunca. Além disso, era a primeira que chegava a Bawa.” (BORGES COELHO, 2003, p.123).

Porém, Xavier era um homem ambicioso e passou a desejar um aparelho de videocassete e uma bateria de carros para projetar filmes na aldeia. A insaciedade do pescador mimetiza o consumo e o desejo pela modernidade. Amoda Xavier representa a realidade social e cultural produzida pela consciência da “transitoriedade do novo e do atual”. (MARTINS, 2000, p.18). A satisfação dele diante do bem adquirido é temporária e ele deseja mais e mais, assim como Jonas e Mama Mére. Os pescadores daquelas comunidades vivenciaram junto com esses três personagens, a transitoriedade entre o que seria o “novo” e o “tradicional”. O tradicional está presente no cotidiano dessas comunidades, tanto na relação dele com a natureza, quanto no ato de narrar suas histórias e transmitir suas tradições para as futuras gerações, ou ainda, no ato de ensinar as técnicas de trabalho, nesse caso a pesca artesanal, e também no modo de se organizar como comunidade.

As novidades trazidas até então alteraram a rotina comunitária pela curiosidade dos moradores, e Xavier resolveu explorar isso. Assim como ele foi explorado por Mama Mére, ele passa a explorar a população. A modernidade, então, “é, num certo sentido, reino do cinismo: é constitutiva dela a denúncia das desigualdades e dos desencontros que a caracterizam. Nela, o capitalismo se antecipa à crítica radical de suas vítimas mais sofridas”. (MARTINS, 2000. p.19). Se o rádio trouxe àquela comunidade a possibilidade do sonho através da música e da dança, de sons vindos de fora, a máquina trouxe o ideal de beleza pelo objeto em si e pelas roupas que Maria Izabel produzia e que rendiam algum ganho à família, o videocassete somaria o som à imagem e possibilitaria uma renda maior.

A modernidade sonhada por Amoda, no entanto, se apresenta ainda nas desigualdades sociais e econômicas vivenciada por ele, em relação a Mama Mère, na exploração do trabalho e na troca dos peixes pelo bem de consumo, que, por

sua vez, o faz diferente em sua comunidade, por adquirir os avanços tecnológicos (o cassete, a máquina de costuras e o videocassetes) que impõem um ritmo de vida da comunidade, diferente do que eles levavam, fazendo assim com que Amoda recrie sua história conforme o modelo de vida da globalização.

A modernidade, porém não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a concepção de globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada dos que tem fome e sede não só do que é essencial a reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos. (MARTINS, 2000, p. 18)

Mas a “fome e a sede” do pescador foram interrompidas pela guerra e, “num dia normal de Fevereiro de 1986, sem aviso prévio, vieram buscar Amoda Xavier para o serviço militar.” (BORGES COELHO, 2003, p. 124). Nesse momento, o empreendedor passa a ser mais um soldado, igualado a tantos outros pelo uniforme identificado por um número e a serviço do Estado. A partir de então, ele será apenas uma ausência para a família e não estará no casamento de Benedita e Jonas, será apenas uma lembrança para Maria Isabel, pois “Amoda finou-se no terceiro ataque ao Zumbo, de uma bala perdida que o encontrou a ele, deixando Maria Isabel sozinha e a comunidade inteira sem a possibilidade de vir um dia a gozar os prazeres do cinema.” (BORGES COELHO, 2003, p. 244).

A terceira personagem é Mama Mère, que chega à Feira vinda do Congo e seduz o superintendente Million de quem obtém uma loja e depois as informações sobre o contrabando de Marfim, que era o seu real interesse por ser muito rentável. Sua primeira atitude foi a sedução do superintendente, e o narrador a descreve, a partir das lembranças de Million, como “uma mulher já algo entrada na idade, mas com as carnes no lugar e uma argúcia sem igual [...] com o sotaque carregado que lhe vinha do francês [...] não era fácil. Era arredia” (BORGES COELHO, 2003, p. 52). A congoleza sabia o que queria e usou os meios que tinha para alcançar seus

objetivos. O primeiro pedido ao superintendente foi uma loja, com a desculpa de ficar independente, e escolheu um lugar estratégico: “um morro sobranceiro à junção do Aruângua com o Zambeze, de onde se via o Zumbo e as terras então, da Rodésia, de onde se controlava todo o movimento. Começou como sempre se começa, vendendo comida.” (BORGES COELHO, 2003, p. 53). Como a intenção dela era o comércio como disfarce para o contrabando, que era mais rentável, o local escolhido foi fundamental para as negociações que vieram a seguir, pois a partir desse espaço seria possível controlar toda movimentação dos rios e das aldeias próximas. “Million não sabe exatamente a partir de que altura é que ela se começou a interessar pelo marfim, a mulata danada.” (BORGES COELHO, 2003, p. 53). Ela descobriu o comércio clandestino e ainda enfrentou o amante com um punhal e, a partir de então, passou a fazer parte do grupo de traficantes e deixou de ser amante do superintendente.

Outra versão apresentada pelo narrador é a da população, que dizia que ela viera do Congo onde traficava diamantes, depois foi para Angola e terminou por chegar à Feira e construiu a loja “com a ajuda de terceiros, é certo (e da posição horizontal, como dizem os seus detractores), mas está ali para comprovar o seu gênio empresarial.” (BORGES COELHO, 2003, p.59). A pequena loja se transformou em um grande armazém que foi assim dividido: metade da frente do edifício para atender o povo, a outra metade para o armazém onde ocorre o comércio legal durante o dia e o escuso à noite, escondido dos olhos do povo, e ela ocupava apenas o pequeno quarto onde dormia. Além disso, construiu uma larga varanda que percorre o edifício e fica por cima do rio de onde ela controla o movimento nos rios e nas aldeias próximas. Este é um dos poucos espaços fechados que aparecem no livro, mas o local preferido de Mama Mère é a varanda, de onde se tem notícia do primeiro ataque ao Zumbo, e é desse espaço que ela sonha: “É aqui que Mama Mère tece seus sonhos solitários, sentada na cadeira de balanço: sonhos nostálgicos que têm a ver com o passado, nos dias bons; sonhos negros nos dias maus.” (BORGES COELHO, 2003, p. 60). É neste mesmo espaço, olhando o rio, que ela morre no capítulo 39, “A última viagem de Mama Mère”. Após um dia de trabalho, ela se sente mal e vai para sua cadeira na varanda onde trava a última luta, desta vez com a morte. Ela sente uma dor aguda, como uma apunhalada, e tenta reagir, acreditando que alguém viera matá-la, em uma

sequência de três golpes, ela morre. “Mama Mère agora tem o olhar decaído sobre o rio, onde persistem ainda os últimos e tristes reflexos. O rio faz-lhe lembrar, como sempre, a sua infância. Imagina que subindo pelo Aruângua chegaria um dia à sua terra, à curva que o rio Congo faz em Basoko.” (BORGES COELHO, 2003, p.239). No momento final de sua vida torna a lembrar da infância a partir do rio e, por fim, fica imóvel como “uma estátua pensativa”. Sua morte traz implicações para Million, que é preso ao ser descoberto como traficante de marfim.

Essa personagem e Ntsato são as únicas a terem os nomes explicados pelo narrador. No caso dela, significa mãe duas vezes: Mama na língua local, Mère no francês. Este apelido foi dado pelo povo em razão de seus pequenos atos de bondade, porém não somos informados sobre o verdadeiro nome da congoleza. A população ainda acreditava que ela tinha poderes, como no terceiro ataque ao Zumbo, por exemplo, em que o avião do Zimbabwe vem em defesa da aldeia e parte da população acredita que Mama Mère “de sua altiva varanda terá feito um gesto para o céu, e foi esse gesto que provocou essa mágica aparição.” (BORGES COELHO, 2003, p. 234).

O desejo de progredir fez Mama Mère entrar no Zumbo e provocar a ira de Dona Flora, que tinha comércio nessa aldeia. Com receio da congoleza roubar-lhe o espaço, procurou ajuda de conhecidos no Zumbo e no Tete para não permitir tal invasão. Mas a arguta empresária da Feira contra-atacou pagando mais aos pescadores por seus produtos e também vendendo mais barato, o que incomodou a concorrente.

[...] onde ela pedia dois peixes – que o sabão e o vinho vinham do Tete, por longos e tortuosos caminhos, lhe chegava ao Zumbo bem caro – pedia Mama Mère apenas um. Além de vir o sabão desta última por uma estrada mais curta e mais direita, chegava ainda por cima e talvez por isso mais perfumado. (BORGES COELHO, 2003,p. 61).

Pelos relatos de Million e dos moradores do Zumbo, Mama Mère era uma astuta comerciante, e visionária, que conseguia alcançar seus objetivos, talvez por isso ela tenha se identificado com Amoda Xavier que também conseguia o queria, apesar de, como já afirmamos, usarem meios diferentes para alcançá-los. Mas a exilada tem saudades e ao olhar a junção do Zambeze com o Aruângua tem

nostalgia de sua terra natal. “Lembra-lhe o rio Congo lá em Basoko, quando era menina. Talvez um dia possa lá voltar, se o negócio aqui correr bem e as varizes deixarem.” (BORGES COELHO, 2003, p. 62). Essa saudade soma-se à certeza da impossibilidade da volta, mas o sonho do retorno é um conforto para quem está fora de seu país.

Das três personagens que escolhemos para analisar as errâncias, Jonas parece-nos que nunca vai se sentir em casa, e a viagem é uma forma que ele tem de fugir dos problemas e das suas responsabilidades, tornando-se um mero repetidor das práticas dos seus antepassados, sendo a personificação do homem contemporâneo em constante deslocamento. Podemos ler *Amoda* como a representação do homem moderno que deseja objetos que representem essa modernidade e o sonho, mas, em contrapartida, ele também representa a fugacidade da vida moderna, ao ter seus sonhos interrompidos pela guerra e pela morte. *Mama Mère* é a personagem mais instigante, talvez pelo mistério que a circunda e também pela força que revela ao tornar-se comerciante respeitada e rica, usando os meios que possui: a sedução e forte determinação. Assim, seja pelo caminho torto do contrabando, seja pela exploração dos outros ou pelo desrespeito com os comerciantes vizinhos, ela tem êxito, mas é importante lembrar que ela não explora nem os pescadores nem os clientes pobres.

Se a viagem e a errância são elementos importantes neste romance, é porque há uma dimensão simbólica que vai além dos deslocamentos físicos pelas “configurações utópicas” (ABDALA, 2003, p. 56). Elas também ocorrem pelas memórias partilhadas e, a nosso ver, a viagem pela memória tem a intenção de celebrar o devir.

Referências

ABDALA JR, Benjamin. **De vôos e ilhas: literatura e comunitarismo**. Cotia: Ateliê Editora, 2003.

BORGES COELHO, João Paulo. **As duas sombras do Rio**. 2. ed. Lisboa: Caminho, 2003

_____. **As crônicas da rua 513**. 2. Lisboa: Caminho, 2006.

CAN, Nazir Ahmed. “Da filologia da guerra à divisão do ‘eu’ feminino em as duas sombras do rio, de João Paulo Borges Coelho” In: **Aletria**. Programa de Pós Graduação em Letras (UFMG). n.2 v.23. mai-ago. 2013.

_____. “Infância e história nos romances de João Paulo Borges Coelho” In: **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**. n. 13, vol. 6. nov. 2014.

CHAVES, Rita. (org) **Marcas da Diferença**:/as literaturas africanas de língua portuguesas. São Paulo: Alameda, 2006.

CHAVES, Rita. “Entrevista com João Paulo Borges Coelho”. In: **Via Atlântica**. n. 16. São Paulo, 2009.

_____. “Notas sobre a ficção e a História em João Paulo Borges Coelho.” In: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENEZES, Maria Paula: **Moçambique das palavras escritas**. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

CRUZ, Alice. “Entre a evidência e a verdade: nos interstícios da experiência e da memória com As duas sombras do rio, de João Paulo Borges Coelho.” In: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENEZES, Maria Paula. **Moçambique das palavras escritas**. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardia Resende e T all. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

MARTINS, José, “O senso comum e a vida cotidiana”. In: **A sociedade do homem simples**. São Paulo, Hucitec, 2000.

PADILHA, Laura Cavalcante. “A arte de vestir africanamente brancos manequins”. **Revista Gragoatá**, n. 19, Niterói. 2005. pp. 29-43.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TODOROV, Tzvetan. **As morais da História**. Trad. Helena Ramos. Lisboa: Europa América, 1990.

VENTURA, Suzana Ramos. “Considerações sobre a obra ficcional de João Paulo Borges Coelho”. In *Navegações*. V2, n 1, Porto Alegre, 2009.

_____. “História do cerco de Lisboa e As duas sombras do rio: dois protagonistas em busca de uma História.” In: **Navegações**. n.1.v.3, 2010.

MITOLOGIA INDÍGENA: UMA ANÁLISE DO CONTO “A ORIGEM DO FOGO”, DE ANTÔNIO BRANDÃO DE AMORIM

INDIGENOUS MYTHOLOGY: AN ANALYSIS OF THE MYTH “A ORIGEM DO FOGO”, BY ANTÔNIO BRANDÃO DE AMORIM

Francisco Bezerra dos Santos¹
Marcos Frederico Krüger Aleixo²

Recebimento do Texto: 10/12/2021

Data de Aceite: 05/02/2022

RESUMO: A obra póstuma *Lendas em nheengatu e em português*, publicada originalmente em 1926, de Antônio Brandão de Amorim, é repleta de descrições e características do imaginário indígena. A publicação dessas narrativas é uma forma de registro da tradição oral, da língua e da mitologia cultuada pelos indígenas da região do Alto Rio Negro. Nesse viés, o referido trabalho analisa o conto “A origem do fogo” sob a perspectiva do mito. Na narrativa escolhida, o mito preserva seu sentido original ao apresentar uma versão do surgimento do fogo e de como a humanidade se beneficiou com ele. Nossas considerações se afirmam no conceito de mito como um gênero típico das culturas orais com características do sagrado e de realidades que passaram a existir em tempos longínquos. A leitura da narrativa nos possibilitou visualizar algumas características da organização social desses povos, bem como a importância do mito como elemento norteador e significativo para as populações indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Mito. Amazônia. Literatura. Povos indígenas. Brandão de Amorim.

ABSTRACT: The posthumous work *Lendas em nheengatu e em português*, originally published in 1926 by Antônio Brandão de Amorim, is full of descriptions and characteristics of the indigenous imaginary. These narratives publication is an oral tradition recording form, of the language and the mythology worshipped by the indigenous people of the Upper Rio Negro region. In this vein, this paper analyzes the myth “A origem do fogo” from the perspective of myth. In this narrative, the myth preserves its original meaning by presenting a version of the emergence of fire and how mankind benefited from it. Our considerations are based on the concept of myth as a typical genre of oral cultures with sacred and realities characteristics that came to exist in distant times. Reading the narrative allowed us to visualize some social organization characteristics of these peoples, as well as the importance of myth as a guiding and significant element for the original communities.

KEYWORDS: Myth. Amazon. Literature. Indigenous peoples. Brandão de Amorim.

1 Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: francisco.santos362@gmail.com.

2 Doutor em Letras. Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: marcosfrederico@uol.com.br

Considerações iniciais

Os registros iniciais dos mitos indígenas chegaram até nós por olhares de viajantes e pesquisadores. No Amazonas, Antônio Brandão de Amorim (1865-1926) deixou uma grande contribuição ao coletar e traduzir narrativas orais das comunidades indígenas do Alto Rio Negro. Assim como Amorim, temos também João Barbosa Rodrigues, com *Poranduba amazonense* (1890); Nunes Pereira, com *Moronguêta, um Decameron indígena* (1967); Ângelo Moreira, com *Mitologia Tariano* (1994), para citar alguns. Nessa categoria de coletores e tradutores do universo indígena, a língua tem papel importante. Os informantes em sua maioria eram nativos que não dominavam a língua portuguesa. Assim, o bilinguismo na tradução dessas histórias possibilitou uma melhor compreensão dos fatos narrados. Foi como fez Antônio Brandão de Amorim, quando registrou as narrativas em nheengatu – língua geral –, com tradução em língua portuguesa.

Dentre o grande número de narrativas coletadas por Amorim que compõem a obra em questão, focaremos nosso olhar sobre um conto em particular: “A origem do fogo”. Essa narrativa faz parte do conjunto de mitos da etnia Tariana: os filhos do sangue do trovão. O conto apresenta as características do mito etiológico, ao narrar como se originou o fogo em uma época remota. Para nossas considerações, tomaremos os conceitos de mito, no seu sentido original como um gênero típico das culturas orais, carregado de significações sagradas e de múltiplas realidades que validam a veracidade dos mitos.

Em resumo, nossas interpretações do mito “A origem do fogo” são tentativas de mostrar algumas possibilidades de análises de narrativas indígenas, como, por exemplo, as múltiplas versões de um mito para culturas diferentes e os saberes tradicionais que essas narrativas carregam. Nossas considerações se estendem também sobre a importância do trabalho de Amorim para a compreensão dos aspectos das culturas indígenas.

Dito isso, nosso trabalho foi estruturado da seguinte maneira: inicialmente enfatizamos o trabalho de Antônio Brandão de Amorim na coleta das narrativas indígenas dos povos rio-negrinos. Em seguida, discutimos os aspectos do mito a partir de considerações de estudiosos da área e, por fim, a análise da narrativa selecionada.

Antônio Brandão de Amorim e a coleta de narrativas indígenas

Antônio Brandão de Amorim é um importante nome na literatura do Amazonas. Seu trabalho em comunidades indígenas permitiu-nos o conhecimento de dezenas de narrativas pertencentes às etnias do Alto Rio Negro. São histórias dos Desana, Baré, Tariana, Uananas etc.

Além dos registros das narrativas indígenas, Amorim deixou também pesquisas importantes sobre flora medicinal e sua aplicação. Era um admirador da cultura indígena e sempre que podia, metia-se em canoas em busca de conhecer os costumes, a língua e a cultura dos povos nativos da Amazônia. As narrativas que compõem a obra *Lendas em Nheengatu e em Português* foram coletadas em datas não precisas; todavia, acredita-se que foi entre o fim do século XIX e o início do XX, na bacia do Rio Negro.

Publicada em 1926, sua obra foi escolhida para compor o volume 6 da coleção “Hileia Amazônica” e republicada em 1926 por iniciativa da Associação Comercial do Amazonas, que há de ter considerado a singularidade do tema e a carência de obras que versassem sobre o aspecto primitivista da linguagem amazônica (AMORIM, 1987). O livro contém trinta e cinco relatos que abrangem mitos, lendas, contos e fábulas. As narrativas de Amorim foram escritas originalmente na língua nheengatu, tendo como informantes líderes indígenas da região dos rios Negro e Branco.

A língua nheengatu, uma variante da grande família tupi, segundo Possebon (2015, p. 81), “por uma série de contingências, expandiu-se para regiões onde o próprio tupi dos tempos coloniais não era falado, transformando-se numa língua de comunicação entre diferentes povos indígenas, independentemente de sua etnia”. Conforme Navarro (2011), essa língua foi aquela em que se expressou a civilização amazônica, que se definiu a partir da inserção dos indígenas no mundo do colonizador branco mediante sua escravização ou pela mestiçagem. Ainda para o estudioso:

A língua geral amazônica não foi língua de nenhum grupo indígena antes da chegada dos europeus à América. Ela

começou a se formar no Maranhão e no Pará da língua falada pelos tupinambás que ali estavam e que foram aldeados pelos missionários jesuítas, juntamente com muitos outros índios de outras etnias e de outras línguas (NAVARRO, 2011, p. 07).

O Nheengatu era utilizado para que houvesse comunicação entre os povos. O interesse também partiu dos missionários, com intenção na pacificação, evangelização e posterior acultramento de nações recém-contactadas e arredias. Por ser uma língua da qual todos tinham compreensão, Amorim decidiu usá-la para que assim sua obra preservasse também a língua geral usada na Amazônia. Na visão de Campoi (2015), o livro de Antônio Brandão de Amorim constitui uma obra bem produzida no campo da coleta e divulgação das tradições etnológicas da região, apresentando o melhor conteúdo cultural, visando o engrandecimento do contexto sociológico no espaço amazônico.

O mito: algumas considerações

A narrativa que escolhemos para análise trata-se de um relato mítico. Nesse sentido, apresentaremos algumas ideias que consideramos centrais para a compreensão do mito, um objeto de estudo que não se esgota e dialoga com diversas áreas do conhecimento. Nossas discussões são pautadas em estudiosos que entendem o mito como eventos que revelam o que sucedeu em tempos remotos, da cosmogonia até a fundação das instituições socioculturais. Acreditamos ser relevante esse diálogo antes de adentrarmos propriamente na análise da narrativa.

Nas palavras de Goody (2012), o mito é frequentemente considerado como a maior conquista da literatura oral, um gênero atraente e de difícil compreensão, porque embora lide com questões cosmológicas, ele é, de certa forma, o mais localizado dos gêneros na ação cultural. Ainda para o estudioso, os mitos são considerados como peculiares de culturas orais e um gênero que, como outros, é transformado pelo aparecimento da escrita. As narrativas de Amorim, coletadas num contexto cultural indígena, devem ser vistas como uma contribuição para a literatura do Amazonas. Nesse contexto, é importante destacarmos a relação da literatura com o mito. O denominador comum dessas duas áreas é o ato de narrar. Um exemplo disso é a herança clássica deixada pelos poetas pelo viés literário.

Krüger (2005), ao se referir a essa relação, adverte que, da mesma forma como as narrativas mitológicas, por meio de muitas transformações, passaram a integrar o *corpus* da literatura ocidental, muitas obras que formam esse patrimônio literário foram conscientemente buscar no mito as fontes em que se realizaram.

Nessa direção, Loureiro (2009) compreende o mito como uma etnoencenação poética da linguagem com uma finalidade contemplativa e sem ordenamento legal executivo. O estudioso vê semelhanças do mito com a epopeia, e considera o mito uma épica comprimida, que narra algo objetivo com intercorrência com o maravilhoso. Assim, há no mito a oscilação entre o mágico-religioso do ritual e o estético de sua investida na linguagem. O crítico não busca com isso definir origens genéticas do mito – se ritualística, se poética –, mas demonstrar que o mito pode ser contemplado como uma cena virtual no palco da linguagem.

Na busca por definições mais precisas do mito, buscamos em Eliade (2016) algumas respostas. Conforme o estudioso, o mito é considerado uma história sagrada, portanto, uma “história verdadeira”, porque se refere a realidades. Um exemplo é o mito cosmogônico que comprova sua veracidade com a existência do mundo, assim como o mito da origem da morte, que é comprovado pela mortalidade do homem, e assim sucessivamente. Para o mitólogo, entender a estrutura e a função dos mitos nas comunidades tradicionais não significa apenas esclarecer uma etapa na história do pensamento humano, mas também compreender melhor uma categoria dos nossos contemporâneos.

O mito, efetivamente, não informa apenas a origem do mundo, dos animais, das plantas e do homem, mas de todos os acontecimentos primordiais que tornaram o homem um ser mortal, sexuado, organizado em sociedade, tendo o trabalho como fruto de subsistência e vivendo de acordo com determinadas regras. “Se o mundo *existe*, se o homem *existe*, é porque os Entes Sobrenaturais desenvolveram uma atitude criadora no princípio” (ELIADE, 2016, p. 16). Seguindo esse mesmo raciocínio, Mielietinski (1987) afirma que o mito explica e sanciona a ordem social e cósmica vigente numa concepção de mito, própria de uma dada cultura, e explica ao homem o próprio homem e o mundo que o rodeia para manter essa ordem; um dos meios práticos dessa ordem é a representação dos mitos em rituais que se repetem regularmente. Mielietinski (1987) afirma ainda que:

A época mítica é a época dos objetos primordiais e das ações primeiras: o primeiro fogo [...], os atos primeiros e por isto atos paradigmáticos de funções fisiológicas, ações rituais, de aplicação de recursos medicinais, de procedimento de caça, as primeiras atitudes moralmente positivas e negativas. Tendo em vista que a essência das coisas se identifica em certo sentido com a sua origem, o conhecimento da origem é a chave para o emprego da coisa e o conhecimento do passado se identifica com a sabedoria (MIELIETINSKI, 1987, p. 201).

Eis a função dos mitos – revelar os modelos e ações primeiras de todos os ritos e atividades humanas significativas. Essa visão torna-se importante para a compreensão do homem das sociedades arcaicas e tradicionais. Na perspectiva de Lévi-Strauss (1989), a história mítica apresenta o paradoxo de ser concomitantemente disjunta e conjunta em relação ao presente. Disjunta, porque os primeiros antepassados eram de uma outra natureza que não a dos homens contemporâneos: aqueles foram criadores, estes são copistas; e conjunta porque, desde o surgimento dos ancestrais, nada mais aconteceu além de fatos, cuja recorrência periodicamente apaga a particularidade. Conforme o estudioso, o sistema mítico e as representações que proporciona servem para estabelecer relações de homologia entre as condições naturais e as condições sociais ou, mais exatamente, para definir uma lei de equivalência em meio a contrastes localizados em diversos planos: geográfico, meteorológico, zoológico, botânico, técnico, econômico, social, ritual, religioso e filosófico. Os mitos, em resumo, trazem à tona os eventos grandiosos que tiveram lugar sobre a terra, e que esse “passado glorioso” é em parte recuperável.

A partir dos estudos de Eliade (2016), é possível enumerar algumas formas de como o mito é percebido pelas sociedades arcaicas, o que de alguma forma dialoga com a visão expressa nas narrativas escritas por Amorim. Em primeiro lugar, o mito constitui a história dos atos dos Entes Sobrenaturais. Em segundo, essa história é considerada absolutamente verdadeira, porque se refere a realidades, ao mesmo tempo é sagrada, porque é obra dos Entes Sobrenaturais. Em terceiro, o mito se refere sempre a uma “criação”, contando como algo veio à existência ou como um padrão de comportamento, uma instituição, uma maneira de trabalhar foram estabelecidos. Em quarto, conhecendo o mito, conhece-se a

“origem” das coisas, chegando-se, por conseguinte, a dominá-las e manipulá-las à vontade. Em quinto, de uma maneira ou de outra, “vive-se” o mito, no sentido de que se é impregnado pelo poder sagrado e exaltante dos eventos rememorados ou reatualizados (ELIADE, 2016).

Na visão de Campbell (1990), a mitologia nos ensina o que está por trás da literatura e das artes, nos ensina sobre nossa própria vida, é um assunto vasto, um alimento vital. A mitologia tem a ver ainda com os estágios de nossa vida, as cerimônias de iniciação, as mudanças da fase infantil para a adulta, de solteiro para casado. “Todos têm a ver com o novo papel que você passa a desempenhar, com o processo de atirar fora o que é velho para voltar com o novo, assumindo uma função responsável” (CAMPBELL, 1990, p. 12).

Citamos anteriormente que o mito é uma forma particular da literatura oral. Nesse viés, Campbell (1990) esclarece que os mitos são histórias de nossa busca de verdade, de sentido, de significação por meio do tempo. E o exercício de contar nossa história é uma precisão para compreendermos o mundo a nossa volta. Esse exemplo citado por Campbell descreve muitas sociedades, em particular as nações indígenas. Narrar suas histórias se configura como um ato de resistir à passagem do tempo.

As narrativas sobrevivem milhares de anos por meio do ato mnemônico e, na atualidade, encontram no formato de livro impresso ou digital mais um mecanismo de registro e perpetuação. Eliade (2016) nos informa que, em algumas sociedades, os recitadores são recrutados entre as autoridades das etnias, como os xamãs, os médicos-feiticeiros, ou entre membros de confrarias secretas. É basicamente esse sistema que se aplica às nações indígenas brasileiras. São os mais velhos (pajés, tuxauas, chefes de clãs) que fornecem material para a publicação de narrativas indígenas. Em todo caso, conforme o estudioso, aquele que recita os mitos deve ter dado provas de sua vocação e ter sido instruído pelos velhos mestres. Ele é sempre alguém que se distingue, quer por sua capacidade mnemônica, quer pela imaginação ou habilidade literária (ELIADE, 2016).

Os mitos estão divididos em três tipos: os mitos cosmogônicos – aqueles que informam sobre a criação do mundo; os mitos etiológicos, que dizem respeito às origens das coisas no mundo; e os mitos escatológicos, que se referem a fins de mundo que já aconteceram ou que irão acontecer. A narrativa “A origem do fogo”

está inserida na categoria de mito etiológico ou de origem, o que nos faz buscar uma melhor reflexão sobre as características desse tipo de mito.

De acordo com Eliade (2016):

Toda história mítica que relata a *origem* de alguma coisa pressupõe e prolonga a cosmogonia. Do ponto de vista da estrutura, os mitos de origem homologam-se ao mito cosmogônico. Sendo a criação do mundo a criação por excelência, a cosmogonia torna-se o modelo exemplar para todas as espécies de “criação”. Isso não quer dizer que o mito de origem imite ou copie o modelo cosmogônico, pois não se trata de uma reflexão concertada e sistemática. Mas todo novo aparecimento – um animal, uma planta, uma instituição – implica a existência de um mundo. Mesmo quando se procura explicar como, a partir de um estado diferente de coisas, se chegou à situação atual (de como, por exemplo, o Céu se apartou da terra, ou de como o homem se tornou mortal), o “Mundo” já existia, embora sua estrutura fosse diferente, embora ainda não fosse o *nosso* Mundo. Todo mito de origem conta e justifica uma “situação nova” – nova no sentido de que não existia *desde o início do Mundo*. Os mitos de origem prolongam e completam o mito cosmogônico: eles contam como o Mundo foi modificado, enriquecido ou empobrecido (ELIADE, 2016, p. 26).

Prolongar a cosmogonia é uma das características do mito de origem. Esse tipo de mito traz à tona os momentos essenciais da criação das coisas. Para Eliade (2016), a ideia mítica da “origem” está imbricada no mistério da “criação”, pois uma coisa tem uma origem porque foi criada, ou seja, porque um poder se manifestou claramente no Mundo, porque um acontecimento se constatou. Em síntese, a origem de uma coisa corresponde à criação dessa coisa. Alguns exemplos são os atos de trabalhar, construir, estruturar, dar forma, informar, tudo isso significa trazer algo à existência, “dar-lhe ‘vida’ e, em última instância, fazê-la assemelhar-se ao organismo harmonioso por excelência, o Cosmo. Ora, o Cosmo, repetimos, é a obra exemplar dos Deuses, é a sua obra-prima” (ELIADE, 2016, p. 35).

O homem das sociedades nas quais o mito é uma coisa evidente convive num mundo aberto, mesmo que cifrado pelo misterioso. Para compreender

a linguagem do mundo o homem precisa conhecer os mitos e decifrar os símbolos. O estudioso em questão cita, por exemplo, o símbolo da lua: a partir de sua representação, o homem capta a misteriosa solidariedade existente entre temporalidade, nascimento, morte e ressurreição, sexualidade, fertilidade, chuva, vegetação e assim por diante. “Em última análise, *o Mundo se revela enquanto linguagem*. Ele fala ao homem através de seu próprio modo de ser, de suas estruturas e de seus ritmos” (ELIADE, 2016, p. 125).

Esclarecidos alguns aspectos gerais do mito, passemos agora a visualizar algumas dessas características no mito etiológico “A origem do fogo”.

A narrativa “A origem do fogo”

O mito da origem do fogo é tema de inúmeras histórias das etnias brasileiras. Esse mito está para além das comunidades indígenas, e é visto também na mitologia grega, como veremos adiante. Em particular, esse coletado por Amorim é referente à mitologia do Alto Rio Negro, mais precisamente dos indígenas da etnia Tariana.

Mindlin (2002), em seu estudo intitulado *O fogo e as chamas dos mitos*, nos diz que as narrativas sobre esse elemento em sua maioria explicam seu surgimento, outras rememoram histórias de como a terra foi destruída pelo fogo. Na narrativa coletada por Amorim, a explicação é de como a humanidade recebeu o fogo e dele se beneficiou. A história em formato de conto, narrada em primeira pessoa, é iniciada recordando o princípio da humanidade e a ausência do fogo.

1. Logo no princípio do mundo, contam, não havia ainda fogo.
2. Toda a gente soube sem demora que havia alguma coisa que fazia gostosa nossa comida, que aquecia nosso corpo do frio.
3. Uma vez dois homens mariscadores dormiram sobre a pedra no meio do rio.
4. Em meio da noite caiu chuva, eles ficaram logo friorentos.
5. D’hai a bocadinho, contam, sentiram calor gostoso chegar no seu corpo como vento, aí mesmo logo, contam, ninguém sabe como, dormiram, no meio desse calor (AMORIM, 1928, p. 341).

Para as sociedades tradicionais essas histórias, como confirma Eliade (2016), são vistas como verdadeiras porque fazem parte de um tempo longínquo em que os personagens eram Entes Sobrenaturais. O fogo como aponta o excerto acima, tem fator positivo porque traz conforto para a humanidade. Para entendermos melhor essa representação do fogo, Chevalier e Gheerbrant (1986) nos dizem que assim como o sol por seus raios, o fogo por suas chamas simboliza a ação fecundizante, purificadora e iluminadora. Todavia, apresenta ainda aspecto negativo: obscurece e sufoca, queima, devora e destrói. Os aspectos negativos do fogo como os apontados pelos estudiosos não estão presentes nessa narrativa. Essa definição vai aparecer em mitos escatológicos indígenas que relatam a destruição do mundo ou incêndios que destroem florestas e animais³.

Retomando o enredo da narrativa, o espanto pelos indígenas de um fenômeno desconhecido é imediato. O calor que sentiram vindo do rio pertencia a um moço “que se sentou em cima da pedra, de seu corpo saía como fogo do Sol que logo aqueceu corpo d’elles” (AMORIM, 1928, p. 342). O herói da narrativa é nomeado apenas de Moço, filho da água ou dono da puçanga do frio; este não tem nome próprio, assim como os demais personagens, que são apresentados a partir de alguma característica.

O fogo deixado pelo personagem é juntado cuidadosamente em cima de uma pedra e alimentado com lenha para não apagar. A pequena chama é nomeada pelos personagens de “Mãe do Quente”. Esse nome é dado possivelmente pela possibilidade de reprodução do fogo. “33 – N’isto, contam, jogaram porção de lenha em cima da Mãe do Quente. [...] 35 – Assim, contam, passaram a duração da noite fazendo essa Mãe do Quente reproduzir-se (AMORIM, 1928, p. 342).

Ao chegarem à comunidade, todos ficam impressionados e questionando de onde teria vindo o fogo. Nesse momento da narrativa, é possível associar o calor do fogo com o simbolismo de bons sentimentos, já que o calor traz boas sensações para os personagens. Depois de protegidas e espalhadas as chamas, o intuito agora era capturar “o Moço dono da Puçanga do Frio”. Tudo foi preparado para isso acontecer no período da lua nova. A representação da lua nessa parte da narrativa está relacionada ao que menciona Eliade (2016) sobre o homem ser guiado por símbolos. No dia combinado da espera, o moço não apareceu. De todo

3 Os Karajá e os Suruí têm narrativas que preservam essas características.

modo, o moço é capturado, posteriormente, por dois homens.

A captura do herói dá-se por meio de uma linha de pesca. Há resistência, mas o tiram da água. O personagem tinha o corpo frio e mole como “creança verde”. A partir dessa descrição percebe-se que existe um paradoxo entre o quente e o frio, o enxuto e o molhado. Isso acontece porque o personagem é morador do reino das águas e é de lá que ele traz o fogo. Uma característica dos personagens do mito, conforme Eliade (2016), é que eles não pertencem ao mundo cotidiano. Ao considerarmos esse personagem como o herói da narrativa, levamos em consideração o fato de suas ações fugirem à normalidade. O herói dos mitos, segundo Campbell (1990), é alguém que deu a própria vida por algo maior que ele mesmo.

A fala de Campbell (1990) nos faz lembrar inúmeros heróis da mitologia indígena, como, por exemplo, os que criaram o universo, os que resgataram a noite, os que instalaram o patriarcado etc. Mielietinski (1987) nomeia os heróis das mitologias arcaicas que atuaram no tempo mítico de *ancestrais-demiurgos-heróis culturais*. As concepções sobre essas três categorias estão entrelaçadas entre si, ou melhor, são sincreticamente indivisíveis.

Na história da origem do fogo das várias etnias indígenas brasileiras, esses heróis se diferenciam. Entre os Yanomami, por exemplo, é o jacaré; no mito Guarani são os corvos os mestres do fogo; já para os Sateré-Mawé é um mortal; entre os Cauaiua-Parintintin é o urubu. Essa relação entre mundos distintos, vivenciada por homens e bichos também acontece na narrativa em apreço. O herói que detém o fogo é filho de peixes; portanto, faz parte do reino das encantarias. Sobre esse tema, Goody (2012) afirma que, em histórias orais, deuses, animais e humanos interagem nas mesmas histórias, poucas das quais estão limitadas a uma única categoria de ser. “Para que isso ocorra em um contexto narrativo, a comunicação precisa ocorrer entre eles. Por esse motivo, todos eles têm de falar a língua dos humanos e comportar-se de forma que sejam geralmente compreendidos por eles” (GOODY, 2012, p. 82).

As semelhanças dos elementos da história do fogo, como mencionamos anteriormente, também se estendem para outras culturas. Na mitologia grega, por exemplo, é Prometeu quem rouba e beneficia a humanidade com o fogo. Não se pode dizer que esse fenômeno de repetição ocorra por influências de uma cultura

sobre as outras, uma vez que são universos distantes. Entretanto, na região do Alto Rio Negro, pela grande quantidade de etnias – tendo todas vindo na barriga de uma Cobra –, a semelhança dos mitos é compreensível.

Campbell (1990) afirma que todos esses elementos, semelhantes nos mitos, em culturas afastadas, ainda lhe causa perplexidade. Uma das explicações para esse fenômeno, segundo o estudioso, é que a psique humana é necessariamente a mesma, em todo o mundo. Nessa afirmação, o mitólogo se apoia na ideia de algo comum, que Jung chama de arquétipos e que são as ideias comuns aos mitos.

Voltando à saga do herói sem nome do Alto Rio Negro, vemos que, após ser capturado na pescaria, ele se encontra fraco, mas é bem tratado pelas mulheres. É com o surgimento do sol que o personagem ganha forças e legitima a entrega do fogo:

- 109 - Agora não deixem perder-se este fogo!
- 110 - Porque com ele toda a gente há de aquecer-se!
- 111 - Toda a gente com ele tornará gostoso o seu comer!
- 112 - Eu o deixo em cima da terra em lugar da nossa Mãe do Quente.
- 113 - Assim vocês o façam (AMORIM, 1928, p. 345).

Nessa narrativa, o sol também contém grande significância, porque a ele pertence o fogo. É ele quem envia o fogo por meio do herói para que todos mudem os costumes. Nesse ponto, essa narrativa se assemelha ao mito grego com algumas ressalvas. Na Grécia, é Prometeu quem acende a tocha e esse fogo pertence também ao sol. Com o fogo, no mito grego, os costumes da humanidade são modificados. Os homens puderam fazer ferramentas, se aquecer e evoluir a partir do trabalho organizado.

Já o herói da narrativa de Amorim anuncia, que na lua nova aparecerá o filho do sol para mostrar a vontade do astro. Conforme fica evidente na narrativa, a mudança de costumes seria imposta pelo astro em troca do fogo. Nessa direção, é importante verificarmos a simbologia do sol para entendermos sua representação em algumas culturas. De acordo com Chevalier e Gheerbrant (1986), o sol é um símbolo multivalente. Se não é o próprio deus, para muitos povos, o astro representa uma manifestação dessa divindade por ser concebido como filho do deus supremo e irmão do arco-íris. Percebe-se na narrativa que a figura do astro

condiz com a primeira opção descrita pelos estudiosos. Ainda segundo Chevalier e Gheerbrant (1986), o sol na astrologia representa o símbolo da vida, do calor, do dia, da luz e da autoridade do sexo masculino e de tudo o que irradia.

Esse último ponto também deve ser enfatizado. A representação do sol em narrativas indígenas é sempre vista com características masculinas, o que pressupõe que essas narrativas reforçam as características do patriarcado nas sociedades indígenas. E de fato, nessa narrativa isso se constata, já que é o filho do sol quem ensinará os novos costumes, e alguns desses conhecimentos se restringem aos homens.

Não fica evidente na narrativa, mas o filho do sol é certamente uma versão de Jurupari, que é um herói legislador para muitas etnias do noroeste amazônico, coincidentemente o mesmo espaço em que Amorim coletou as narrativas. Para as etnias dessa localidade, Jurupari é uma figura simbólica vista como parte de um sistema social que assegura aos homens autoridade e capacidade para tocar instrumentos sagrados. Márcio Souza (1997), cujas obras são baseadas na cultura indígena, enfatiza na peça *Jurupari, a Guerra dos sexos*, a importância dessa figura para imposição do patriarcado. A figura de Jurupari ainda hoje é lembrada em ritos de iniciação e em cultos de flautas sagradas, em que a presença de mulheres é proibida.

A narrativa em questão, além de informar sobre a origem do fogo, também mostra como os homens desse período o utilizaram. O primeiro ensinamento dado pelo moço “Filho da água” é de como usar o fogo na alimentação: “152 – Ensinei agora a maneira de gente fazer comida, por isso façam-no vocês com suas mãos” (AMORIM, 1928, p. 346).

A relação de convivência do personagem se restringe apenas ao tuxaua da comunidade. Na narrativa, o líder indígena é visto como “o cabeça”. É a ele que o herói dá as instruções sobre a vinda do filho do sol, aquele que julgamos ser Jurupari.

169 - Um dia antes da Lua, contam, o moço disse ao tuhixaua:

170 - Amanhã, quando o dia se sumir, há de chegar o Filho do Sol, é ele quem traz os Costumes Novos.

171 - Elle ha de vir com fumaça do ceo, descera mesmo nesta ilha, aonde eu fiz apparecer o Fogo.

172 - Ahi mesmo ele contará todos os Costumes Novos,

mostrará também instrumentos bonitos que teem de ser sómente nossos.

173 - Por isso, para tua gente não se espantar quando o Filho do Sol chegar, é bom contares para elles tudo o que te disse agora (AMORIM, 1928, p. 347).

A vinda do filho do sol é anunciada durante a noite por sons de instrumentos vindos do céu. A aparição do filho do sol dá-se em forma de vulto e a recepção é feita pelo filho da água por meio de gritos. “187 – Ahi, então, o Filho do Sol desceu com a sobra de sua mãe junto d’elle, ahi ficaram calados” (AMORIM, 1987, p. 348). A mensagem deixada pelo enviado é de que os homens se rendam aos novos costumes enviados pelo sol. Esses costumes se referem ao uso do fogo, bem como o uso dos instrumentos sagrados e ritos de iniciação. O personagem também ressalva o cuidado com as mulheres para que elas se tornem boa gente: “192 – Ella ha de ter grande o coração, não será curiosa, saberá guardar segredo, não quererá provar o que não é para ella” (AMORIM, 1987, p. 348). Nessa parte, a ideia que levantamos sobre o patriarcalismo é evidente. As orientações dos novos costumes voltados para as mulheres seria a obediência aos homens, a impossibilidade de conhecer os segredos dos instrumentos sagrados, bem como a não participação em ritos cerimoniais.

No dia seguinte, chega o momento dos ensinamentos sobre o uso dos instrumentos. “232 – N’esse momento aqquele moço que elles tinham pescado appareceu com porção de instrumentos, deu-os ao Filho do Sol” (AMORIM, 1987, p. 350). Todos os ensinamentos são repassados apenas aos homens. Após o uso dos instrumentos e diante do bom desempenho dos homens, o filho do sol determina a implantação dos novos costumes. Mas são advertidos de que a preservação do segredo deve ficar limitada aos homens: “242 – Quem for sem juízo para contar às mulheres este segredo morrerá imediatamente” (AMORIM, 1987, p. 350). Esse momento de alerta sobre o cumprimento das regras é sempre visto em narrativas indígenas. É o que Campbell (1990) chama de a função pedagógica do mito. Os mitos podem esclarecer como viver uma vida humana sob qualquer circunstância. Nesse caso, conforme Krüger (2005, p. 36), “a coesão grupal que o mito expressa pode ser resumida na dicotomia transgressão e punição, em que a prática da primeira leva, inevitavelmente, ao surgimento da

segunda”. Os relatos em narrativas das etnias da região do Alto Rio Negro, sobre os segredos dos instrumentos sagrados informam os terríveis castigos recaídos sobre aqueles que ousam transgredir as regras – em sua maioria são as mulheres as mais castigadas.

A presença de festas e rituais que preservam o uso desses instrumentos na região do Alto Rio Negro ainda é constante, mas as modificações nesses ritos foram sendo feitas ao longo do tempo, principalmente pela influência da cultura advéncia. Nesse sentido, conforme Eliade (2016), o valor evidente do mito é periodicamente reconfirmado pelos rituais. A lembrança e realização do evento primordial ajudam o homem “primitivo” a distinguir e reter o real. Por meio da repetição periódica do que sucedeu em tempos remotos, impõe-se a certeza de que algo existe de uma maneira absoluta. Esse algo é visto como “sagrado”, ou seja, transmundano e acessível à experiência, acabando por fazer parte integrante da vida humana.

Após todo esse momento de descobertas e implantação dos novos costumes, a narrativa se encaminha para o final. Os homens decidem dar uma festa para que as mulheres não fiquem bravas. O momento é nomeado de a “festa da cutia” e as mulheres são as protagonistas. Elas a todo momento querem chamar a atenção do moço “dono do fogo”. O personagem já havia advertido sobre a falta de juízo das mulheres. Todas elas querem sua companhia para dançar, mas ele se recusa porquê de onde veio nunca viu ninguém dançar. A insistência das mulheres causa repulsa no personagem, que se sente invadido por elas. Vejamos:

312 - O moço sentiu qualquer cousa bulir n'èlle, accordou, viu logo o que era, bem que pulou para lá, disse:

313 - Que querem de mim, mulheres sem juizo?

314 - Então assim é será que gente dansa na terra de vocês?

315 - Saiam de junto de mim, não quero maneira de dansar de vocês!

316 - Ahi já também o tuhixaua tinha descansado, elle veio logo ter com o moço, disse:

317 - Já viste será como gente dansa por aqui?

318 - O moço respondeu:

319 - Tuas mulheres não me deixaram olhar para lá, onde estavam dansando.

320 - Estavam grosso aqui, pouco faltou para me forçarem!

321 - Por isso para ellas não me estragarem, já vou-me embora de vocês ter com o Filho Sol (AMORIM, 1987, p. 352).

As personagens femininas da narrativa sofrem intensa repressão durante toda a história. No excerto acima, isso é representado no campo da sexualidade. Tal repressão parte principalmente do tuxaua, que teme a má reputação das mulheres de seu grupo. Para tanto, elas devem aprender os costumes deixados pelo filho do sol, caso não se submetam às novas regras grupais, fica entendido que o destino é a morte.

A primeira coisa exigida às mulheres para a cerimônia de ensinamento dos novos costumes é a retirada dos pelos pubianos, o que pode estar ligado com a perda de autoridade. Os novos costumes são repassados a elas logo que o sol surge. O sol, como já discutido, com características masculinas, reaparece no final da narrativa para reafirmar a ideia levantada sobre o patriarcado. A narrativa é findada com a escuta dos novos costumes deixados às mulheres pelo filho do sol. Segundo Mielietinski (1987), as imagens fantásticas da mitologia estão amplamente refletidas nos traços reais do mundo circundante. Na representação de uma determinada realidade, que é o mito, existe uma especial “plenitude”, porque todas as realidades sociais e naturais que tenham o mínimo de importância devem estar radicadas no mito. Assim é a narrativa que analisamos, que, além de explicar o surgimento do fogo, nos informa também de como as sociedades instituíram suas regras sociais, designaram papéis dentro de um grupo etc.

Considerações finais

A leitura do conto “A origem do fogo” nos permite afirmar que as possibilidades para a interpretação dos mitos são vastas. Esse mito está presente em diferentes culturas com características semelhantes. Essas narrativas dizem muito sobre as distintas culturas e sobre o que se tornaram hoje. O registro desse mito por Amorim, trata-se de uma variante, mas não uma invenção. É possível que Amorim tenha colocado suas impressões nessa história, mas os mitos, quando registrados, são sempre modificações de um texto preexistente.

Ao longo da leitura do conto, pudemos observar a representação dos aspectos da cultura vivenciada pelos habitantes da região do Alto Rio Negro. A variedade das narrativas coletadas pelo autor comprova a diversidade étnica e mitológica desse espaço. O mito, portanto, ainda é entendido por esses povos

no seu sentido original, como narrativas sagradas de realidades que passaram a existir. Na narrativa analisada, essas características aparecem nas ações dos personagens, que reforçam a ideia do patriarcalismo, um comportamento comum às etnias do Alto Rio Negro.

As versões em nheengatu também podem ser úteis para pesquisadores que buscam compreender os aspectos dessa língua, que serviu por muito tempo como meio de comunicação entre os diversos povos indígenas da Amazônia. Assim, conclui-se que Antônio Brandão de Amorim, ao registrar esses relatos, assegurou a memória e a preservação dessas narrativas, além de deixar um rico acervo para a posteridade.

Referências

AMORIM, Antônio Brandão de. **Lendas em Nheengatu e em Português**. Manaus: Fundo Editoria, 1987.

AMORIM, Antônio Brandão de. Lendas em nheengatú em Portuguese. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 100, n. 154, p. 3-475, 1928.

CAMPBELL, Joseph, com Bill Moyers. **O poder do mito**. Organizado por Betty Sue Flowers. Tradução: Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Editora Palas Athena, 1990.

CAMPOI, Juliana Flávia de Assis Lorenção. **A literatura brasileira em nheengatu: uma construção de narrativas no século XIX**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2015.

CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain. **Diccionario de los símbolos**. Barcelona; Editorial Herder, 1986.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

GOODY, Jack. **O mito, o ritual e o oral**. Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

KRÜGER, Marcos Frederico. **Amazônia: mito e literatura**. 2.^a ed. Manaus: Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Tradução: Tânia Pellegrini. Campinas-SP, Papirus, 1989.

LOUREIRO, João de Jesus de Paes. A etnocenologia poética do mito. **Revista Ensaio Geral**, Belém, v1, n.2 Jul/dez, p. 152-158, 2009.

MIELIETINSKI, Eleazar, M. **A poética do mito**. Tradução. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1987.

MINDLIN, Betty. O fogo e as chamas dos mitos. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 44, p. 149-169, 2002.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Curso de Língua Geral (Nheengatu ou Tupi Moderno). São Paulo: Edição do Autor, 2011.

POSSEBON, Fabricio. Iuáka Sesá-Iykysy–Lágrimas do Céu: Uma Lenda Indígena Tariana. **Numen**, v. 18, n. 1, 2015.

SOUZA, Márcio. **Teatro I**. São Paulo, Marco Zero, 1997.

**IDENTIDADES NO ABISMO: EXISTÊNCIAS FRAGMENTADAS
EM ORGIA DOS LOUCOS, DE UNGULANI BA KA KHOSA**

**IDENTITIES IN THE ABYSS: FRAGMENTED EXISTENCES IN
ORGIA DOS LOUCOS, BY UNGULANI BA KA KHOSA**

Vanessa Ribeiro Teixeira¹

Recebimento do Texto: 08/01/2022

Data de Aceite: 07/02/2022

RESUMO: O presente trabalho propõe uma investigação dos processos de ficcionalização e releitura crítica da realidade moçambicana nos anos que se seguiram à Independência, desenvolvidos ao longo da urdidura de *Orgia dos loucos*. Dentre os nove contos aí publicados, vislumbramos identidades mergulhadas em processos de ruína. Três deles, nomeadamente “A solidão do Senhor Matias”, “Fragmentos de um diário” e o homônimo “Orgia dos loucos”, nos chamaram a atenção para uma alegorização da experiência de fragmentação identitária. Entendemos que a organização dos contos no livro, dispostos exatamente nessa sequência, não é aleatória.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Alegoria. Ficção Moçambicana. *Orgia dos Loucos*. Ungulani Ba Ka Khosa.

ABSTRACT: The present work proposes an investigation of the processes of fictionalization and critical re-reading of the Mozambican reality in the years that followed Independence, developed throughout the writing of *Orgia dos Loucos*. Among the nine short stories published there, we see identities immersed in processes of ruin. Three of them, namely “A solidão do Senhor Matias”, “Fragmentos de um diário” and the homonym “Orgia dos loucos”, attracted our attention to an allegorization of the experience of identity fragmentation. We understand that the organization of the stories in the book, arranged exactly in this sequence, is not random.

KEYWORDS: Identity. Allegory. Mozambican Novel. *Orgia dos Loucos*. Ungulani Ba Ka Khosa.

¹ Professora doutora, Adjunta do Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: vanessarteixeira@letras.ufrj.br

*Nos deram espelhos e vimos um mundo doente.
Tentei chorar e não consegui.
“Índios” – Renato Russo*

Orgia dos loucos (1990), segunda obra publicada pelo ficcionista moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa, três anos após seu romance de estreia, *Ualalapi* (1987), reúne nove contos e tem como plano central a imagem de Moçambique independente, mergulhado na guerra civil e marcado pela escassez, pela pobreza e pelo aviltamento da cultura endógena. Responsável por uma instigante produção ficcional, que engloba desde a pesquisa e a reconstrução histórica até a crítica incisiva da realidade dos dias atuais, Khosa pode ser reconhecido como um dos mais coerentes pensadores da sociedade moçambicana e o referido volume é um exemplo disso.

O presente trabalho propõe uma investigação dos processos de ficcionalização e releitura crítica da realidade moçambicana nos anos que se seguiram à Independência, desenvolvidos ao longo da urdidura de *Orgia dos loucos*. Logo nas primeiras páginas, deparamo-nos com duas epígrafes e uma dedicatória que nos indicarão o tom do fio discursivo de Khosa: “*A felicidade é frágil, e quando a não destroem os homens ou as circunstâncias, ameaçam-na os fantasmas.*” (Marguerite Yourcenar); “*No meu país a única forma de liberdade permitida é a loucura.*” (Jorge Viegas); “*A todos nós, vítimas da nossa condição*” (Ungulani Ba Ka Khosa). Não à toa, ao longo de várias leituras, somos obrigados a encarar um mundo de perspectivas esvaziadas que vai costurando as desventuras dos personagens aí elencados.

Dentre os nove contos aí publicados, vislumbramos identidades mergulhadas em processos de ruína. Três deles, nomeadamente “A solidão do Senhor Matias”, “Fragmentos de um diário” e o homônimo “Orgia dos loucos”, nos chamaram a atenção para uma alegorização da experiência de fragmentação identitária. Entendemos que a organização dos contos no livro, dispostos exatamente nessa sequência, não é aleatória.

Em “A solidão do Senhor Matias” – conto sobre o qual nos demoraremos mais adiante – deparamo-nos com a experiência de deslocamento da identidade do ex-colono português, abandonado em meio às transformações de uma

Moçambique independente, recusando-se veementemente à possibilidade de assimilação da cultura local. O resultado desse comportamento é o isolamento que o mantém inerte e preso num tempo fora do tempo.

Já em “Fragmentos de um diário”, acompanhamos as linhas dispersas do diário de uma jovem mulher que decide tirar a própria vida, após matar o filho. O drama de Dolores – “(...) Deixei de ter futuro. Deixei de dar importância ao presente. Deixei de existir.” (KHOSA,1990, p. 54) – denuncia a anulação de sua própria identidade em consequência da realidade de penúria vivida nos grandes centros moçambicanos. Essa perspectiva negativa da realidade condena tanto o “pai” – especificamente o marido de Dolores, que a deixa sozinha com o filho – quanto a Pátria pelo mesmo crime: a negligência, o abandono. A personagem suicida, que parece carregar no próprio nome o vaticínio da vida dolorosa, chega ao extremo de sua “desexistência” num dia 20 de maio – última data dos seus escritos –, mas, antes disso, reconhecemos suas motivações em linhas de outras datas, como nos informa, por exemplo, um “5 de abril” qualquer:

Quis recordar-me do meu marido, dos olhos ternos, da timidez que lhe fugia, do seu ar farto deste mundo de desgraça, do seu silêncio às palavras de todos os dias, das suas bebedeiras gritantes em noites de sábado, da quebra voluntária do Xirico das mesmas palavras, das afirmações virulentas à pátria de todos nós, do amor diferente que tivemos na noite que antecedeu a fuga, do arrumar apressado da roupa, da saída silenciosa do prédio, das promessas de tudo, da carta primeira e última, do seu silêncio, da saída do seu fantasma da casa, dos amigos que me assediaram com promessas de amor eterno, entremeadas de pão e leite e roupa e carro e televisor e tudo, Dolores, tudo o que quiseres, mulher, jóia, tudo, mas abre-me as tuas coxas, dorme comigo, Dolores, dá-me uma noite, esquece o teu homem, eu sou rico, Dolores...

Quis recordar-me de tudo isso neste dia de anos do meu filho, mas as paredes nuas da minha casa, o silêncio do meu filho, o prato vazio, a geleira despida, as baratas que me olham, a sombra do meu corpo, da minha caneta, da mesa, do meu filho, impedem-me de rir da minha vida, da minha existência, da minha realidade. (KHOSA, 1990, p. 51)

O espelho que essa voz denunciante tem nas mãos, tal como nos versos que nos serviram de epígrafe, revelam um mundo doente, onde sequer há espaço para as lágrimas, menos ainda para o riso.

Após experimentar a vida parada e solitária do Senhor Matias e a desistência da vida de Dolores, vislumbrando, nos dois casos, um exercício de desconstrução de identidades, somos assombrados pelo despedaçamento do homem moçambicano, vítima dos revezes da História, revezes esses que, estranhamente, sempre resultam em grandes perdas para os mais fracos. No conto “Orgia dos loucos”, estamos diante de uma festa caótica na qual a Guerra é, ao mesmo tempo, anfitriã e convidada. António Maposse deambula por um rio de corpos fragmentados, dentre os quais reconhece a mulher, Maria, não com os olhos, que parecem se recusar a ver o verdadeiro tamanho e a cor da Morte, mas com as mãos. O desespero diante da mulher, violentada, despedaçada e morta, leva-o a caminhar na busca desenfreada pelo filho. A aldeia não é mais aldeia, mas um depósito de cadáveres. A orgia é dos ratos, os senhores da guerra que rasgam Moçambique de lado a lado. António Maposse reage:

(...) Não, não serão esses cães raivosos que tirarão a vida ao meu filho...

(...)

- João!

Grito sem eco. Olhar angustiado. Gestos mortos. Estou morto. Sou um fantasma. Estou entre os espíritos.

- Estou morto!, gritou. Não ouviu o grito. Não senti sobre os pés as tripas sem dono, as mãos decepadas, as cabeças esfaceladas, as costelas partidas, os olhos rebentando, a carne desfazendo-se, as moscas chafurdando no líquido dos mortos, o sangue em coágulos, as fezes sem cor, os lagos de mijo, o mar de vômitos, os rios de sangue. Nada senti. Caminhava como um fantasma. Caminhava. Caminhava.

- Pai!

- Uma voz.

Estacou. Rodou o corpo.

- Quem é?

Voz moribunda.

- Sou eu.

- Quem?

- O teu filho.

- Estou vivo.

- Estás morto.

- Estou vivo.

- Não existes.

Silêncio. Um corpo jovem saiu duma latrina de caniços.

- Sou teu filho João.

As mãos de Maposse tactearam o corpo jovem; os dedos percorreram o resto e o pescoço, e detiveram-se nos ombros frágeis.

Olharam-se.

- Tu não existes, João.

- Estou vivo.

- Ninguém está vivo. Estamos mortos Somos espíritos angustiados à porta duma sepultura decente. A vida está com os outros, João.

- Outros quem?

Maposse não respondeu. Tirou as mãos dos ombros, olhou para o moço e retirou-se da zona, perseguido pelas moscas insaciáveis. (KHOSA, 1990, p. 63)

Diante das palavras de Maposse, podemos nos indagar: Poderá o pai ser Pai quando a Pátria é anfitriã da Morte? A estrutura familiar, a relação com o filho, recortes que singularizam sua identidade, são pulverizados em meio a uma realidade permeada pela violência. O cenário de corpos despedaçados surge-nos como um espelho alegórico do processo de fragmentação identitária na sociedade moçambicana. Entendemos construção alegórica à luz de Walter de Benjamin, que traduz alegoria como o exercício de dizer o outro recalcado (BENJAMIN, 1894).

Partimos da premissa de que o processo de construção das identidades espalhadas pelo território moçambicano será permeado por relações de conflito

diversificadas. Tendo em vista a singularidade do olhar de Ungulani para essa sociedade e sua reescritura crítica, entendemos que alguns pressupostos teóricos dos chamados Estudos Culturais podem nos servir de apoio à análise de um universo em que a complexidade cultural é marcada por uma recente história colonial, pela euforia independentista, pela perpetuação dos preconceitos e das misérias, além das intempéries de uma modernidade forçada. Dessa maneira, *Orgia dos loucos*, um entre tantos outros exemplos da obra de Ba Ka Khosa, será compreendido não só como produto cultural, mas, sobretudo, como uma “prática social”, essencialmente questionadora do processo de “reconstrução da nação”, processo esse que relega as identidades individuais ao abismo, em prol de uma pretensa identidade nacional.

Stuart Hall traduz o processo de ascensão dessa nação imaginada, ao afirmar que “[as] culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.” (HALL, 2001, p. 50). No entanto, devemos nos indagar sobre que tipo de constructo nacional pode gerar identidades extremamente fragmentadas, como as que circulam pela obra de Ungulani. Dolores, a protagonista do conto “Fragmentos de um diário”, define assim a experiência do tempo presente: “A vida é uma estupidez, uma anedota permanente, uma passarela de esquizofrênicos.” (KHOSA, 1990, p. 47)

Abrindo espaço para a reflexão sobre a realidade singular experimentada por alguns ex-colonos portugueses que ficaram “presos” às vingativas lianas das terras moçambicanas, somos apresentados ao conto “A solidão do Senhor Matias”:

I

O tempo entrou pela casa adentro e vagueou como um pássaro ferido pela sala enorme e moribunda, procurando as frestas por onde se infiltrou e estancou, reduzindo os séculos e séculos de luz em pó e cinza. As lascas de tinta caíam do tecto e das paredes, formando figuras estranhas e desconhecidas no chão sujo; as baratas e os ratos circulavam sem pudor, brincando na luz e na sombra, passeando por entre as cadeiras e mesas do tempo da pacificação, e olhando com certa naturalidade as teias de aranha que se ligavam entre si, criando um céu de nuvens poluídas que rarefaziam a luz da lâmpada que se limitava a iluminar o centro

onde as vozes da noite chegavam aos bocados, partidas, fragmentadas e se amontoavam no círculo de luz, deixando o tantã longínquo arremessar-se à sombra e às paredes onde os espíritos petrificados dos brancos da desordem e da mentira, incapazes de sustarem o avanço dos deuses africanos, sonhavam com galeras remotas que os libertassem das lianas que os afastavam do mar da descoberta e da civilização.” (KHOSA, 1990, p. 37)

O extenso parágrafo que inicia a narrativa nos coloca diante de algumas imagens que parecem traduzir todo o processo de encontros e desencontros do percurso colonial. Os tempos da história e da memória encontram-se num espaço específico – a “casa” que, mais adiante, saberemos ser do velho Matias –, carregando consigo vários símbolos de ruína. Tal como um pássaro ferido, o tempo, preso a esse lugar emblemático da presença do colonizador em terras africanas, surge-nos como um personagem desnorteado e enfraquecido em busca de alguma fresta de liberdade. A liberdade para esse tempo seria a reconquista de sua essência, que é o movimento dinâmico, o contrário exato da inércia que o aprisiona.

A casa, ao mesmo tempo anfitriã e algoz do tempo, é descrita de forma a ilustrar um inegável estado de desconstrução, por meio da ruína, de uma realidade de séculos, reduzidos em “pó e cinza”. Entre a “luz e a sombra”, indesejáveis personagens – “as baratas e os ratos” – parecem incorporar o dinamismo do qual o “tempo parado” já não é capaz. Curiosamente, os móveis espalhados pelo aposento em ruína remontam ao “tempo da pacificação”, o que, em termos estratégicos da trajetória colonial, significou o período final da efetiva subjugação dos autóctones, controle dos levantes de resistência à presença europeia e, conseqüentemente, domínio total do território moçambicano.

Outra imagem bastante cara à construção de uma alegoria do tempo na cena descrita acima é a da “teia de aranha”. Tal elemento funciona como metáfora do exercício de construção da História, ao mesmo tempo em que seu entremeado caprichoso convoca para a reflexão sobre o processo da escrita literária. Entretanto, não podemos ignorar o fato de que sua presença é constante em lugares não higienizados, isto é, a história que se inscreve na teia e a partir dela pode ser lida como um percurso sujo. Não me parece arbitrária tal acepção quando o que está em jogo é a história colonial. Por outro lado, simbolicamente, a teia se irmana

aos objetos do universo da tecedura – o fio, o tear, a roca –, elementos esses que, em diversas culturas, dentro e fora de África, estão atrelados à ideia de destino. Não é à toa que, ao final desta cena, o narrador dá indícios do destino amargo a ser cumprido pelos ex-colonos, antigos exploradores das terras e das gentes de Moçambique, identificando-os como “(...) espíritos petrificados dos brancos da desordem e da mentira [que], incapazes de sustarem o avanço dos deuses africanos, sonhavam com galeras remotas que os libertassem das lianas que os afastavam do mar da descoberta e da civilização.” As lianas das terras africanas, como raízes da justiça, condenam seus opressores de séculos a permanecerem presos em seus domínios, não mais como vencedores, mas no lugar dos vencidos.

Na sequência da narração, acompanhamos a descrição da casa, dos homens, da história e da memória de um tempo inerte, que denuncia a existência deslocada de uma identidade que resiste em conviver com as transformações do seu destino:

II

Sentado numa mesa do centro, por baixo da lâmpada, o branco tinha os cotovelos fincados na mesa e a cabeça metida entre as mãos calosas e sujas; os pés cruzavam-se nos tornozelos e o olhar de morto não via o líquido a escorrer pela mesa e a cair pelos bordos, atingindo o chão em gotas contínuas e compassadas. Em redor da mesa garrafas vazias amontoavam-se ao acaso. No fundo da sala, em frente ao balcão escancarado, sentado sobre a cadeira de três pés o negro João tinha a cabeça recostada à parede e pensava nas mulheres que dançavam, algures, cobertas pela noite e recortadas pela lua que deixava os fiapos escorrerem pelo terreiro do tantã como lianas perdidas quando o branco, escarrando sem modos, o trouxe à realidade da sala sem idade, obrigando-o a virar o corpo e olhar para a mesa repleta de garrafas de vinho e a parede à esquerda do branco onde os escarros se perfilavam, marcando as noites de infortúnio do senhor Matias, branco que herdara as propriedades do pai ainda novo e que tinha como diversão predilecta a mania de tirar a virgindade das moças das aldeias em troca do sal amontoado num armazém onde as fornicava de pé e deitado (...).

Estas e outras histórias, o preto João conhecia-as tão bem, como todos os homens em idade de compreender (...). (KHOSA, 1990, p. 38)

O passado do Senhor Matias é revelado pela indiscrição do narrador que invade as memórias partilhadas entre o velho dono de armazém e seu empregado. Essa cena serve como ilustração do emaranhado problemático que foi a relação colono-colonizado. A perspectiva do “tempo parado” é ratificada pela ausência de movimentos dos personagens apresentados, seja o senhor português, seja o criado moçambicano. Parece-nos interessante ressaltar que essa existência imóvel é verbalizada pelo próprio protagonista logo no início da terceira parte do conto:

- Qual é a data de hoje, João? – A voz era arrastada, cansada, gutural.
- Não sei patrão, respondeu o preto.
- Está bem... não interessa... Já não interessa saber a data, os dias, as horas, já nada interessa, João. Tudo parou... tudo, e ela tinha razão... recorda-se (...) (KHOSA, 1990, p. 39)

Voltando à cena anterior, percebemos que as imagens que envolvem ação estão na lembrança, nas memórias do passado que, mesmo silenciosamente, patrão e empregado compartilham. No tempo presente, “o líquido a escorrer pela mesa e cair pelos bordos, atingindo o chão em gotas contínuas e compassadas”, é o único elemento a sugerir movimento, ligando-se, alegoricamente, ao exercício da rememoração. É a imagem de uma memória que nasce da terra e para ela retorna, líquida, informe e fragmentada.

Morta junto ao império que para ali a encaminhou, a figura inerte do Senhor Matias, minuciosamente disposta sob a lâmpada, tenta manter-se imóvel no lugar que parecia cristalizado pela relação colonial: o centro. Fincando os cotovelos à mesa, como quem resiste a abandonar tal posição, o branco parece querer manter uma identidade inteira, impermeável, ainda que apenas ilusoriamente. Atentemos ao fato de que não é a partir do centro que vislumbramos o passado do colono, mas, ao contrário, apenas quando deslocamos nosso olhar para a margem, encontramos as respostas para o infortúnio do velho. João, o negro, o servo, a partir de sua posição marginal, torna-se o observador privilegiado das estórias da casa, da história colonial e do presente arruinado. A identidade de Matias é necessariamente atravessada pela identidade de João e de tantos outros personagens que acompanharam sua trajetória. Ainda que resista, mantendo-

se inerte, o ex-colono não pode escapar a uma espécie de metamorfose. Como consequência da recusa, Matias experimenta o deslocamento dentro da cultura na qual está inserido. O caráter inevitável dessa relação havia sido anunciado por sua amásia antes de falecer:

(...) as imagens cobrem a sala e as palavras elevam-se, sonantes: Não tentes sonhar, Matias, porque ao mar já não voltarás. Estás morto, és um cadáver ambulante. E quando os pretos tomarem conta destas terras não terás outra atitude que olhar passivamente para tudo o que é teu. E o mar jamais voltará à tua mente, porque a nossa água bebeste e aceitaste os nossos espíritos e entraste, vezes sem contas, nas palhotas dos nossos curandeiros onde te untaram o corpo inteiro com o sangue dos pretos. Não tens salvação, Matias, és preto, e por mais que escarres, por mais que insultes estes pretos, não voltarás nunca à tua terra com a riqueza aqui tirada, porque há muito que foi dito que morrerás nestas terras e a tua sepultura está ao lado dum preto, e os teus ossos serão exumados para prepararem os ossículos que matarão e salvarão milhares e milhares de pretos que povoam estas terras, Matias! (KHOSA,1990, p. 39)

A voz da mulher, entre a profecia e a praga, revela o processo insistentemente rejeitado por Matias: as profundas alterações na identidade pretensamente europeia do colono branco. A mente, o espírito, o sangue, os ossos, enfim, todas as referências para a construção de uma subjetividade estão impregnadas pela cultura outra que se pretendeu subjugar. Os ossículos alegorizam o próprio processo de fragmentação identitária, visto que a essência de um único sujeito servirá como giz traçando o destino de vários outros.

Na defesa intransigente de sua identidade deslocada, Matias reage violentamente às provocações da falecida mulher:

(...) Não fales assim, sua preta, malvada, eu sou branco, e terei sempre o poder à minha volta. E não penses que os ossículos da adivinhação e da morte me reterão nestas terras sem que eu possa mostrar a minha riqueza no mundo dos brancos, ao lado duma branca, uma branca verdadeira, cheia de perfumes e de vestidos belos e de olhar terno e amoroso, ouviste! Eu sairei desta catinga de pretos e atirarei o meu escarro aos rostos dos teus patrícios sacanas... Não me faças

rir, Matias, há dias que sei do teu medo aos nossos deuses e às nossas noites, e é por isso que falas tanto, que sonhas tanto, Matias. Sabes já do teu destino nestas terras africanas que podes bater-me, Matias, podes bater-me, mas há muito que a tua morte foi descrita, e, para tua desgraça, não me terás ao teu lado porque morrerei eu e os meus filhos no dia em que os pretos como eu entrarem por estas terras com armas em riste... (Idem).

Os sonhos de Matias recusavam a possibilidade da construção de uma identidade híbrida, enquanto “fusão entre diferentes tradições culturais” (HALL, 2001), insistindo na rígida demarcação da fronteira entre a existência do eu-colonizador e a do outro-colonizado. No entanto, não podemos perder de vista o fato de que, no presente da narrativa, ao recordar a discussão com a mulher, o branco, envolvido no emaranhado dos destinos luso-moçambicanos, admite: “ela tinha razão...”

As cenas finais do conto exploram a complexidade da desconstrução de uma identidade que se pretende impermeável. O tempo, a casa e, agora, o próprio corpo de Matias mergulham num processo de ruína, recriando o homem como imagem alegórica do fim do Império e da História da dominação:

(...) Com gestos preciosos e calmos o preto João afastava as teias de aranha, limpava o prato do gira-discos e punha o disco de sempre. A música subia de tom, enchia a sala, e o velho Matias sorria, ria, engasgava-se, e começava a vomitar ao som do fado. O vómito escorria pelo peito, enchia a mesa redonda, descia pelas bordas e formava um círculo em volta da mesa.

Sentado, com os olhos vermelhos, a sorrir e a vomitar, o velho Matias descalçava os sapatos e pisava, pisava sem descanso, o vómito vermelho e sujo. João olhava-o sem perplexidade, sem interrogações, sem dó. Olhava-o, simplesmente enquanto o fado corria, já gasto, e voltava a correr, mais gasto, até que a voz da Amália Rodrigues se perdesse totalmente na noite negra e o Matias parasse de vomitar e de chapinhar os pés pelo vómito, tal como os vindimadores destroem os bagos e deixam o sumo escorrer, o mesmo sumo que Matias consumia desalmadamente todas as noites, deixando-o sair em papas. (KHOSA, 2009, p. 42)

Embalado pelo vinho do Porto e pela voz de Amália – alicerces culturais aos quais nosso protagonista se apegava ferrenhamente –, o velho Matias torna-se refém do próprio corpo. Podemos ler o “vômito vermelho e sujo” como a excreção de séculos e séculos de discursos justificadores da opressão, tantas vezes emoldurada por uma pretensa superioridade consanguínea e racial.

Não podemos deixar de lado a importância das imagens escatológicas evocadas ao longo desta cena. O fenômeno escatológico, ora relacionado aos excrementos humanos, ora associado às teorias apocalípticas, logra evidenciar, uma vez mais, a experiência de Matias como metáfora da ruína da ideologia colonial. Como que arrastado pelos novos ventos da História, o velho, finalmente, caminha num sentido diferente, livrando-se da esfera do “tempo parado”, ainda que tardiamente:

Ao chegarem à campa da mulher do Matias o negro João parou e deixou que o patrão se acercasse do montículo de areia. O velho ajoelhou-se e enterrou as mãos no monte de areia. Em movimentos contínuos e rápidos o velho ia tirando a areia da campa enquanto se babava e soluçava. O negro João, de pé, olhando continuamente para o patrão, nada entendia e nem podia perceber, pois tratava-se de um diálogo de mortos, de cadáveres, de vozes que os vivos não podiam ouvir, mas que Matias ouvia e entendia, daí o seu fervor a escalavrar a terra como um animal. Minutos depois, já cansado, o velho atirou-se à cova, uivando prolongadamente. (KHOSA, 1990, p. 43)

O velho Matias, enfim, cede, entregando-se ao ventre da mãe-terra de novas histórias e, quiçá, de novas identidades a germinar.

Referências

BA KA KHOSA, Ungulani. **Ualalapi**. Lisboa: Caminho, 1990.

_____. **Orgia dos loucos**. Maputo: AEMO, 1990.

BENJAMIN, Walter. **Origens do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DO POEMA *BORBOLETAS* DE MANOEL DE BARROS

A SEMIOTIC ANALYSIS OF THE POEM *BUTTERFLIES* BY MANOEL DE BARROS

Évelyn Coelho Paini Webber¹
Maria Luceli Faria Batistote²

Recebimento do Texto: 21/01/2021

Data de Aceite: 20/02/2022

RESUMO: A semiótica discursiva, como ciência da significação busca entender os mecanismos que compõem um texto e como os sentidos construídos nele. Nessa perspectiva, fundamentados nessa teoria este artigo tem por objetivo analisar o poema *Borboletas* de Manoel de Barros por meio do percurso gerativo de sentido, de modo não a esgotar a análise, mas sugerir direcionamentos de leituras possíveis. Como metodologia enfocamos o percurso gerativo de sentido. Apesar de diversos estudos sobre Manoel de Barros, nenhuma análise sobre o referido poema foi encontrada. Os resultados apontam que uma interpretação feita sob a ótica da semiótica permitiu a compreensão dos recursos utilizados pelo enunciador para convencer o enunciatário, além da visão de uma metamorfose semelhante a enfrentada pela borboleta possibilitada por meio da metodologia.

PALAVRAS-CHAVE: Semiótica discursiva. Manoel de Barros. Percurso gerativo de sentido.

ABSTRACT: The discourse semiotics, as a science of meaning, seeks to understand the mechanisms that make up a text and how the meanings built in it. From this perspective, based on this theory, this article aims to analyze the poem *Borboletas* by Manoel de Barros through the generative path of meaning, not to exhaust the analysis, but to suggest directions of possible readings. As a methodology, we focus on the meaning-generative process. Despite several studies on Manoel de Barros, no analysis of the poem was found. The results point out that an interpretation made under the optics of semiotics allowed the understanding of the resources used by the enunciator to convince the enunciatee, besides the vision of a metamorphosis similar to the one faced by the butterfly made possible through the methodology.

KEYWORDS: Discourse Semiotics. Manoel de Barros. Generative Path of Meaning.

1 Possui graduação em Letras habilitação Português- Inglês pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS-2016) e mestrado em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS- 2019). Doutoranda em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS- 2020). Participa como colaboradora do projeto de pesquisa: Memórias de professores: diálogos sobre o letramento e o ensino de língua portuguesa- ETAPA II. E-mail: evelynmestrado2018@gmail.com

2 Possui graduação em Letras (Português e Inglês) pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS (1988), habilitação em Língua e Literatura Hispano pela Universidade Estadual do Mato Grosso - UNEMAT (2002), especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (1995), mestrado em Letras (Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2004), doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Araraquara (2008) e estágio Pós-doutoral em Linguística pela UFSCAR (2015). Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; atua na graduação no curso de Letras (FAALC) e na pós-graduação no Mestrado e Doutorado em Estudos de Linguagens (FAALC). E-mail: marialucelifaria@gmail.com

Notas introdutórias

Manoel Wenceslau Leite de Barros nasceu no dia 19 de dezembro de 1916, em Cuiabá no Mato Grosso. Morou também em Corumbá (MS) e no Rio de Janeiro. Viveu grande parte de sua vida em Campo Grande (MS), onde permaneceu até a sua morte em 13 de novembro de 2014 (CITELLI, 2009).

Pelo fato de seu pai possuir uma fazenda no Pantanal, o jovem Manoel cresceu em contato com essa biodiversidade, o que viria a ser representado em suas obras mais tarde.

Somente nos anos 1980, sua poesia começou a aparecer ao público por meio de personalidades como Millôr Fernandes, Fausto Wolff e Antônio Houaiss. Escreveu o seu primeiro livro, *Poemas concebidos sem pecado* (1999), numa tiragem de 21 exemplares feitas com o auxílio de amigos.

Manoel de Barros, um escritor que julgava ter “doutorado em formigas”, trata do que seria deixado em segundo plano, por vezes nos apresenta um vislumbre de como a sociedade parece distante dos valores e seu regresso as coisas não essenciais, a um tempo mítico em que poeticamente todos passariam a um estado natural (BARROS, 2017).

Além disso, com suas obras singulares se consolidou como escritor regionalista, ao compor sobre o espaço pantaneiro, além de expor em suas obras traços infantis, metalinguísticos e até mesmo fotográficos. Em análises recorrentes de suas obras o tema infância conta com grande difusão, mas um de seus poemas, denominado Borboletas, presente na obra *Ensaaios fotográficos* se destaca pela riqueza semiótica que nos perpassa e leva-nos a recriar um mundo de ideias.

Com base nisso, tendo em vista a relevância dos estudos semióticos para a compreensão dos significados e em entender os processos de construção deles, nos propomos a analisar o referido poema por meio do percurso gerativo de sentido, de modo não a esgotar a análise, mas de sugerir direcionamentos de leituras possíveis.

Em um primeiro momento, discutimos brevemente sobre o percurso da semiótica discursiva, o percurso gerativo de sentido e cada um de seus níveis. Em seguida, focamos na análise do poema, caracterizando-o segundo a metodologia escolhida. Por fim, apresentamos algumas considerações finais e as referências

utilizadas para o estudo.

A semiótica discursiva: um breve panorama

A Semiótica Discursiva (ou greimasiana) teve como fundador Algirdas Julien Greimas, um linguista de origem lituana que desenvolveu seus estudos em Paris. Essa teoria tem influências de grandes linguistas como Ferdinand de Saussure e Louis Hjelmslev, logo está fundamentada no estruturalismo e compreende a língua como uma instituição social.

Hjelmslev ao expandir os estudos de Saussure sobre o signo linguístico, analisou a forma e substância em cada plano (da expressão e do conteúdo) possibilitando o estudo de cada um separadamente, proporcionando subsídios para o desenvolvimento dos trabalhos de Greimas.

O linguista lituano almejou desenvolver uma teoria semiótica que englobasse todos os sistemas de significação, então em 1966 lança *Semântica Estrutural*, em que inaugura o que viria a ser conhecido como Semiótica Discursiva. Nessa obra Greimas apresenta o texto como unidade maior da significação e uma primeira visão do percurso gerativo de sentido.

Desse modo, a teoria semiótica busca estudar o texto e os mecanismos que o constituem como um todo de sentido (FIORIN, 1995). Isso nos leva a questão a semiótica estuda somente os textos verbais?

[...] o texto, acima definido por sua organização interna e pelas determinações contextuais, pode ser tanto um texto linguístico, indiferentemente oral ou escrito – uma poesia, um romance, um editorial de jornal, uma oração, um discurso político, um sermão, uma aula, uma conversa de crianças – quanto um texto visual ou gestual – uma aquarela, uma gravura, uma dança – ou, mais frequentemente, um texto sincrético de mais de uma expressão – uma história em quadrinhos, um filme, uma canção popular (BARROS, 2005, p.12).

A partir disso, percebemos a amplitude que os estudos semióticos podem abarcar, assim, cabe destacar que apesar de ter desenvolvido mais proficuamente a análise do plano de conteúdo no início, há estudos como os de Floch (1985),

Oliveira (2004), Pietroforte (2004), entre outros que analisaram o plano da expressão, nos mais variados textos, fotografias, pinturas, paisagens urbanas etc.

No que diz respeito a noção de texto, após a Linguística delimitar o sistema e a competência como seus objetos de estudo, diferentes teorias que tratavam sobre o discurso, entendiam o texto por meio de dois conceitos diversos, um como objeto de significação e outro como objeto histórico. Para Fiorin (1995)

Dar ênfase ao conceito de que o texto é um objeto de significação implica considerá-lo um todo de sentido, dotado de organização específica, diferente da frase. Isso significa, portanto, dar relevo especial ao exame dos procedimentos e mecanismos que o estruturam, que o tecem como uma totalidade de sentido. [...] Dar destaque à noção de que o texto é um objeto histórico leva a preocupar-se primordialmente com a formação ideológica de que ele é expressão, com as relações polêmicas que, numa sociedade dividida em classes, estão na base da constituição das diferentes formações discursivas (FIORIN, 1995, p.165-166).

Assim, Fiorin (1995) destaca que ambos se complementam, já que em um primeiro momento trata dos mecanismos intradiscursivos e posteriormente dos interdiscursivos. A semiótica francesa não desconsidera o texto como objeto histórico, mas foca em sua primeira definição como objeto de significação e ainda de comunicação, logo busca entender “o que o texto diz e como ele faz para dizer o diz” (BARROS, 2005, p.11).

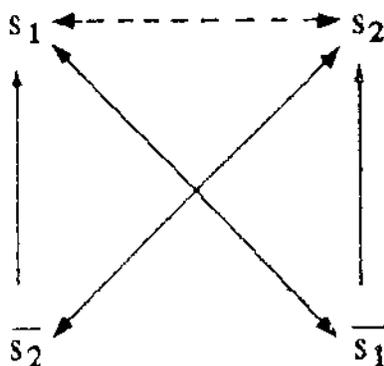
Essa teoria, concebe o processo de construção textual como um percurso gerativo, que vai do mais simples composto pelo abstrato ao mais complexo formado na concretização. Cabe destacar que ele fora elaborado por Greimas não como uma regra, já que se trata de um “simulacro metodológico”, ademais não se afirma que o indivíduo passe de um nível a outro seguindo a ordem em um processo de complexidade e enriquecimento de sentidos (FIORIN,1995). Assim, por meio do percurso gerativo de sentido, que a semiótica desdobra em dois planos: o da expressão e do conteúdo, ela busca explicitar os mecanismos de engendramento do texto.

O percurso gerativo de sentido é composto por três níveis, Barros (2005) nos apresenta algumas considerações, a saber:

- a) o percurso gerativo do sentido vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto;
- b) são estabelecidas três etapas no percurso, podendo cada uma delas ser descrita e explicada por uma gramática autônoma, muito embora o sentido do texto dependa da relação entre os níveis;
- c) a primeira etapa do percurso, a mais simples e abstrata, recebe o nome de nível fundamental ou das estruturas fundamentais e nele surge a significação como uma oposição semântica mínima;
- d) no segundo patamar, denominado nível narrativo ou das estruturas narrativas, organiza-se a narrativa, do ponto de vista de um sujeito;
- e) o terceiro nível é o do discurso ou das estruturas discursivas em que a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação (BARROS, 2005, p.13).

Conforme esclarecido pela autora, o primeiro nível é composto pelas oposições semânticas, por exemplo: vida versus morte. Esse nível também fortemente representado pelo quadrado semiótico em que se apresentam os contrários e os contraditórios, conforme podemos observar abaixo:

Figura 01: Quadrado semiótico



- onde: \longleftrightarrow : relação de contradição
 \dashrightarrow : relação de contrariedade
 \longrightarrow : relação de complementaridade
 $s_1 - s_2$: eixo dos contrários
 $\bar{s}_2 - \bar{s}_1$: eixo dos subcontrários
 $s_1 - \bar{s}_1$: esquema positivo
 $s_2 - \bar{s}_2$: esquema negativo
 $s_1 - \bar{s}_2$: déixis positiva
 $s_2 - \bar{s}_1$: déixis negativa

Fonte: Greimas e Courtés (1979, p.365-366)

Com base nisso, em uma breve explicação podemos entender que ao considerarmos um termo s_1 pressupomos seu oposto representado por s_2 em uma relação de contrariedade. Já a passagem de s_1 para s_2 não ocorre de forma direta, mas passa por seus subcontrários $-s_1$ e $-s_2$. Ainda nesse nível, os termos em oposição ao se transformarem em valores podem ser categorizados como eufóricos (positivos) ou disfóricos (negativos).

No segundo nível, o das estruturas narrativas, temos um sujeito em busca de seu objeto de valor, que pode estar em uma relação de conjunção, isto é, ele possui, ou de disjunção, que não o tem (BARROS, 2005).

É nesse nível em que as transformações ocorrem, ou seja, a mudança de estado do sujeito em relação ao objeto de valor. Acerca disso, a semiótica confere quatro funções, são elas: a manipulação, a competência, a performance e a sanção.

Na primeira, um sujeito instiga um outro a querer e/ou dever sobre o objeto de valor, que pode ser uma ordem, pedido ou um desafio, logo pode ocorrer por intimidação, sedução, provocação ou tentativa. Já na competência, há um querer ou dever fazer pelo sujeito, para isso, ele recebe um saber ou um poder fazer.

A performance, seria a ação em si, nela a narrativa tem sua transformação principal, já que o sujeito após receber o saber ou poder fazer realiza a ação e atinge seu objeto de valor. Por fim, na sanção, podemos perceber que a performance

realmente aconteceu, Fiorin (1995) explica que temos dois tipos de sanção, a pragmática e a cognitiva. A primeira seria um prêmio ou castigo, pela segunda o sujeito reconheceria que a performance se deu. Com base nisso, o teórico esclarece que “essas fases mantêm entre si uma relação de implicação recíproca” (FIORIN, 1995, p.169).

No terceiro nível, o das estruturas discursivas, verificamos as marcas deixadas pela enunciação no campo da sintaxe e a concretização das estruturas narrativas tomadas pela semântica por meio da tematização e figurativização.

Em relação a sintaxe, notamos as projeções das categorias de pessoa, espaço e tempo, usadas pelo enunciador a fim de persuadir o enunciatário e estabelecer um contrato entre eles. Sabendo que a enunciação se dá no ego-hic-nunc, as pessoas, tempos e espaços se dão no eu-aqui-agora, ou seja, no momento em que tomo a palavra e me consolido como eu, “ego é quem diz ego”, crio um espaço do aqui e um tempo do agora (momento em que enuncio) (FIORIN, 1996, p.41).

Na busca em criar um efeito de real e aprofundar o contrato enunciador-enunciatário, temas e figuras são utilizados na narrativa. A tematização compreende a abstração de valores, que são concretizados por meio da figurativização, para Greimas e Courtés (1979, p.187) ela pode ser dividida em duas etapas: a figuração e a iconização. A primeira considerada como a “instalação das figuras semióticas” e a última “[...] visa a revestir exaustivamente as figuras, de forma a produzir a ilusão referencial que as transformaria em imagens do mundo”.

A partir disso, entender um texto figurativo compete também interpretar os temas presentes nele. Assim, é por meio dos processos de tematização e figurativização que o enunciador reafirma um simulacro do real, a fim de convencer o enunciatário.

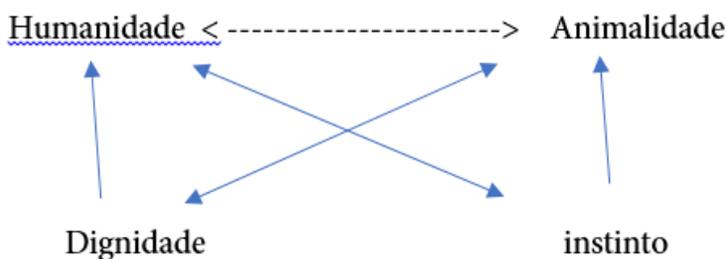
Após essa breve discussão sobre o percurso gerativo de sentido e seus níveis, apresentamos uma análise semiótica sobre o poema Borboletas de Manoel de Barros. A análise de apresenta estruturada seguindo a ordem do primeiro ao terceiro níveis, tendo como foco o plano do conteúdo.

Borboletas: uma análise semiótica

Antes de iniciarmos a análise semiótica, consideramos necessária a exposição do poema em sua totalidade, para que o leitor possa ter um primeiro contato com o texto e assim começarmos a empregar a metodologia escolhida.

Borboletas me convidaram a elas.
O privilégio insetal de ser uma borboleta me atraiu.
Por certo eu iria ter uma visão diferente dos homens e das coisas.
Eu imaginava que o mundo visto de uma borboleta seria, com certeza,
um mundo livre aos poemas
Daquele ponto de vista:
Vi que as árvores são mais competentes em auroras do que os homens.
Vi que as tardes são mais aproveitadas pelas garças do que pelos homens.
Vi que as águas têm mais qualidade para a paz do que os homens.
Vi que as andorinhas sabem mais das chuvas do que os cientistas.
Poderia narrar muitas coisas ainda que pude ver do ponto de vista de
uma borboleta.
Ali até o meu fascínio era azul.
Fonte: Barros (2000, p.59).

Na análise do nível fundamental, percebemos as oposições mínimas como contrários humanidade/humano *versus* animalidade/animal, em uma análise mais profunda, dignidade *versus* instinto como contraditórios. Mas outras oposições ainda seriam possíveis como liberdade/livre *versus* restrição/ preso. Nesse primeiro nível, considerado o mais simples percebemos as estruturas elementares da significação, elas nos permitirão um primeiro olhar sobre o poema, como fora dito no subtópico anterior. Esse nível é comumente representado pelo quadrado semiótico, então a fim de uma melhor visualização das oposições estabelecidas apresentamos abaixo a representação:



O sujeito do discurso desse poema, em um primeiro momento, está em relação de disjunção com o objeto de valor, ou seja, o tornar-se uma borboleta, o que é retratado pelos verbos ser, iria, imaginava, seria, conjugados de modo a um querer mas um não poder (BARROS, 2005).

Em um segundo momento, a partir do verso “Daquele ponto de vista:” o poema parece transformar-se, mudando seus verbos para vi, são, tem, sabem e narrar, o que nos leva a questionar se a relação com o objeto de valor teria se modificado, e passado a ser de conjunção, isto é, que o sujeito teria alcançado seu objeto de valor e então um querer e um poder.

Já no terceiro nível, o das estruturas discursivas, analisamos o poema no que se refere ao discurso, em especial, nas atribuições de pessoa, espaço e tempo (sintaxe) e na figurativização e tematização (semântica). No nível discursivo, percebemos o emprego da debreagem enunciativa, já que o enunciador, claramente exposto no texto, configura-se como “eu”, como, já nos primeiros versos, é possível observar:

“Borboletas me convidaram a elas
 O privilégio insetal de ser uma borboleta me atraiu.
 Por certo eu iria ter uma visão diferente dos homens e das coisas[...]”.

Com relação ao tempo, o poema se apresenta num tempo anterior ao presente, como descrito abaixo:

Borboletas me convidaram a elas.
 O privilégio insetal de ser uma borboleta me atraiu.

Por certo eu iria ter uma visão diferente dos homens e das coisas.
Eu imaginava que o mundo visto de uma borboleta seria, com certeza,
um mundo livre aos poemas.

A partir dos termos destacados, percebemos o uso do futuro do pretérito e do pretérito imperfeito, isto é, não é no momento presente em que enuncia. Além disso, o uso do futuro do pretérito diz respeito a algo que poderia ter ocorrido após uma situação no passado, já o pretérito imperfeito diz respeito a uma ação ocorrida, mas não finalizada no passado. Com base nisso, ao seguir a leitura do poema percebemos uma mudança em seus verbos como já descritos anteriormente, representados pelo pretérito perfeito, sugerindo que uma ação ocorreu e terminou no passado, entretanto quando lemos os dois últimos versos e retomamos a incerteza sobre o sujeito e o objeto de valor percebemos que ele não o alcançou, já que os tempos do futuro do pretérito e pretérito imperfeito reaparecerem, vejamos:

“[...] Poderia narrar muitas coisas ainda que pude ver do ponto de vista de/ uma borboleta. /Ali até o meu fascínio era azul”.

Com relação ao espaço, ele ocorre em um espaço do *lá*, que não é o aqui “agora”, como percebemos pelos versos:

“Daquele ponto de vista:” / [...] Ali o meu fascínio era azul”.

Isso nos remete a afirmação de Fiorin (1996) em que declara as astúcias da enunciação, ao afirmar que ela cria um tempo presente da enunciação como aqui agora, para contar o que houve num tempo e espaço anteriores ao presente.

Além disso, a fim de conferir um maior efeito de real, o enunciador se vale de recursos como a figurativização e tematização, que podem ser melhor expressos pelos versos abaixo, neles ele (enunciador) confere a animais e coisas capacidades que seriam humanas, mas ao mesmo tempo permite que estabeleçamos relações com seres e momentos que nos são conhecidos e tidos como reais.

Vi que as árvores são mais competentes em auroras do que os homens.

Vi que as tardes são mais aproveitadas pelas garças do que pelos homens.

Vi que as águas têm mais qualidade para a paz do que os homens.

Vi que as andorinhas sabem mais das chuvas do que os cientistas.

[...] Ali até o meu fascínio era azul

Assim, o enunciador recobre-se de temas como competência, aproveitar (algo), fascínio, capacidade e saber, elementos conferidos apenas a seres humanos e os figurativiza atribuindo aos seres vegetais e animais, o que nos permite reforçar as oposições destacadas no primeiro nível: humanidade/humano *versus* animalidade/animal.

Além disso, o poema de Manoel de Barros nos leva a uma interpretação mais profunda, compreendendo-o como as fases de uma borboleta, que se passa em um tempo mítico, a partir do momento em que o enunciador recebe o convite e passa a desejar (existe uma sedução e um *querer*) tornar-se uma borboleta, então inicia uma reflexão sobre como seria após o ciclo de metamorfose que se estende com os versos seguintes. Assim, a partir do sexto verso, notamos as transformações expostas em seus verbos, sugerindo que o ciclo havia sido concluído, que a lagarta deixara o casulo como uma bela borboleta, mas Barros nos leva além porque por meio da análise semiótica percebemos que é o *não poder* do sujeito que permite toda a trama da narrativa e nos proporciona essa riqueza de leitura.

Considerações finais

Esse artigo se propôs a analisar o poema Borboletas de Manoel de Barros, a partir dos três níveis do percurso gerativo de sentidos da semiótica discursiva, tendo como foco não esgotar as possibilidades de interpretação, mas de propor algumas visões basilares sobre o mesmo.

Por meio de uma reflexão percebemos que o poeta cria oposições fundamentais como humano *versus* animal, e ao se valer de um tempo anterior ao momento da enunciação e um espaço do lá, reforça por meio da instalação das categorias enunciativas que todo o desenrolar do poema ficou em um querer fazer, mas um não poder fazer, ou seja, no plano das possibilidades.

Por fim, com elementos de tematização e figurativização a ideia acima é fundamentada, trazendo não só beleza ao poema, mas busca firmar o contrato de veridicção com o enunciatário.

Referências

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2005.

BARROS, Manoel de. **Ensaio fotográficos**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Poemas concebidos sem pecado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **O guardador de águas**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2017.

CITELLI, Adilson. A poesia de Manoel de Barros: entre o regional e o universal. **Revista Eca**, ano XIV, n.03, set-dez.2009.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo, Ática, 1996.

_____. A noção de texto em semiótica. **Organon** – Revista do Insitituto de Letras da UFRGS, v.9, n.23. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

FLOCH, Jean-Marie. **Petites mythologies de l'oeil et de l'esprit**: pour une sémiotique plastique. Paris/Amsterdan: Hadés/Benjamins, 1985.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima. São Paulo: Cultrix, 1979.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica Estrutural**. Tradução de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix: Edusp,1973.

PIETROFORTE, Antônio Vicente. **Semiótica visual**: os percursos do olhar. São Paulo: Contexto, 2004.

**DO TEU GOSTO NOTURNO, DA TUA AUSÊNCIA SENTIDA:
HOMOEROTISMO EM *EM NOME DO DESEJO*, DE JOÃO
SILVÉRIO TREVISAN**

**YOUR NIGHT TASTE, YOUR FEELING ABSENCE:
HOMOEROTISM IN *EM NOME DO DESEJO*, BY JOÃO SILVÉRIO
TREVISAN**

Samuel Lima da Silva¹

Recebimento do Texto: 04/01/2022

Data de Aceite: 07/02/2022

RESUMO: Estudo analítico acerca das implicações do sexo no romance brasileiro contemporâneo *Em nome do desejo* (1985), de João Silvério Trevisan, percebendo, por meio da relação homoerótica entre os protagonistas, a forma como o desejo homoerótico é presentificado e delineado na obra em questão². Sexo, gozo e inocência aparecem na narrativa de maneira paulatina, engendrando mecanismos estético-simbólicos que esboçam a descoberta da sexualidade, bem como do corpo enquanto território inóspito de prazer e, potencialmente, complexo. Nessa proposta, as teorias de Bataille e Foucault serão acionadas, de modo a traduzir assertivamente as tópicas abordadas no romance escrito por Trevisan.

PALAVRAS-CHAVE: Em nome do desejo. Romance brasileiro contemporâneo. Homoerotismo. Sexo. Inocência.

ABSTRACT: Analytical study about the implications of sex in the contemporary Brazilian novel *Em nome do desejo* (1985), by João Silvério Trevisan, realizing, through the homoerotic relationship between the protagonists, the way in which the homoerotic desire is presented and outlined in the work in question. Sex, enjoyment and innocence appear in the novel written by Trevisan in a gradual way, engendering aesthetic-symbolic mechanisms that outline the discovery of sexuality, as well as the body as an inhospitable and potentially complex territory. In this proposal, the theories of Bataille and Foucault will be activated, in order to assertively translate the topics addressed in the novel written by Trevisan.

KEYWORDS: Em nome do desejo. Contemporary brazilian novel. Homoeroticism. Sex. Innocence.

1 Doutorado e Pós-Doutorado em Estudos Literários. Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários – PPGEL, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, *campus* universitário de Tangará da Serra. Contato: samuel.lima@unemat.br

2O presente artigo é um recorte capítular e reconfigurado de minha Tese de Doutorado, “*Hei de confessar-te um dia o meu desejo*”: o romance homoerótico brasileiro contemporâneo e a estética da absolvição, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Estudos Literários – PPGEL/ UNEMAT, em março de 2019.

*Morrer de amor
ao pé da tua boca*

*Desfalecer
à pele
do sorriso*

*Sufocar
de prazer
com o teu corpo
Trocar tudo por ti
se for preciso*

(Maria Teresa Horta)

Do corpo violado/ Do gozo escarnado

O enredo de *Em nome do desejo* vincula a ideia de corpo a uma espécie de correlação quase total com o sagrado. Tanto na parte inicial do livro, que antecede o envolvimento entre os protagonistas, quanto na segunda fase, quando estes já estão unidos, o corpo é percebido como um território, um lugar em que as encruzilhadas da vida e da idade se evidenciam. O corpo presentifica a ideia de sexo, de deboche, mais necessariamente, de pecado. Deter-nos-emos na prática sexual entre ambos os meninos, Tiquinho e Abel, protagonistas do romance, de maneira a entender como a relação homoerótica ocorre na narrativa trevisaniana.

Inicialmente, há que se pensar em Tiquinho, personagem narrador, como habitante de uma guerra, haja vista ser uma vítima tanto do processo heteronormativo e opressor, como do pensamento obsessivo católico. Nesse ensejo, Rougemont assinala que, na guerra, o “homem é apenas o servo do material; ele próprio passa à condição de material” (1988, p. 221). Essa argumentação redimensiona à narrativa em questão, precisamente por catalisar no homem uma posição *objetivada* ou, mais didaticamente, *coisificada*. Nessa condição de material a que o autor se refere, pode-se constatar, na narrativa de Trevisan, uma espécie de movimento – embora sutil – dessa materialidade do sujeito amoroso.

Pode parecer estranho que, nesse momento da discussão, seja afirmado que o discurso do amor foi camuflado por outro tipo de discurso, mas esse

estranhamento logo se dissipa ao se ter ciência de que se está frente a uma obra literária que coloca o amor em vias de desolação, vinculando-o a uma assolação do corpo, mais especificamente, a uma decrepitude percebida proficuamente em narrativas homoeróticas brasileiras³ do século XX.

Na realidade de *Em nome do desejo*, observa-se o protagonista em uma descoberta não apenas da sexualidade, do gozo, mas também de seu próprio corpo, conhecendo-se, percebendo suas áreas erógenas e a vertigem do orgasmo. Inicialmente, percebamos como se deu o prelúdio da relação sexual entre Tiquinho e Abel.

Logo que se reencontraram, ocorreu algo como o despertar-se de um caldeirão fervilhante. Ambos se queriam corpo a corpo. A atração de Tiquinho superou seus escrúpulos – pelo menos provisoriamente. Ensaivavam toques furtivos, já atingindo águas mais profundas. Viam-se rapidamente no lavatório, onde Abel expunha de relance suas regiões inexploradas. Tiquinho sentia vertigens de gozo, que não eram exclusivas dele, naturalmente. Em Abel, acentuava-se o brilho felino dos olhos, agora reluzentes no negrume profundo. Escolheram a mesma equipe de limpeza do dormitório. E era com alegria voluptuosa que mergulhavam juntos o pano de chão no balde e ficavam apertando-se as mãos, deliciados com água e sabão. (TREVISAN, 2001, p. 188-189).

A relação entre ambos os personagens é iniciada pela descoberta do corpo, mais precisamente, pelos caminhos do desejo. Tiquinho está em plena puberdade, da mesma forma que Abel, mas aquele ainda desconhece muito do profundo labirinto que é o corpo humano, enquanto reduto de prazer sexual. Na passagem supratranscrita, os personagens voltam a se encontrar após um pequeno período separados, mas, desta vez, com Abel já tendo a certeza acerca do sentimento do colega. A abertura para o sexo entre os garotos pauta-se na inocência, paulatinamente, por meio do toque, do cheiro e da proximidade entre os personagens. É o prelúdio que colocará ambos em processo de desolação.

3 De maneira mais objetiva, quando se trata de enredo homoerótico, o processo de decrepitude do corpo tem se tornado uma constante na literatura brasileira contemporânea, principalmente do final da década de 1980 até a metade dos anos 1990. O corpo é sempre associado à podridão, ao mau cheiro, ao seu uso abusivo e corrosivo. Primordialmente, o gaúcho João Gilberto Noll desponta como o escritor que melhor traduz essa questão em sua prosa.

Da mesma forma como ocorre em todo o romance, a alusão à Santa Teresa ou a qualquer proposição religiosa perpassa a iniciação sexual dos jovens. Tudo é medido pela pedra de toque que é o desejo – ou seja, o corpo é movido pela volição –, sendo que este não se sacia mesmo quando aplacado. Nessa perspectiva, a chave de leitura que permite realizar uma compreensão mais aprofundada já é proporcionada no título do próprio romance. As aventuras pelas quais passa o protagonista não são movidas pelo amor ou por outro sentimento que o valha: tudo no enredo trevisaniano é calcado no desejo, isto é, não é em nome do amor que o seminarista caminha rumo ao abismo de uma relação homoerótica em um seminário, mas em nome do desejo: “Quase trinta anos depois, poderia se dizer que se tratava da presença inconfundível do desejo ali espocando” (TREVISAN, 2001, p. 188). Esse trecho é um dos raros momentos em que o Tiquinho adulto insere-se nas respostas sobre seu passado, a fim de refletir acerca de algum ponto em específico, iluminando-se pela maturidade do presente.

Deter-nos-emos, neste instante, em um excerto da narrativa carregado de simbolismos e referências a um intenso discurso religioso, que recobre e, simultaneamente, descortina o relacionamento amoroso entre os personagens. O trecho a seguir refere-se à dificuldade em encontrar um espaço adequado para o namoro dos dois, no entanto, é possível perceber que há um forte paralelo em intertextualizar o homoerotismo com o mito bíblico não apenas de Adão e Eva no paraíso, mas também com outros personagens presentes na diegese bíblica. Logo a seguir, é possível apreender a correlação existente entre o desejo carnal homoerótico associado à ideia de pecado:

Onde é que tinham seus encontros, além do dormitório (nas madrugadas) e lavatório (furtivamente)?

— Aí estava o problema. Fizeram intensas pesquisas para escolher um lugar onde pudessem estar inteiramente juntos. Começaram frequentando os porões na frente das bolarias. Além de quase serem descobertos, certa vez, por um prefeito especialmente fanático com a vigilância noturna, eles se sentiam ameaçados por ratos, aranhas e cobras. Apesar de limparem um espaço, de deixarem um toco de vela aceso, não podiam evitar essas presenças estranhas. Muitas vezes, enquanto Tico e Abel se beijavam, esfregavam e resfolegavam,

os ratos passavam guinchando e atropelando o seu amor. Desistiram do portão, definitivamente, na noite em que Abel quase pisou numa cobra-coral já em posição de ataque. Daí resolveram optar pelo ar livre. Passaram a amar-se no eucaliptal. Para onde levavam cobertores – mesmo por que o outono tardava e as noites ainda eram claras, mornas. Daí por diante, o eucaliptal tornou-se o lugar predileto do seu amor, que passou justamente a se confundir com o perfume forte dos eucaliptos. (TREVISAN, 2001, p. 190-191).

A busca por um local em que pudessem viver sem receios o namoro parece demarcar, de igual forma, a jornada pela qual Tiquinho passara desde sua separação de Abel, até descambar no atual orfanato que ocupa o seminário de outrora. Aqui, o porão merece destaque, pois também aparece em demais situações, sempre como um espaço fúgido, relativo a perigo, sendo justamente ali que se concentram as estátuas antigas de santos, anjos e demais entidades que permeiam o imaginário católico/cristão. Em contrapartida, há os encontros posteriores realizados no eucaliptal, uma espécie de jardim carregado de odores, que se configura como catalisador de paz interior nos personagens.

Sob esse plano diegético estruturado em dois, é possível destacar também a existência de duas analogias ao contexto bíblico: a da representação do inferno⁴ e, posteriormente, do paraíso. Tal representação é acentuada não apenas pelo fato de o romance ser ambientado em um seminário, mas, principalmente, em razão da maneira como é feita a descrição dos locais e, sobretudo, dos perigos aos quais os meninos estão sujeitos. Nesses espaços representativos, o corpo e o gozo vão sendo articulados de maneira a se sobrepujarem como canal para as recordações do protagonista em sua fase adulta.

No tocante ao primeiro espaço, o da bolaria, a representação do perigo é entrevista, primordialmente, na imagem da cobra-coral, descrita como serpente na diegese bíblica: “Desistiram do portão, definitivamente, na noite em que Abel quase pisou numa cobra-coral já em posição de ataque”. O risco iminente de Abel ser picado parece representar a relação entre Adão e Eva, no Éden, envoltos na persuasão da serpente que convence Adão a provar do fruto proibido. Essa camada de discurso que encobre a narrativa pode ser justificada por uma ânsia pela

4 Cf. *Inferno*, primeira parte d’*A Divina Comédia*, de Alighieri, texto canônico que aborda mais proficuamente essa questão.

desmistificação da homossexualidade enquanto pecado, obstruindo, por meio da Bíblia, alguns paradigmas sociais que são rígidos pela heteronormatividade.

Em oposição, no segundo espaço, aquele percebido como o eucaliptal, há a representação do paraíso, da paz, do incólume, em que os personagens vivenciam a relação em sua plenitude. Assim, na contramão da bolaria, o jardim de eucaliptos, com suas noites “claras e mornas” e com seu “forte perfume” advindo das flores, passa a ser o recanto em que os protagonistas saem da esfera do risco, do perigo e da ameaça de captura.

Tais dialéticas – inferno e paraíso – configuram-se na medida em que o corpo é percebido como regulador desse processo de vivência em locais distintos. O gozo em *Em nome do desejo* advém do sexo em situações de risco, em lugares exclusivos e potencialmente hostis. Independentemente desse arrojo, o homoerotismo entre os personagens aflora e desemboca em corpos que se atraem e necessitam, urgentemente, consumirem-se. A puberdade é afoita, caótica, carece quase sempre do imediato para se realizar. Dessa forma, o gozo escarna e rompe com as barreiras do interdito, do proibido, representando o homoerotismo como regulador de todo o desejo presente no romance.

Os pesquisadores Maria de Fátima Falcão e Flávio Camargo, em pesquisa publicada acerca do romance de Trevisan, assinalam que “O pecado era combatido com a disciplina e o regulamento. O paletó, por exemplo, só não era usado nos horários de recreio; mesmo nas filas, cada uma tinha que ter uma distância de dois metros de uma para a outra, os garotos, por sua vez, a meio metro um do outro, quando em fila” (2016, p. 128). A argumentação feita pelos autores refere-se, principalmente, ao processo disciplinar ao qual os seminaristas estavam sujeitos. Tal disciplina, regida com total severidade por parte dos ministros, acabava por criar nos jovens seminaristas o gosto pela transgressão, pela iminência do *crime*, pois, tamanho rigor direcionado a adolescentes resulta no interdito como ato de desejo, de violação.

Nesta parte, traremos muito das prerrogativas que Foucault elabora em sua obra intitulada *Vigiar e punir*, principalmente pelo fato de o autor perceber o corpo associado às dimensões que o relacionam a processos de tortura, disciplina e imagnetização da punição ao longo dos tempos. Foucault percorre um caminho em que averigua a forma como os rituais de punição foram evoluindo ao longo

dos séculos, deixando o severo molde punitivo corporal ceder lugar às formas de punição relacionadas à disciplina, as quais são mais didáticas, porém, não menos opressivas.

No capítulo em que dedica sua argumentação à disciplina, o autor percebe algumas instituições como molas-mestras do esquema de disciplina punitiva, que, tal como supracitado, funciona como a evolução das punições severas dos séculos anteriores, nas quais a tortura e o suplício se sobressaíam. Na perspectiva de Foucault, há um entendimento do corpo como instrumento de manipulação da disciplina, mais especificamente, como espelho em que se deve refletir a organização e a estrutura dos códigos disciplinares vigentes. O autor assevera que

O corpo, tornando-se alvo dos novos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas de saber. Corpo do exercício mais que da física especulativa; corpo manipulado pela autoridade mais que atravessado pelos espíritos animais; corpo do treinamento útil e não da mecânica racional, mas no qual por essa mesma razão se anunciará um certo número de exigências de natureza e de limitações funcionais. (FOUCAULT, 1987, p. 180-181).

Perceba-se, por meio da argumentação do filósofo, algumas funcionalidades da ideia de corpo no romance de Trevisan, principalmente no que diz respeito às normas e ao sexo. Foucault trabalha, conforme afirmamos, com a argúcia do corpo enquanto demonstrativo de algum tipo de rigor disciplinar ao qual é submetido; em contrapartida, *Em nome do desejo* recupera essa ideia de ditames disciplinares, ou, mais especificamente, esses “mecanismos do poder”, no entanto, mescla-a com a sexualidade, de modo mais preciso, com o desejo homoerótico. O corpo, para Foucault, responde com perfeição ao processo de disciplina, movimentando-se de acordo com as imposições dadas por seu superior. Em Trevisan, essa disciplina ditatorial é atingida, principalmente, na primeira parte do romance, quando o narrador demonstra o ferrenho regulamento do seminário – desde a divisão dos seminaristas até a rotina didática que cada um deve cumprir.

Há, no entanto, contido nesse processo, conforme já abordado anteriormente, a incitação à violação desses interditos, à quebra das proibições

vigentes. É justamente nessa condição que o homoerotismo adentra na perspectiva de corpo violado e prazer, traduzidos pelo romance. O corpo eleva-se de nível, deixando de ser apenas um representativo do poder de dominação para ser objeto de violação, de veneração e de descoberta; o que outrora deveria figurar como perfeição ileso da conduta, passa a configurar-se como transgressor. Prosseguindo nessas proposições, há um trecho específico da narrativa em que o corpo de Tiquinho responde às investidas de Abel durante e após o sexo:

Quer dizer que afinal escorreu sangue de amor, no duelo entre os dois?

— O duelo já não importava. O certo é que houve sangue. E Tiquinho queria mais. E era insaciável o desejo de ambos comungarem-se até que nada sobrasse de si – nem do outro. Em cada uma dessas noites sacrossantas, **Abel deliciava-se em ostentar sua nudez, quase como início do ritual.** E Tiquinho, o adorador, esbugalhava os olhos, aproximava-se com recolhimento e fervorosamente repetia aquele gesto secular de dois se tornarem um. (TREVISAN, 2001, p. 204). (grifo nosso).

No excerto supratranscrito, o desejo e o fetiche configuram-se como iminências da relação entre ambos, tornando Tiquinho o “adorador” do corpo do Outro. Há, também, nessa relação, a imposição das figuras de *ativo* e de *passivo*, sendo o narrador aquele que desempenha o papel *feminino* da relação. Essas demarcações não parecem ceder a um caráter de rebaixamento da relação homoerótica em voga, mas demarcar essa separação sexual apenas como exemplo de imaturidade dos personagens. O corpo é percebido, literalmente, como um território, com registros de sensações, marcas do passado assumidas e potencializadas pela presença do delírio. Quando utilizamos a expressão *corpo violado* e *gozo escarnado* é justamente em decorrência de a violação ocorrer como quebra em relação ao processo disciplinar ao qual os personagens estão sujeitos.

Aqui, o corpo representa uma selva ainda não desbravada, mais precisamente, um território ainda por se fazer, tendo em vista a tenra idade dos protagonistas. Em “Abel deliciava-se em ostentar sua nudez, quase como início do ritual”, é possível perceber a demarcação de papéis na relação, da mesma forma

como também são perceptíveis a ironia e o deboche na construção erótica da cena. Abel tem ciência da admiração e devoção de Tiquinho, e, de posse dessa certeza, estabelece uma hierarquia erótica pouco convencional e bastante punitiva ao amado.

Embora Tiquinho não se importe em receber as agruras desse relacionamento, essa maneira, por vezes hipócrita e presunçosa por parte de Abel, acabará por ser uma das principais causas que fará com que o narrador sofra a desolação final, relativa à ausência e ao repúdio de Abel. Dessa forma, ainda centrado no trecho transcrito, há que se perceber a edificação de um elemento que se apresenta quase como indutor da violação do corpo e do gozo no romance: o deboche.

O deboche deve ser mensurado, em *Em nome do desejo*, em seu sentido etimológico, e não no sentido comum, tal como geralmente tem sido empregado ao longo das décadas. Deboche é aqui compreendido como conduta sexual relativa à crítica social, isto é, o sexo e suas artimanhas sendo praticados como canalizador de algum tipo de disfunção social. Dessa forma, quase toda a relação homoerótica presentificada no enredo se dá por meio de uma diatribe social, seja no campo da religião, seja no da sexualidade.

O espaço do seminário, com toda a sua disciplina e normatização, regido pelos princípios divinos e pela ideia de salvação, possui em suas engrenagens não apenas a relação homoerótica entre os protagonistas, mas também diversas outras que são abordadas no decorrer da narrativa. Um ambiente potencialmente masculino (há apenas um trecho, curtíssimo, em que a presença feminina é vista), orquestrado pela ética do bom comportamento e pela moral cristã, desregula-se a partir do instante em que a conduta e o desejo homossexuais são sentidos e praticados. É propriamente nesse limiar que o deboche trevisaniano corporifica-se, passando a permear toda a obra.

Além dos momentos em que os protagonistas praticam sexo, provavelmente o ápice do deboche ocorre na descrição do surto de masturbação que ocorreu no seminário. A maneira como o narrador adulto expõe essa “pandemia” perfaz uma ironia e comicidade que o leitor devidamente toma por reprovação a algum tipo de paradigma social relacionado à heteronormatividade, ou a alguma crítica ao pensamento cristão; o surto configura o deboche da matéria contra a alma.

A seguir, procedemos a uma colagem (em função de o trecho, em sua íntegra, ser demasiado longo) com alguns momentos em que o narrador desfia suas memórias sobre como fora o surto de masturbação no seminário: “Naquele tempo, o terror do fogo eterno equiparava-se à impetuosidade com que o magma jorrava dos pequenos corpos ansiosos de santidade e prazer”; “A memória guarda quase intactos os gemidos mal reprimidos que enchem o lavatório, nas últimas sessões de banho”; “Primeiro banheiro à esquerda: Lourival masturbava-se quase sem tirar o pinto fora da calça, numa técnica apropriada para deixar o pecado menos evidente”; “Segundo banheiro à direita, masturbava-se Toninho, cuja mão esquerda funcionava com extrema agilidade”; “Quarto banheiro à direita... que surpresa! Vêem-se dois, no quarto banheiro, que era o mais escuro e resguardado: dois rapazinhos, de olhos arregalados ao simples toque mútuo de suas varas rijas, ameaçavam levitar como se tocassem seus pontos mais sagrados”. (TREVISAN, 2001, p. 74-75).

Em todos estes recortes citados, o deboche se encontra intimamente associado ao corpo, ao desejo em erupção, à pele que necessita do toque. O narrador não economiza na ironia e nas ligaduras com a questão da religião, descrevendo rituais de prazer que conspiram a ideia de rigidez e castidade que é pregada no seminário. O deboche é entrevisto na mescla entre as práticas sexuais realizadas em um ambiente tido como sagrado, ainda mais por jovens adolescentes tidos como escolhidos de Deus. A transgressão às leis – não apenas as disciplinares, mas, principalmente, as divinas –, para além do deboche explícito, resulta no corpo como principal meio de infração.

Georges Bataille certifica ser “verdade que o Evangelho encoraja a suspensão de interditos formais, praticados ao pé da letra, enquanto o sentido lhe escapa. Trata-se, nesse caso, de transgredir uma lei que, apesar de se ter consciência de seu valor, nega-o assim mesmo”. (2006, p. 59). O autor aborda uma diferenciação entre o sacrifício e os liames da transgressão, tomando como referência o ato de crucificação de Jesus Cristo. Entretanto, quando afirma que o evangelho encoraja a suspensão dos interditos formais, é possível notar – tendo como base a plataforma narrativa de *Em nome do desejo* – essa “suspensão” como uma incitação ao ato de transgredir, mais necessariamente, percebendo essa suspensão em território religioso como uma válvula de escape para o homoerotismo latente na trama.

O sacrifício na narrativa não é o religioso, haja vista este ser algo gerado automaticamente após a transgressão, mas o amoroso, evocado principalmente pelo desejo. Os personagens não estão somente em um ciclo de transgressão da sexualidade imposta pela sociedade, mas também em uma violação de vértice tripla, a saber: da religião; da sexualidade; e da falsa moral. O corpo, então, como instrumento de violação, acaba por ser rememorado, pelo narrador adulto, ainda com resquícios de saudade, mas, sobretudo, de prazer. A memória, tal como o próprio narrador descreve, ainda guarda as sensações do toque, do arrepio e do gozo vivenciados ao lado de Abel.

Referências

BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Trad.: Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Trad.: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FALCÃO, Maria de Fátima Lopes Vieira e CAMARGO, Flávio Pereira. “Eu amo Abel como a mim mesmo e o amor de Jesus é o mesmo dentro de nós”: a dessacralização do divino na obra *Em nome do desejo*, de João Silvério Trevisan. In: MITIDIÉRI, André Luis; CAMARGO, Flávio Pereira (org.). *Literatura, homoerotismo e expressões culturais*. Ilhéus, Editora da UESC, 2015, p. 165-190.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad.: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad.: Alain François [et al]. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROUGEMOUNT, Denis de. *O amor e o ocidente*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

SCHPUN, Mônica Raissa (org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

SILVA, Antônio de Pádua Dias da (org.). *Aspectos da literatura gay*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

TREVISAN, João Silvério. *Em nome do desejo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Testamento de Jônatas deixado a David*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

LINGÜÍSTICA



SENTIDOS E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DE “MULHER” NO MOVIMENTO MARCHA DAS VADIAS

RESISTANCE AND MEANINGS: AN ENUNCIATIVE ANALYSIS OF “WOMAN” IN THE “MARCHA DAS VADIAS” MOVEMENT

Carolina de Paula Machado¹

Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira²

Recebimento do Texto: 04/09/2021

Data de Aceite: 01/10/2021

RESUMO: Em contraposição ao discurso machista, surge, em 2011, o movimento *SlutWalk* no Canadá. O movimento passa a acontecer em diversas partes do mundo inclusive no Brasil onde o nome ganha, dentre as diversas traduções, a tradução *Marcha das Vadias*. Diante da resignificação de nomes pejorativos como forma de resistência no movimento, analisaremos o que significa a palavra *mulher* em um enunciado que circulou no movimento no Brasil: *Nem santa, nem puta: Mulher!*. Tomamos como referencial teórico e analítico a teoria da Semântica do Acontecimento buscando compreender tanto o que designa a palavra como seu funcionamento argumentativo no enunciado em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Designação. Argumentação. Acontecimento enunciativo. Marcha das vadias.

ABSTRACT: In contrast to the sexist discourse, in 2011 *The SlutWalk Movement* appears in Canada. This movement has been taking place in different parts of the world including Brazil where it is called *Marcha das Vadias*. Facing the resistance characteristics of this movement by resignifying pejorative words, we intend to analyze what the word *woman* means in an enunciation that circulated within the movement in Brazil: *Neither saint, nor whore: Woman!*. We take as theoretical and analytical reference The Semantics of Event to understand not only what this word means in its context, but also the argumentative functioning from the enunciation.

KEYWORDS: Woman. Designation. Argumentation. Enunciative event. Marcha das Vadias.

1 Professora Adjunta do Departamento de Letras e Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCAR; Coordena a Unidade de Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem.

2 Professora Adjunta da Faculdade de Estudos da Linguagem, do Instituto de Linguística Letras e Artes, da UNIFESSPA; Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT.

Neste texto temos como objetivo analisar o sentido da palavra **mulher** em um enunciado que tem sido utilizado como palavra de ordem no movimento feminista chamado “Marcha das vadias”³. Esse movimento teve origem em 2011, no Canadá, como uma luta contra a visão machista de que as mulheres que são estupradas são as culpadas, pois teriam comportamentos inadequados, como uso de certos tipos de roupas e atitudes que despertam nos homens o desejo sexual, o que os levariam a cometer os estupros. Esse movimento se espalhou por outros países e sua proposta, não perdendo o caráter de luta pelo respeito ao gênero feminino, foi se reconfigurando e se adaptando à realidade social de cada país, em cada espaço de enunciação. No Brasil, os protestos são uma forma de luta contra o machismo, reivindicam o direito à igualdade de gênero, denunciando todo tipo de violência contra a mulher.

No movimento brasileiro, um dos enunciados que circularam como palavra de ordem foi o enunciado “Nem santa, nem puta: mulher!”, referindo-se à condição feminina na sociedade, o que nos possibilita pensar na relação hierarquizada de gêneros homem/mulher – masculino/feminino.

O enunciado acima apresenta para a mulher uma condição que lhe é atribuída em que a ela cabem apenas dois lugares de significação: enquanto “santa” ou enquanto “puta”. Contudo, esse enunciado coloca nessa cena a palavra “mulher” em um terceiro lugar de significação, uma vez que nega a ela os sentidos sócio-historicamente estabelecidos. O espaço de que faz parte esse enunciado é a página da organização da “marcha das vadias”, ou seja, é composto por um conjunto de textos que discutem, questionam a desigualdade de gênero e o lugar de exclusão atribuído à mulher. Nessa direção, interessa-nos compreender: qual sentido está funcionando para a palavra **mulher** nessa relação? Como, nessa relação com **santa** ou **puta**, o nome **mulher** se ressignifica?

Observaremos o sentido do nome *mulher* no contexto da “*marcha das vadias*”, considerando a não transparência dos sentidos, que são afetados pela história de enunciação das palavras que se relacionam com outras no acontecimento da enunciação e pelos lugares a partir dos quais os falantes são agenciados a dizer.

3 Em inglês, SlutWalk. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_das_Vadias#:~:text=A%20Marcha%20das%20Vadias%20ou,em%20diversas%20partes%20do%20mundo. Acesso em: 29/11/2021

A palavra *mulher* no acontecimento da linguagem

Nessas relações históricas e sociais buscamos compreender como o nome **mulher** significa no enunciado “Nem santa, nem puta: mulher!”, pois consideramos que as palavras não significam sempre a mesma coisa, elas mudam de sentido a partir das relações que estabelecem com outras palavras ou expressões nos enunciados em que ocorrem, nos diversos acontecimentos enunciativos. Desse modo, o significado do nome **mulher** representa o que “não ser santa” e “não ser puta” significam, no acontecimento enunciativo da marcha das vadias, no Brasil, dito pelas manifestantes. Ou seja, as palavras produzem sentido no *acontecimento de linguagem*, na *enunciação*, que, conforme Guimarães (2002), se dá na relação do sujeito com a língua e, por isso, devem ser pensadas na relação com a história, com o social e com o político.

Por meio da análise do acontecimento de linguagem, compreendemos o sentido das palavras no espaço social e político em que elas funcionam, o *espaço de enunciação*, que é o lugar de disputa pela palavra, de inclusão e exclusão e de afirmação de pertencimento, de relação entre línguas e sujeitos, de resistência. Assim, o acontecimento do funcionamento da língua se dá nesse espaço de enunciação, quando alguém diz algo (GUIMARÃES, 2018, p. 14). Sendo o acontecimento que agencia o falante que, ao ser agenciado no e pelo funcionamento da língua, se constitui em *Locutor* (L), aquele que diz, sendo agenciado como aquele que diz para alguém, seu *Locutário* (LT), “enquanto tomado no mesmo espaço de enunciação, constituindo uma relação específica no acontecimento” (GUIMARÃES, 2018, p. 55). Ao dizer, o Locutor o faz de um lugar social, o lugar de *alocutor-x*⁴ (al-x), e seu Locutário o faz do lugar social de *alocutário-x* (at-x). Desse modo, os alocutores são constituídos enquanto lugares sociais. Temos, por exemplo: o alocutor-mulher/feminista que diz ao alocutário-machista/religioso e, ao dizer, a partir desses lugares, produz certos sentidos.

É na e pela *cena enunciativa* que se dá o agenciamento enunciativo, no funcionamento da língua, e configura essas relações de *alocução*. Sendo o Locutor o responsável pelo dizer e pela unidade do texto. Contudo, ao dizer o faz de um

4 O “x” representa o lugar social de onde o alocutor e/ou o alocutário estão enunciando.

ou mais lugares sociais, enquanto alocutor-x⁵, conforme está acima. Esse lugar de dizer está em confronto com o Locutor, significando a não unidade e a não intencionalidade de quem diz e o não domínio do que diz (GUIMARÃES, 2018), que é simbólico, sujeito ao real, à incompletude (ORLANDI, 2000, p. 52). Essa disparidade é política e é própria da divisão do falante no acontecimento da enunciação, divisão que constitui o que Guimarães (*idem*) chama de *politopia* da cena enunciativa.

É preciso considerar também, na cena enunciativa, o lugar de dizer, que constitui o *enunciador* (GUIMARÃES, 2002; 2018). O enunciador pode ser individual, coletivo, universal e genérico, por exemplo. Sendo o *enunciador individual* aquele que diz de seu próprio lugar, como “eu”; o *enunciador coletivo* aquele que diz do lugar da coletividade, juntamente com outras vozes, para sustentar um efeito de verdade (2018, p. 62); o *enunciador universal*, aquele que diz do lugar da verdade para todos, como se o que diz fosse incontestável; e o *enunciador genérico*, que é indeterminado, difuso, e sua validade não pode ser considerada para todos. Esse funcionamento, do agenciamento da enunciação, conforme Guimarães (2018, p. 63), constitui a relação de *alocução*.

Em síntese, no agenciamento da enunciação, o falante se divide em *Locutor* (lugar que diz), *alocutor* (lugar social de onde se diz) e *enunciador* (lugar de dizer). A cena enunciativa, que agencia os falantes de uma língua em lugares de enunciação e coloca-os em litígio na própria enunciação, pois “produz a divisão L/al-x” (GUIMARÃES, 2018, p. 63), também estabelece o litígio entre os falantes da língua. Sendo o *falante*, conforme o autor (*idem*, p. 24), “um lugar de enunciação determinado pela relação com a língua, no espaço de enunciação”. Esse espaço de enunciação é, então, constituído pelas línguas e seus falantes, é um espaço político, pois é constituído desigualmente. Conforme Guimarães (2002), o político é o conflito que se instala no centro do dizer, é o espaço de disputa pela palavra, espaço de contradição.

Desse modo, a enunciação se dá pelo funcionamento da língua, enquanto *acontecimento* de linguagem. Acontecimento que funciona porque o seu presente projeta um futuro de interpretações e, por outro lado, tem um passado enquanto memorável, que o faz significar. O passado é tomado enquanto rememoração de

5 A nomenclatura foi modificada no livro mais recente do linguista, *Semântica: Enunciação e sentido* (2018).

enunciações, sendo considerada a sua temporalidade e ainda o real enquanto materialidade histórica.

Nesse sentido, as palavras ou “expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam”, com o texto (GUIMARÃES, 2002, p. 5). Sendo o texto compreendido, tal como conceituado por Guimarães (2011, p. 9), como “uma unidade de significação” e caracterizado “não como composto por segmentos, mas como integrado por elementos linguísticos de diferentes níveis e que significam em virtude de integrarem esta unidade. O sentido dos enunciados é produzido por esta relação de integração” (*idem*, ps. 22-23). Conforme esse autor a relação de integração é constituída na enunciação, acontecimento de linguagem, que significa o modo de presença do falante/locutor nos elementos linguísticos dos enunciados.

Para a análise do enunciado “nem santa, nem puta: mulher”, abordamos os *lugares de enunciação*, conforme expusemos acima, a *argumentação*, como apresentaremos a seguir e a *designação*, que apresentaremos abaixo. Tomamos a *argumentação*, conforme abordada nos estudos de Guimarães (2007), que os desenvolve a partir de Ducrot (1981). Segundo Ducrot, a argumentação está na língua e se manifesta na enunciação. Para o desenvolvimento da análise argumentativa, Ducrot (1981; 2008) apresenta os conceitos de *orientação argumentativa*, *classe argumentativa* e *escala argumentativa*. Esses conceitos apresentados por Ducrot são utilizados também por Guimarães, que, além deles, considera, na argumentação, as relações com a constituição histórica dos sentidos. Esses conceitos são fundamentais para o desenvolvimento da análise argumentativa, pois eles nos possibilitam observar a *orientação argumentativa* presente nos textos e os *lugares de enunciação* ocupados pelos sujeitos ao argumentarem em relação ao que é *ser mulher*.

Para Guimarães a análise dos sentidos deve ser desenvolvida também considerando a *designação* das palavras. Conforme Guimarães (2004a, p. 5) a *designação* deve ser considerada a partir da constituição do *Domínio Semântico de Determinação* (DSD) que, é “pensar as palavras nas suas relações com outras palavras”, tendo como unidade de análise os enunciados em que funcionam as palavras pela enunciação. Para isso é preciso considerar que há dois procedimentos fundamentais que constituem a enunciação: a *articulação* e a *reescrituração*

(GUIMARÃES, 2002, 2004, 2007). Esses procedimentos nos permitem: a *articulação* - observar como as palavras significam nas relações de proximidade com outras palavras no texto; e a *reescrituração* - observar como o movimento de uma palavra (retomadas, reescrituras), no texto, afeta os sentidos tanto da própria palavra como de outras palavras e do texto, de modo geral. Desse modo, para apresentar a designação da palavra **mulher** observamos as relações que ela estabelece no enunciado “Nem santa, nem puta: mulher” e com outras palavras, nos acontecimentos enunciativos, estabelecendo o seu DSD.

Diante do exposto, para a realização desse artigo, utilizamos conceitos teórico-metodológicos e analíticos apresentados por Ducrot (1981) e por Guimarães (2002, 2004, 2004a, 2007, 2011, 2018), de acordo com a teoria da Semântica da Enunciação ou do Acontecimento.

A sexualidade e as relações de gênero

Até algumas décadas atrás praticamente não se falava em sexualidade, especialmente na sexualidade feminina. Esse tema foi negado, por um longo tempo, à mulher, tida como modelo ideal, à qual, até final do século XIX, estavam reservados os papéis de procriadora/mãe e de esposa (sem direito a prazer sexual), que assim como Maria, mãe de Jesus, deveria ser pura, santa e, por isso estar afastada do sexo. Quanto ao homem, a condição era bem diferente, a ele era necessário o prazer sexual e permitida a relação com outras mulheres, fora do casamento, uma vez que não podia proporcionar prazer sexual à esposa, mantendo com ela relações sexuais, especialmente, voltadas à procriação. Essas relações na atualidade apresentam uma configuração um tanto diferente, pois, hoje as mulheres buscam equidade em relação ao homem e, para tanto, enfrentam as imposições, não apenas no que se refere à sexualidade, mas também em relação às atividades sociais, políticas e econômicas. Atualmente, as mulheres trabalham em grandes empresas e ocupam muitos, diferentes e importantes cargos, inclusive como chefes de Estado, numa condição bem mais próxima à realidade que antes era possível apenas ao homem, porém, ainda passam por situações discriminadoras.

Ao tratar das relações de gênero na modernidade e de como essas relações têm sido afetadas e transformadas, de acordo com Giddens (1993), é a mulher que

está no centro dessas transformações, pois, é ela que se opõe às convenções, aos modelos tradicionais de relacionamento entre os gêneros e, conseqüentemente, de relações sociais, provocando novas formas de discussão no que se refere à sexualidade, ao amor, ao casamento, à repressão etc.

O autor (*idem*, p. 16) comenta que, diferentemente do que ocorria há algumas décadas, atualmente é comum uma mulher ter muitos amantes antes, depois e até mesmo durante um envolvimento sexual “sério”. Conforme o autor (*ibidem*) sempre houve um pequeno número de mulheres que teve uma variedade sexual e mesmo uma proporção de igualdade com os homens. Mas, ao contrário do homem, que sempre foi considerado “como tendo necessidade de variedade sexual para a sua saúde física. Em geral tem sido aceitável o envolvimento dos homens em encontros sexuais múltiplos antes do casamento, e o padrão duplo após o casamento era um fenômeno muito real” (GIDDENS, p. 16).

No que se refere à sexualidade da mulher, de acordo com o autor (*ibidem*), normalmente as mulheres “têm sido divididas entre as virtuosas e as perdidas e as “mulheres perdidas” só existiram à margem da sociedade respeitável”. Sendo considerada virtuosa a mulher que não cedia à tentação sexual. Nessa direção, considerando as predicções atribuídas atualmente para a mulher, a partir da palavra de ordem “Nem santa, nem puta: mulher!”, apresentada na marcha das vadias, *santa* rememora os sentidos de mulher virtuosa, de mulher pura, de mulher respeitável; por outro lado, *puta*, rememora a mulher perdida, desvirtuada e, até mesmo, a mulher que se prostitui, aquela que, para certos lugares sociais, não mereceria ser respeitada. Trazendo então para o campo da linguagem, vemos que a divisão política de sentidos historicamente construída continua produzindo seus efeitos e dividindo as mulheres segundo sentidos que são moralistas, machistas, religiosos, aos quais, no acontecimento enunciativo da marcha, as mulheres resistem ao se ressignificarem como “mulheres”. Essa divisão é um dos questionamentos apresentados por aqueles que buscam a mudança no comportamento sexual e a igualdade entre os gêneros.

Ao falar de mudança social na relação com o comportamento sexual, Giddens (*ibidem*) apresenta uma pesquisa desenvolvida por Rubin (1989) com pessoas entre 18 e 48 anos, concluindo que nos últimos anos ocorreram muitas mudanças nas relações entre os homens e as mulheres. Conforme o autor,

do ponto de vista dos gêneros masculino e feminino, a “revolução sexual” dos últimos trinta ou quarenta anos não é apenas, ou mesmo primariamente, um avanço neutro na permissividade sexual. Ela envolve dois elementos básicos. Um deles é a revolução na autonomia sexual feminina [...]. O segundo elemento é o florescimento da homossexualidade, masculina e feminina (GIDDENS, 1993, p. 38).

Conforme Giddens (*idem*, p. 17) o mundo se encontra em um momento em que é crescente a igualdade sexual, de modo que “ambos os sexos são levados a realizar mudanças fundamentais em seus pontos de vista e em seu comportamento, em relação um ao outro”. Nesse momento, “as mulheres não admitem mais a dominação masculina, e ambos os sexos devem lidar com as implicações desse fenômeno. A vida pessoal tornou-se um projeto aberto, criando novas demandas e novas ansiedades”.

Diante dessas questões, perguntamo-nos, se, do ponto de vista dos sentidos, houve uma ruptura de sentidos nesta dualidade santa ou puta. Do ponto de vista da teoria da Semântica do Acontecimento, perguntamos pelo que significa a palavra *mulher* quando se nega os sentidos de “puta” ou “santa”, que, no espaço de enunciação da língua portuguesa em funcionamento no Brasil, historicamente e socialmente são atribuídos à mulher.

A constituição da Cena Enunciativa

O enunciado “Nem santa, nem puta: mulher!” apresenta duas determinações, o de **santa** e o de **puta**, que são apresentadas numa relação de oposição da seguinte forma: ou a mulher é santa ou a mulher é puta. Conforme vimos acima, ser **santa** remete à virtude, à pureza, à santidade de Maria, enquanto ser **puta**, por oposição, corresponde à impureza, ao desvio, à “mulher perdida”, desvirtuada. Nesse enunciado, essas palavras estão relacionadas à forma como a mulher vive a sua sexualidade.

As palavras **santa** e **puta** estão articuladas pela conjunção “nem” de forma reduplicada. Essa conjunção, nesse caso, expressa uma dupla negação “nem... nem” às alternativas de ou ser **santa** ou ser **puta**, excluindo essas duas

possibilidades. Essa negação traz implícita a afirmação de que **a mulher ou é santa ou é puta**. A essa afirmação é apresentada a negação: “nem santa, nem puta” e uma afirmação (exclamação) posterior: “mulher!”. Desse modo, são excluídos os lugares de **mulher santa** ou de **mulher puta**, e é afirmado o lugar da **mulher** sem caracterizações.

Nesse acontecimento a cena enunciativa apresenta um Locutor (L) agenciado do lugar social de alocutor-feminista-manifestante (al-x)⁶, que afirma a existência da **mulher** sem rótulos. No enunciado “Nem santa, nem puta: mulher!” há uma divisão do Locutor que fala do lugar de enunciador coletivo e que nega a afirmação de um enunciador genérico. Então temos o seguinte:

Enunciador Genérico: (1a) A mulher ou é santa ou é puta.

Por outro lado, há um enunciador coletivo apresentado pela divisão do locutor-feminista-manifestante que nega a afirmação do enunciador genérico e afirma ser mulher:

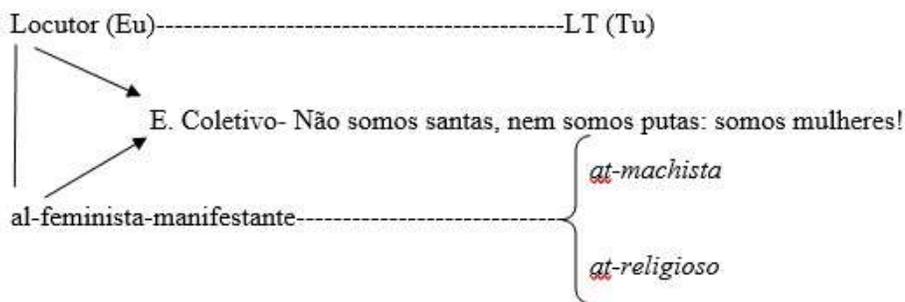
Enunciador coletivo: (1b) Não somos santas, nem somos putas: somos mulheres.

Por essas relações o enunciador-genérico afirma a ocupação do espaço de significação que pode ser o de **santa** ou o de **puta**, negando a existência do lugar da **mulher** sem rótulos. Quanto ao alocutor-feminista-manifestante, ao falar do lugar de enunciador-coletivo, afirma, junto com outras vozes, a existência do sentido de **mulher** sem classificações preestabelecidas, não se limitando a **nem santa, nem puta**. Desse modo, ao dizer com outras vozes, sustentando um efeito de verdade, o alocutor-feminista-manifestante argumenta para o sentido de que à palavra mulher podem e devem ser atribuídos outros espaços/lugares sociais de significação quaisquer.

Ao argumentar, negando a afirmação de um Enunciador genérico, que diz que **ou a mulher é santa ou é puta**, o alocutor-feminista-manifestante instaura os

6 Por ser tratar de um conceito para tratar da representação do sujeito na linguagem e não de uma pessoa, mantivemos a forma no masculino, mas que representa uma forma neutra. Ou seja, tanto homens quanto mulheres, etc podem falar desses lugares sociais.

lugares sociais de Locutário, enquanto aqueles que dizem do lugar que classifica as mulheres, sendo esses: alocutário-machista e do alocutário-religioso, conforme apresentamos na cena enunciativa abaixo:



Por essas relações, o al-feminista-manifestante *apresenta*⁷ o dizer do enunciador-coletivo, no que se refere à verdade da negação a sentidos preestabelecidos e à afirmação de pertencimento a “ser mulher”, junto às demais mulheres. Assim, considerando os sentidos historicamente constituídos para o nome *mulher* e a condição de dominação e submissão imposta à mulher nas e pelas relações sociais, negar esses sentidos preestabelecidos é resistir à imposição e, desse modo, ressignificar o nome *mulher*, estabelecendo para ele o sentido de resistência, não apenas a esses dois espaços, mas a qualquer imposição.

O argumento para a importância de ser *mulher*

O enunciado “Nem santa, nem puta: mulher!”, é formado pela conjunção alternativa **nem** que aparece reduplicada, acompanhando as palavras: **santa e puta**; esse enunciado é finalizado com uma exclamação “mulher!”. De acordo com Ducrot (1987, p. 175) a exclamação é “motivada pela representação do objeto”, nesse caso é o sentido de **mulher** o motivo para se dizer: “Nem santa, nem puta: mulher!”

Nas relações apresentadas nesse enunciado, a conjunção alternativa

⁷ Ver Guimarães, 2018, p. 69

expressa uma dupla negação “nem... nem” às alternativas de ou ser **santa** ou ser **puta**. A conjunção **nem** reduplicada (**nem...nem**) forma os argumentos (p) **nem santa** e (p') **nem puta**, os quais pertencem à mesma classe argumentativa⁸, tendo portanto a mesma força para o locutor e orientando para uma mesma conclusão (r): **mulher!** Desse modo, esse enunciado apresenta uma Orientação Argumentativa indicada pela conjunção **nem**, que aponta para uma conclusão positiva: **ser mulher**. Nessa direção, poder-se-ia concluir que, para **ser mulher**, não se pode **ser santa**, nem **ser puta**. Entretanto, não parece ser esse o caso. Vejamos o que nos diz Ducrot (1981) sobre isso:

se um enunciado p é utilizado por um locutor para sustentar certa conclusão, sua negação (notada ~p) será considerada por esse mesmo locutor como um argumento para a conclusão oposta. Por outras palavras, se p pertence à C.A. determinada por r, ~p pertence à C.A. determinada por ~r (p. 189).

No entanto, segundo Ducrot, há “casos em que a negação tem valor superior ao da frase positiva – construindo um enunciado com valor argumentativo análogo e superior” (1981, p.189). Retomemos aqui o exemplo dado por Ducrot que contesta a lei da negação. Um locutor (l) pergunta a seu amigo se este está satisfeito com o seu carro novo. A esta pergunta, o amigo responde: “Eu não estou satisfeito, eu estou entusiasmado”.

Nesse ponto, é preciso compreender que a negação é o que ele chama de negação metalinguística: a qual nega uma “fala efetiva”, responsabilizando assim outro locutor pela fala positiva (Ducrot,1987, p. 203). E, segundo ele, há casos em que a afirmação e a sua negação (metalinguística) vão no mesmo sentido. “Não estou satisfeito”, significa, nesse caso, “Eu estou mais do que satisfeito”, assim a negação serve, então, para intensificar uma afirmação dita por outro locutor. Nesse caso, tanto a afirmação da satisfação quanto a negação dela, vão em direção ao mesmo sentido, segundo Ducrot.

No enunciado “Nem santa, nem puta: Mulher!”, temos que **nem santa**, **nem puta** se contrapõem às afirmações **é Santa**, **é Puta**, ditas por outros Locutores,

⁸ Segundo Ducrot (1981) “um locutor – entendendo-se por essa palavra um sujeito falante inserido numa situação de discurso particular- coloca dois enunciados p e p' na C.A. determinada por um enunciado r, se ele considera p e p' como argumentos a favor de r” (p. 180).

configurando-se como uma negação metalinguística que nega uma fala efetiva que afirma é Santa, é Puta. Assim, a negação seguida da conclusão **mulher!** nega a enunciação das nomeações estigmatizadoras de **Santa** e de **Puta** ditas por outros Locutores, não negando, necessariamente, os sentidos de puta e de Santa. Desse modo, ser **mulher** não exclui o sentido do que é **ser santa** e do que é **ser puta**, o que é negado é que a **mulher** seja assim caracterizada por outros.

A esses alocutários, quais sejam, o alocutário-machista e o alocutário-religioso, o alocutor-feminista-manifestante argumenta na direção da existência da **mulher** sem rótulos, sem classificações preconceituosas e que pode escolher o que quer ser. Com isso, também é instaurado um *alocutário-mulher*⁹ para quem o alocutor-feminista-manifestante argumenta na direção de que “nós, mulheres, podemos ser o que quisermos” independente das imposições machistas e/ou religiosas.

O efeito da negação incide sobre a enunciação, isto é, o alocutor nega a possibilidade de as mulheres serem nomeadas dessa maneira por outras pessoas (no caso, essas outras pessoas são a representação dos alocutários na cena enunciativa). O alocutor reapropria-se, simbolicamente, de sua “autonomia” em decidir pela sua nomeação e, nessa medida, pelo que significa “mulher”. Trata-se, portanto, no espaço de enunciação da manifestação, de ser agenciado na cena enunciativa e autorizado a dizer constituindo sentidos a si, aos demais membros do movimento “marcha das vadias” e a outros alocutários que se identifiquem ou que se oponham à causa feminista. Desse modo, configura-se então uma resistência não apenas semântica – resistência aos sentidos – mas também enunciativa, através do agenciamento enunciativo, por desconstruir a hierarquização de quem pode dizer. O alocutor-manifestante-feminista inclui-se como aquele que pode dizer e não como aquele que é “dito” por outros.

O(s) sentido(s) de *mulher* na/em marcha

No enunciado “Nem santa, nem puta: mulher!” a relação semântica entre **santa** e **puta** é de oposição, apresentando um sentido

9 Esse alocutário-mulher é aqui entendido como mulheres genéricas, mas, que embora tenham uma posição que não condiz com a do alocutário-machista, também não se manifestam como as feministas.

apreciativo¹⁰ (santa) e um depreciativo (puta) para a mulher. No entanto, como vimos anteriormente, “nem santa, nem puta” são dois argumentos que possuem a mesma força argumentativa com a articulação feita pela conjunção *nem*. Também vimos que a negação serve para negar a enunciação dita por outrem, negando-se as nomeações “santa” e “puta”, afirmando-se a nomeação “mulher”, e assumindo o lugar de poder atribuir outros sentidos para as mulheres.

A questão é que, como a enunciação tem como implícitos os enunciados afirmativos, podemos considerar que santa e puta são reescritas por substituição pela palavra “mulher”, que funciona no acontecimento enunciativo como um hiperônimo de **puta** e de **santa**. Ou seja, os sentidos do que é ser santa e do que é ser puta determinam o sentido de **mulher**, ao mesmo tempo em que *mulher* determina os sentidos de *Santa* e *Puta*. Havendo esta dupla determinação, mulher ao reescrever *santa* e *puta* ressignifica tanto santa quanto puta, excluindo-se o sentido de santidade e o sentido de prostituição.

Nessa relação apresentada no enunciado, o nome **mulher**, dito por outros Locutores, está determinado pelos sentidos da palavra **santa** e da palavra **puta** mesmo que **santa** e **puta** apresentem sentidos contrários. Assim temos o seguinte DSD, se consideramos as outras figuras da cena enunciativa que são representadas no enunciado:

Santa | Mulher | Puta

Além disso, o enunciado “Nem santa, nem puta: mulher!”, ao circular no movimento “Marcha das Vadias”, apresenta uma relação com o nome do movimento. De modo que essa expressão (“marcha das vadias”) faz parte do sentido daquele enunciado e vice-versa. Nessa direção, o nome **mulher** está sendo reescrito por substituição, por **vadia**, numa relação em que **mulher** é determinado por **vadia**, mas enunciado pelos locutores-feministas-manifestantes. Desse modo, ser **mulher** está relacionado ao que ser **vadia** significa. Assim, temos o seguinte DSD para a palavra **mulher**:

10 Os termos “apreciativo” e “depreciativo” estão sendo empregado aqui referindo-se ao modo como esses sentidos em relação ao que é ser “santa” e “puta” são considerados sócio-historicamente.

Vadia
⊥
Santa | Mulher | Puta

Assim, considerando o que vimos na cena enunciativa, a palavra *mulher* é determinada por *vadia*, mas dita de outro lugar enunciativo (de “feminista-manifestante”) no acontecimento enunciativo da Marcha das Vadias, que ressignifica o que é ser *mulher* e, também, *vadia*¹¹.

Algumas considerações

Os sentidos constituídos em torno da palavra mulher no espaço de enunciação da língua portuguesa falada no Brasil, e no movimento “marcha das vadias” mantém as classificações sócio-históricas de santa e puta atribuídas à mulher. Classificações essas que circulam em discursos machistas, religiosos, moralistas, sendo relacionadas ao comportamento sexual da mulher. Estando a palavra **santa** relacionada à pureza, castidade, à imagem religiosa, imprimindo à mulher inclusive o papel de ser mãe, enquanto **puta** carrega sentidos depreciativos, pejorativos. Esses sentidos mantêm para mulher a relação de dominação/submissão social, especialmente ao homem, negando a equidade de gênero.

Como vimos no enunciado analisado, “ser mulher” não exclui o que ser santa ou ser puta significa, pois essas também são possibilidades de sentidos, dentre muitas outras. Contudo, o funcionamento enunciativo analisado inclui para a palavra mulher um sentido de resistência, uma vez que o alocutor-manifestante-feminista questiona as condições preestabelecidas se posicionando na direção da existência de outros espaços e do direito de escolher ocupar o espaço que quiser. Desse modo, a palavra mulher é ressignificada a partir desse movimento de resistência aos sentidos e aos dizeres, pois, ao negar a existência de apenas esses dois sentidos, é afirmada a liberdade da mulher para ocupar outros sentidos e

11 Orlandi (2021) faz uma análise sobre a palavra “vadia”, circulando em faixas na “marcha das vadias”, em que considera que “temos um argumento quando uma formulação faz funcionar um confronto, um deslocamento ideológico” (p. 109). Assim, a palavra vadia tem significados diferentes, produzidos por formações discursivas diferentes e, dita nas condições de produção da marcha, inscreve os sujeitos em outra formação discursiva produzindo o efeito de resistência ao sentido pejorativo quando usada nas faixas do movimento.

outros lugares enunciativos e de poder assumir o direito de falar (sobre si e não ser falada por outros), uma forma de reivindicar equidade.

Referências

DUCROT, Oswald. As escalas argumentativas. In: DUCROT, O. **Provar e dizer:** leis lógicas e leis argumentativas. São Paulo: Global Editores, 1981. 178-228pp.

_____. In **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP, Pontes, 1987. 161-222 pp.

_____. Argumentação e “Topoi” argumentativos. (in.) GUIMARÃES, Eduardo (org.). **História e Sentido na linguagem**. 2.ed. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento:** um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Bairro: a especificidade de um nome abstrato. (in) MORELLO, Rosângela (org.) **Giros na Cidades:** saber urbano e linguagem. Campinas, SP: LABEORB/ NUDECRI - UNICAMP, 2004.

_____. Civilização na Linguística brasileira no século XX. In: **Matraga**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004a.

_____. Domínio Semântico de Determinação (in.) GUIMARÃES, Eduardo e MOLLICA, Maria Cecília (orgs.). **A palavra forma e sentido**. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2007.

_____. **Análise de texto:** procedimentos, análises, ensino. Campinas, Editora RG, 2011.

_____. **Semântica:** enunciação e sentido. Campinas: Pontes Editores, 2018.

ORLANDI, **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

_____. Do fato para o Acontecimento (da diferença à resistência). In: **Eu, tu, ele:** discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

Imagem apresentada acima disponível em: “**Marcha das vadias**”. <http://www.marchadasvadias.org/categoria/noticias/> Acesso em: 20 Mar. 2014.

A PÓS-VERDADE DO PONTO DE VISTA DISCURSIVO E DAS TEORIAS DA MODERNIDADE

THE TRUTH FROM THE DISCURSIVE POINT OF VIEW AND FROM THE THEORIES OF MODERNITY

Pedro Grisi Galvão Barban¹

Leda Verdiani Tfouni²

Recebimento do Texto: 15/09/2021

Data de Aceite: 28/01/2022

RESUMO: Pretendemos produzir uma reformulação teórico-analítica sobre a pós-verdade, conceito que, apesar de recente, designa uma questão social ampla, mas ainda apresenta pouca literatura a respeito, o que torna difícil sua compreensão e a formação concreta de uma teoria constitutiva que faça jus a sua importância. Daí o valor da desdogmatização da pós-verdade como um novo mal que assola a contemporaneidade e que contamina toda e qualquer forma de veiculação informativa. A relevância se dá na urgência de explicar e entender os mecanismos de ação discursivos que rodeiam o atual mundo virtualizado e que servem como grandes propagadores de falsas teorias e inverdades com relação às mais diversas esferas sociais do discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-verdade. Mecanismos discursivos. Dispositivo da análise.

ABSTRACT: We intend to produce an analytical theoretical reformulation on the post-truth, a concept that, although recent, designates a broad social issue, but still presents little literature on this, which makes it difficult to understand and concretely form a constitutive theory to illuminate its importance. Hence, the value of the desdogmatization of the post-truth as a new evil that plagues contemporaneity and that contaminates any form of informative dissemination. The relevance lies in the urgency of explaining and understanding the discursive mechanisms of action that surround the current virtualized world and that serve as great propagators of false theories and untruths in relation to the most diverse social spheres of discourse.

KEYWORDS: Post-truth. Discursive mechanisms. Analytical device

1 Universidade de São Paulo. Mestrando em psicologia.

2 Professora Titular da Universidade de São Paulo. Livre Docente e Pesquisadora do CNPq.

Introdução

Tendo como origem o ensaio do escritor e dramaturgo sérvio-americano Steve Tesich (1992), o termo pós-verdade nunca antes encontrara um território tão permeável e fecundo às suas exigências quanto hoje. De acordo com o Dicionário Oxford - que a elegeu como a palavra do ano em 2016 - se trata “daquilo que se relaciona ou que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (QUADROS, 2018).

Dunker (2017) caracteriza a pós-verdade como enunciados que produzem significados sem substrato objetivo ou que se impõem em função do apelo emocional, da suposta autoridade e credibilidade de quem os formula, tornando-se um catalisador do *modus operandi* do sujeito na hipermodernidade, no qual “quero que seja, logo, é”. Ao espalhar a versão dos fatos afinada com as próprias crenças e desejos, acaba de fato realizando-os materialmente. O autor alude à “verdade inflacionada de subjetividade, mas sem nenhum sujeito” (2017, p. 18). Ou seja, sua mensagem captura o interlocutor ao colar com opiniões pré-formadas; não transforma nem soma nada, mas sim perfura e preenche um discurso no qual aquilo que foi dito completa uma frase, uma sentença significativa. Ao entrar em contato com uma informação compartilhada, há no sujeito sempre processos ocorrendo em paralelo, de identificação ou estranhamento. Concomitantemente, ocorre uma recusa do outro; ou ao menos uma cultura de indiferença. A escuta do sujeito imbuído de preconceitos é um campo arado para a pós-verdade, na qual a moral é potente como em religiões, mas não produz transformações éticas relevantes.

Tiburi (2017) explora o prefixo “pós” ao fazer considerações com relação ao sentido de ultrapassagem que ele propõe, como se se tratasse de uma orientação para um pós-conhecimento ou um descarte do conhecimento que explicaria a valorização da informação como forma em detrimento de uma preocupação com o conteúdo. O pós sugere que estamos sempre numa fase de superação de tudo, e que, portanto temos sempre um “post” que nega aquilo que existia antes; e acaba por acrescentar uma atualidade contemporânea de enfoque desmedido. “.. o uso

do termo pós-verdade surge aos olhos da filósofa como algo que, “pelo menos por um tempo, pode nos levar a olhar de perto a nossa perdição” (p. 104).

No intuito de encaixar a pós-verdade na atualidade, há de se apresentar aqui seus principais vetores. Em parte, como fruto da avalanche de notícias e opiniões que nos assaltam na mídia e nas redes sociais, a pós-verdade possui seu grande campo na ágora virtual, nas relações via internet, Facebook, Instagram, Twitter e Whatsapp. Ficou cada vez mais difícil distinguir o que é baseado em fatos e o que é de cunho opinativo; separar o objetivo do subjetivo; toda plataforma virtual que possibilita uma troca de informações está vulnerável diante da voracidade daquele que abusa desse artifício falacioso. As *fake news*, tão comentadas atualmente, são nada mais que formas de discurso pós-verdadeiros, uma vez que apelam para combinações calculadas de observações corretas, desencadeamentos e interpretações plausíveis, fontes “confiáveis” procedendo a um falseamento dos fatos (e da realidade) com finalidades escusas e interesseiras.

Temmerman et.al (2019) elegem dois grandes propulsores que circundam o imaginário coletivo e que permitiram nas atuais instâncias um mecanismo de fomentação da pós-verdade:

1. Frustração com as instituições tradicionais, junto às novas mídias de plataformas virtuais que favorecem a replicação de boatos e mentiras. Somado a isso, há mecanismos internos à tais plataformas que favorecem o cerceamento de informações na construção de verdadeiras bolhas de opiniões, como os algoritmos utilizados pelo Facebook, que fazem com que usuários tendam a receber informações que corroboram com o seu ponto de vista.
2. Menos espaço para a imprensa, que é tradicionalmente responsável por checar os fatos e construir discursos supostamente baseados na realidade. Em paralelo, a imprensa que checa fatos antes de publicá-los compete por espaço com uma ampla gama de veículos de informações falsas. (p. 4; tradução nossa)

Nas notícias compartilhadas pela via virtual e nas discussões que se dão nesse mesmo palco, a pós-verdade reivindica um posto de autoridade sobre a verossimilhança a todo o momento em que alguém é capturado pela necessidade íntima de confirmar suas próprias crenças através do outro, pelo artifício do

suposto saber, e, pensando ter atingido uma posição de sujeito de prestígio, procura em seguida compartilhar seu conhecimento absoluto como forma de triunfo sobre aquele que ainda não conhece a “sua” verdade. No mundo digital, qualquer discurso pode ser manipulado e distorcido, e, muitas vezes, acaba produzindo um efeito de sentido contrário ao original. A questão é delimitar em quais condições de produção essa inversão se dá: por cálculo e astúcia do sujeito, ou por ingenuidade?

Sartori (2000), apesar de não ter por tema a pós-verdade, apresenta valiosas semelhanças com o momento atual. Tendo escrito sobre temas voltados predominantemente à televisão e seus efeitos na sociedade e na formação de opiniões, muitas de suas conclusões podem e devem ser encaixadas nas novas plataformas de comunicação em massa. O autor já discutia e denunciava as pós-verdades (sem utilizar o mesmo termo) que contaminavam os programas televisivos. Sua ideia de opinião em cascata cabe perfeitamente no que acontece hoje nas formações de opinião pela via virtual:

Enquanto prevalece a comunicação linguística, os processos de formação de opinião não acontecem diretamente de cima para baixo; acontecem “em cascata”, ou melhor, como numa sucessão de cascatas interrompidas por tanques em que as opiniões sucessivamente se misturam. Além disso, junto com a cascata se acrescentam e se contrapõem agitações vindas do fundo, como também resistências ou viscosidades de várias espécies. Do mesmo modo as opiniões de cada um de nós se remetem a grupos de referência, e, portanto, não decorrem apenas de mensagens, mas também de identificações. (SARTORI, 2000, p. 42)

Na Ágora virtual predomina o desejo de fazer parte, de estar vendo o que todos veem, de ser ouvido e visto. Para Tiburi (2017), o aparecer tornou-se um efeito das tecnologias sobre os corpos, e virtualização da vida é correlata à espetacularização da vida. Debord diz que a contemporaneidade espetacular nega a vida real; “os limites do eu são esmagados, os limites entre o verdadeiro e o falso suprimidos, e a presença real da falsidade é garantida pela organização da aparência” (DEBORD, 1997, p.219). A sociedade prefere a cópia ao original, a imagem à coisa, a representação à realidade.

Partiremos de dois pilares teóricos para apresentar uma explanação a respeito da pós-verdade e da sua constituição: 1) A psicanálise, porque segundo Lacan (1945/1998a, p. 213) “... o coletivo não é nada senão o sujeito do individual”; dessa forma, é entendendo a relação do sujeito com o discurso e suas condições de produção que buscarei encontrar um entendimento da ficção presente nas pseudoverdades que um sujeito toma para si. É também na psicanálise que encontramos uma abordagem sobre a verdade que não tem por compromisso a verdade científica das chamadas “ciências duras”, experimentais e empiristas (Lacan, 1945/1998b). 2). Nos estudos sobre a constituição do sujeito do discurso, especialmente em Foucault, pela sua característica de propor teorias e ao mesmo tempo montar explicações para modos de ação e entendimento de mundo, relacionando o discurso com um sentido e o sujeito que o produz em determinadas condições. Sobre a aproximação entre Lacan e Foucault, que pode parecer estranha, tomamos as palavras de Birman (2010, p. 201):

Portanto, Lacan e Foucault trabalharam a problemática do sujeito de maneira teoricamente próxima, não obstante as suas diferenças evidentes, destacando ambos a dimensão ética do sujeito e se contrapondo assim à redução desse à dimensão de produção do conhecimento. Enfim, ambos criticaram as estratégias positivistas presentes nos discursos da psiquiatria e da psicologia, que visavam à objetivação do sujeito.

Aprofundamento da questão

A pós-verdade, como conceito em construção, opera sobre significantes complexos, porém sua estrutura ainda não foi bem examinada pela literatura. A verdade, parte constituinte do termo, vale uma pesquisa por si só. Pretendemos, a seguir, dar uma breve introdução sobre o que ela representa para alguns autores de extrema relevância nas ciências da linguagem, na tentativa de tentar explorar este campo, que é transversal a toda investigação proposta aqui, além de formular questões e apresentar respostas possíveis ao tema.

Foi a partir da modernidade que houve uma conversão na relação discursiva entre o lugar do saber e da verdade. Através do método, Descartes

inaugurou uma relação de totalidade entre o saber e a verdade, ao inclui-la toda no campo do saber. A partir daí, passa a ser possível produzir verdades, basta que o sujeito se utilize de um bom método, de forma tal que o saber e a verdade passam a se localizar no poder de síntese do sujeito. De acordo com Danziato (2012), o poder dos discursos modernos não depende da sua precisão e objetividade, mas da assunção de um lugar de poder de enunciação de verdade.

Para Foucault (1979), tal verdade está inserida na história crítica do pensamento e apresenta um caráter relativo ao que é normalmente tido como verdadeiro; não está no objeto (ele não preexiste) nem no sujeito (não é uma essência), mas nas articulações históricas de sua mútua modificação e constituição. Ela torna-se verdade a partir das práticas em que é usada em articulações específicas. O sujeito e o objeto como unidades universais e necessárias não existem; concretizam-se mediante práticas, que podem ser jogos teóricos e científicos, práticas sociais ou práticas de si (CANDIOTTO, 2006). Birman (2002) comenta que

A verdade, portanto, não tomba do cosmos, das ideias acima de qualquer suspeita à Terra, mas surge das relações entre os homens, inserindo-se em jogos que regulariam o modo de produção de seus enunciados e as regras de produção de sua legitimidade. Sendo constituída pela convenção e pelo uso, ambos estabelecidos pelos homens no espaço social. Para que estes se estabelecessem, necessária seria ainda a produção de certezas e crenças que se fundariam na ação de dispositivos de poder, pelos quais a verdade se legitimaria e se inscreveria nos corpos dos indivíduos pela mediação de processos de subjetivação. (2002, p. 307).

A verdade é tratada neste estudo a partir do pressuposto de que ela vai além daquilo que está em conformidade com os fatos e com a realidade, pois é dependente do discurso e de uma interpelação do sujeito através de processos de subjetivação, chegando a concepções que seriam espontaneamente inseridas na sua visão e concepções de mundo que tentariam chegar próximo a verdades; as mesmas que norteiam a ação e o sentido. A singularidade do sujeito se constitui através desses atos de liberdade e de produção de si, escolhas por onde ele passa a evidenciar a questão da verdade. A problemática aqui proposta é a história da

emergência dos jogos de verdade que justificam racionalmente modos específicos de objetivação e de subjetivação. Ela é, conforme Foucault, a história sempre provisória das condições que admitem, ou não, que se assevere “verdadeiro” ou “falso” a propósito de certas coisas. (FOUCAULT, 2012).

A pós-verdade, entretanto, extrapola a dualidade verdadeiro-falso, pois ela não está preocupada com isso. São discursos em que, na definição de Carvalho (2019):

Verdade e contradição [mentira] estão imobilizadas pelo excesso, por um bombardeio de versões contraditórias e informações desencontradas. A verdade já não tem nenhum valor ou poder, está perdida entre tantos discursos improváveis que, ao contrário dela, dispensam os fatos (CARVALHO, 2019).

O autor acrescenta que a pós-verdade se assemelha a um “mecanismo de autodefesa”, de uma sociedade suicida que percebe que está no caminho da autodestruição, não conseguindo deter esse percurso, nem enfrentar suas causas. Nesse sentido, assemelha-se à piada de humor negro, do filme *La Haine*, dirigido por Mathieu Kassovitz, segundo a qual um homem está caindo de um prédio de 15 andares e, a cada andar que seu corpo percorre em direção à morte, comenta: “Até aqui, tudo bem!”

Continua Carvalho (2019, p.3):

Nesse caso, estaria explicada a infantilização, a regressão expressa pela ilusão de uma perspectiva alternativa à verdade, uma perspectiva de sobrevida mágica diante dos fatos e do inevitável, a promessa de um céu (de uma salvação) que a arte insiste em contrariar com e representação da terra, com a profanação dos consensos e das sacralizações pela qual acaba demonizada.

Advêm daí discursos que passam a compor subjetivações contingentes que encontram seu campo de ação, segundo Habermas (2004), no tecido das práticas habituais, nas quais as pretensões de verdade implicitamente erguidas, que são aceitas contra um vasto pano de fundo de convicções intersubjetivamente partilhadas (formadas através das práticas do discurso e da própria vivência

peçoal) constituem, por assim dizer, os trilhos para as certezaas que guiam a ação. Quando as estruturas das verdadeas de ação são abaladas, elas tornam a encher um reservatório de incerteas que se transfiguram em temas; combustíveis para novas verdadeas: pretensões de validadeas para enunciados hipotéticos. Esse mecanismo permite que na transição do agir para o discurso, o ter-por-vir verdadeiro inicialmente ingênuo se liberta do modo da certeza da ação e toma a forma de um enunciado hipotético, cuja validade fica suspensa durante o discurso (DAGIOS, 2009). Posteriormente elas podem ou não, ser testadas e, se for o caso, resgatadas discursivamente.

[...] o que não deixa de exigir uma explicação é a força misteriosa do acordo obtido pelo discurso que autoriza os participantes da argumentação, no papel de atores, a aceitar como verdadeas as asserções justificadas, sem levantar nenhuma reserva (HABERMAS, 2004, p.250.)

Para Lacan (1945/1988b) a verdade do desejo tem estrutura de ficção. A fantasia parte de um desejo presente que retoma traços mnêmicos do passado e se lança ao futuro como realizado. Lacan associa a fantasia como uma determinada ligação entre o real e a verdade.

Há um toque de ficção em tudo que se escreve, da lista de compras à alta filosofia. Escrever seria criar discursos que, ao fim e ao cabo, resultam em nada mais que modos de falsear a realidade. Nesta visão, todas as escritas têm natureza semelhante, a natureza do simulacro, e, portanto, tudo é ficção. (TEZZA, 2017, p.46). Por isso, pode-se contar mentiras dizendo só a verdade. Sem a ficção, sem o papel de mediação, de articulador de conversas, a verdade não se produz, o desejo não se dá (DUNKER, 2017).

Relacionando a questão da verdade com a escrita, o último autor afirma que na escrita o real se incha; depois de escrito, ele está maior do que era; ele é a coisa em si, mais do que escreveram dele. O que impressiona na escrita é que sua intervenção – que é fátua e volátil quanto ao simples sabor da voz – permanece, acrescenta-se ao objeto representado e ali fica. Ela tem um apelo natural à verdade, ou à nossa fraqueza em tomá-la como tal. Talvez pela sua própria característica de nos transportar para fora do momento vivido, pelo seu caráter de ficção. As

informações saturadas de prerrogativas pós-verdadeiras circulam nas redes sociais por meio da escrita, tendo esta a peculiaridade de possuir a natureza de simulacro, onde tudo é ficção. Talvez aqui se esconda uma parte da pós-verdade que exploraremos mais adiante no que tange a atender aos apelos do desejo de quem a lê.

A pós-verdade pode ser encarada como uma “espécie de trapaça, com a tentativa eludibriante de se criar uma expressão paradigmática que consiga traduzir o equivalente ao oposto semântico sociocultural de verdade” (RIBEIRO, 2017). Sustentamos que esse procedimento é tão arcaico quanto a linguagem em si, e apresenta a diferença hoje de possuir um grande catalisador virtual de suas velhas manobras discursivas. Seu princípio estrutural tem por base a concepção e manipulação irrestrita de boatarias, ou seja, a sucessão espectral de notícias falsas, elementos historicamente empregados por diversos estados autoritários, déspotas e fascistas. Podemos citar como exemplo as teorias de conspiração partidárias, como a concernente ao assassinato de Martin Luther King (1975) ou a negação do holocausto no extermínio nazista de milhões de pessoas, entre judeus, negros, ciganos, subversivos, etc. Mais recente, a chegada no homem à Lua foi negada por um grupo conspiracionista e hoje em dia há uma disseminação preocupante e ainda maior de teorias da mesma família como os autointitulados “Terraplanistas (Flat-Earthers) ou os “Anti-Vaxxers”. – Todas possuem um fio comum, todas se utilizam sem pudor de enunciados pós-verdadeiros para venderem as suas “narrativas” (QUADROS, 2018).

A discussão acerca da verdade é tão antiga quanto à própria Filosofia, talvez anterior a ela. Possuidora de grande afinidade com a ética, a moral e a religião, a verdade pode ser tida como o que habilita e autoriza discursos, fomenta ideologias, habita crenças e rege vontades. Mergulhar no antro da Verdade é arriscar-se no mar do indelével, do inescrutável; é remexer e bagunçar aquilo que temos como base do nosso crer. Penso que, se tratando de tal tema, é indispensável fazer este percurso da verdade como conceito puro antes de se aventurar nas falácias das verdades degradadas de nossa atualidade. Analisaremos de que forma o discurso normativo, como aquele que rege e inscreve as operações simbólicas como verdades para as principais eras ao longo da história da humanidade, foi se constituindo e se modificando. Posteriormente, discutiremos sobre a

elucubração da verdade como fato interpretativo e, por fim, exploraremos a sugestão de Vattimo (2016) de uma ética da finitude. Para encerrar a apresentação sobre a Verdade, traremos a conclusão de Vattimo sobre a essência da mesma baseada no conceito de “clássico”.

As mudanças no discurso normativo aliado à verdade ao longo da evolução humana

A organização racional a partir da construção da Pólis grega foi o que possibilitou, a partir da afirmação da verdade, o início de um acúmulo de construções que culminaram no modo de se organizar a vida do sujeito contemporâneo. Fazemos a escolha de tomar a Pólis Grega como ponto de partida por representar a grande virada histórica na forma de pensar e de enxergar o mundo com a emergência da filosofia. Os discursos fundantes das principais eras de nossa história legitimaram as leis, instituíram um *modus operandi* e fundaram os regimes morais de acordo com três grandes blocos discursivos: a organização política, a organização econômica e a religião. Evitaremos minúcias historiológicas para não nos desviarmos do objetivo; não há a ambição aqui de apresentar um estudo em História, apenas a exposição das diferentes verdades num panorama geral da história evolutiva humana que não pode e não deve ser ignorado ao tratar-se do tema; recortes que nos interessam na construção da verdade e da empreitada da vontade de verdade, o que nos leva a emprestar as palavras de Foucault ao asseverar que cada sociedade tem o seu “regime de verdade” e seleciona os discursos que considera como verdadeiros.

Se nos situarmos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situarmos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se. (FOUCAULT, 1970, p. 14).

Vattimo (2016) apresenta a evolução no curso da história do conhecimento da verdade como objeto de estudo.

Primeiro, com Platão, a verdade das coisas é posta nas ideias: ou seja, naquelas essências transcendentais que se colocam como modelos imutáveis das várias realidades e que garantem a própria possibilidade de falar sensatamente. Depois, com o cristianismo, a verdade das coisas é colocada no além, que conheceremos somente quando virmos a Deus na outra vida. Kant, por sua vez, faz a verdade residir na mente, nas estruturas estáveis com que a razão organiza um mundo de fenômenos dos quais não se sabe, porém, como seja “em si mesmo”. O positivismo científico de Comte, ao final deste processo, chama verdade somente o fato positivamente acertado com o método experimental; mas este fato é exatamente “fato”, ou seja, produzido pelo sujeito humano que manipula e modifica indefinidamente as coisas. A verdade se identifica, assim, segundo Nietzsche, com aquilo que o homem faz, tecnicamente, do mundo, triunfa o puro subjetivismo e não há mais nenhuma objetividade (VATTIMO, 2016, p.21).

A Pólis Grega

Até aproximadamente o século VII a.C. os gregos explicaram a realidade por meio de mitos. A religião da mitologia Grega, que perdurou por muito tempo incumbia-se de explicar os fenômenos naturais assim como delegava aos Deuses e suas tentações humanizadas as impertinências e aleatoriedades da vida. Mais do que relatar, buscavam reter uma determinada parcela da realidade. Só durante o século VI A..C., os gregos começaram a enxergar a natureza e as relações humanas de forma mais realista e reflexiva. Surgem os sofistas, professores de oratória que se ocupavam de ensinar estratégias de convencimento numa orientação genérica. Ganham poder e dinheiro em troca de sua reputação, mas são tidos como enganadores, charlatões.

Mais adiante, com o advento da Filosofia, a razão passa a ser um modelo de pensamento. De acordo com Mosé (2019), a razão como produto da

sobreposição de camadas de sentido, de interpretações, dispostas durante a história da humanidade se tornou o orientador da conduta humana no mundo, ou seja, o princípio de explicação das realidades. A autora afirma que na racionalidade, “a vontade, que antes era tida como fruto de uma exterioridade deslocada nos Deuses, passa a integrar a subjetividade dos sujeitos; uma interioridade que quer, sente, pensa. A criação do sujeito autorreferente é a base da racionalidade ocidental” (p.70). Ela funda a capacidade humana de se pensar de forma específica, organizada, esclarecida, provida de arbítrio e distante das emoções, tendo como alvo o incondicional, o imutável, o Ser, a verdade. Ainda segundo a autora, Platão insere o discurso do Ser da verdade como o que corresponderá sempre à realidade. Tendo ideia como modelo de verdade, Aristóteles vai se contrapor aos sofistas utilizando a verdade da linguagem, o sentido. Ele apresenta as condições do discurso, seus princípios e leis que permitem a ascensão do discurso verdadeiro: a lógica, como forma do discurso, permite que o pensamento enuncie a verdade. Essa continuidade entre o ser, como essência e verdade vai se repetir em Heidegger, conforme comentaremos abaixo.

A Modernidade

O período posterior à Idade das Trevas (termo cunhado pelos renascentistas para delimitar o período intermediário entre o que consideravam a brilhante cultura da Antiguidade clássica Grega e Romana e o movimento que levou os europeus a fazerem renascer os valores dessa cultura) corresponde a um “intervalo” durante o qual as pessoas teriam vivido submersas na ruína dos valores mais altos, na decadência e ignorância. A Igreja Católica (surgida na Palestina entre o povo hebreu e espalhada pelo mundo após a dominação antropofágica dos Romanos sobre os gregos) era tida como a detentora da moral e da verdade – estruturante da visão de mundo individual, unificadora do poder sobre a forma da cristandade (hegemonia ideológica). O campo do saber estava tomado, o terreno era infértil para a reflexão. O estado era quase que inexistente e o poder político fragmentado, descentralizado e nas mãos dos senhores feudais. Sobre esse momento (e outros mais), Foucault diz: “Era o discurso dogmático que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que se ia

passar, mas contribuía para a sua realização, provocava a adesão dos homens e se tramava com o destino” (1970, p. 14).

Por volta do século XVII, com o Renascimento, surge uma vontade de saber que desenhava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis; com essa insurgência passamos à Idade Moderna, na qual nasce o humanismo e com ele a dinamização do conhecimento; a introdução da formação educacional do período dos “estudos humanos” (história, filosofia, retórica, matemática e poesia) – que procuravam centralizar e basear suas questões e análises no mundo concreto dos seres humanos na realidade natural e social que os cerca. Assim, as explicações deixam de se basear em Deus, nos pilares divinos e dogmas católicos. Tal postura permite o surgimento da ciência moderna – razão, método científico, racionalismo e experimentalismo, e, com ela, os preceitos da Modernidade. A Modernidade, segundo pensa Nietzsche, é o processo de substituição de valores que aconteceu em função do que ele chama de “morte de Deus”, quando os valores superiores foram substituídos por valores humanos: os valores sustentados pela ideia de absoluto, de essência e de Deus, foram substituídos pela crença na ciência, na consciência e no sujeito.

A verdade mais elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: “chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto. (FOUCAULT, 1970, p. 15).

Com o Iluminismo (séc. XVIII), ocorre outra revolução na mentalidade. A razão como único instrumento para se chegar a alguma verdade científica é novamente instaurada. Foucault faz uma ressalva importante em seu livro “Em defesa da Sociedade” (FOUCAULT, 2018) a respeito deste momento. Há de se tomar cuidado de não avançar sem antes observar que não se tratou de um “progresso do dia sobre a noite, do conhecimento sobre a ignorância”. O Século XVIII - como o da emergência dos saberes técnicos - carrega consigo uma pluralidade que vale ser destacada.

Os diferentes saberes existiam conforme as diferenças da região geográfica, de categorias sociais, de educação e em relação à riqueza daqueles que

os detinham. Segundo Foucault (1979), nessa época esses saberes estavam em luta uns contra os outros, numa sociedade em que o segredo do saber tecnológico valia riqueza e em que a independência desses saberes em relação aos outros significava também a independência dos indivíduos. À medida que foram se desenvolvendo as forças de produção (em concomitância às demandas econômicas), o valor desses saberes aumentou, e com esse acréscimo também a luta em portá-los. Ocorreu nesse meio tempo um processo de anexação, de confisco dos saberes menores, mais particulares, locais, pelos maiores, industriais; uma imensa luta econômica-política em torno dos saberes. É nessa dinâmica belicosa que se deve pensar o desenvolvimento do chamado saber tecnológico do século XVIII.

Sob a forma do progresso da razão, o que se passava, segundo Foucault, foi “o disciplinamento de saberes polimorfos e heterogêneos”. Primeiro com o surgimento da Universidade como o grande aparelho de uniformização dos saberes que passa a selecionar os saberes; simultâneo à homogeneização desses saberes com a constituição de uma comunidade científica. (FOUCAULT, 2018, p.219).

Para Foucault (2011), a verdade está inserida na história crítica do pensamento e apresenta um caráter relativo ao que é normalmente tido como verdadeiro; não está no objeto (ele não preexiste) nem no sujeito (não é uma essência), mas nas articulações históricas de sua mútua modificação e constituição. Ela torna-se verdade a partir das práticas em que é usada em articulações específicas. O sujeito e o objeto como unidades universais e necessárias não existem; concretizam-se mediante práticas, que podem ser jogos teóricos e científicos, práticas sociais ou práticas de si. (CANDIOTTO, 2006.). Há uma história da emergência dos jogos de verdade que justificam racionalmente modos específicos de objetivação e de subjetivação. Ela é, conforme Foucault (1979), a história sempre provisória das condições que admitem, ou não, que se assevere “verdadeiro” ou “falso” a propósito de certas coisas, e nessa relação podemos encaixar o “lugar de poder de enunciação” citado por Danziato (2012):

Foucault já demonstrou, em sua arqueogenealogia, as relações de poder intrínsecas a todo saber. Uma genealogia dos discursos esclarece que o poder dos discursos não depende fundamentalmente de sua precisão e objetividade, mas da

assunção de um lugar de poder de enunciação da verdade. Se a “verdade é política”, é porque ela se deve ser considerada dentro dessas relações genealógicas de poder. Assim, ao instituir um mercado do saber, a modernidade delimita um lugar político da verdade, e encena relações muito precisas de poder, que demarcam a instauração de um novo mestre – o mestre moderno (Lacan, 1992) assim como um espaço institucional e discursivo responsável pela sua sustentação e produção: a Universidade e a ciência.

A verdade como fato interpretativo

Como fato interpretativo, não se deve avaliar a verdade como correspondência pontual entre o enunciado e as coisas, mas sim “como consenso sobre os pressupostos de que se parte para avaliar essa correspondência” (VATTIMO, 2016, p.26), pois, independente do enunciado, está implícita uma escolha daquilo que parece relevante. Essa escolha nunca é livre de interesses. Como fato interpretativo, ainda residem muitas das críticas modernas à mentira social sobre a qual falou Nietzsche, onde sempre se fundou o domínio dos fortes sobre os fracos. Segundo ele, a voz da consciência que rege nossa conduta é nada mais que a voz do rebanho, ordenado a partir dos ditames de uma disciplina social introjetada e transformada em nosso *modus operandi* (essa ideia se aproxima muito à de Foucault quanto à dinâmica belicosa do saber tecnológico). A ideologia é, de fato, uma interpretação que predomina sobre outras possíveis – não apenas do sujeito, mas de uma classe – que não tem consciência de ser uma interpretação e que, exatamente por isso, se crê absoluta. A conclusão de que Vattimo se aproxima – da verdade como algo absoluto, como correspondência objetiva, entendida como última instância e valor de base – é um perigo, muito mais que um valor. Lá, onde a política busca a verdade, não pode existir a democracia, pois surgirá um Estado ético que pretende poder decidir qual seja o verdadeiro bem dos cidadãos, mesmo contra a opinião e as preferências deles. “Se houvesse uma verdade objetiva das leis sociais e econômicas a democracia seria uma escolha totalmente irracional: seria melhor confiar o Estado aos especialistas, aos reis-filósofos de Platão ou aos prêmios-Nobel de todas as disciplinas.” (VATTIMO, 2016, p.16). Novamente é apresentada aqui a ideia da verdade como forma de

dominação: se fixamos, de acordo com nossa tradição, uma entidade estável, é porque queremos demonstrá-la (impô-la) com autoridade e dureza aos outros. A verdade absoluta como mecanismo capcioso.

Já que falar de uma verdade absoluta implica entrar em jogos de poder e dominação, o mesmo autor apresenta a ética como uma alternativa viável para não se perder neste mesmo lastro. Se não existem princípios primeiros, supremos, universais, como verdades absolutas regentes ao comportamento humano, pareceria que importam apenas os imperativos ditados pelas situações específicas: é aqui que entra a diferença entre uma ética pós-metafísica e o puro e simples relativismo (tido como enrijecimento metafísico – autocontraditório e impraticável – da finitude, cuja pretensão de colocar-se estavelmente em um ponto de vista universal torna-o contrário ao que ele mesmo luta por derrubar). Assumir como “mundo verdadeiro” (teorias de mundo - fiadoras daquele sentimento oceânico sugerido por Freud em “Mal-estar da civilização”) uma fábula específica e particular significa limitar a perspectiva. Em outras palavras, a ética não deveria ser referenciada na metafísica. Heidegger (2010) define esta época como a do “fim da metafísica que, no entanto, não quer de fato terminar, ou que, com Nietzsche, pode-se chamar a morte de Deus da qual muitos, porém, ainda não ouviram falar” (Apud Vattimo, 2016). Há de haver a dissolução dos princípios como ponto de partida para mover-se na direção de uma ética ulterior, que não pretenda mais estabelecer-se como aplicação prática de uma certeza teórica acerca dos fundamentos últimos. (VATTIMO, 2016, p.98).

Seria ingênuo não reconhecer a potência dominadora que regula e controla as vontades através das máximas da fé (e do medo). Apresentar críticas tão fulminantes contra a ética do “homo religiosus” sem apresentar alternativas seria como derrubar um armário velho e guardar as roupas no chão. A alternativa que Vattimo propõe é de uma ética construída em torno do obsoletismo das verdades denominada por ele como “ética da finitude”, a qual segundo o autor (2006, p.99) permanece fiel à descoberta da situação sempre insuperavelmente finita da própria proveniência sem esquecer as implicações pluralísticas dessa descoberta”. Dizendo de outra forma, ela sustenta a sua validação sobre o obsoletismo inerente das ideias e regras; reconhece o limite do alcance exclusivo de seu tempo e assume sua data de validade. O autor sabe que as regras sobre as quais a sociedade se funda não serão simplesmente suspensas ou revogadas na

ética da finitude, mas espera, ou deseja, o dia em que as “naturais” possuirão uma obrigatoriedade diferente: pautadas na racionalidade (reconhecidas como *discursus*, *logos*, razão) subtraídas da violência que caracteriza os princípios últimos (e a autoridade de que se sentem depositárias) e as escolhas entre o que vale e o que não vale da herança cultural da qual proviemos:

Tal escolha será feita com base no critério da redução da violência e em nome de uma racionalidade entendida como discurso-diálogo entre posições finitas que se reconhecem como tais e que, por isso, não têm a tentação de impor-se legitimamente (enquanto convalidadas por um princípio primeiro) sobre as dos outros. É a exclusão dessa violência que se crê legítima, e a exclusão de qualquer violência identificada. O respeito do outro não é, nem mesmo de modo remoto, fundado no pressuposto de que ele seja portador da razão humana igual em todos; Ele é sobretudo o reconhecimento da finitude que nos caracteriza a ambos. Se com a assunção do destino nihilístico de nossa época decidimos que não podemos dispor de nenhum fundamento último, cai por terra qualquer legitimação possível à prevaricação violenta sobre o outro (VATTIMO, 2006, p.101)

Discorrer sobre uma ética da finitude é realocar o lugar da verdade como matéria prima dos modos de conduta, ideologias, crenças e fé. Ela só se dá a partir da assunção da verdade no discurso pelo sujeito. A verdade como simplesmente o que está em conformidade com os fatos e com a realidade é uma versão mutilada da mesma, pois descarta (ou revoga) o discurso e a interpelação do sujeito através de processos de subjetivação, chegando a concepções que seriam espontaneamente inseridas na sua visão e concepções de mundo que tentariam chegar próximo a verdades; as mesmas que norteiam a ação e o sentido. A singularidade do sujeito se constitui através desses atos de liberdade e de produção de si, escolhas por onde ele passa a evidenciar a questão da verdade.

A aceitação

A infinita flexibilidade discursiva moderna juntada a uma perda da fé nas instituições que antes ancoravam a verdade proporcionaram, segundo Gibson

(2016), uma dupla hélix da pós-verdade: (1) a proliferação de discursos, que podem causar confusão, incertezas e, por fim, fadiga na democracia e imobilidade. (2) a politização do conhecimento especializado, sujeitando todas as formas de conhecimento a debates infinitos e (3), cultivo de conspirações, como tentativa de reconstrução de uma ordem em um contexto caótico de alegações e contra-alegações. Segundo Žižek (1999), essas características se devem, em parte, pela perda (ou morte) das “grandes narrativas” na cultura humana. Decorre daí uma falência da autoridade simbólica exemplar, no descrédito à ideia da imprensa como mediação democrática da sociedade e o surgimento da desconfiança em relação ao poder público como campo de apaziguamento de tensões sociais permanentes. (QUADROS, 2018). O sujeito é fisgado pela pós-verdade porque algo dela encontra eco nele.

A aceitação de um discurso pós-verdadeiro como se fosse efetivamente verdade não depende de fatores puramente intersubjetivos, mas não os dispensa. Se considerarmos o sujeito como uma esponja de significantes, essa parte do trato com a pós-verdade que promove o aceite diz respeito àquilo que convém, dentro do emaranhado subjetivo, para dar corpo e razão às suas ambições de verdade. Tratamos, aqui, da faceta mais visceral da pós-verdade, que remexe nas fornalhas da emoção e da razão que constituem as verdades pessoais: lidamos com desejos, preconceitos, angústias e defesas clássicas como projeção, regressão, negação, deslocamento, intelectualização e formações reativas.

Observemos um evento, na tentativa de tornar esse mecanismo mais palpável: as eleições presidenciais brasileiras de 2018 e o grande uso e acúmulo de notícias falsas veiculadas durante o período de eleição. Segundo Macedo (2018), ao todo foram 123 boatos espalhados (*fake news*) diretamente ligados a Haddad e ao candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro (PSL), sendo que, destas, 104 beneficiaram Bolsonaro.

Contra Bolsonaro, entre as falsas notícias relacionadas à facada da qual fora vítima no dia 6 de setembro está a de que o candidato teria chegado andando ao hospital em Juiz de Fora (MG) após ter sofrido o atentado. A imagem, em que ele aparecia com a mesma roupa que usava ao ser esfaqueado, foi tirada mais cedo naquele mesmo dia. Contra Haddad, por sua vez, foi espalhada a notícia de que um de seus projetos seria a implementação do “kit-gay” para crianças de 6 anos

que supostamente envolveria imagens pornográficas junto a instruções obscenas de sexo homoafetivo. O nome real do projeto era “Escola sem homofobia” e tinha por objetivo oferecer formação aos professores para lidarem com os direitos LGTB, a luta contra a violência e os preconceitos e o respeito à diversidade entre os jovens e adolescentes (BBC NEWS BRASIL, 2018).

Percebemos que as duas notícias bordeiam o ridículo. Na primeira, a assunção de que toda a imprensa e as pessoas do local onde a facada ocorreu estariam numa espécie de conluio é no mínimo absurda. Na segunda, provavelmente a reação do primeiro sujeito que teve contato com o projeto real e o distorcera de modo a incitar reações homofóbicas encontra eco na escuta de quem toma esse material deturpado como verdade incontestável. Não há espaço para dúvidas. O caráter apelativo e sensacionalista fomenta ideias e pré-concepções que encontram ali um recipiente perfeito na qual as insatisfações pessoais (de cunho emocional, psíquico) são derramadas sobre a forma de uma fúria perplexa. A subjetividade autoritária se expressa como violência. Essa violência é fruto de um pensamento esvaziado de autorreflexividade, esvaziado de sentimentos elaborados e pleno de emoções brutas, tais como o medo e o ódio. De acordo com Habermas (2004, p. 257), “A desproblematização das questões sobre a verdade serve como licença para retornar a um trato ingênuo com o mundo. As certezas da ação abaladas se transformam em controversas pretensões de validade para enunciados hipotéticos”

Na ficção da verdade existe um mesmo traço referente a sentimentos de pertença e de identificação que unem ou apartam. O sentimento de inclusão e esclarecimento sobre os demais traz consigo padrões narcísicos. Se

[...] há um toque de ficção em tudo que se escreve, da lista de compras à alta filosofia, escrever seria criar discursos que, ao fim e ao cabo, resultam em nada mais que modos de falsear a realidade. Na escrita, o real incha; depois de escrito, ele está maior do que era; ele é a coisa em si, mais do que escreveram dela” (Tezza, 2017, p.52).

Nas grandes teorias conspiracionistas circulantes nos dias de hoje (algumas delas, citadas anteriormente, como os “terraplanistas” que em suma acreditam que a Terra é coberta pelo “firmamento”, em formato de domo e

também os *Anti-Vaxxers*, que são ferrenhamente contrários às vacinas a ponto de expor seus filhos a doenças antes extintas por acreditarem que as vacinas são mentiras líquidas que causam autismo. Assumimos aqui a perspectiva de que, tal como uma variedade de explicações mirabolantes sobre o inexorável, tais teorias possuem um traço paranoico em comum. A paranoia indica qualquer formação delirante que alcance o nível de um sistema: persecutório, hipocondríaco, querelante (formas depressivas) ou de grandeza (forma expansiva), sendo que tais rupturas com os grandes consensos normativos e as subsequentes elucubrações fantásticas disseminadas como “a verdade que ocultam de nós”, levam consigo a marca do paranoico: “instala-se rapidamente uma floração de ideias delirantes quixotescas, absurdas e constantemente mutáveis, inicialmente construídas em torno de interpretações e de ilusões de memória” (Dunker, 2003). Qualquer semelhança com os discursos aqui citados não é mera coincidência.

Conclusão

Pretendemos, com este trabalho, produzir uma reformulação teórica analítica sobre a pós-verdade. S relevância se dá na urgência de explicar e entender os mecanismos de ação discursivos que rodeiam o atual mundo virtualizado e que servem como grandes propagadores de falsas teorias e inverdades com relação às mais diversas esferas sociais do discurso. A pós-verdade, palavra que, apesar de recente, designa uma questão social ampla, ainda apresenta pouca literatura a respeito, o que torna difícil sua compreensão e a formação concreta de uma teoria constitutiva que faça jus a sua importância. Daí o valor da desdogmatização da pós-verdade como um novo mal que assola a contemporaneidade e que contamina toda e qualquer forma de veiculação informativa. Investigando as enormes proporções que enunciados pós-verdadeiros tomam, além de sua estrutura linguístico-discursiva, bem como as implicações na vida cotidiana e na organização social e política moderna, será possível refinar um dispositivo de análise adequado.

Birman (2009) observa que existe uma disseminação de violência metamorfósica, uma espécie de vírus que circula em todos os registros da existência, regulada por buscas narcísicas de prazer e poder. Por conseguinte, privilegiar as

vias simbólicas e intelectuais é de extrema importância num contexto histórico em que presenciamos uma ultrapassagem da verdade e do consenso que chega a níveis de violência extrema, endossando crenças de que há verdades absolutas que devem categoricamente sobrepujar as demais. A pesquisa dessas questões tem a relevância de resgatar as vias simbólicas, e propor outras maneiras de ler e lidar com a pós-verdade.

Referências

BBC NEWS BRASIL, Londres, 6 out. 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45767946>. Acesso em 30/07/2020.

BIRMAN, J. Jogando com a verdade. Uma leitura de Foucault. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p. 301-324, 2002.

BIRMAN, J. **Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.

BIRMAN, J. A problemática da verdade na psicanálise e na genealogia. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v.42, n.1, p. 183-202, 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 abr. 2019.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, Marília, v.29, n.2, p. 65-78, 2006.

CARVALHO, B. O antimito. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 98, n. 32.827, 17 fev. 2019. Ilustríssima, p. 3.

DAGIOS, M. A verdade e seu contexto: uma abordagem a partir de Habermas e Rorty. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, [S. l.], v.1, n.14, p. 25-46, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/82983>.

DANZIATO, L. J. B. O saber e a verdade na Psicanálise e na Universidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.32, n.4, p. 872-881, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000400008&lng=en&nrm=iso. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000400008>.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUNKER, C. I. L. Sobre a compreensão psicanalítica da paranóia. **Mental**, Barbacena, v.1, n.1, p. 23-37, 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272003000100003&lng=pt&nrm=i>so>.

DUNKER, C. I. L. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In DUNKER, C.; TEZZA, C.; FUKS, J.; TIBURI, M.; SAFATLE, V. *Ética e Pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017, p.4-39.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1970.

FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A Coragem da Verdade. O governo de si e dos outros II**. Curso dado no Collège de France (1983-1984). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. **Estratégia, Poder-Saber**. Coleção Ditos e Escritos, vol. IV. *São Paulo: Editora Saraiva. 3ª. Ed., 2012.*

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

GIBSON, W. **Neuromancer**. São Paulo: Editora Aleph, 2016. 5ª ed.

HABERMAS, J. **Verdade e Justificação: ensaios filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2004.

HEIDEGGER, M. A superação da metafísica. In: **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LACAN, J. **O Seminário livro 16: De um Outro ao Outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1992. (obra originalmente publicada em 1968-1969)

LACAN, J. O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: Lacan, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar. 1998a, p.197-213. (Obra original publicada em 1945).

LACAN, J. A ciência e a verdade. In: Lacan, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988b, p. 855-892. (Obra original publicada em 1945).

MACEDO, I. Das 123 fake news encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro. **Congresso em Foco**, Brasília, 26 out. 2018. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/>. Acesso em 27/07/2020.

MOSE, V. **A espécie que sabe: Do Homo Sapiens à crise da razão**. São Paulo, Ed. Vozes, 2019.

QUADROS, P. Dissimulacro-ressimulação: ensejos da cultura do ódio na era do Brasil pós-verdade. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v.18, n.32, p. 201-218, 2018. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100015&lng=pt&nrm=iso>.

RIBEIRO, M. A. Pós-verdade não é um conceito e sim uma trapaça! **Carta Capital**, Blog do Sócio, Opinião. 2017. Apud QUADROS, P. Dissimulacro-Ressimulação: ensejos da cultura do ódio na era do Brasil pós-verdade. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 18, n.32, p. 201-218, abr. 2018. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100015&lng=pt&nrm=iso>.

SARTORI, G. **Homo videns: televisão e pós-pensamento**. Lisboa, Terramar, 2000.

TEMMERMAN, M.; MOERNAUT, R.; COESEMANS, R.; MAST, J. Post-truth and the political: Constructions and distortions in representing political facts. **Discourse, Context & Media**, v.27, p. 1-6, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.dcm.2018.10.002>.

TESICH, S. A Government of Lies, **The Nation**, New York, v.254, n.1, 6 jan. 1992.

TEZZA, C. A era da pós-ficção: notas sobre a insuficiência da fabulação no romance contemporâneo. In: DUNKER, C.; TEZZA, C.; FUKS, J.; TIBURI, M.; SAFATLE, V. *Ética e Pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017, p. 40-72.

TIBURI, M. Pós-verdade, pós-ética: uma reflexão sobre delírios, atos digitais e inveja. In: DUNKER, C.; TEZZA, C.; FUKS, J.; TIBURI, M.; SAFATLE, V. *Ética e Pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017, p.94-125.

VATTIMO, G. A idade da interpretação. In: RORTY, R; VATTIMO, G. ZABALA, S. (org). **O futuro da religião**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.
VATTIMO, G. Adeus à verdade. São Paulo: Ed. Vozes, 2016.

ZIZEK, S., 1999. **The Ticklish Subject**. London: Verso, London. 1999.

A PRESENÇA DE TRAÇOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NO LÉXICO URBANO E RURAL DE SAN MATIAS (BOLÍVIA): UM ESTUDO COMPARATIVO

THE PRESENCE OF BRAZILIAN PORTUGUESE TRAITS IN THE URBAN AND RURAL LEXICON OF SAN MATIAS (BOLIVIA): A COMPARATIVE STUDY

Fernando Jesus da Silva¹
Jocineide Macedo Karim²

Resumo: Este trabalho busca analisar a presença de traços lexicais do português brasileiro no repertório dos moradores de San Matias (Bolívia), tanto da zona urbana quanto rural em função do contato linguístico produzido entre o português e o espanhol. O contato entre as duas línguas tem contribuído para uma situação de variação lexical motivada por diferentes aspectos extralinguísticos (sexo, idade, escolaridade, localidade). A análise linguística a ser considerada se inscreve na perspectiva da Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional (THUN, 1998) articulada a Sociolinguística (LABOV, 1972/2008). O *corpus* a ser considerado se constitui de lexias tomadas do campo semântico: *accidentes geográficos*. Os resultados apontam para uma grande diferenciação lexical entre as duas zonas de contato.

Palavras-chave: Contato linguístico. Léxico. Fronteira. Cáceres. San Matias.

Abstract: This work seeks to analyze the presence of lexical traits of Brazilian Portuguese in the repertoire of residents of San Matias (Bolivia), both in urban and rural areas, due to the linguistic contact produced between Portuguese and Spanish languages. The contact between the two languages has contributed to a situation of lexical variation motivated by different extralinguistic aspects (gender, age, education, location). The linguistic analysis to be considered is inscribed in the perspective of Pluridimensional and Relational Dialectology (THUN, 1998) articulated with Sociolinguistics (LABOV, 1972/2008). The corpus to be considered consists of lexicons taken from the semantic field: geographical accidents. The results point to a great lexical differentiation between the two contact zones.

Keywords: Language contact. Lexicon. Border. Cáceres. San Matias.

1 Professor da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso – UFMT. Doutor em Linguística.

2 Profesora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Doutora em Linguística.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a presença de traços lexicais do português brasileiro no repertório dos moradores de San Matias (Bolívia), tanto da zona urbana quanto rural em função do contato linguístico produzido entre o português e o espanhol. Busca-se verificar, a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da Dialektologia Pluridimensional (THUN, 1998) associados a Sociolinguística (LABOV, 1972/2008), onde há mais traços do português (empréstimos) e o que estaria condicionando essa presença.

Para isso, analisaremos um *corpus* constituído de lexias registradas por Silva (2022) em sua pesquisa de doutorado que documentou através de mapas linguísticos a diversidade lexical fronteiriça das cidades-gêmeas de Cáceres (Brasil) e San Matias (Bolívia), por meio de um questionário linguístico constituído de 97 questões divididas em 13 campos semânticos-lexicais, dos quais, focaremos neste trabalho o campo *acidentes geográficos*.

De acordo com Sala (1986), o contato linguístico se constitui de um fenômeno que ocorre em todo o mundo, pois é muito difícil que uma língua fique completamente isolada. Nesse sentido, o autor explica que o contato pode se dar de forma direta, ou seja, no mesmo território ou indireta, em territórios vizinhos, como ocorre em espaços fronteiriços.

Muitos são os fatores que contribuem para a produção do contato linguístico. De acordo com Silva (2022, p.67):

O contato linguístico é resultado, por exemplo, de processos de colonização, de comércio, de expansão territorial, de prestígio de uma língua sobre outra, de educação, de influência econômica de um país sobre outro, de religião, de casamentos interétnicos, de assimilação cultural, de meios de comunicação, de dupla nacionalidade, de mecanismos de fiscalização, de imigração, etc.

Uma vez em contato, as línguas tendem a sofrer diversos fenômenos linguísticos que incidem sobre diferentes níveis, tanto fonológico, morfossintático quanto semântico-lexical, sendo este último, o mais afetado, sobretudo, quando

as línguas possuem um alto grau de inteligibilidade, como é o caso do português e do espanhol (LIPSKI, 2011).

Em relação ao léxico, dentre os fenômenos de contato mais comuns, encontra-se o empréstimo lexical que consiste na incorporação de lexias novas através de processos de adaptação ao novo sistema linguístico adotado.

Silva (2022) verificou a presença de um grande número de lexias tomadas de empréstimo do português presentes no repertório lexical dos entrevistados bolivianos. Nesse sentido, nosso trabalho busca comparar, a partir desses registros onde há mais presença de lexias tomadas de empréstimo do português, ou seja, se na zona urbana ou rural de San Matias.

Marco teórico

De acordo com Cardoso e Motta (2013), os estudos dialetológicos passaram por um processo de ressignificação teórica e metodológica nesses últimos anos, coincidindo com a perspectiva variacionista da Sociolinguística, relacionando a dimensão geográfica com a social.

Dessa maneira, surge a Dialetoologia Pluridimensional e relacional proposta pelo linguista alemão Harald Thun (1998), que busca compreender o fenômeno da variação de forma interdisciplinar, relacionando a dimensão diatópica (perspectiva da dialetoologia tradicional) com a dimensão social (perspectiva sociolinguística), a fim de contribuir para uma descrição mais profunda sobre a relação entre língua, sociedade e espaço geográfico.

A noção de variação dentro dos estudos dialetológicos contribuiu para compreender melhor a heterogeneidade das línguas e a influência de fatores sociais para a mudança linguística preconizados pela Sociolinguística, sobretudo, em sua vertente variacionista.

Conforme Reis (2013), o trabalho interdisciplinar proposto pela Dialetoologia pluridimensional e relacional permite estabelecer uma relação entre os dados linguísticos oriundos do espaço geofísico junto a fatores de ordem social. Nessa perspectiva, é possível comparar dados diatópicos com dados sociais.

Segundo Sala (1986), a Sociolinguística olha para o contato

linguístico com o objetivo de compreender a variação e possíveis mudanças linguísticas. De acordo com Tarallo (2002), a variação linguística é constitutiva de todas as línguas, podendo ser descrita e analisada. Busca-se encontrar os condicionadores internos e externos que exercem força para a produção de variação em diversos níveis da língua, como neste caso, o nível lexical.

A respeito de espaços fronteiriços, a variação decorre de empréstimos linguísticos resultantes do efeito de influência entre duas ou mais línguas (SILVA, 2022). Um dos trabalhos pioneiros na análise de fenômenos linguísticos e no registro de variação está o *Atlas Diatópico e Diastrático do Uruguai* (ADDU, 1989) sob direção de Thun e Elizaincín, que contribuiu enormemente para a descrição das particularidades linguísticas do Uruguai e de sua zona fronteiriça com o Brasil (SEMINO, 2009).

Conforme Souza (2015), a dialetologia procura compreender a relação entre língua e espaço geográfico. Nesse sentido, a produção de mapas ou cartas linguísticas permite estabelecer comparações e observar os efeitos, por exemplo, do contato linguístico entre duas comunidades fronteiriças.

Cardoso e Motta (2013) explicam que a dialetologia pluridimensional busca através da cartografia linguística fazer com que o leitor não apenas identifique a localidade dos usos linguísticos como também as características dos falantes, a fim de observar que as semelhanças/diferenças linguísticas decorrem não somente do aspecto diatópico mas também social.

A Dialetologia atual tem se preocupado em demonstrar os diferentes usos da língua, através da identificação de fenômenos linguísticos produzidos em espaços geográficos diversificados, considerando aspectos extralinguísticos como importantes fatores para a compreensão dos usos linguísticos das comunidades.

Dessa maneira, pretende-se através da análise de duas cartas linguísticas catalogadas por Silva (2022) comparar o léxico urbano e rural matienho para verificar onde há mais traços do português brasileiro (empréstimos) e o que estaria condicionando a diferença de usos linguísticos.

O contato linguístico

O contato entre o português e o espanhol ocorre ao longo da fronteira entre o Brasil e seus vizinhos hispanofalantes. Há uma grande produção científica sobre a região sul do país, sobretudo, entre a fronteira do Brasil com a Argentina e o Uruguai. Pouco se sabe sobre a realidade linguística fronteiriça da região norte bem como do centro-oeste, especialmente, do sudoeste de Mato Grosso.

Lipski (2011) tem demonstrado em suas pesquisas em alguns espaços fronteiriços brasileiros, que o português tem afetado diferentes comunidades hispanofalantes pela permanência de seu uso para além das fronteiras – como é o caso do português de Misiones (Argentina) - ou produzindo formas híbridas, presentes no que se convencionou chamar de *portunhol*.

De acordo com Sturza e Tatsch (2017), os sujeitos fronteiriços estão expostos as línguas que circulam a fronteira, logo, é inevitável que não sejam afetados pelo contato que se produz, uma vez que a língua, para além de um sistema ou de um elemento de identificação nacional, se constitui como prática social.

Nesse sentido, o contato linguístico na fronteira põe em evidência diferentes práticas sociais nos modos como os sujeitos fronteiriços estabelecem suas relações de convivência diária, ainda que, sob interdição dos Estados através de seus aparelhos ideológicos e coercitivos, já que a fronteira é significada politicamente como espaço de divisão de povos e, conseqüentemente, de suas línguas, logo, área de controle e segurança.

Segundo Chambers e Trudgil (1994, p.23), “cuánto más lejos nos llamemos del punto de partida, las diferencias se harán cada vez mayores”. Nesse sentido, cabe-nos questionar: há muita diferença entre o repertório lexical urbano e rural de San Matias considerando a divisa com Cáceres como ponto de partida?

De acordo com os autores, não há uma fronteira clara entre os dialetos dentro do mesmo território. E, no caso de espaços fronteiriços que se caracterizam pelo contato de línguas distintas, indagamos: como se constituiriam diante das condições políticas, sociais, culturais que afetam as relações entre os sujeitos de países vizinhos? Para isso, é fundamental compreender o contexto histórico-

geográfico e social de San Matias.

O município de San Matias

San Matias é capital da Província Angel Sandoval que pertence ao Departamento de Santa Cruz. Está localizada a 750 km de distância de sua capital departamental Santa Cruz de la Sierra e a 100 km de sua cidade gêmea³, isto é, do município de Cáceres (Mato Grosso-Brasil).

Tanto San Matias quanto Cáceres guardam uma relação histórica de intercâmbios sociais, culturais, comerciais, políticos e linguísticos atravessados por situações de deslocamentos e interdições próprios desse espaço fronteiriço.

Como é sabido, cada fronteira possui características próprias, e isso faz muita diferença quando se pesquisa sobre contato linguístico. San Matias, a diferença de Cáceres, é um município plurilíngue, ou seja, além do espanhol (língua oficial), também são faladas outras línguas, tais como, o guaraní, o bésiru, o quéchua, o aymará e o português (Instituto Nacional de Estatística da Bolívia - INE, 2012).

Porém, dessas línguas, o português não possui o mesmo reconhecimento que as demais, tanto em nível político quanto social, pois ainda é tratado como língua estrangeira, embora seja falado largamente tanto na zona urbana de San Matias quanto na zona rural lindeira, ou seja, em diferentes comunidades localizadas na divisa com o Brasil.

O não reconhecimento do português como integrante da paisagem plurilinguística matienha tenta produzir como efeito um gesto de independência e valorização da identidade local, por consequência, da variedade de espanhol falada no município, a qual designaremos como *espanhol matienho*.

Os estudos sociolinguísticos tem demonstrado que o reconhecimento de uma língua é um gesto político que afeta toda uma estrutura social, ainda mais, quando esta é interpretada como uma espécie de “ameaça” a identidade linguística local.

A influência do Brasil sobre a região atinge inevitavelmente o espanhol matienho, visto ser este, a representação da norma regional, além de importante

³ Cáceres e San Matias são cidades-gêmeas conforme a Portaria nº 1.080 de 24 de abril de 2019 do Ministério da Integração Nacional do Brasil (MI).

elemento cultural que caracteriza a identidade dos bolivianos através do uso de determinados itens lexicais, bem como expressões populares da região.

Na fronteira entre San Matias e Cáceres, a divisão do espaço de convivência entre bolivianos e brasileiros se apresenta de forma diluída, pois por ser uma fronteira predominantemente rural, com características do bioma pantanal, grande parte do território não possui a presença dos aparelhos do Estado (polícia, exército, escola, agência de fiscalização de produtos, etc), abrindo caminho, na maioria das vezes, para práticas ilícitas, tais como contrabando de mercadorias e narcotráfico.

A interdição sobre os sujeito fronteiriços é cotidiana e normatizada entre San Matias e Cáceres. Cruzar a fronteira entre as cidades-gêmeas significa estar sempre sob a sombra da suspeição dado aos altos índices de crimes cometidos na região.

A segurança da fronteira por parte do Brasil reflete uma preocupação sobre o território advindo das antigas disputas por demarcação territorial que remetem o período colonial e imperial que justificou a produção de diversos conflitos e o expansionismo brasileiro sobre a região oeste.

Em termos linguísticos, a expansão significou a imposição do português como língua nacional nesse espaço fronteiriço, com a criação de destacamentos militares e com a construção de escolas que atenderiam a população local, tanto brasileira quanto boliviana, produzindo como efeito um monolinguajamento do espaço fronteiriço.

Segundo Oliveira (2016), o monolinguajamento se constitui de políticas linguísticas do Estado que interferem nas práticas linguísticas dos sujeitos, retomando a ideia de uma língua nacional em detrimento de outras. Esse tipo de ação fica mais evidente em espaços fronteiriços na tentativa de produção de um efeito de divisão territorial que tem na língua um elemento de diferenciação.

Nesse sentido, reforça-se um imaginário de que do lado brasileiro se fala apenas português e do lado boliviano somente espanhol, impossibilitando, por exemplo, a inversão desses valores.

Para Viaut (2004), há um gesto do Estado em tentar fazer coincidir fronteiras políticas com fronteiras linguísticas, logo, de normatizar os espaços, torná-los homogêneos, de maneira que todo uso linguístico que se distancie da norma padrão da língua é significado como um “desvio” e não como efeito do

contato entre línguas.

Em termos de estudos sobre contato linguístico, Weinreich (1986[1953]) apresentou o conceito de “interferência” para explicar a presença de elementos novos na língua receptora resultantes do contato com a língua-fonte. Entretanto, muitas vezes a noção de interferência se confunde com a ideia de “erro”, pressupondo uma realidade de aprendizagem de língua, e não simplesmente como efeito do contato linguístico.

Palacios (2021) explica que as situações de contato linguístico “(...) son diversas, heterogéneas y profundamente complejas”. Nesse sentido, olhar para o léxico de San Matias, significa compreender um repertório variado, constituído tanto por lexias do português quanto do espanhol, sem que isso represente uma ameaça a um dos sistemas, mas como um processo de enriquecimento para os falantes.

Análise

Aspectos metodológicos

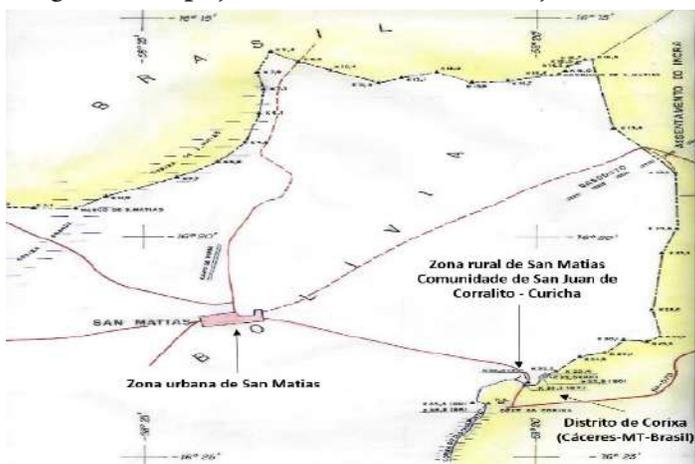
O princípio da pluridimensionalidade da análise da variação linguística relaciona a dimensão diatópica com a dimensão social. Assim, a análise aqui proposta procura evidenciar a diversidade lexical do espanhol matienho em razão do contato com o português documentado na tese de Silva (2022).

As lexias registradas não são vistas como “desvios”, mas efeitos de empréstimos lexicais decorrentes de práticas sociais produzidas na fronteira, tanto no espaço urbano quanto rural.

O questionário semântico-lexical (QSL) utilizado por Silva (2022) teve como base o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). A pesquisa⁴ abarcou quatro pontos de inquérito, sendo dois do lado boliviano - ponto 01 (zona urbana de San Matias) e o ponto 02 (San Juan de Corralito) - e dois do lado brasileiro, ou seja, o ponto 03 (Corixa) e o ponto 04 (zona urbana de Cáceres). Interessa-nos analisar os pontos 01 e 02 que contemplam o município de San Matias, sendo o ponto 02 constituído pela comunidade rural lindeira chamada San Juan de Corralito, também conhecida como Curicha.

4 Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) sob o parecer de ° 4.236.541.

Figura 01: Espaço urbano e rural fronteiriço de San Matias



Fonte: Mapa adaptado pelos autores

Como se pode observar pelo mapa acima, a comunidade de San Juan de Corralito está localizada na divisa entre os dois países, estabelecendo uma relação de maior proximidade com a comunidade cacerense chamada Corixa, com a qual mantém um forte intercâmbio familiar, social, cultural, comercial e linguístico, visto que o português ocupa um lugar de privilégio frente ao espanhol (SILVA, 2022).

A zona urbana encontra-se a 07 km de distância de Corralito. Embora, não esteja tão distante da divisa, o fato de ser um espaço mais desenvolvido e com a presença efetiva do Estado, faz com que o espanhol seja a língua predominante nas práticas sociais da população. Entretanto, tão pouco significa que outras línguas não sejam utilizadas, como é o caso do português, que para além do âmbito familiar, é usado nos comércios, em interações entre amigos, em igrejas evangélicas e outros ambientes cuja presença brasileira se faz presente. Dentro dessas condições de produção, buscamos no item a seguir, comparar as variantes lexicais registradas campo *acidentes geográficos*.

As variantes a serem analisadas correspondem as respostas de 08 informantes bolivianos, do sexo masculino e feminino, com grau de escolaridade correspondente ao ensino fundamental/médio completo e/ou incompleto, sendo 04 moradores da zona urbana e 04 moradores da zona rural.

Todo o tratamento dos dados foi realizado através do Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas [SGVCLiN], para as análises quantitativas quanto qualitativas.

O léxico de San Matias

Entende-se por empréstimo lexical, um fenômeno de contato em que itens lexicais da língua A são tomados de empréstimo da língua B, podendo adaptar-se ou não à língua receptora.

Um dos fatores que influencia a ocorrência de empréstimos lexicais se deve ao prestígio da língua-fonte em relação a língua-receptora. No caso da fronteira entre San Matias e Cáceres, Silva (2022) verificou que o português brasileiro goza de muito prestígio na região, razão que justificaria, por exemplo, o uso de determinadas expressões populares brasileiras no lugar de expressões típicas regionais bolivianas.

De acordo com Castillo Fadic (2002), a influência da língua prestigiosa ocorre tanto de modo direto, isto é, das práticas sociais estabelecidas diariamente entre os sujeitos fronteiriços, como de modo indireto, por meio dos meios de comunicação como a Tv, o rádio e as redes sociais.

Cuéllar e Yavari (2008) explicam que os primeiros sinais de transmissão de Tv em San Matias ocorreram em 1979 através da antiga Rede Tupi, posteriormente, pela rede Globo, SBT entre outras. Conforme relatos dos entrevistados, as famílias matienhas passaram – e ainda passam- muito tempo assistindo a programação brasileira em detrimento da boliviana. Há um interesse apenas sobre as notícias locais e nacionais, ficando a parte de entretenimento, esportes, novelas, desenhos animados com a programação brasileira.

Os entrevistados disseram que os canais de Tv representam o meio pelo qual aprendem português. Além disso, também aprendem através das redes sociais, sobretudo, pela convivência com brasileiros que moram em San Matias ou quando vão a Cáceres visitar familiares ou em busca de serviços de saúde, realizar compras e por lazer.

Essa exposição ao português brasileiro tem contribuído fortemente para a produção de empréstimos lexicais. Essa realidade revela, conforme Savedra

(2021), um contexto de plurilinguismo tanto individual quanto coletivo, pois, o matienho estabelece uma relação com diferentes línguas em função da necessidade para comunicar-se com brasileiros, além de significar-se como sujeito fronteiriço que tem um domínio ativo/passivo em outra(s) língua(s) além do espanhol.

Para o campo semântico a ser analisado, Silva (2022) formulou a seguinte questão:

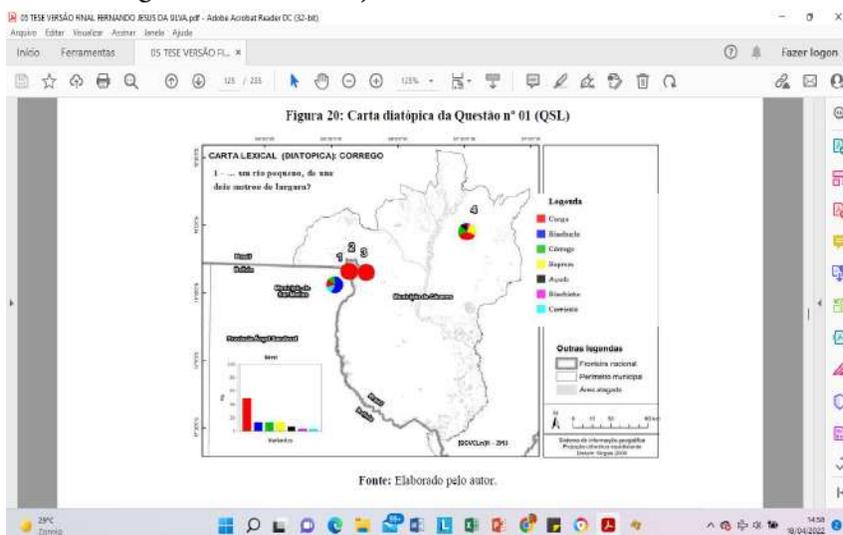
Tabela 01: Questões para análise

Questão	Campo semântico
Questão 01.Como se chama um rio pequeno, de uns dois metros de largura?	Acidentes geográficos

Fonte: Tabela elaborada pelos autores

Dentre as respostas obtidas encontramos duas variantes dicionarizadas na língua portuguesa, ou seja, *corgo* e *córrego*, bem como duas dicionarizadas na língua espanhola⁵, a saber, *riachuelo* e *corriente*.

Figura 02: Distribuição das variantes em San Matias



Fonte: Silva (2022)

5 Para a consulta das lexis analisadas, utilizamos os seguintes dicionários virtuais: Dicionário de Português. Fonte: <https://michaelis.uol.com.br>; Dicionário da Real Academia de Língua Espanhola: Fonte: <https://dle.rae.es/>

Como podemos observar no mapa acima, no ponto 01 (zona urbana de San Matias) há um maior número de variantes lexicais em comparação ao ponto 02 (zona rural de San Matias), em que predomina a variante *corgo*.

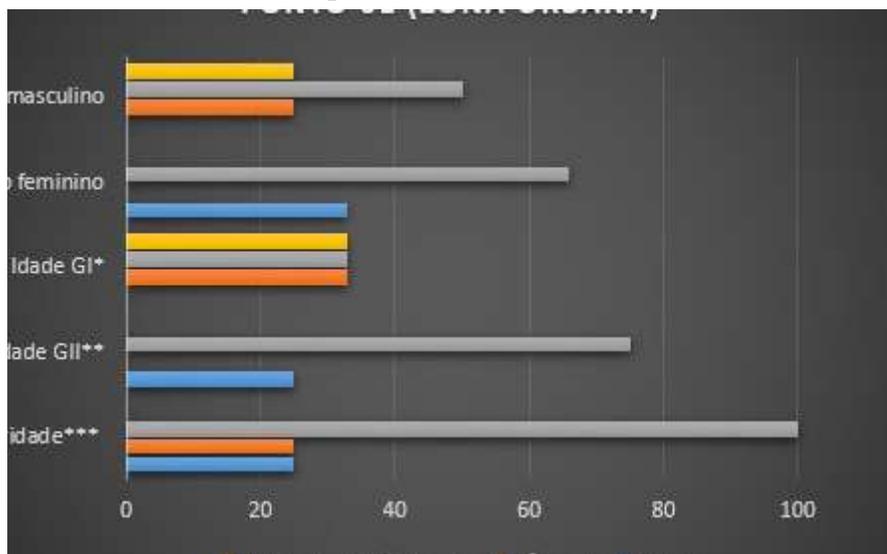
Um detalhe interessante é que no ponto 01 foram registrados tanto as variantes *corgo* quanto *córrego*, demonstrando que há uma diversidade maior de lexias tomadas do português para referir-se ao rio pequeno.

Entretanto, é notório que no ponto 02 não há nenhum traço lexical do espanhol registrado, a diferença do ponto 01 em que concorrem com as formas do português as variantes *riachuelo* e *corriente*.

Do ponto de vista diatópico, podemos inferir que o ponto 02 tende a ser muito mais afetado pelo português que o ponto 01 pela produtividade lexical da variante *corgo* (100%), em comparação as ocorrências do ponto 01: *corgo* (14%) e *córrego* (14%).

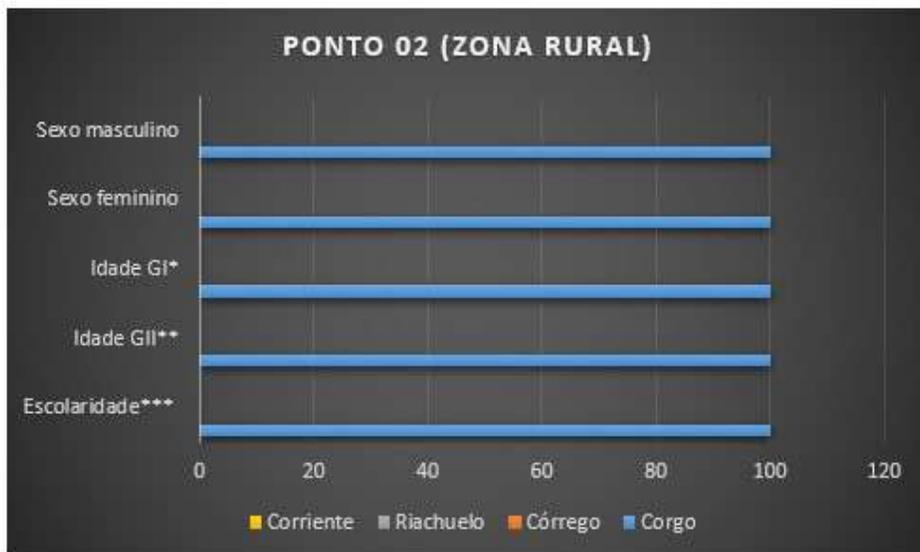
A proximidade entre San Juan de Corralito e a comunidade rural fronteiriça brasileira de Corixa é um fator que influencia essa alta produtividade de *corgo* em relação as demais variantes. Com relação, a dimensão social (sexo, idade, escolaridade), vejamos de que maneira essas lexias estão distribuídas:

Gráfico 01: Presença de traços do português conforme variáveis sociais no ponto 01 (zona urbana)



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores

Gráfico 02: Presença de traços do português conforme variáveis sociais no ponto 02 (zona rural)



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores

Os dois gráficos apresentam um contraste bem marcante quanto aos condicionadores sociais, visto que há uma uniformidade no ponto 02 em relação a uma diversidade no ponto 01. A respeito do fator sexo, observa-se que no ponto 01 as mulheres uma preferência maior pela variante *riachuelo* (67%) comparado aos homens.

Quanto a faixa etária, nota-se um equilíbrio na escolha lexical dos informantes mais jovens, preponderando, entretanto, uma preferência pelas lexias do espanhol. Em relação aos informantes mais velhos, a escolha incide majoritariamente sobre a variante *riachuelo* (67%) juntamente com a lexia *corgo* (20%).

Esses dados revelam que o uso de lexias do espanhol tem aumentado nas gerações mais jovens na zona urbana, ao passo que na comunidade de San Juan Corralito, essa diferença inexistente, ou seja, há uma atitude mais conservadora a forma *corgo* do português e não a *riachuelo* do espanhol.

A respeito da escolaridade, os informantes com ensino fundamental/médio completo e/ou incompleto do espaço urbano tendem a usar a variante *riachuelo* em detrimento de *corgo*, forma predominante na zona rural fronteiriça.

A resposta para essa disparidade pode estar relacionada a influência escolar de cada zona, ou seja, do lado urbano pelo sistema educativo boliviano e na zona rural, pelo sistema educativo brasileiro, visto que muitos alunos da Escola Municipal Marechal Rondon são oriundos de San Juan de Corralito.

Segundo os moradores entrevistados da zona urbana, o repertório lexical dessa zona se difere da zona rural lindeira por ser mais conservador, isto é, que detém um respeito a norma local, enquanto que as comunidades localizadas na divisa estariam “corrompendo” a língua por apresentar um léxico “mesclado”.

A mescla aqui é vista nesse sentido como sinônimo de “desvio”, portanto, algo negativo que deve ser corrigido para não afetar a norma local do espanhol, conseqüentemente, toda uma tradição linguística, embora esta seja produto, como vimos, de intercâmbios históricos entre brasileiros e bolivianos.

A presença do português em San Matias é uma realidade que não cabe mais nas cortinas de políticas linguísticas que visam silenciá-lo. A dicotomia existente entre uma variedade urbana e uma variedade rural em função de certos usos linguísticos por influência do português revelam o seu uso para além dos limites territoriais brasileiros.

Conclusões

Por meio da análise do campo semântico *acidentes geográficos*, podemos concluir que se trata de um exemplo dos efeitos do contato linguístico entre o português e o espanhol em San Matias.

A toponímia do lugar, apesar de ser uma região pantanosa, favorece o trânsito entre os sujeitos pelos córregos e por ambientes secos, onde constantemente intercambiam produtos, além de realizar atividades culturais e religiosas juntos.

O fato de San Juan de Corralito estar inscrito geograficamente nesse espaço e pela sua relação com a comunidade brasileira de Corixa, o uso de *corgo* é mais significativo do ponto de vista linguístico, familiar e de amizade que *riachuelo*.

Silva (2022), constatou que na franja que circunscreve as comunidades lindeiras em San Matias, o português ocupa, para além de uma língua estrangeira, o lugar de vernáculo, ao passo que o espanhol o lugar de língua veicular, utilizada

sobretudo nos contextos comunicacionais urbanos dado a distância que separa os dois pontos investigados.

Lipski (2011) em suas pesquisas sobre as fronteiras entre o Brasil e os países de língua espanhola, demonstra que muitas variedades de espanhol são híbridas, ou seja, apresentam algum elemento do português brasileiro.

O léxico é, dentre todos os níveis da língua, o mais afetado em uma situação de contato. Em se tratando de fronteira, fica mais evidente alternâncias lexicais, que para além de “desvios” significam a fluidez exercida pelas línguas em contato.

É necessário problematizar noções como “desvio”, “erros” e “interferências” para justificar uma “possível” ameaça as línguas no espaço fronteiriço. É fundamental esclarecer que o intercâmbio cultural, social e linguístico constitui as relações entre os sujeitos fronteiriços, e que o surgimento de novas formas materializam o processo natural de transformação de qualquer língua.

Reconhecer o português como sendo parte da paisagem linguística de San Matias é fundamental para evitar gestos de preconceito linguístico sobre a fala dos moradores das comunidades lindeiras, logo, representa um avanço quanto aos direitos linguísticos de todos os sujeitos fronteiriços, tanto brasileiros quanto bolivianos.

Referências

CASTILLO FADIC, M. N. El préstamo léxico y su adaptación: un problema lingüístico y cultural. In: *Onomázein*, núm. 7, pp. 469-496 Pontificia Universidad Católica de Chile Santiago, Chile, 2002.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO, ALiB. Atlas Linguístico do Brasil. Questionários 2001.2.ed. Londrina: Eduel, 2001.

CUÉLLAR, F.P & YAVARÍ, F.R. **San Matías, la esperanza de la libertad**. Santa Cruz de La Sierra, Bolívia: Sirena, 2008.

CHAMBERS, J.K; TRUDGILL, P. **La Dialectología**. Tradução de Carmen Morán González, Madrid: Visor libros, 1994.

LABOV, W. (1972). O estudo da língua em seu contexto social. IN: **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline R. Cardoso. São Paulo, SP: Parábola, 2008. p.215-300.

LIPSKI, J. M. **Encontros fronteiriços espanhol-português**. Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE. v.13, nº 02, Foz do Iguaçu, p.83-100, 2011.

MARCELINO CARDOSO, S. A; ANDRADE MOTA, J. **Percursos da Geolinguística no Brasil**. *Linguística*, Montevideo, v. 29, n. 1, p. 115-142, 2013.

OLIVEIRA, G.M. **Línguas de fronteira, fronteiras de línguas: do multilinguismo ao plurilinguismo nas fronteiras do Brasil**. Revista GeoPantanal. UFMS/AGB, Corumbá/MS, n. 21, p. 59-72, Jul./Dez. 2016.

PALACIOS, A. El factor «adquisición incompleta» en el contacto de lenguas. En Gómez Seibane, Sara; Sánchez Paraíso, María; Palacios, Azucena (en prensa). **Traspassando lo lingüístico: factores esenciales en el contacto de lenguas**. Madrid/Frâncfort: Iberoamericana/Vervuert. 46 Lengua y Sociedad, 2021.

REIS, R. C. P. **Variação linguística do português em contato com o espanhol e o guarani na perspectiva do atlas linguístico-contatual da fronteira entre Brasil/Paraguai** (ALF-BR PY). Tese (Doutorado), Londrina, UEL, 2013.

SALA, M. **Lenguas en contacto**. Ed. Gredos, 2.ed. México, 1986.

SAVEDRA, M. M. G.; CHRISTINO, B.; SPINASSÉ, K. P.; ARAUJO, S. S. DE F. **Estudos em Sociolinguística de Contato no Brasil: a diversidade etnolinguística em debate**. Cadernos de Linguística, v. 2, n. 1, p. 01-28, 2021.

SEMINO, M. J. I. **La experiencia metodológica del atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay (ADDU)**. Revista Philologus, v. 15, n. 45, p. 71-91, 2009.

SILVA, F.S. **O contato linguístico entre o português o espanhol na fronteira Brasil-Bolívia: um estudo sobre variação lexical**. Tese de Doutorado (UNEMAT), Cáceres-MT, 2022.

SOUZA, A. C. S. **Africanidade e contemporaneidade do português de comunidades afro-brasileiras no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado), UFRGS, 2015.

STURZA, E. R.; TATSCH, J. **A fronteira e as línguas em contato: uma perspectiva de abordagem.** Cadernos de Letras da UFF, v. 26, n. 53, 15 jan. 2017.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística.** São Paulo: Ática, 2002.

THUN, H. La Geolinguística como linguística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay. *In: Actes du XXII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes.* Volume III, Bruxelles, 1998.

THUN, H.; FORTE, C. E.; ELIZAINCÍN, A. El atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU): presentación de un proyecto. *In: Iberoromania,* Tübingen, n. 30, p. 26-62, 1989.

VIAUT, A. La frontière linguistique de la ligne à l'espace : éléments pour une schématisation. *In: Langue de frontières et frontières de langues. Revue de Sociolinguistique en ligne.* N° 4. Julho, 2004.

WEINREICH, U. [1953]. **Languages in contact.** Findings and Problems. The Hague, Paris, New York, Mouton, 1986.

O PAPEL DA INSTRUÇÃO *EXPLÍCITA E IMPLÍCITA* NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE L2

THE ROLE OF EXPLICIT AND IMPLICIT INSTRUCTION IN THE L2 TEACHING/LEARNING PROCESS

Laís Caroline S. Cruz¹
Jéssica de Lima Fernandes²
Joara Martin Bergsleithner³

Recebimento do Texto: 22/02/2021

Data de Aceite: 18/03/2022

RESUMO: O objetivo central desta pesquisa é investigar que tipo de instrução pode ser mais benéfica no processo de ensino/aprendizagem de L2, a explícita ou a implícita, ao se ensinar uma estrutura gramatical complexa, o Futuro Perfeito. O estudo conduz uma pesquisa quantitativa com 31 alunos de uma escola pública do DF, que foram divididos em dois grupos, experimental e controle. Ambos os grupos foram submetidos a testes, a fim de se verificar tanto o conhecimento prévio quanto o conhecimento adquirido da estrutura alvo após as instruções. Com base nos resultados, nenhuma das instruções se mostrou ser estatisticamente mais benéfica que a outra para o processo de ensino/aprendizagem da estrutura alvo na L2. Entretanto, a instrução explícita se mostrou ser ligeiramente mais benéfica a curto prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Instrução explícita. Instrução implícita. Ensino/aprendizagem de L2. Futuro perfeito.

ABSTRACT: The main objective of this research is to investigate which type of instruction can be more beneficial in the L2 teaching/learning process, explicit or implicit, when teaching a complex grammatical structure, the Future Perfect Tense. The study conducts a quantitative research with 31 students from a public school in the Federal District, who were divided into two groups, experimental and control. Both groups were required to do tests in order to verify both the prior knowledge and the knowledge acquired of the target structure after the instructions. Based on the results, none of the instructions proved to be statistically more beneficial than the other for the teaching/learning process of the target structure in L2. However, explicit instruction indicated to be slightly more beneficial in the short term.

KEYWORDS: Explicit instruction. Implicit instruction. L2 teaching/learning. Future perfect.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Brasília (PGLA/UnB), Licenciada em Letras/Inglês e Respectiva Literatura pela Universidade de Brasília (UnB).

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília (POSLIT/UnB), Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário ICESP de Brasília e Licenciada em Letras/Inglês pela UnB.

3 Doutora em Letras/Inglês e Literatura Correspondente pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2007); Realizou seu estágio de Pós-Doutoramento, na Georgetown University, Washington, DC (2015-2016); é Professora Associada III do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília (LET/UNB), do Instituto de Letras - Graduação e Pós-Graduação, e Vice-Coordenadora do Programa de Mestrado (PGLA/UnB).

Introdução

A maioria dos professores de inglês como segunda língua (L2), especificamente a língua inglesa, preocupa-se principalmente com a forma metodológica de instruir seus alunos, e ainda, com a forma que eles aprendem a língua com mais precisão e eficácia (CELCE-MURCIA, 1992; ELLIS, 1994, 2015b). Muitas vezes, o aprendizado do aluno se adequa ao tipo de instrução que ele recebe do professor, quer seja explícita, quer seja implícita. Como os indivíduos têm diferenças individuais, ao aprender uma língua ou qualquer tipo de aprendizagem, eles aprendem de formas diferentes; e, um dos vários fatores envolvidos no processo de aprendizagem pode estar relacionado ao tipo de instrução recebida em sala de aula (DOUGHTY, 1991; ELLIS, 1993, 1994, 2008, 2015a, 2015b). Por essa razão, o objetivo central desta pesquisa é investigar que tipo de instrução poderia ser mais benéfica no processo de ensino/aprendizagem, se a instrução explícita ou a instrução implícita. Com base nessa premissa, este estudo investigou diferentes tipos de instrução no processo ensino/aprendizado de inglês/L2 no Brasil. O estudo foi conduzido através de uma pesquisa de cunho quantitativo, envolvendo 31 participantes, alunos de Ensino Médio, que foram divididos em dois grupos. Cada grupo recebeu um tipo de instrução, explícita e implícita. Foram aplicados testes em ambos os grupos, para aferir qual instrução poderia ser mais benéfica no processo ensino/aprendizagem.

Revisão de Literatura

O foco principal da pesquisa sobre tipos de instrução em L2 tem questionado: (a) se a instrução faz ou não diferença no aprendizado de uma L2 em contextos formais e (b) quais tipos de instrução são mais eficazes para promover esse aprendizado (DOUGHTY, 1991; ELLIS, 1993, 1994, 2008, 2015a, 2015b; LONG, 1991a). Long (1991b, 1997) e Long e Robinson (1998) propuseram que as opções de instrução podem ser divididas em três tipos: focada no significado, nas formas ou na integração de ambas forma e significado, simultaneamente. De acordo com Long (1991b), a instrução baseada com foco no significado pressupõe que a exposição à informação e o uso significativo da L2 podem levar à aquisição incidental

do sistema da L2. Instrução que espera que os alunos se concentrem em formas isoladamente (*Focus on forms* ou instrução FonFS) pressupõe que os formas da L2 podem e precisam ser ensinadas explicitamente em uma sequência externamente orquestrada de acordo com a complexidade linguística. Por fim, a instrução que sugere que os alunos se concentrem em formas integradas no significado (*Focus on form* ou instrução FONF) foca em intervenções breves e reativas que, no contexto da comunicação significativa, atraem a atenção dos aprendizes para aspectos formais de uma característica linguística, em situações contextualizadas, envolvendo forma e significado, simultaneamente (ELLIS, 2008, 2015a).

O estudo intitulado *Effectiveness of L2 Instruction: A Research Synthesis and Quantitative Meta-analysis* (NORRIS; ORTEGA, 2000) consiste em uma síntese de pesquisa primária sobre a eficácia da instrução em L2, com dois propósitos em mente. Primeiro, o de sintetizar o estado dos métodos de pesquisa experimentais e quase-experimentais e as práticas de relatórios dentro do domínio dos estudos que investigam a eficácia instrucional da L2, e, o segundo, de fornecer um resumo quantitativo dos resultados sobre diversas variáveis de interesse geral para a pesquisa sobre tipos de instrução em L2. Ao abordar esse propósito, foram abordadas técnicas de meta-análise para comparar os resultados do estudo quantitativo com base em uma escala comum (o tamanho do efeito). O estudo analisou publicações entre 1980 e 1998 e empregou procedimentos sistemáticos para síntese de pesquisa e metanálise para resumir as descobertas das investigações experimentais e quase-experimentais sobre a eficácia da instrução em L2. Dentre vários estudos, 49 estudos apresentaram dados suficientes para serem analisados. Esperava-se que essa meta-análise fornecesse uma representação precisa do que a pesquisa até agora encontrou sobre a eficácia instrucional em L2 e outras variáveis relacionadas. No entanto, uma parte substancial (37%) do corpo de pesquisa primária investigada não relatou as descobertas de uma maneira acessível para análise cumulativa adicional.

Conforme Norris e Ortega (2000), a instrução que incorpora técnicas explícitas (incluindo dedutivas e indutivas), que explicita as regras gramaticais, leva a efeitos mais substanciais do que a instrução implícita, que incorpora um foco na forma integrada no significado. Segundo o estudo dos autores, os resultados mostraram que ambas podem ser eficazes, embora as abordagens instrucionais

FonF e FonFS resultem em ganhos grandes e probabilisticamente confiáveis durante o curso de uma investigação, a magnitude desses ganhos difere muito pouco entre as duas categorias instrucionais. Finalmente, a ordem observada de eficácia para tipos instrucionais mais específicos (FonF explícita > FonFS explícita > FonF implícita > FonFS implícita) é sugestiva de pesquisas futuras necessárias. Ainda, Norris e Ortega (2000) justificaram que a instrução explícita poderia ser mais eficaz do que a instrução implícita nos estudos, devido à metodologia das pesquisas. Para eles, os testes aplicados para verificar a eficácia da instrução poderiam favorecer o tratamento explícito, um dos questionamentos que Dekeyser (2003) levantou em seu estudo, pois requer do aluno uma memória explícita ou o uso descontextualizado da L2.

Andrews (2007) traz em seu estudo dados empíricos sobre o efeito das instruções, explícita e implícita, de estruturas gramaticais complexas e simples no aprendizado. A discussão da análise mostra que a aplicação dos métodos, explícito e implícito, fazem diferença no aprendizado: “Houve um aumento significativo no aprendizado das formas gramaticais após a intervenção instrucional independentemente do método” (ANDREWS, 2007, p. 5). Os resultados mostram que o método, seja através da instrução explícita ou implícita, quando aplicado em regras particulares, faz diferença para a regra complexa, mas não faz diferença para a regra simples. Sendo assim, não importa o uso da instrução explícita ou implícita para a regra simples, apenas importa quando é uma instrução de regra complexa. É provável que as regras mais complexas sejam mais difíceis de serem induzidas, e, sendo assim, a instrução explícita pode beneficiar esse processo (ELLIS, 1994, 2018, 2015a, 2015b). Quando o estudo investigou se o nível de proficiência do aluno fazia diferença ou não, tanto no grupo implícito quanto no explícito, houve um aumento significativo de aprendizagem, independente do nível de proficiência dos alunos (FOTOS, 2002, apud ANDREWS 2007, p. 10). No entanto, os resultados demonstraram que houve um aumento maior no nível básico, onde os alunos foram capazes de aprender e reter regras complexas de forma induzida. Fotos (2002, apud ANDREW, 2007, p. 10) explica que o sucesso da instrução implícita depende da riqueza de oportunidades comunicativas em sala de aula e de muita exposição fora dela. Isso tudo coopera para manter a consciência da forma em alunos de L2.

Khamesipour (2015) afirma que a instrução implícita foi mais efetiva que a explícita no ensino de vocabulário através de leitura. O objetivo do seu estudo era investigar os efeitos dos dois diferentes métodos de instrução no ensino de vocabulário através da leitura em L2. Nesse caso, a instrução implícita sobressaiu a explícita no aprendizado de vocabulário pela leitura, pois a pesquisa mostra que as palavras são melhor adquiridas quando estão inseridas em um contexto e não quando são mostradas isoladamente. O autor, ainda, menciona Reber (1993) para explicar “que o aprendizado implícito é, de fato, um modo padrão de aprendizado, que acontece sem intenção, inconsciente e mais frequente como parte da nossa experiência diária” (apud KHAMESIPOUR, 2015, p. 1621).

No decorrer da revisão, podemos ver diversas abordagens para os tratamentos explícitos e implícitos, e cada uma delas agrega conhecimentos diferentes sobre a efetividade das instruções, assim como em qual contexto cada tratamento se aplicaria melhor. No entanto, conforme alguns autores (DEKEYSER, 2003; NORRIS; ORTEGA, 2000) apontam que há alguns problemas metodológicos na maioria dos estudos, que poderiam ter ocasionado pouca evidência sobre o tratamento mais eficaz para o aprendizado efetivo dos aprendizes de L2. Portanto, é importante que futuras pesquisas explorem melhor a metodologia para investigar a eficácia da instrução, a fim de se verificar os benefícios que os diferentes tipos de instrução poderiam trazer para a aprendizagem de L2.

Metodologia

O estudo conduz uma pesquisa quantitativa, com o intuito de verificar qual tipo de instrução, se explícita ou implícita, é mais benéfica em aulas de inglês/L2. As pesquisadoras deste estudo deram instrução do ponto gramatical alvo do estudo – *Futuro Perfeito* – para ambos os grupos. Cada grupo recebeu um tipo diferente de instrução (explícita e implícita). Além disso, alguns testes foram aplicados para nivelar e avaliar os grupos. Ainda, foi usado a escala *Likert*, a fim de se verificar o grau de certeza das respostas dos alunos e a eficácia dos dois tipos de instrução nos dois grupos.

Contexto da pesquisa

Para obter resultados e respostas acerca de qual processo de ensino/aprendizagem é melhor, se explícito ou implícito, foi feita uma quantitativa experimental, onde duas turmas de ensino médio, de uma escola pública do Centro-Oeste, foram escolhidas para participar da pesquisa. A primeira turma contou com 20 participantes e foi considerada como o Grupo Controle do estudo; já a segunda contou com 11 participantes, e foi considerada como o Grupo Experimental. Ambas as turmas contaram com estudantes do 3º ano do Ensino Médio, todos brasileiros estudantes da língua inglesa (L2), tendo o português como sua língua nativa (L1). Todos os processos para coleta de dados foram aplicados igualmente em ambas as turmas. O tópico gramatical escolhido foi o Futuro Perfeito e era um ponto gramatical do programa curricular da escola que ainda não tinha sido ensinado aos participantes da pesquisa. Após a definição do tópico, foi escolhido um texto para se analisar o Futuro Perfeito. Esse texto, intitulado “By the time...” (*BBC Learning English website*), continha a aplicação do ponto gramatical, para que pudesse ser trabalhado durante o tratamento instrucional (ANEXO 1).

Design da pesquisa

Foram criados e aplicados 3 testes (Vejam-se ANEXOS 2, 3 e 4), cada um com 10 questões objetivas com 5 alternativas cada, e a escala *Likert*, que é uma escala que avalia o nível de certeza dos participantes para cada resposta, a fim de reduzir a chance de um acerto por sorte. Para os testes, foram selecionados 10 verbos que apareceram no texto escolhido. Em todos os testes foram usados os mesmos verbos, porém em frases e ordens diferentes. São eles: verbos do Pré-teste (na ordem): *go, write, buy, have, travel, get, prepare, collect, dream, pass*; verbos do Teste Imediato verbos (na ordem): *write, buy, go, get, travel, prepare, have, collect, dream, pass*; verbos do Teste Posterior verbos (na ordem): *write, buy, go, get, not travel, have, collect, prepare, dream, pass*. O primeiro teste, *Pré-Teste*, foi aplicado previamente ao ensino do *Futuro Perfeito* para verificar se havia conhecimento prévio por parte dos alunos; o segundo, *Teste Imediato*, foi aplicado logo após a instrução, para verificar se houve aprendizado a curto prazo; e, o terceiro, *Teste*

Posterior, para verificar se houve aprendizado da estrutura alvo a longo prazo. Os testes foram espaçados em duas semanas entre eles, sendo que na primeira semana foi aplicado o *Pré-teste*, duas semanas depois foi dada a instrução do *Futuro Perfeito* e aplicado o *Teste Imediato*, e, por fim, após duas semanas, foi aplicado o *Teste Posterior*. É importante ressaltar que todos os testes foram elaborados de forma idêntica, propositalmente, e todos apresentavam 10 questões objetivas de marcar (*fill in the blanks*), com 5 alternativas (*a, b, c, d e e*) e somente uma delas era correta. O objetivo de manter o mesmo *design* para os três testes foi o de manter o mesmo nível de complexidade dos testes. Além disso, foram escolhidos 10 verbos para manter como padrão em todos os testes, para que os alunos aprendessem o uso dos 10 verbos específicos, os mesmos que eles foram testados nos testes.

Pré-Teste

No *Pré-Teste* (ANEXO 2), os participantes receberam um teste com 10 questões objetivas de marcar, com 5 alternativas (*a, b, c, d e e*), para avaliar o conhecimento prévio da estrutura alvo. Como critério de eliminação, os participantes que obtiveram acima de 4 acertos no *Pré-teste* foram eliminados, já que, para esta pesquisa, essa pontuação seria considerada como conhecimento prévio. Para reduzir a chance de um acerto por sorte, a escala *Likert* (ANEXO 5) foi usada da seguinte forma: cada questão do teste vinha acompanhada de uma escala com valores referente a 1 à 5 (nenhuma certeza, pouca certeza, média certeza, muita certeza e total certeza, respectivamente); o participante que acertasse a questão, mas marcasse pouca ou nenhuma certeza na escala (referente a 1 e 2 em uma escala de 5), a questão seria considerada como errada, e o participante que acertasse a questão e marcasse de média à total certeza (referente a 3 à 5 numa escala de 5), a questão seria considerada correta. Dessa forma, após o *Pre-test*, foram eliminados 9 participantes no Grupo Controle e 1 participante no Grupo Experimental, pois demonstraram conhecimento prévio ao ponto gramatical, restando, assim, 11 e 10 participantes em cada grupo, respectivamente.

Teste Imediato

duas semanas da aplicação do *Pré-teste*, houve a aplicação das instruções (explícita e implícita), uma em cada grupo, diferentemente, e, imediatamente após as instruções, a aplicação do *Teste Imediato* (ANEXO 3). A finalidade da aplicação desse teste é a de averiguar se houve aprendizado a curto prazo, ou seja, logo após o tratamento instrucional da estrutura gramatical alvo do estudo.

Teste Posterior

Após duas semanas, depois da instrução e do *Teste Imediato* (ANEXO 4), foi aplicado o teste posterior, com 10 questões, contendo os mesmos verbos dos testes anteriores com frases com o mesmo nível de complexidade para avaliar o conhecimento dos alunos após duas semanas da instrução. Após a instrução, os alunos não tiveram prática do Futuro Perfeito. O teste posterior foi feito para finalizar a coleta de dados e verificar se houve algum aprendizado em um prazo maior.

A instrução ou intervenção pedagógica

Dois tipos diferentes de instrução foram dados para os dois grupos:

A instrução implícita: os alunos receberam um texto para ler, o qual apresentava dez verbos no *Future Perfect*. O texto foi dado como *input* do tempo verbal, a fim de induzir o aluno a descobrir a regra por si só, implicitamente. Após a leitura, a professora fez perguntas sobre o texto, tais como o que eles entenderam pelo texto e qual é a ideia central. Logo, a professora pediu para eles circularem as partes do texto que trazem a ideia de futuro.

A instrução explícita: a professora entregou o mesmo texto previamente escolhido para os participantes lerem. Após a leitura, ela explicou explicitamente a estrutura gramatical do *Futuro Perfeito* e a aplicou no texto lido.

Design da análise de dados

Para realizar a análise de dados, primeiramente, foi feita uma descrição estatística dos dados e o gráfico a seguir representa essa descrição.

3.4. Análise de dados

Tabela 1

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
PRETEST	21	100,0%	0	,0%	21	100,0%
IMMEDIATE TEST	21	100,0%	0	,0%	21	100,0%
POSTTEST	21	100,0%	0	,0%	21	100,0%

A Tabela 1 auxilia a identificar se há algum participante, algum sujeito da pesquisa, com dados faltando. Nesse caso, os dados mostram que estão 100% completos.

Tabela 2

Descriptives			Statistic	Std. Error
PRETEST	Mean		,7619	,23810
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	,2652	
		Upper Bound	1,2586	
	5% Trimmed Mean		,6799	
	Median		,0000	
	Variance		1,190	
	Std. Deviation		1,09109	
	Minimum		,00	
	Maximum		3,00	
	Range		3,00	
	Interquartile Range		2,00	
	Skewness		1,033	,501
	Kurtosis		-,460	,972
IMMEDIATETEST	Mean		4,0476	,75428
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	2,4742	
		Upper Bound	5,6210	
	5% Trimmed Mean		3,9418	
	Median		3,0000	
	Variance		11,948	
	Std. Deviation		3,45653	
	Minimum		,00	
	Maximum		10,00	
	Range		10,00	
	Interquartile Range		6,00	
	Skewness		,614	,501
	Kurtosis		-1,088	,972
POSTTEST	Mean		2,7143	,72092
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	1,2105	
		Upper Bound	4,2181	
	5% Trimmed Mean		2,4630	
	Median		2,0000	
	Variance		10,914	
	Std. Deviation		3,30368	
	Minimum		,00	
	Maximum		10,00	
	Range		10,00	
	Interquartile Range		5,00	
	Skewness		1,115	,501
	Kurtosis		-,068	,972

A Tabela 2 mostra a real descrição dos dados. Os três testes foram investigados separadamente, apresentando, cada um, valores próprios. Assim, após a descrição dos dados, foi utilizado o Teste de Normalidade *Shapiro-Wilk*, que verifica a normalidade dos dados para determinar se são paramétricos ou não paramétricos.

Tabela 3

Tests of Normality

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
PRETEST	,377	21	,000	,707	21	,000
IMMEDIATETEST	,199	21	,029	,876	21	,013
POSTTEST	,252	21	,001	,800	21	,001

a. Lilliefors Significance Correction

Os valores demonstrados na Tabela 3, na última coluna especificamente, representam a significância do resultado. Para termos significância, esse valor deverá estar abaixo de 0,05 ($p < 0,05$). Entretanto, no teste de normalidade temos uma peculiaridade. Para que tenhamos normalidade, os valores da significância devem estar acima de 0,05 ($p > 0,05$), ou seja, que não haja significância no *Shapiro-Wilk*. De acordo com o gráfico, os valores do resultado deram abaixo de 0,05 ($p < 0,05$), apresentando significância. Portanto, os dados não possuem normalidade. Assim, devido aos dados não possuírem normalidade, foi utilizado o teste *Mann-Whitney*, para dados não-paramétricos. Esse teste irá fazer uma comparação entre as médias para investigar se há diferença significativa entre as médias dos grupos estudados, o grupo implícito e o explícito.

Tabela 4

Mann-Whitney Test

Ranks				
	GRUPOS	N	Mean Rank	Sum of Ranks
PRETEST	IMPLÍCITO	10	10,45	104,50
	EXPLÍCITO	11	11,50	126,50
	Total	21		
IMMEDIATETEST	IMPLÍCITO	10	8,50	85,00
	EXPLÍCITO	11	13,27	146,00
	Total	21		
POSTTEST	IMPLÍCITO	10	9,10	91,00
	EXPLÍCITO	11	12,73	140,00
	Total	21		

Test Statistics ^b			
	PRETEST	IMMEDIATETEST	POSTTEST
Mann-Whitney U	49,500	30,000	36,000
Wilcoxon W	104,500	85,000	91,000
Z	-,445	-1,777	-1,381
Asymp. Sig. (2-tailed)	,656	,076	,167
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,705 ^a	,085 ^a	,197 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: GRUPOS

A Tabela 4 representa os resultados finais do teste MANN-WHITNEY. Nas médias do ranks (primeira tabela, coluna – Mean Rank) pode ser identificado se houve diferenças entre os dois grupos. Entretanto, o teste estatístico analisa se essa diferença é real ou irrisória, significativa ou não significativa. Esse resultado é dado na segunda tabela (pretest = ,656 / immediatetest = ,076 / posttest = ,167) a partir do valor da significância (o valor de p). Para ser significativa, o valor de p deve ser menor que 0,05. De acordo com o resultado do teste, os valores são maiores que 0,05, indicando que a diferença entre os grupos implícito e explícito não é significativa, ou seja, a diferença das médias dos dois grupos não é uma diferença real.

Discussão dos Resultados

Respondendo à pergunta de pesquisa central deste estudo: “Que tipo de instrução poderia ser mais benéfica no processo de ensino/aprendizagem de aspectos formais em L2?”, os resultados mostraram que não há uma diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos. Ou seja, para o foco gramatical escolhido (Futuro Perfeito), nenhuma das instruções, implícita ou explícita, se mostrou ser significativamente mais benéfica para o processo de ensino/aprendizagem de L2. Entretanto, analisando a Tabela 3, sobre o teste de normalidade, podemos ver um aumento na média do resultado do teste imediato em relação ao pré-teste (de .000 para .013). Assim como, na tabela 4, sobre a diferença entre os dois grupos, para ter uma diferença significativa entre o grupo controle e o grupo experimental, o valor de p deve ser menor que 0.05. O valor referente ao resultado da diferença entre as médias dos grupos no teste imediato é de 0.076. Isso quer dizer que, após o tratamento instrucional, houve um aumento no aprendizado dos participantes nos grupos, e que, apesar de não ter relevância estatisticamente significativa, a instrução explícita ainda teve uma média maior, se mostrando ser mais benéfica a curto prazo, pois o resultado da diferença entre as médias se aproxima do valor necessário para ter significância. No entanto, no teste posterior, houve uma queda nas médias dos grupos, mostrando que o aprendizado a longo prazo no grupo controle foi menor que no grupo experimental.

Para explicar os resultados, um dos motivos pelos quais não tenha

ocorrido aprendizagem a longo prazo é que o ponto gramatical escolhido (*Futuro Perfeito*) apresenta uma regra complexa, o que dificulta a memorização e internalização das regras pelos aprendizes (CELCE-MURCIA, 1992; ELLIS, 2008, 2015a; 2015b). Os resultados corroboram com o estudo de Andrews (2007), quando a autora mostra que para regras simples o tipo de instrução explícita ou a implícita não faz muita diferença, mas para regras complexas sim, o tipo de instrução faz diferença. Nesse caso, a autora aponta que a instrução explícita pode beneficiar o processo de ensino/aprendizagem de regras complexas, por serem mais difíceis de serem induzidas. Neste estudo, devido à complexidade do ponto gramatical, o tratamento explícito se mostrou ser mais eficaz a curto prazo do que a longo prazo. No entanto, nenhum dos dois tratamentos se mostrou eficaz para este ponto gramatical específico a longo prazo. Entretanto, ambos os grupos apresentaram um aumento no escore dos testes, demonstrando, assim, que houve um certo aprendizado, uma vez que os aprendizes não tinham conhecimento prévio da estrutura alvo antes do estudo, como foi avaliado no pré-teste. Portanto, mesmo que os resultados não tenham sido estatisticamente significativos, ambas as instruções parecem ter sido de alguma forma benéficas no aprendizado de uma informação gramatical nova em L2, sobre o tempo verbal Futuro Perfeito, para os aprendizes deste estudo (NORRIS; ORTEGA, 2000).

Conclusão

O ensino de uma L2 pode ser feito de diversas formas, e cada aluno aprende de forma diferente, de acordo com o tipo de instrução recebida em sala de aula e com as suas diferenças individuais. O objetivo central desta pesquisa foi investigar qual tipo de instrução poderia ser mais benéfica no processo de ensino/aprendizagem de um ponto gramatical específico – o Futuro Perfeito, se a instrução explícita ou se a instrução implícita. Nos trabalhos revisados para fundamentar essa pesquisa, foi observado que a instrução explícita se apresentava ligeiramente melhor do que a implícita. A fim de se verificar os dois tipos de instrução nesta pesquisa, foi feito um estudo quantitativo envolvendo 31 participantes, alunos de Ensino Médio, que foram divididos em um grupo controle e outro experimental. Para ambos os grupos foram aplicados um pré-teste, duas semanas depois foi

ensinado o *Futuro Perfeito* na língua inglesa e aplicado um teste imediato, e por fim, após duas semanas, foi aplicado um teste posterior. Os resultados dos testes mostraram que houve um aumento na média do resultado do teste imediato em relação ao pré-teste, mostrando um certo aprendizado a curto prazo; no entanto, no teste posterior, houve uma queda nas médias dos grupos, mostrando que não houve aprendizado a longo prazo. Sendo assim, por ter sido de forma imediata mais eficaz pela técnica explícita, o resultado corrobora com Norris e Ortega (2000) que apontam que ambas instruções podem ser eficazes, porém a instrução explícita, que evidencia as regras gramaticais, poderia ser mais eficaz que a instrução implícita. O fato de a instrução explícita ter sido mais benéfica de forma imediata, considerando o futuro perfeito uma regra complexa, entra em conformidade com Ellis (1994, 2008, 2015b) ao afirmar que é provável que regras mais complexas sejam mais difíceis de serem induzidas, portanto a instrução explícita pode beneficiar esse processo e se mostrar mais eficaz que a implícita devido a complexidade do ponto gramatical. Além disso, os alunos receberam as instruções do futuro perfeito em uma única aula, confirmando o que sugere Andrew (2007), que afirma que o sucesso da instrução implícita depende da riqueza de oportunidades comunicativas em sala de aula e de muita exposição fora dela. No caso desta pesquisa, os alunos não foram expostos ao futuro perfeito no período entre o teste imediato ao teste posterior. Sendo assim, nenhuma das instruções, implícita ou explícita, se mostrou, estatisticamente significativa, ser mais benéfica que a outra para o processo de ensino/aprendizagem deste ponto gramatical específico em L2 (CELCE-MURCIA, 1992; DOUGHTY, 1991; ELLIS, 1993, 1994, 2008, 2015a, 2015b). Sugere-se, para futuras pesquisas, que a instrução seja investigada em estudos longitudinais e com uma amostra maior de participantes para se obter mais validade nos resultados estatísticos.

Referências

Andrews, K. (2007). *The effects of implicit and explicit instruction on simple and complex grammatical structures for adult English language learners*. Journal of TESL-EJ, 11(2).

Celce-Murcia, M. (1991). *Grammar pedagogy in second and foreign language teaching*. TESOL Quarterly, 25, 459-480.

Doughty, C. (1991). *Second language instruction does make a difference: Evidence from an empirical study of SL relativization*. Studies in Second Language Acquisition, 13, 431-469.

Ellis, R. (1993). *The structural syllabus and second language acquisition*. TESOL Quarterly, 27 (1), 91-112.

Ellis, R. (1994). *The Study of Second Language Acquisition*. Oxford: Oxford University Press.

Ellis, R (2008). Explicit Form-Focused Instruction and Second Language Acquisition. In: *The handbook of educational linguistics*. Edited by Bernard Spolsky and Francis M. Hult. Ed. Blackwell Publishing Ltd, 2008, Chapter 31, pp. 437-455.

Ellis, R. (2015a). The importance of focus on form in communicative language teaching. *EJAL Eurasian Journal of Applied Linguistics* 1(2) (2015) 1–12

Ellis, R. (2015b). *Grammar Teaching for Language Learning*. Auckland/Shanghai Babylonia 02/14 |babylonia.ch. pp. 10-15.

Khamesipour, M. (2015). *The effects of explicit and implicit instruction of vocabulary through reading on EFL learners' vocabulary development*. *Theory and Practice in Language Studies*, 5(8), 1620-1627

Long, M. H. (1991a). *The design and psycholinguistic motivation of research on foreign language learning*. In B. F. Freed (Ed.), *Foreign language acquisition research and the classroom* (pp. 309–320). Lexington, MA: D. C. Heath.

Long, M. H. (1991b). *Focus on form: A design feature in language teaching methodology*. In K. de Bot, R. Ginsberg, & C. Kramsch (Eds.), *Foreign language research in cross-cultural perspective* (pp. 39–52). Amsterdam: John Benjamins.

Long, M. H. (1997, March). *Focus on form in task-based language teaching*. Presentation at the Fourth Annual McGraw-Hill Teleconference in Second Language Teaching.

Long, M. H.; Robinson, P. (1998). *Focus on form: Theory, research, and practice*. In C. Doughty & J. Williams (Eds.), *Focus on form in classroom second language acquisition* (pp. 15–41). Cambridge: Cambridge University Press.

Norris, J. M.; Ortega, L. (2000), *Effectiveness of L2 Instruction: A Research Synthesis and Quantitative Meta-analysis*. Language Learning, 50: 417-528.

Skehan, P. (1989). *Individual differences in second-language learning*. London: Edward Arnold.

Spada, N. (1997). *Form-focused instruction and second language acquisition: A review and classroom and laboratory research*. Language Teaching, 30, 73-87.
<http://www.bbc.co.uk/learningenglish/english/course/intermediate/unit-26/session-4>

ANEXOS

ANEXO 1: TEXTO

By the time...

BBC Learning English went out onto the streets of London to find out about people's future plans. Here are some of their comments:

Uliana, Moscow, Russia

I'm already 27 years old. So I'll hopefully have gotten married by the next year and I'll maybe have had two children by my 32. I want to change my car as soon as possible, because, it's so old. It got dangerous riding by this. I'll have collected enough money in next

1.5 years.

In generally, we will have bought a country house with my future husband in 10 years and moved there for permanent living.

I am creasy about travelling. I try travel abroad twice a year. But it needs more time and money. Next three years I'll have probably gone to South America and Austria (for snowboarding).

Manuel Juan, Spain

In six months' time I'll have travelled to Greece with some members of my family. By the first days of next April we'll have prepared and packed our

luggage and will have dreamed with the landing in Athens airport.

We are looking forward to live, for a few weeks, in Greece, that legendary country. To know Athens, Piraeus' harbour, the Aegean Sea, Macedonia, etc will be gorgeous.

Ewa, Poland

By the end of this week I'll have written my tale story. What's about the further future? In one years' time I'll have hopefully made my way through my English and in five years' time I'll have maybe passed international exam at the alpine guide.

Fonte: <http://www.bbc.co.uk/learningenglish/english/course/intermediate/unit-26/session-4>

ANEXO 2: PRÉ-TESTE

1. They_____at six (not/go)
 - a. are not gone
 - b. are not go
 - c. will not have gone
 - d. not gone
 - e. have not go
2. They_____their essay by tomorrow (write)
 - a. have write
 - b. will have written
 - c. written
 - d. are written
 - e. will written
3. My father_____a new house by the time I return to Syria (buy)
 - a. have buy
 - b. buy
 - c. will bought
 - d. will have bought
 - e. have bought
4. They_____dinner by the time we get there (have)
 - a. will have had
 - b. have
 - c. had
 - d. are have
 - e. will had
5. We_____twenty miles more before we cross the frontier (travel)
 - a. has travelled
 - b. is travelling
 - c. travel
 - d. will have travelled
 - e. are have travelled
6. Your father_____a promotion before you join the company. He might be your boss. (got)
 - a. Has got
 - b. have gotten
 - c. will have gotten
 - d. gotten

- e. will gotten
7. By the time my wife gets home, I _____supper. (prepare)
- a. will have prepared
 - b. had prepared
 - c. prepares
 - d. have prepared
 - e. prepared
8. She _____the forms by the end of the day. (collect)
- a. have collected
 - b. will have collected
 - c. had collect
 - d. collected
 - e. will collected
9. After buying a ticket, I _____ with my first trip abroad. (dream)
- a. will dreamed
 - b. have dreamed
 - c. will had dreamed
 - d. will have dreamed
 - e. dreams
10. She _____in her English exam by the end of the day. (pass)
- a. will had passed
 - b. passed
 - c. will have passed
 - d. have passed
 - e. will passed

ANEXO 3: TESTE IMEDIATO

1. Three essays are too much. I _____ even one essay by the end of the week.

(write)

- a. will have written
- b. have written
- c. write
- d. are written
- e. will written

2. By this time next week, we _____ all the Christmas presents.

- a. will bought
- b. bought
- c. will have bought
- d. have buy
- e. have bought

3. There won't be anyone in the office. Everyone _____ home (go)

- a. will gone
- b. will have gone
- c. are gone
- d. go
- e. have gone

4. Sheila _____ the scholarships by the time she starts school in September.

(got)

- a. has got
- b. have gotten
- c. will gotten
- d. gotten
- e. will have gotten

5. Lisa is from New Zealand. She is travelling around Europe at the moment. So far she has travelled about 1,000 miles. By the end of the trip she _____

more than 3,000 miles. (travel)

- a. travelled
- b. had travelled

c. will have travelled

d. travel

e. have travelled

6. By this time tomorrow, Maria _____ the report (prepare)

a. prepared

b. had prepared

c. prepare

d. have prepared

e. will have prepared

7. _____ the grand opening by the time I come back next week? (have)

a. are you have

b. you have

c. had you

d. will you have had

e. will you had

8. He _____ his valuables downstairs tomorrow. (collect)

a. have collected

b. had collect

c. will have collected

d. collected

e. will collected

9. I _____ with my weeding until the big day. (dream)

a. Will dreamed

b. will have dreamed

c. will had dreamed

d. have dreamed

e. dreams

10. The rain _____ by the end of the day. (pass)

a. will had passed

b. will have passed

c. passed

d. have passed

e. will passed

ANEXO 4: TESTE POSTERIOR

1. The students _____ their essays by the end of next week. (write)

- a. have written
- b. will have written
- c. write
- d. are written
- e. will written

2. She _____ a new dress before the wedding takes place next week. (buy)

- a. will bought
- b. have bought
- c. bought
- d. have buy
- e. will have bought

3. They _____ at six. (go)

- a. will have gone
- b. will gone
- c. are gone
- d. has go
- e. have gone

4. _____ home by lunch time (got)

- a. She get
- b. Have she gotten
- c. will she have gotten
- d. gotten
- e. will gotten

5. She _____ to Japan with her husband (not/travel)

- a. not travelled
- b. had not travelled
- c. will not have travelled
- d. not travel
- e. have not travelled

6. Her sister _____ twins at the hospital (have)
- a. are having
 - b. have
 - c. had
 - d. will have had
 - e. will had
7. We _____ the clothes for the bazar by the end of the weekend. (collect)
- a. have collected
 - b. had collect
 - c. will have collected
 - d. collected
 - e. will collected
8. I _ the dinner before 8 o'clock. (prepare)
- a. will have prepared
 - b. had prepared
 - c. prepares
 - d. have prepared
 - e. prepared
9. She _____ with that position until the result on Saturday. (dream)
- a. will have dreamed
 - b. have dreamed
 - c. will had dreamed
 - d. will dreamed
 - e. dreamed
10. She _____ on the test by the end of the week. (pass)
- a. will had passed
 - b. passed
 - c. have passed
 - d. will have passed
 - e. will passed

ANEXO 5: ESCALA LIKERT

Marque a melhor alternativa que condiz com o seu nível de certeza ao responder essa questão:

- Total certeza
- Muita certeza
- Média certeza
- Pouca certeza
- Nenhuma certeza

A LÍNGUA AFIADA DA AURÉLIA

LA LANGUE ACÉRÉE D'AURÉLIA

Sheila Elias de Oliveira¹

Recebimento do texto: 15/10/2021

Data de aceite: 12/11/2021

RESUMO: Estabelecendo um diálogo entre estudos da enunciação, discurso e história das ideias linguísticas, este artigo apresenta uma reflexão sobre os saberes da *Aurélia, a dicionária da língua afiada*, obra publicada em 2006. Tendo como base a tipologia proposta por Paveau (2018) para caracterizar sujeitos não-linguistas produtores de saberes linguísticos, definindo um valor decrescente de “detenção de um saber linguístico”, Elias de Oliveira localiza os autores da *Aurélia* em um lugar próprio, que se situa entre o de “cientista não-linguista” (como os historiadores que trabalham com linguagem) e o dos “falantes engajados, militantes ou apaixonados” “centrados na descrição e na intervenção”. O gesto de intervenção da *Aurélia* no imaginário social sobre a língua, o dicionário e os sujeitos falantes a inscreve no que a autora propõe chamar de *lexicografia crítica*.

PALAVRAS-CHAVE: lexicografia crítica. falantes-lexicógrafos. saber linguístico.

RÉSUMÉ: À partir d'un dialogue entre les études de l'énonciation, du discours et de l'histoire des idées linguistiques, cet article présente une réflexion sur le savoir *d'Aurélia, a dicionária da língua afiada*, publié en 2006. En se basant sur la typologie proposée par Paveau (2018) pour caractériser les sujets non linguistes producteurs de savoir linguistique, définissant une valeur décroissante de « possession du savoir linguistique », Elias de Oliveira situe les auteurs *d'Aurélia* dans un lieu précis, situé entre celui du « scientifique non-linguiste » (comme les historiens qui travaillent sur le langage) et celui des « locuteurs engagés, militants ou passionnés » « centrés sur la description et l'intervention ». Le geste d'intervention *d'Aurélia* dans l'imaginaire social sur la langue, le dictionnaire et les sujets parlants inscrit ce dictionnaire dans ce que l'auteure propose d'appeler *la lexicographie critique*.

MOTS-CLÉS: lexicographie critique. sujets parlants-lexicographes. savoir linguistique.

¹ Professora doutora da UNICAMP.

O dicionário na história das ideias linguísticas

Auroux (1992, p.65) define *gramatização* como “o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua com base em duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. A ideia de gramatização é proposta pelo autor ao investigar o que denomina a *revolução tecnológica da gramatização*, um processo de treze séculos que tem no Renascimento europeu seu ponto de inflexão, no qual são descritas e instrumentadas línguas da Europa e dos países por ela colonizados. As gramáticas e os dicionários são as tecnologias que dão base a essa revolução; sua produção massiva não deixa intactas as práticas linguísticas humanas:

(...) do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do final do Renascimento (o contrário tornaria estes dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras). Isto significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas (AUROUX, 1992, p.69-70).

Como afirmei em reflexão anterior (ELIAS DE OLIVEIRA, 2018, p. 304), “a compreensão de que o saber produzido sobre as línguas nos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas dá visibilidade à força política desses instrumentos no movimento das línguas e das sociedades”.

No Brasil, a tomada de posição materialista no interior da história das ideias linguísticas levou a buscar a compreensão dos instrumentos linguísticos para além da revolução tecnológica descrita por Auroux. Outros instrumentos foram identificados e investigados, como materiais didáticos produzidos para o ensino do espanhol como língua estrangeira impulsionada pelo MERCOSUL a partir da década de 1990 (CARVALHO, 2015) e o Museu da Língua Portuguesa (SOBRINHO, 2013).

Essa tomada de posição possibilitou ainda, no que diz respeito aos

dicionários de língua, lançar o olhar sobre suas diferenças. Petri reflete sobre o dicionário regionalista, questionando em que medida ele pode ser compreendido como parte do processo de gramatização da língua portuguesa, já que não apresenta “como objetivo principal constituir-se como um ‘ pilar do saber metalinguístico’” no sentido entendido a partir de Auroux (PETRI: 2012, p. 31). Já Medeiros (2016) toma como objeto glossários para textos literários de autores africanos de língua portuguesa, considerando-os instrumentos de gramatização tanto da língua portuguesa quanto de línguas africanas em território angolano.

De minha parte, busquei refletir sobre o gesto de intervenção do *Dicionário inFormal* no espaço de enunciação do português do Brasil. Guimarães (2002, p. 18-19) caracteriza os espaços de enunciação como espaços políticos de funcionamento de línguas, “que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”.

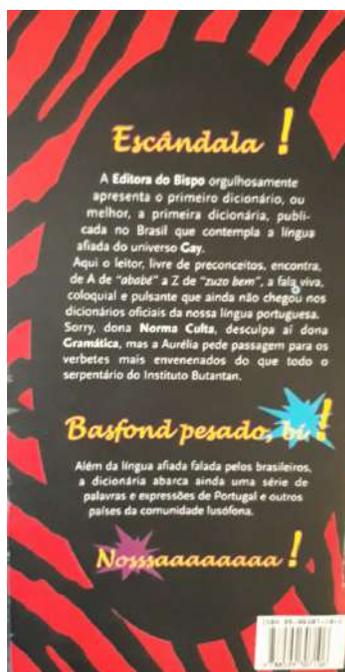
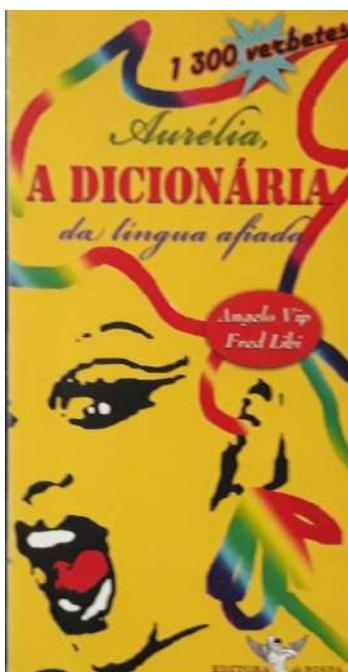
Em um primeiro momento (ELIAS DE OLIVEIRA, 2014), mostrei que o *inFormal* modifica a relação entre o falante brasileiro e a língua nacional e oficial do país, ao permitir a ocupação de uma posição de autoria (ORLANDI, 1996) do falante na construção de um saber sobre a língua, e possibilitar uma escrita criativa que desloca sentidos sobre a língua e o dicionário, projetando um olhar crítico sobre a língua e a sociedade. Em um segundo momento (ELIAS DE OLIVEIRA, 2018), inscrevi o *inFormal* em um conjunto de saberes sobre a língua que constituem um novo momento da gramatização no Brasil. Neste novo momento, identifico hoje um movimento de popularização da língua nacional e do saber sobre ela, do qual fazem parte tanto o *Dicionário inFormal* quanto o Museu da Língua Portuguesa.

Os estudos feitos no Brasil indicam que a gramatização tem uma dimensão e uma complexidade maiores do que Auroux identificou na revolução tecnológica realizada pela Europa. É preciso investigá-la levando em conta o movimento político contraditório entre o objeto real e o objeto de conhecimento. Fazer história das ideias é “historicizar essa contradição, dando visibilidade às suas condições de produção e aos seus efeitos” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2018). No que toca ao *inFormal* ou à *Aurélia*, que trago para esta reflexão, me interessa pensar a contradição entre a língua tomada como objeto de conhecimento nesses instrumentos e nos dicionários gerais tradicionais de língua.

O saber da *Aurélia* expõe o olhar dos leitores à língua do “universo Gay”. Ao fazê-lo, reivindica o reconhecimento da existência de uma língua gay, que tem sido alijada dos dicionários tradicionais como parte da língua portuguesa. Junto à reivindicação de reconhecimento da língua, está a reivindicação de reconhecimento dos sujeitos LGBTQI+ como parte constitutiva da sociedade. Com esse gesto, a *Aurélia* intervém no espaço de enunciação do português do Brasil, ao produzir, como todo dicionário, um saber sobre a língua e a sociedade, e sobre a língua como parte da sociedade (COLLINOT & MAZIÈRE, 1997).

Vamos, então, à língua afiada da *Aurélia*.

A dicionária brasileira



Aurélia, fotos da capa e contracapa.

Aurélia, a dicionária da língua afiada foi lançada em 2006, pela Editora do Bispo², que na capa aparece como Editora da Bispa, num gesto político inclusivo

2 Em 2006, a Editora do Bispo publicou também *Por que se mete, porra? Delicadezas de Paulo César Pereio*, uma autobiografia do ator; lançou também a tradução de Clarah Averback para o provocador *Manual para fazer das crianças pobres churrasco*, do irlandês Jonathan Swift. Os títulos indicam uma linha editorial contrária ao conservadorismo de elite tanto nos costumes como nas políticas públicas.

e bem-humorado, em sintonia com o título da obra. A alteração da marca morfológica de gênero estabilizada na língua é tematizada no primeiro verbete da *Aurélia* como um modo de dizer do universo Gay. A entrada lexicográfica é o artigo definido *a*:

no mundo gay, o artigo definido feminino é, em muitos casos, anteposto a substantivos próprios ou comuns do gênero masculino, sendo que, no caso dos comuns, o substantivo ele próprio também passa, se possível, para feminino, criando-se um neologismo”. Ex.: *A Pedro, a Mário, a Zezinho, a Robertão; a prédia, a fota, a relógia, a dicionária*” (*Aurélia*, p. 16, meu negrito).

A denominação *dicionária* desestabiliza sentidos dominantes no senso comum sobre a língua. Perguntas como: ‘por que dizemos *a gramática* e *o dicionário*, ou *a foto* e não *a fota*?’ podem surgir, e encontrar no arbitrário do signo saussureano uma resposta incompleta, já que nos levam a interrogar os critérios que (re)produzem as convenções linguísticas; a dominância do masculino como valor social positivo e hierarquicamente superior ao feminino estaria ligada às convenções linguísticas de gênero morfológico? A neutralidade atribuída ao masculino morfológico nas formas lexicográficas dos dicionários não produz um efeito de naturalização e com ela uma valoração positiva do masculino sobre o feminino? Não temos direito, como falantes, a reivindicar o feminino (ou a diversidade de gênero social) como valor social, rompendo convenções na sociedade e nas marcas linguísticas morfológicas de gênero?

O nome da *dicionária* foi questionado juridicamente pela família do lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda e pela editora que detém os direitos dos produtos *Aurélio* desde 2003. Na época, um dos autores da *Aurélia*, Victor Ângelo, afirmou que o nome era “uma homenagem ao *Aurélio*. Ele é pop. Tanto que quando você fala em um *Aurélio*, se refere a um dicionário”. A viúva de Aurélio Buarque de Holanda respondeu que a família dispensava a homenagem³. *Aurélia* não teve continuidade, mas a obra permanece, e de tempos em tempos pode ser

3 As declarações de Victor Ângelo e de Marina Baird Ferreira foram publicadas pelo Observatório da Imprensa, em matéria que anuncia a publicação da *dicionária* e aborda a polêmica com a família do dicionarista Aurélio Buarque de Holanda e a editora do *Aurélio*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/entrevistas/dicionario-gay-presta-homenagem-a-aurelio/>, consulta em 12/03/2020.

encontrada em sebos virtuais⁴.

Aurélia se apresenta como “o primeiro dicionário, ou melhor, a primeira dicionária publicada no Brasil que contempla a língua afiada do universo Gay” (*Aurélia*, 2006, contracapa). A nomenclatura compreende 1300 verbetes do vocabulário gay, que é buscado, segundo os autores, no Brasil e em países lusófonos, em pesquisas de dados e em conversas com gays: “além da língua afiada falada pelos brasileiros, a dicionária abarca ainda uma série de palavras e expressões de Portugal e outros países da comunidade lusófona” (*Aurélia*, contracapa). Vários vocábulos são identificados como do *bajubá* ou *pajubá*, português gay formado por palavras de línguas de origem africana.

Os lexicógrafos da *Aurélia* se identificam por pseudônimos: *Angelo Vip* (do jornalista Vitor Angelo) e *Fred Libi*, que não revela seu nome civil. Nas orelhas da dicionária, eles apresentam seus pseudônimos de maneira jocosa e em parte fantasiosa, mas sobretudo crítica à homofobia que atravessa suas vidas. Sobre Angelo Vip, lemos que “perseguido pela família por sua adoração excessiva à musa Carmen Miranda, Vip foi internado em duas clínicas para recuperação de homossexuais, onde passou o final de sua adolescência”. Sobre Fred Libi, lemos que “gay de nascença, refugiou-se nos estudos para entender melhor o mundo que o hostilizava. Foi destacado aluno do curso elementar e aos 15 anos já versava longas horas em poesia russa, arte dramática, matemática quântica e psicanálise”. Segundo esta versão, do mundo que hostiliza o “universo Gay”, Libi encontrou como saída a busca de conhecimento pelos estudos.

Produzir saber com a dicionária parece significar uma saída para os dois autores. A dicionária descreve suas entradas como elementos de uma “fala viva, coloquial e pulsante que ainda não chegou nos dicionários oficiais de nossa língua portuguesa” (*Aurélia*, contracapa). A intenção declarada é “levantar o maior número possível de termos ligados de alguma forma à cultura gay e lésbica e reuni-los num volume que retrate seus usos mais comuns na prática da NOSSA LÍNGUA PORTUGUESA!” (*Aurélia*, apresentação). As letras maiúsculas dão o recado: a língua dos falantes gays e lésbicas é também parte da “nossa língua portuguesa”. A *Aurélia* reivindica a legitimação desse vocabulário como parte da língua portuguesa, e por essa via a legitimação dos sujeitos falantes auto-

4 Agradeço a Anderson Braga do Carmo por ter encontrado a *Aurélia* e me presenteado.

identificados como parte do “universo Gay” ou da “cultura gay e lésbica” enquanto sujeitos que constroem a língua nacional e oficial dos países lusófonos, sobretudo o português do Brasil.

O texto da *Aurélia* e as ilustrações que percorrem a dicionária significam um discurso anti-moralista. As ilustrações incluem veados voadores, pernas cruzadas com um sapato feminino e um masculino, drag queens, casais gays, entre outras imagens livres do conservadorismo de gênero e de orientação sexual. Os verbetes, ao incluírem temas como práticas sexuais e comportamentos e sentimentos comuns a todos os seres humanos, mas que podem ser considerados imorais, como sexo, roubo, trapaça, inveja quebram um tabu por vezes encoberto sob a ideia de “politicamente correto”. A apresentação adverte: “este dicionário não tem a pretensão de ser politicamente correto. Muitos termos são chulos e pejorativos, podendo ser ofensivos para determinadas pessoas ou grupos. Nesse caso, recomendamos a interrupção imediata da leitura” (*Aurélia*, apresentação).

Na próxima seção, vamos percorrer alguns verbetes.

O “universo Gay” nos verbetes da *Aurélia*

Como vimos, o “universo Gay” da *Aurélia* inclui os falantes que representam a “cultura gay e lésbica”. Pelo que indicam os verbetes, essa cultura abrange o que hoje é siglatizado como LGBTQI+, incluindo diferentes identificações de gênero, como *genderqueer* e *transgênero*, ambas palavras-entradas da dicionária, e diferentes orientações sexuais, como indicam as entradas *gilete* e *GLBT*. É nessa diversidade que significa o que os autores então denominam “universo Gay” ou “cultura gay e lésbica”.

Se “universo Gay” significa a diversidade LGBTQI+, *gay*, como palavra-entrada lexicográfica, é definida como “homossexual masculino”; o verbete *gay* enumera outras 39 denominações para o sujeito gay masculino “com ligeira variação de sentido”: *baitola, bambi, bee, beesha, bi, biba, bicha, bill, biltra, bilu, boiola, cheine, culeiro, entendido, finóquio, frango, fresco, fruta, frutinha, gersina, goiaba, greta, bomiceta, homigina, laleska, lhuska, mancha, mona, mônica, paneleiro, peixe, poc-poc, potira, puto, quá-quá, qualira, tata, viado, xibungo*.

A enumeração de denominações no verbete *gay* inclui tanto nomes de

afeto compartilhados pelos próprios gays, como *bee* ou *bi*, quanto nomes que costumam ser enunciados em dizeres preconceituosos, como *boiola* ou *frutinha*, e ainda nomes divididos entre dizeres de afeto e de preconceito, como *viado* e *bicha*. Junto a essas várias denominações para o sujeito gay na contemporaneidade, divididas entre sentidos de afeto e de rejeição preconceituosa, o corpo do verbete significa a presença da homofobia na história, rememorando denominações relacionadas à chamada Santa Inquisição, encabeçada pela Igreja Católica na Idade Média e no início da Idade Moderna: “durante a inquisição, a igreja católica chamava qualquer biba de *somitigo* (com a var. *somítigo*), *sodomita*, ou *sodomítico*.

As denominações homofóbicas da Inquisição estão presentes em outros verbetes, como *sodomia*, *lésbica*, *lesbianismo*, *pênis* e *vagina*. *Sodomia* é definida como “coito anal hétero ou homossexual” e neste verbete o memorável⁵ da Inquisição significa o combate histórico ao prazer sexual: “Durante a inquisição, a igreja considerava sodomia todo ato sexual que não se destinasse à procriação e empregava os termos *tocamento desonesto*, *tocamento torpe*, *pecado nefando*, *trabalho nefando* ou simplesmente *nefando*” (Aurélia, p. 122). As denominações mostram que o combate ao prazer sexual na Inquisição o relaciona à desonestidade associada à desobediência das regras religiosas, as quais, por meio da ideia de pecado, projetam o sentimento de culpa. Sentidos ainda presentes em nossa sociedade.

A rememoração da Inquisição católica indica a presença histórica da homofobia nas sociedades heteronormativas e lembra que algumas religiões tentam impor seus dogmas como regras ao conjunto da sociedade, esquecendo que a fé deve ser uma escolha feita por identificação. *Aurélia* também inclui *homofobia* como entrada, definida como “medo irracional da homossexualidade” (Aurélia, p. 69). À irracionalidade da violência homofóbica, o “universo Gay” responde significando sua presença na sociedade pela diferença, como as entradas formadas por *bicha* ilustram.

Bicha é seguida de 33 entradas com compostos e derivados que designam

5 Segundo Guimarães, o presente da enunciação recorta, na história de enunciações de uma palavra, de um enunciado, o que ele representa como seu passado, e projeta um futuro de interpretação. Esse recorte é o que ele chama de memorável; inscrito na memória interdiscursiva, o acontecimento enunciativo configura “um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade) sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (...) nada há aí de projeção, de interpretável”. Esta latência de futuro “recorta um passado como memorável” (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

as bichas pelos seus modos de ser: *bicha-aeromoça*, *bicha alpinista social*, *bicha-barra-mulher*, *bicha- bicha*, *bicha-bofe*, *bicha-boy*, *bicha-cadela*, *bicha-carteirão*, *bicha de antiquário*, *bicha de blair (blér)*, *bicha de época*, *bicha de moema*, *bicha-envelope*, *bicha-fina*, *bicha louca*, *bicha-macha*, *bicha mauricinha*, *bicha-mocassim*, *bicha-mulher*, *bicha pão-com-ovo*, *bicha profunda*, *bicha quá-quá-quá*, *bicharoca (bicharóca)*, *bicha-saboeira*, *bicha-utilitária*, *bicha-viada*, *bicha-wallpaper*, *bicheca*, *bicheine (bichêine)*, *bichoca*, *bichuçu*, *bi confusa*, *bi-curious (bicúrius)*.

A dicionária nos mostra que as bichas diferenciam umas às outras por características como a idade (*bicha de época*, *bicha boy*), os modos efeminados ou masculinizados (*bicha-bicha*, *bicha-louca / bicha-bofe*, *bicha-macha*), os modos de vestir (*bicha mocassim*, *bicha-envelope*), o caráter (*bicha quá-quá-quá*, *bicheca*), entre outras. E assim vão distinguindo, de maneira bem-humorada, aquelas com as quais se identificam e aquelas das quais querem distância. A exposição das diferenças, sejam elas na aparência ou na conduta, conduz ao questionamento da homogeneidade com a qual são tratados os sujeitos LGBTQI+ na cultura homofóbica.

Várias entradas mostram que o vocabulário do universo gay muitas vezes frequenta a língua portuguesa de modo mais abrangente. Tomando apenas as letras ‘A’ e ‘B’ da dicionária, encontramos várias gírias: *abafar o caso*, *aranha*, *axoxique*, *babado*, *baba-ovo*, *baseado*, *bafo*, *bagulho*, *bagaceira*, *baranga*, *boa-noite-cinderela*, *bode*, *bofe*, *boquete*, *bronha*, *buceta*, *bufunfa*, *buzum*. A exposição desses vocábulos comuns a gays e héteros indica que há pontos de intersecção entre esses sujeitos. E que a homofobia, se ainda é dominante, não é o único modo de significar a relação com o “universo Gay” na sociedade; algumas das palavras comuns saem do vocabulário Gay para o vocabulário geral. Isso fica claro quando sua origem é o *bajubá* (ou *pajubá*). Exemplos de gírias do *bajubá* que migraram para a língua comum são o substantivo *caô* (truque/ mentira), a expressão idiomática *dar a elza* (roubar) e o verbo *desaqueendar* (deixar de lado/ esquecer/ ir embora).

O verbete *bajubá* nos ensina que ele,

baseado nas línguas africanas empregadas pelo candomblé, é a linguagem praticada inicialmente pelos travestis e posteriormente estendida a todo o universo gay. O

bajubá falado emprega uma mistura lexical (do próprio bajubá, do português e, em menor grau, do tupi) sobre a base gramatical e fonológica da língua portuguesa. [var.: *pajubá*]. (*Aurélia*, p.26)

A presença do bajubá na *Aurélia* mostra que a língua das travestis, sujeitos marginalizados, recorre a línguas de contato presentes no Brasil e que dizem respeito também a sujeitos marginalizados: línguas africanas empregadas em uma das religiões brasileiras de matriz africana, o candomblé, e o tupi, que rememora a existência dos povos originários no Brasil, existência esta que, assim como a dos sujeitos de origem africana, tem sido historicamente violentada. A resistência política gay no pajubá e na *Aurélia* significa a identificação com outros grupos colocados à margem do direito à igualdade e à dignidade humana por forças políticas anti-democráticas⁶.

Ao tematizar assuntos tabu, em grande parte ligados à sexualidade, *Aurélia* justifica o aposto “dicionária da língua afiada”, significando uma cultura gay que não se submete ao moralismo; os verbetes descrevem, por exemplo, órgãos e práticas sexuais (como já vimos com *pênis*, *vagina* e *sodomia*, mas que também encontramos em *edi*, *nicaô*, *DP*, *suruba*, entre outras entradas); a relação com drogas legais e ilegais (como em *pudim*, *oxanã* e *nóia*); ações escatológicas (como em *nenar* e *obrar*); trapaças, desejos ruins e maledicências (como em *elza*, *vuduzar*, *xoxar* e *veneno*). Também encontramos na *Aurélia*, em menor quantidade, o que não é tabu; por exemplo, a comida (*ajeum*), o sentir-se perdido (*ocotô*), o sucesso (*abalar*, *abravananar*), a mudança positiva (*cair na real*). Tanto nos temas tabus quanto nos não-tabus, a dicionária fala de ações, partes do corpo, objetos e sentimentos próprios do humano.

Uma dissertação de mestrado defendida no Amazonas sobre o bajubá lembra que “a identidade linguística é um forte fator para a identidade de gênero” (RÉGIS BARROSO, 2017, p.103). Na mesma direção, uma tese de doutorado sobre a *Aurélia* defendida no Rio de Janeiro inscreve sua língua e seu saber em um movimento de resistência em que os sujeitos LGBTs “dão outras cores às palavras”, ao serem “atravessados por uma linguagem em que a memória de raças/etnias (negra e indígena) e religiões marginalizadas produzem uma miscelânea linguística” (FARIAS DE MOURA, 2018).

⁶ Claro que o que vai da língua gay para a língua comum é muitas vezes significado como tabu. Mas há outros modos de acolhimento, exemplificados no que a *Aurélia* identifica como *heterobee*: “homem heterossexual masculino que usa palavreado gay entre seus iguais” (*Aurélia*, p. 69).

Essas pesquisas acadêmicas, assim como a *Aurélia*, constroem saberes sobre fatos linguísticos ainda pouco abordados como objetos de conhecimento na Linguística. Ao fazê-lo, interrogam o olhar da ciência linguística sobre as línguas e a linguagem humana. No que toca à *Aurélia*, a dicionária o faz inscrevendo-se no que proponho chamar de *lexicografia crítica*.

Na próxima seção, abordo esse modo de fazer lexicográfico.

Uma lexicografia crítica

O que proponho chamar de *lexicografia crítica* abrange obras lexicográficas que propõem um olhar não convencional sobre o que descrevem e sobre o dicionário, produzindo como efeito o questionamento dos objetos de saber, dos modos de construção do saber e da lexicografia tradicional. Dessa maneira, a lexicografia crítica intervém na relação entre falantes e línguas, abrindo a possibilidade de questionamento de sentidos, de saberes e de modos de fazer lexicográfico dominantes.

Um exemplo de dicionário crítico é *Casa das estrelas* (2013), de Javier Naranjo, fruto de uma vivência pedagógica do autor como professor de crianças entre 3 e 12 anos em escolas da periferia de Rionegro, na Colômbia. O título do livro é a definição de *universo* de uma das crianças-lexicógrafas. Mas não foi descartada pelo autor outra definição: “um universo é um concurso para as rainhas”, que nos aponta não só a polissemia da palavra, mas as diferenças no olhar que a infância, fora das prerrogativas do que se toma tradicionalmente como ‘definição lexicográfica’, permite significar. É assim que *tempo* ganha 25 definições, como estas que destaco: “o que corre sobre a vida”, “o que divide a gente”, “algo que acontece para lembrar”, “se deixar levar”, ou “um relógio que move e move uma mão até que se cansa”. E que *Igreja* pode ser “onde rezam por Deus e pelos mortos”, mas também “onde as pessoas vão perdoar Deus”.

Naranjo afirma ter corrigido das crianças apenas a ortografia e por vezes a pontuação. Ao dar voz e permitir a autoria⁷ no dizer das crianças, ele defende que elas “estão mais próximas da experiência poética que os adultos. [...]

Essa proximidade é o que eles nos contam quando escrevem e ainda não lhes

7 Para a Análise de Discurso, “porque assume sua posição de autor (se representa nesse lugar)”, o sujeito produz “um evento interpretativo”, “um lugar de interpretação no meio dos outros” (ORLANDI, 1996, p. 70).

impusemos nosso precário saber do mundo”. O autor desse projeto lexicográfico nos lembra que “[...] sem a voz da criança, não há descoberta possível, nem poesia, nem paraíso, nem dor, nenhum conhecimento, nenhuma comunhão”. *Casa das estrelas* torna visível nosso assujeitamento a discursos dominantes e a modos de definir que se projetam sobre os verbetes lexicográficos. A obra nos faz questionar a construção do conhecimento na escola e fora dela, a polissemia das palavras em relação à definição lexicográfica, e nos lembra da autoria possível na voz das crianças.

Outro dicionário crítico é o *Indicionário do contemporâneo* (2018). A orelha da obra a define como uma “antiantologia breve e aberta de conceitos que incidem de modo decisivo sobre o pensamento das artes e literaturas atuais, isto é, sobre poesia, política, imagem, espaço, tempo, ou, numa palavra, sobre a imaginação-pública-contemporânea”. Organizado e escrito coletivamente por acadêmicos latino-americanos da área de Teoria Literária, o *Indicionário* anuncia sua inconformidade ao padrão lexicográfico no título e também na forma: ele apresenta apenas seis verbetes, cujas entradas são um tanto imprevisíveis como termos da teoria literária: *arquivo, comunidade, endereçamento, o contemporâneo, pós-autonomia, práticas inespecíficas*. Segundo os organizadores, a proposição central é

discutir e levar a público um modo diverso e independente de discutir, de se posicionar, de propor e de pensar no interior dos chamados bancos universitários. Afinal, compartilhar com o leitor um trabalho coletivo sobre arte e política significa também intervir no mundo das ideias e das políticas estético-literárias do presente, entre vanguarda e instituição (PEDROSA et al., 2018, p. 13).

O *Indicionário* propõe uma intervenção política no pensamento contemporâneo sobre arte e literatura, e, ao construir um modo próprio de lexicografar a teorização literária, interroga o saber construído na lexicografia das línguas de especialidade, como é a língua da Teoria Literária.

Os dicionários a que tenho chamado *informais*, inspirada no nome do dicionário brasileiro posto no ar em 2006, o *Dicionário inFormal*⁸, também

⁸ <https://www.dicionarioinformal.com.br/>

se incluem na lexicografia crítica. Os informais constituem uma forma contemporânea de dicionarização das línguas produzida em plataformas on-line, na qual os falantes são convidados a atuar como lexicógrafos, propondo verbetes. O mais conhecido é o *Urban Dictionary*⁹, de Nova Iorque. Sem a regulação direta dos saberes acadêmicos, as definições nos dicionários informais podem ou não se comprometer com os empregos factuais das palavras na sociedade.

Como illustrei em análises anteriores (ELIAS DE OLIVEIRA, 2014; 2018), o nosso *Dicionário inFormal* permite o registro de novas palavras e o debate sobre as palavras da língua, uma vez que os verbetes não são substitutivos, mas cumulativos, nos expondo, assim, à divisão de sentidos presente na sociedade. Se, por um lado, o saber do *inFormal* não substitui o saber dos dicionários feitos por lexicógrafos profissionais, ao abrir espaço para o lugar enunciativo de falante-lexicógrafo, ele se opõe ao imaginário dominante no século XX segundo o qual “brasileiro não sabe falar português”. O *inFormal* intervém, desse modo, no espaço de enunciação da língua nacional e oficial do país.

Aurélia, a dicionária da língua afiada se inscreve nesse conjunto de dicionários críticos, ao dar visibilidade à língua de um grupo marginalizado, ao trazer temas e palavras-tabus para o saber lexicográfico, ao reivindicar a presença da língua gay na “NOSSA LÍNGUA PORTUGUESA”. Ela intervém, com um saber lexicográfico crítico produzido na linguística popular, no espaço de enunciação do português do Brasil.

A linguística popular ou folk linguistics da Aurélia

O conjunto de dicionários críticos que enumerei não são produzidos por linguistas. *Casa das estrelas* é assinada por um professor, provavelmente formado em Pedagogia, que convida crianças a ocuparem o lugar de falantes-lexicógrafas; o *Indicionário do contemporâneo* é elaborado por teóricos da literatura; os dicionários informais convidam falantes a lexicografar a sua língua; *Aurélia* é produzida por dois amigos gays, um deles jornalista, que lexicografam a língua gay.

A lexicografia tradicional, reivindicada pelos linguistas apenas em meados do século XX, tem sido elaborada mais por intelectuais dedicados a

⁹ www.urbandictionary.com

pensar a linguagem do que por linguistas¹⁰. Tradicionalmente, há, portanto, um lugar de dizer legitimado para os lexicógrafos reconhecidos como profissionais que inclui diferentes percursos de formação. Em comum, todos partilham o fato de serem considerados estudiosos da linguagem e da língua que lexicografam. Os lexicógrafos da *Aurélia* provavelmente não são estudiosos da linguagem e da língua portuguesa; são lexicógrafos da linguística popular, e como tais, empreendem uma pesquisa sobre a língua gay que dicionarizaram.

Paveau (2028, p. 17-18) propõe uma tipologia para caracterizar linguistas e não-linguistas produtores de saberes linguísticos, estabelecendo um valor decrescente de “detenção de um saber linguístico”. No lexicografia crítica da *Aurélia*, os autores parecem configurar um lugar próprio na tipologia proposta, situado entre o do “cientista não-linguista” (como os historiadores que trabalham com linguagem) e o dos “falantes engajados, militantes ou apaixonados” “centrados na descrição e na intervenção”. Sabemos que um dos autores da *Aurélia* é jornalista, e, portanto, trabalha com a linguagem, com a comunicação jornalística em língua portuguesa. Vimos também que os autores da *Aurélia* reivindicam a inclusão da língua gay da língua portuguesa. Eles podem ser considerados, nessa medida, engajados.

A *Prefácia*, assinada pelo fictício Dr. A. Jaccourd, também nos mostra que os lexicógrafos da *Aurélia* não são alheios à linguística e aos estudos da linguagem. Alguns linguistas são citados para uma discussão política da relação entre línguas e sujeitos falantes. Trubetzkoy, por exemplo, é evocado para lembrar a confusão das línguas já prevista na ideia bíblica da Torre de Babel; segundo a prefácia, “a confusão das línguas está diretamente ligada à instauração da pluralidade destas mesmas línguas e das culturas a estas relacionadas em determinado corte histórico”. A confusão (ou, podemos dizer neste caso, a divisão interna às línguas), é aí relacionada à pluralidade (ou melhor, à divisão) das culturas relacionadas às línguas.

10 No Brasil, nem Aurélio Buarque de Holanda nem Antonio Houaiss, autores dos dicionários gerais de grande porte mais conhecidos no país, eram linguistas. O popular *Aurélio* teve sua primeira edição publicada em 1975, e o *Houaiss* teve a primeira edição publicada em 2001. Aurélio, formado em Direito, foi durante anos professor de português. Houaiss, formado em Letras Clássicas, também foi professor de língua portuguesa. Ambos eram intelectuais estudiosos da língua portuguesa. Sua biografia se enquadra no perfil dos autores na lexicografia tradicional durante séculos. No Brasil, o primeiro dicionário geral de língua portuguesa de grande porte organizado por um linguista foi o *Dicionário de usos do português do Brasil*, de Francisco S. Borba, publicado em 2002.

Ao dar visibilidade à língua gay em sua integração ao português do Brasil, e em sua inclusão de línguas africanas e da língua tupi, *Aurélia* intervém nas relações de força do espaço de enunciação da língua nacional. Ela é um instrumento linguístico contemporâneo. Sua lexicografia crítica, produzida na linguística popular, questiona o modo como a lexicografia tradicional reforça o imaginário de unidade linguística a partir de exclusões linguísticas que são também exclusões sociais.

Referências

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

BORBA, F.S. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

CARVALHO, L. de. Reflexão sobre a gramatização do espanhol no Brasil: o mundo do trabalho. **REVERTE**, 2015, n.13, p.22-29.

COLLINOT, A. e MAZIÈRE, F. **Un prêt à parler : le dictionnaire**. Paris : PUF, 1997.

ELIAS DE OLIVEIRA, S. O Dicionário inFormal e a relação do falante com a língua. **Revista da Anpoll** nº37, Florianópolis, Jul./Dez. 2014, p.262-272.

ELIAS DE OLIVEIRA, S. O ‘Dicionário inFormal’ na gramatização do português do Brasil. In: RODRIGUES DE OLIVEIRA, R. R.; ELIAS DE OLIVEIRA, S.; RODRIGUES, M.L.; KARIM, T. M. (orgs.) **Linguagem e significação: práticas sociais**. Campinas: Pontes, 2018, vol.2, p.299-318.

FARIAS DE MOURA, J.R. Da sombra às cores: análise discursiva do dicionário LGBTs Aurélia. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, 147 pp.

FERREIRA, A.B.de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GUIMARÃES, E. (2002). **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, s.d.

HOUAISS, A. & VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**.

Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MEDEIROS, V. Cartografias das línguas: glossários para livros de literatura. **Alfa**, São Paulo, 60 (1), 2016, p.79-93.

NARANJO, J. **Casa das estrelas: o universo contado pelas crianças**. Tradução: Carla Branco. Rio de Janeiro: Foz, 2013.

ORLANDI, E.P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. São Paulo: Vozes, 1996.

PAVEAU, M.-A. Não linguistas fazem linguística? Uma abordagem antieliminativa das ideias populares. **Policromias**, dez. 2018, Ano III, p.21-45.

PEDROSA, C., KLINGER, D., WOLFF, J., CÂMARA, M. (orgs.) **Indicionário do contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

PETRI, V. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, 29, jan.-jul. 2012, p.23-37.

RÉGIS BARROSO, R. Pajubá: o código linguístico da comunidade LGBT. **Dissertação de mestrado**. Universidade do Estado do Amazonas, 2017,152 pp.

SOBRINHO, J.S.S. Museu da língua portuguesa: instrumento linguístico em tempos da ideologia do lazer. **Letras**, Santa Maria, v.23, nº 46, jan.-jul.2013, p.307-315.

VIP, A. & LIBI, F. **Aurélia, a dicionária da línguaafiada**. São Paulo: Editora da Bispa, 2006.

PARA A DEMOCRACIA, INTERVENÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA JÁ! UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA EM POSTS DO FACEBOOK

FOR DEMOCRACY, HISTORY TEACHER INTERVENTION NOW! A SEMANTIC-ENUNCIATIVE FACEBOOK POST ANALYSIS

Livia Cristina de Souza Sigliani¹
Adilson Ventura²

Recebimento do Texto: 28/09/2021

Data de Aceite: 25/10/2021

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir por meio da análise de quatro *posts* compartilhados no *Facebook*, os sentidos do termo professor de História e Intervenção militar e como o político se configura nessas relações de sentido. Para tanto, utilizamos o aporte teórico da Semântica do Acontecimento, teoria semântica enunciativa que parte do pressuposto da enunciação como um acontecimento de linguagem que produz sentido a partir de uma relação do sujeito com a língua, sendo essa relação uma prática política, pois instaura o conflito no centro do dizer. Os sentidos não são fixos, pois são constituídos na enunciação, e não são transparentes, pois o sujeito falante não tem controle sobre os sentidos daquilo que enuncia. Sendo assim, levantamos a hipótese de que os sentidos de professor de História e intervenção militar vão além da relação professor/aluno/ conteúdo. Para corroborar com nossa hipótese observamos um conflito de sentidos que apontam para questões que estão além do ensino dos conteúdos de História, pois são sentidos que remetem a questões de caráter e princípios.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica do Acontecimento. Professor de História. Intervenção militar. Político. Postagens do *Facebook*.

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss through the analysis of four posts shared on Facebook, the meanings of the term teacher of History and military intervention and how the politician is configured in these relations of meaning under the theoretical support of Semantic of Event, enunciative semantic theory that It starts from the assumption of enunciation as an event of language that produces meaning from a relationship between the subject and language, and this relationship is a political practice, since it establishes conflict at the center of speech. The senses are not fixed, because they are constituted in the utterance and are not transparent, because the speaking subject has no control over the senses of what he utters. Thus, we hypothesized that the teacher's senses of history and military intervention go beyond the teacher / student / content relationship. Corroborating our hypothesis, we observe a conflict of meanings that point to questions that are beyond the teaching of the contents of History, as they are meanings that refer to questions of character and principles.

KEYWORDS: Event Semantics. History teacher. Military intervention. Political. Facebook Posts.

1 Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: lisigliani@gmail.com

2 Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: adilson.ventura@gmail.com

Considerações iniciais

O apelo por parte dos movimentos autoritários de direita por “intervenção militar” como solução para a crise política e econômica do país vem paulatinamente ocupando diversos espaços e cooptando uma parcela da sociedade que defende o retorno dos ideais e das práticas ditatoriais que foram instauradas no país com o golpe civil-militar de 1964 (CARDOSO, 2018; COELHO, 2018). Diante de tal conjuntura, as redes sociais têm sido um dos espaços mais importantes de embate entre os movimentos pró-ditadura e os movimentos que são pró-democracia e essa discussão também se materializa na produção de posts em inúmeras páginas nas redes sociais. Um dos argumentos observados nesse conflito é o de que as pessoas que defendem a volta da ditadura militar desconhecem a História do Brasil.

Nesse sentido, pensamos a relevância dessa discussão, na medida em que ao realizarmos nossas análises, propomos uma reflexão acerca do grande debate que envolve os movimentos pró-ditadura e pró-democracia nas redes sociais e a importância da Educação e dos professores para a defesa da democracia, tendo em vista que o Brasil passa por uma grave crise política que ameaça as instituições democráticas, uma vez que o próprio presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, por meio de suas redes sociais já declarou defender a intervenção militar contra instituições democráticas como o Supremo Tribunal Federal – STF (BENITES e JIMÉNEZ, 2020). Outro fator importante a ser mencionado é a questão do Movimento Escola Sem Partido³, que ameaça a Constituição Federal e o direito do professor à liberdade de cátedra⁴ ao propor projetos de lei (PL) que promovem coações e perseguições aos professores no exercício da docência, inclusive aos professores de História⁵, objeto desta análise.

Tendo em vista a importância das redes sociais nessa contenda, propomos então analisar *posts* que circulam na rede social Facebook. Dado que esses *posts* constituem sentidos que circulam pela sociedade de maneira geral,

3 Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/> Acesso em : 01/02/2021

4 A liberdade de cátedra garante ao professor o direito de difundir seus conhecimentos no exercício do magistério, direito próprio do exercício da docência, garantido pela CF (art. 206) e pela LDB (art. 2º, incisos II, III, IV, XI e XII).

5 Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/4050-nota-da-anpuh-perseguiacao-e-coacao/> Acesso em 01/02/2021.

nosso trabalho tem como objetivo precípua analisar os sentidos de professor de História e intervenção militar em quatro *posts* compartilhados em páginas do *Facebook*, por meio dos pressupostos teóricos e metodológicos da Semântica do Acontecimento como veremos ao longo deste artigo.

A fim de analisarmos como esses sentidos se constituem e fundamentarmos nossa discussão, utilizaremos a teoria da Semântica do Acontecimento (SA), e mobilizaremos alguns de seus conceitos fundamentais como os conceitos de político e de temporalidade. Nosso escopo teórico parte do pressuposto da não transparência da língua e de que os sentidos não são estanques, posto que se dão na enunciação, no acontecimento do dizer.

Os sentidos nesse aporte teórico são constituídos numa relação da língua com a própria língua, sendo essa relação tomada na História. A enunciação, por sua vez, consiste em uma relação do sujeito com a língua, constituindo-se em prática política, uma vez que instaura o conflito no centro do dizer. A SA é uma teoria desenvolvida em grupos de pesquisa pelo Brasil, inclusive na UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - onde trabalhos de grande relevância são desenvolvidos pelo GEPES – Grupo de estudos e pesquisa em semântica, que trabalha com a análise da constituição de sentidos de expressões linguísticas, em diferentes fatos de linguagem, em materialidades diversas como livros didáticos, leis, mídia, mapas, entre outros.

Para realizarmos nossa análise, além dos pressupostos teóricos mencionados acima, serão efetuados os procedimentos enunciativos da SA, a reescrituração e a articulação e a partir do desenvolvimento do Domínio Semântico de Determinação (DSD), teremos a representação de como essas relações de sentido se constituem nos enunciados, como veremos na seção a seguir. Utilizaremos, também, o mecanismo de paráfrase, que consiste em medir os limites interpretativos através da substituição pertinente de um termo por outro que possibilite sustentar determinados sentidos no acontecimento.

Semântica do Acontecimento: teoria e procedimentos enunciativos

A SA é uma teoria semântica enunciativa proposta pelo professor da Unicamp Eduardo Guimarães (2002; 2018) que considera o texto como uma

dispersão de sentidos, dado que é na enunciação que os sentidos são constituídos e o enunciado, por sua vez, é tratado como integrado a um texto.

Para que possamos entender como esses sentidos são constituídos é necessário considerar que a SA coloca de saída a questão do sujeito que enuncia, visto que parte do pressuposto da opacidade da língua e do sujeito, ou seja, a língua não é transparente e sua relação com o real é histórica. Nessa perspectiva, o sujeito também não é transparente e não possui controle algum sobre os sentidos daquilo que diz, uma vez que em nosso escopo teórico, o sujeito não sendo origem do sentido é tomado por ele e é agenciado a dizer o que diz pelo espaço de enunciação: “O Locutor só é Locutor enquanto falante determinado por este espaço político do dizer, o espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2009, p.50).

Sendo assim, consoante os conceitos que discutimos até aqui, podemos então dizer que a enunciação implica em um acontecimento de linguagem e é caracterizada por uma relação do sujeito com a língua, no entanto, essa relação é uma prática política, pois instaura o conflito no centro do dizer (GUIMARÃES, 2002, p.8).

Um conceito basilar da SA que utilizaremos para este trabalho é o conceito de político. De acordo com a teoria, o político é a base das relações humanas e tais relações se dão por intermédio da linguagem. Guimarães considera o político como uma contradição de uma normatividade que estabelece desigualmente uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos nesta divisão desigual (GUIMARÃES, 2002, p.15-16).

Tomando, então, o político como conflito se faz necessário observar que o acontecimento de linguagem se dá no espaço de enunciação, conceituado por Guimarães como: “[...] um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político” (GUIMARÃES, 2002, p. 18), isto é, um espaço de relação entre línguas e falantes, sendo esse espaço caracterizado por uma disputa incessante pela língua numa relação de inclusão/exclusão, dado que essa divisão política não cessa, porque há uma busca constante pelo direito de falar. Outrossim, o falante tomado pelo espaço de enunciação é agenciado a falar. Assim sendo, podemos dizer então, que a enunciação nada tem a ver com a intenção do sujeito que enuncia, posto que o acontecimento de linguagem agencia o sujeito a dizer o que diz, e, ao tratarmos dessa questão, devemos considerar além das

relações de linguagem, elementos como o lugar social e a História (GUIMARÃES, 2018, p.45).

Mobilizamos, também, outro conceito fundamental para analisarmos os enunciados que é o conceito de temporalidade. Como já dito, o sentido se dá no acontecimento da linguagem e, para que isso se concretize, a enunciação instaura uma temporalidade que é diferente de uma temporalidade cronológica, ou de uma temporalidade instaurada pelo sujeito. O acontecimento instaura sua própria temporalidade. A enunciação instaura um presente e para constituir sentido, a partir das relações de linguagem contidas no enunciado, remete a um memorável que não é formado por lembranças pessoais, mas por enunciações passadas. Essas memórias de sentidos de enunciações passadas são projetadas para o futuro, ou seja, para possíveis interpretações (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

No que concerne à análise da constituição dos sentidos, a SA faz um deslocamento do conceito de integratividade de Benveniste (1976)⁶, contudo a integratividade proposta pela SA não toma o enunciado isoladamente, ou como um processo somatório, mas como lugar de observação da palavra em relação ao texto, isto é, analisar o sentido de uma expressão linguística não de maneira segmental, mas enquanto integrado a um enunciado e o enunciado enquanto parte de um texto: “[...] consideramos que o sentido de um enunciado é sua relação de integração ao texto em que está” (GUIMARÃES, 2018, p.42).

Para analisar o sentido de um enunciado de forma integrativa, a SA propõe dois procedimentos enunciativos: a reescrituração e a articulação que são dois procedimentos enunciativos de análise da constituição de sentidos.

As relações de reescrituração são caracterizadas pela maneira como um termo é redito insistentemente em um texto de forma diferente de si. Todavia, de maneira diferente das relações de articulação, as reescrituras não necessariamente são de contiguidade, podendo acontecer entre elementos à distância dentro do texto (GUIMARÃES, 2002, p. 28).

A reescrituração pode acontecer de diversas formas como: a) por repetição, quando a expressão ou o termo é dito repetidamente, na íntegra, no texto; b) por substituição, quando a expressão ou termo é retomado no texto por outra expressão ou termo; c) por elipse, quando a expressão ou termo é omitido

6 O sentido de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior (BENVENISTE, 1976, p. 134-135).

em alguma parte do texto; d) por expansão, quando uma expressão ou termo tem seu sentido ampliado por outra expressão ou termo no texto; e) por condensação, ao contrário da reescritura por expansão, ocorre quando uma expressão ou termo é resumido por outra expressão ou termo.

Por sua vez, as diversas formas de reescritura podem produzir as seguintes relações de sentido:

a) sinonímia, quando a reescritura apresenta uma palavra ou expressão com o mesmo sentido que a outra à qual se liga; b) antonímia, quando a reescritura apresenta sentidos opostos; c) especificação, quando atribui elementos de sentido ao reescriturado pela expressão que o reescritura; d) desenvolvimento, quando produz um desenvolvimento do sentido da expressão ou termo reescriturado; e) globalização ou totalização, quando o reescriturado determina generalizações; f) enumeração, lista os termos, os enumera, não necessariamente de forma somatória; g) definição, quando estabelece uma relação de definição entre a reescritura e o reescriturado.

O procedimento enunciativo de articulação implica em “[...] uma relação de contiguidade significada pela enunciação” (GUIMARÃES, 2009, p. 51). Na articulação são percebidas relações de predicação e complementação – relação determinante/determinado (GUIMARÃES, 2018, p. 80).

A articulação pode acontecer de três modos diferentes: 1) por dependência, quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui no conjunto um só elemento; 2) por coordenação, quando se apresenta por um processo de acúmulo de elementos numa relação de contiguidade; 3) por incidência, quando há relação entre um elemento e outro sem uma relação de dependência estabelecida (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

Essas relações enunciativas de reescritura e articulação são representadas em nossa análise pelo Domínio Semântico de Determinação (DSD), que corresponde a “[...] uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o funcionamento do sentido da palavra no corpus especificado” (GUIMARÃES, 2007, p. 81). Essas relações de sentido são demonstradas por meio de representações gráficas, por sinais específicos (\perp , \perp , \top , \vdash) para a relação de determinação, além de (-----) para a relação de sinonímia e (_____) para a relação de antonímia, propostos por Guimarães.

No que diz respeito à paráfrase, podemos considerá-la com um mecanismo de análise, um teste que visa interpretar as relações de sentido que se dão por meio das reescrituras e articulações. De acordo com Souza e Ventura (2019) “[...] a paráfrase é um reagente. X reage bem ou mal ao parafrasear Y [...] em um acontecimento Z” (SOUZA; VENTURA, 2019, p. 12). No entanto, não se trata de estabelecer uma “frase-sinônimo”. Também não está na ordem da tradução (de ideias, de um termo por outro, etc). Ao passo que entendemos a relação sujeito-língua-história como não transparente, parafrasear é mostrar as relações de sentido do enunciado em uma determinada cena enunciativa. Paráfrase, neste escopo teórico, é pensada como procedimento, como meio de analisar.

A paráfrase é um teste. A partir de determinado acontecimento, o analista testa as possibilidades de paráfrase para entender os sentidos de determinada enunciação; testa a performatividade do enunciado. Isso significa que, em determinado enunciado, moradia pode ser parafraseado por residência, ao passo que em outro, moradia e residência são itens distintos (SOUZA, 2019, p.35).

Análises dos sentidos de professor de História e intervenção militar

Para selecionarmos as materialidades utilizadas para a análise proposta, utilizamos o método de sondagem. De acordo com o que discutimos até aqui, a SA considera o enunciado enquanto parte de um texto, dito isso, as análises dos sentidos produzidos pelos enunciados demandam um procedimento apropriado que implica em encontrar acontecimentos de enunciação que sejam relevantes para uma reflexão sobre a linguagem e seu modo de produzir sentido.

Desta forma, sondagem é uma maneira de “eleger” enunciados a serem estudados a partir de uma pergunta. No caso, temos duas perguntas a serem respondidas neste trabalho:

a) Quais os sentidos de *professor de História* e de *intervenção Militar* em quatro *posts* compartilhados no *Facebook*?

b) Como se configura o político nas relações de sentido ao analisarmos tais termos?

Ao tomar como ponto de partida as indagações acima, o procedimento

de sondagem tem o propósito de encontrar um enunciado em um recorte do acontecimento de enunciação e, assim, explorar esse enunciado enquanto elemento deste recorte e enquanto integrado ao texto, considerando que recorte para a SA é um fragmento do acontecimento da enunciação: “Pelo recorte as formas linguísticas aparecem como correlacionadas em virtude de terem a mesma relação com o acontecimento, independente da posição na sequência” (GUIMARÃES, 2018, p.75-76).

Dessa forma, utilizando o método de sondagem selecionamos e fizemos uma captura de tela de quatro *posts* com temáticas que envolvem professores de História e intervenção militar compartilhados no Facebook por perfis relacionados a professores de História e jornalismo, e os organizamos da seguinte maneira: Enunciado 1 (En1), Eu apoio a intervenção de professores de história; Enunciado 2 (En2), Não queremos intervenção militar, Nós estudamos história; Enunciado 3 (En3), Por mais aulas de história pra essa gente; Enunciado 4 (En4), Defender a ditadura é falta de caráter. Além de separarmos as análises por tópicos, para destacarmos as palavras em análise utilizamos itálico. Vejamos, então, as respectivas análises.

(En1) Eu apoio a intervenção de professores de história

Figura 1 - intervenção de professores de história



Fonte: <https://www.facebook.com/MPHHistoria/>; acesso em 08/09/2021.

Em (En1), a expressão *intervenção de professores de história* está articulada por coordenação aos termos *Eu apoio, para explicar e ditadura militar*. Por meio das relações enunciativas observadas, este acontecimento recorta o memorável de sentidos que remete aos grupos pró-ditadura militar, os grupos que defendem intervenção militar na política. Observamos que o verbo *explicar* sustenta o sentido de que as pessoas que defendem a volta de uma ditadura desconhecem a História do Brasil, portanto, a intervenção de professores de História é necessária. Vejamos por meio do DSD abaixo como se dão essas relações de linguagem:

Quadro 1 - DSD de Intervenção

Professores de História <i>Intervenção</i> Explicar a ditadura militar
--

Fonte: elaboração própria (O sinal [|] significa determina em qualquer direção)

No DSD acima, *professores de História* determina intervenção que, por sua vez, determina explicar a ditadura militar. Por meio dos procedimentos enunciativos é possível interpretar que as pessoas que pedem por uma intervenção militar, em detrimento do Estado democrático de direito não sabem o que significou a ditadura militar no Brasil, portanto, se faz necessário outro tipo de intervenção: a intervenção de professores de História para que essas pessoas conheçam o que esse momento significou para o país e não defendam mais a ditadura em detrimento da democracia. A continuar a discussão, vejamos a análise do próximo enunciado.

(En2) Não queremos intervenção militar, nós estudamos História

Figura 2 - Nós estudamos história

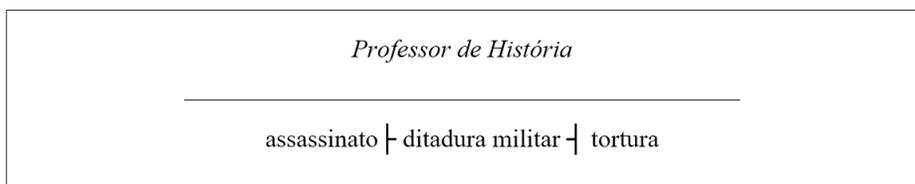


Fonte: <https://www.facebook.com/pg/BoleirooOusadoOficial/posts/> acesso em 09/08/2021

Neste enunciado a expressão *não queremos* está articulada por coordenação à expressão *intervenção militar* e é reescriturada por expansão pela expressão *nós estudamos História!*. Essas relações sustentam o sentido de que as pessoas que estudam história são contra a intervenção militar.

Um elemento importante a ser observado neste enunciado é que seu conteúdo imagético recorta um memorável de sentidos que remete à tortura e ao assassinato de pessoas que eram consideradas uma ameaça para o governo militar. Desta maneira, o enunciado projeta a possível interpretação de que quem estuda História é contra a ditadura e ser contra a ditadura é ser contra a violência e o assassinato. Segue a representação de nossa análise por meio do DSD:

Quadro 2 - DSD de Professor de História (1)



Fonte: elaboração própria (O sinal [|] significa determina em qualquer direção; o sinal [-] significa antonímia)

Como podemos notar no DSD acima, a partir dos procedimentos enunciativos da SA nos foi permitido parafrasear a expressão *estudamos História* por *professor de História*, pois o estudo desta disciplina requer a presença de um profissional especializado, no caso o professor. Dito isto, *Professor de História* está em uma relação de antonímia com ditadura militar, que por sua vez, determina violência e assassinato. Desta forma, ser professor de História é ser oposição à ditadura militar, à violência e ao assassinato. Sendo assim, observemos a próxima análise.

(En3) Por mais aulas de história pra essa gente

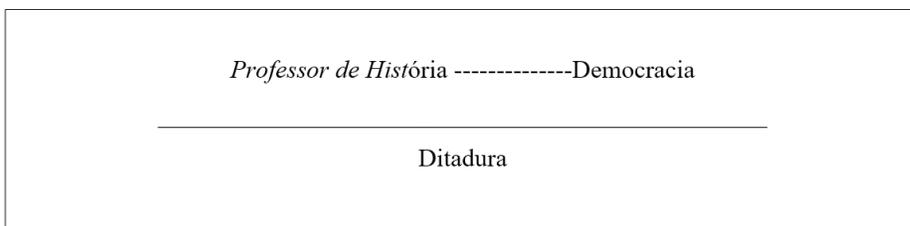
Figura 3 - Por mais aulas de história pra essa gente



Fonte: <https://www.facebook.com/jornalistaslivres/photos/a.292153227575228/1046915245432352/> acesso em 09/08/2021

No enunciado analisado, a expressão *pela volta dos militares!* está articulada por coordenação à *ditadura já*, e, em oposição, temos a articulação com a expressão *por mais aulas de história para essa gente*, visto que a expressão *para essa gente* é uma reescrita por condensação do enunciado *pela volta dos militares! Ditadura já!* O destaque das expressões *ditadura já* e *aulas de história* sustentam os sentidos de oposição e constituem o sentido de que aulas de História é sinônimo de democracia. Vejamos como se constituem essas relações de sentido no DSD subsequente:

Quadro 3 - DSD de Professor de História (2)



Fonte: elaboração própria (O sinal [|] significa determina em qualquer direção; o sinal [--] significa sinonímia; o sinal [-] significa antonímia)

Podemos parafrasear aulas de História por *Professor de História* que no DSD acima está em uma relação de sinonímia com democracia e em uma relação de antonímia com Ditadura. Essas relações nos permitem interpretar que ser professor de História é promover a democracia e combater a ditadura. Vejamos como os sentidos se constituem na análise de nosso último enunciado.

(En4) Defender a ditadura é falta de caráter

Figura 4 - Defender a ditadura é falta de caráter

Parem de dizer que falta aula de história pra quem defende intervenção militar ou que vota em Bolsonaro. O que falta pra esse povo é caráter.

Fonte: <https://www.facebook.com/Meu-Professor-de-Hist%C3%B3ria-II-103296874645958/> Acesso em 09/08/2021

A expressão *Parem de dizer que* está articulada por coordenação à *falta aula de História* que, por seu turno, está articulada por coordenação *pra quem defende intervenção militar*, sendo esta última uma reescrituração de *quem vota em Bolsonaro*. A expressão *esse povo* que é uma reescritura de *quem defende a intervenção militar* e está articulada por incidência à *falta de caráter*. As relações enunciativas permitem interpretar que o problema das pessoas que defendem a volta da ditadura militar não é falta de conhecimento da História, mas falta de caráter. Desta maneira, defender a democracia é uma questão de caráter. Vejamos a seguir essas relações no DSD:

Quadro 4 - DSD de Povo que defende a ditadura

Povo que defende a ditadura | Falta de caráter

Fonte: elaboração própria (O sinal [|] significa determina em qualquer direção)

Neste DSD, *Povo que defende a ditadura* é determinado por *falta de caráter*, ou seja, defender a ditadura não é somente falta de conhecimento, mas falta de princípios.

Considerações finais

Ao longo da análise dos enunciados podemos observar como se constituem os sentidos de *professor de História e intervenção militar* e como se configura o político nas relações de sentido. Em (En1) a intervenção de professores de História se faz necessária para que as pessoas entendam o que significou a ditadura civil-militar no Brasil e assim não defendam uma intervenção militar em detrimento do Estado democrático de direito. Em (En2) professor de História mantém uma relação de oposição à ditadura militar, à violência e assassinato. Em (En3) *Professor de História* está em uma relação de sinonímia com democracia e em uma relação de antonímia com Ditadura. Em (En4) quem defende a ditadura não o faz por falta de aulas de história, mas por falta de caráter.

Sendo assim, amparados pela Semântica do Acontecimento e seus procedimentos analíticos, percebemos ao longo das análises que o professor de História é fundamental para a defesa da democracia, pois as pessoas que pedem intervenção militar ignoram a História do país. Quem estuda História é contra a ditadura militar, além de ser contra a violência e o assassinato. Por outro lado, percebemos o conflito de sentidos já que, o problema das pessoas que defendem a volta da ditadura militar não é falta de professor de História, é falta de caráter, o que permite interpretar que o professor de História não ensina caráter. Como profissional sua função é a de trabalhar com os conteúdos do currículo, inclusive o período da ditadura militar no Brasil.

Referências

BENITES, A; JIMÉNEZ, C. Bolsonaro invoca “intervenção militar” contra o STF e flerta com golpe. *El País*, 28 mai. 2020, Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-29/bolsonaro-invoca-intervencao-militar-contra-o-stf-e-flerta-com-golpe.html>. Acesso em: 02 fev. 2021

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, v8, 1976.

CARDOSO, L. C.. ‘Volta à Ditadura’? Retorno da Utopia Autoritária presente nas Memórias de Militares e Civis de 1964. *Revista Contenciosa*, v. 8, p. 1-11, 2018.

COELHO, E. Dissonâncias à esquerda: a POLOP, o Golpe e a Ditadura Militar. **Revista Contenciosa**, v. 8, p. 1-19, 2018.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas-SP: Pontes. 2002.

GUIMARÃES, E. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, Editora RG. 4 ed., 2010.

GUIMARÃES, E. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

GUIMARÃES, E. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas-SP: Pontes, 2018.

SOUZA, D. S. **Sentidos de impeachment no caso Dilma Rousseff: um estudo semântico**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Vitória da Conquista, 2019.

A PROMESSA DA REDAÇÃO ENEM NOTA MIL NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVO-DISCURSIVA DE UM PERFIL NO INSTAGRAM

THE PROMISE OF THE NEWSROOM ENEM SCORES A THOUSAND ON SOCIAL NETWORKS: AN ENUNCIATIVE-DISCURSIVE ANALYSIS OF AN INSTAGRAM PROFILE

Adson Luan Duarte Vilasboas Seba¹
Elizangela Patrícia Moreira da Costa²

Recebimento do Texto: 13/09/2022

Data de Aceite: 10/10/2022

RESUMO: Nesta pesquisa, concebemos com base em Volochínov (2018), a linguagem como processo de interação entre sujeitos sócio-historicamente situados. Objetivamos refletir sobre alguns aspectos do ensino da produção de texto para fins de vestibulares, por meio da análise de parte do conteúdo digital produzido por um professor em seu perfil do *Instagram*. Pretendemos, a partir da análise desse material, compreender a concepção de linguagem assumida pelo professor na proposição dos conteúdos e se os conteúdos digitais (dicas) produzidos contemplam os três elementos indissolúveis do enunciado — *conteúdo temático, estilo e construção composicional*. Apoiamo-nos nos postulados teóricos da Análise Dialógica do Discurso (ADD), de Bakhtin e o Círculo, em especial nos conceitos de gêneros do discurso e seus elementos indissolúveis (BAKHTIN, 2011)

PALAVRAS-CHAVE: Redação ENEM. Análise Dialógica do Discurso. Instagram. Gêneros do discurso. Modelos de redação.

ABSTRACT: In this research, based on Volochínov (2018), we conceive language as an interactive process between socio-historically situated subjects. We aim to reflect on some aspects of the teaching of text production for university entrance exams, through the analysis of part of the digital content produced by a teacher on his Instagram profile. From the analysis of this material, we intend to understand the conception of language assumed by the teacher in the proposition of contents and if the digital contents (tips) produced include the three indissoluble elements of the utterance - thematic content, style and compositional construction. We rely on the theoretical postulates of Dialogic Discourse Analysis (DDA) by Bakhtin and the Circle, especially on the concepts of discourse genres and their indissoluble elements (BAKHTIN, 2011).

KEYWORDS: Writing ENEM. Dialogic Discourse Analysis. Instagram. Genres of speech. Writing Templates.

1 Doutorando em Linguística pelo PPGL/UNEMAT – Adson.seba@unemat.br

2 Professora Doutora em Linguística do PPGL/UNEMAT – ecosta@unemat.br

Introdução

As tecnologias digitais, sobretudo pela profusão de acesso à internet, dispositivos móveis etc., têm transformado as relações do homem com o mundo e a linguagem, colocando em questão não só os valores humanos sobre o público, o privado e a temporalidade das coisas ou eventos sociais, como também, afetado a comunicação, tanto no que se refere à velocidade, quanto à portabilidade e idoneidade das informações. É fato que o advento das tecnologias digitais tem afetado todas as esferas da sociedade contemporânea, sobretudo a escolar, especialmente pelo surgimento de novos gêneros próprios dessa era tecnológica. Sobre isso, Bakhtin (2008) nos diz:

Ao nascer, um novo gênero nunca suprime nem substitui quaisquer gêneros já existentes. Qualquer gênero novo nada mais faz que completar os velhos, apenas amplia o círculo de gêneros já existentes. Ora, cada gênero tem seu campo predominante de existência em relação ao qual é insubstituível [...]. Ao mesmo tempo, porém, cada novo gênero essencial e importante, uma vez surgido, influencia todo o círculo de gêneros velhos: o novo gênero torna os velhos, por assim dizer, mais conscientes, fá-los melhor conscientizar os seus recursos e limitações, ou seja, superar a sua ingenuidade. (BAKHTIN, 2008, p.340).

Somado a isso, o momento pandêmico em que vivemos — em função da proliferação da Covid-19 e das políticas de isolamento —, forçou-nos a darmos continuidade a nossas atividades. No que se refere ao contexto escolar, muitos professores e alunos passaram a utilizar as redes sociais em busca de materiais e ferramentas. Sendo assim, *reels*, *stories*³, *posts*, *vídeo-minutos*, gêneros específicos do entretenimento nas redes sociais, assumiram uma função pedagógica e comunicativa que, antes, era exclusivamente filiada a outros gêneros discursivos, como a aula e a videoaula. Sendo assim, redes sociais se tornaram salas de aula, o *Google*, mais do que nunca, uma fonte primária de informação; o *YouTube*, uma gigantesca videoteca educacional. Esses aspectos reforçam o que defendem

3 A opção *stories* do Instagram é um recurso que tem como objetivo melhorar a interação entre os usuários. Consiste na possibilidade de publicar fotos ou vídeos que ficam acessíveis por até 24 horas. *Reels* é um recurso para a gravação de vídeos curtos.

Barton e Lee (2015, p.14), quando alertam que “o uso da linguagem está mudando à medida que as pessoas participam de atividades online”.

Neste artigo, concebemos, com base em Volóchinov (2018), a linguagem como processo de interação entre sujeitos sócio-historicamente situados. Objetivamos refletir sobre alguns aspectos do ensino-aprendizagem da produção de texto para fins de vestibulares e concursos públicos, por meio da análise de parte do conteúdo digital produzido por um professor em seu perfil do *Instagram*. Nele, são compartilhados dicas, macetes e vendas de cursos relacionados à produção de textos dissertativo-argumentativos, com foco nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio, vestibulares de universidades brasileiras e concursos públicos.

Pretendemos, a partir da análise desse material, compreender a concepção de linguagem assumida pelo professor na proposição dos conteúdos e se os conteúdos digitais (dicas) produzidos, ao teorizar os *gêneros do discurso*, para o ensino do gênero dissertação escolar, contemplam os três elementos indissolúveis do enunciado — *conteúdo temático, estilo e construção composicional*. Isso porque, compreendemos o estudo do gênero no todo do enunciado, vinculado a uma situação específica de enunciação.

Para a consecução desse objetivo, optamos por analisar: i) a proposta de ensino de produção textual descrita na biografia do perfil; ii) três postagens que versam sobre a produção escrita de um texto dissertativo-argumentativo; iii) o discurso expresso nos *stories* do professor produtor dos conteúdos, a respeito de uma “técnica infalível” para a produção textual.

Apoiamo-nos nos postulados teóricos da Análise Dialógica do Discurso (ADD), de Bakhtin e o Círculo, em especial nos conceitos de gêneros do discurso e seus elementos indissolúveis: *conteúdo temático, estilo e construção composicional* (BAKHTIN, 2011a). Dessa forma, este artigo está organizado pela introdução, com uma breve contextualização dos objetivos do trabalho; duas seções dedicadas à apresentação dos referenciais **teóricos**; metodologia, onde explicitamos os caminhos da análise; análise do *corpus* seguida das considerações finais e referências.

Na próxima seção, explicitamos os conceitos bakhtinianos fundamentais à análise do *corpus*.

Conceitos Bakhtinianos: Língua (Gem) e Gêneros do Discurso

A língua na perspectiva bakhtiniana é concebida na instância da interação, da dialética, sendo apresentada como atividade social. Trata-se da ação de um *eu* que usa a língua (gem) para um *outro*, posto que, para Volóchinov (2018), a *dialogia* é constitutiva da linguagem. Dentre os vários momentos em que o Círculo se dedica a refletir sobre a língua, pode-se considerar o que afirma Volóchinov (2018), quando diz que:

A língua vive e se forma no plano histórico justamente aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes. Disso decorre que a ordem metodologicamente fundamentada para o estudo da língua deve ser a seguinte: 1) formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica; 3) partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 220, grifos do autor).

Convém observar que Volóchinov (2018) concorda com Saussure de que a língua é um fato social, porém critica a concepção de que ela é apenas um sistema de códigos organizados por normas. Entre essa e outras críticas tecidas pelo autor sobre objetivismo abstrato, destaca-se a que se refere ao caráter imutável da língua. Para Volóchinov (2018), a língua sofre alterações mesmo quando analisada sincronicamente, pois está em constante movimento e, por esse motivo, **é viva e evolui com a história**, por meio da comunicação verbal real e não no sistema abstrato e normativo de formas e códigos, muito menos no psiquismo individual dos sujeitos, conforme os estudos do Subjetivismo Individualista.

Sendo assim, o autor defende que a língua deve ser compreendida como “acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um ou de vários enunciados” (VOLÓCHINOV, 2018, p.219). O autor acrescenta que a língua (gem) é plurivalente, isto é, tem a capacidade de apresentar vários significados, pois ela é o lugar da manifestação ideológica e produto de interação,

por esse motivo, retrata diferentes formas de significar. Sendo assim, Volóchinov abre portas para os estudos da língua em sua totalidade viva e concreta.

Dada a importância da concepção de língua, enquanto um elemento vivo e dinâmico, Pinto (2003) reforça que — sendo a língua (gem) um fenômeno histórico, social e ideológico — é oportuno frisar que o enunciado é a legítima unidade de comunicação verbal, pois as condições específicas de cada campo de comunicação verbal exigem um gênero específico.

Para Bakhtin (2011a, p. 261), “todos os diversos campos de atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”. Nessa perspectiva, o emprego da língua realiza-se em forma de enunciados (orais ou escritos), concretos e únicos e refletem tanto as condições, quanto as finalidades de dado campo da atividade humana, tanto por seu *conteúdo temático*, quanto por seu *estilo e construção composicional*. Para o autor, esses três elementos estão engendrados, de forma indissolúvel, no todo do enunciado. Sendo assim, “cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*” (BAKHTIN, 2011a, p. 262, grifo do autor), os quais ele denomina *gêneros do discurso*. Destacamos a **ênfase dada pelo autor a “tipos relativamente estáveis de discurso”** ressaltando a maleabilidade de todo gênero discursivo.

O *conteúdo temático* é aquilo que pode ser dito por meio de determinado gênero, refere-se à natureza do conteúdo; o *estilo* diz respeito aos recursos frasais, sintáticos, morfológicos da linguagem; já a *construção composicional* é o modo como o discurso se materializa em dado gênero. Nos gêneros dissertativos, como, por exemplo, a redação do Exame Nacional do Ensino Médio, que é “um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural, ou política” (BRASIL, 2020, p.7); o *conteúdo temático* pode ser exemplificado como a tese que deve ser defendida pelo proponente a respeito do tema proposto; o *estilo*, por se tratar de um gênero que requer uma forma mais padronizada, pode ser observado pelo uso da linguagem formal, clara, objetiva, “apoiada em argumentos consistentes, estruturados, com coerência e coesão” (BRASIL, 2020, p.7); quanto à *construção composicional*, a redação do ENEM se estrutura (alinhada ao estilo e ao conteúdo temático), por introdução, desenvolvimento e conclusão.

O conceito de *Gêneros do Discurso* é primordial às pesquisas na área da

linguagem, como também, para as práticas de ensino de línguas, pois, conforme Bakhtin (2011a), todas as investigações relacionadas à linguagem que tomam como objeto um material linguístico concreto, como a história da língua, da gramática normativa, da confecção de toda espécie de dicionários ou de estilística da língua, opera inevitavelmente por meio de enunciados concretos (orais e escritos) entrelaçados em diferentes campos da comunicação humana, como nos espaços *online*. Com base nessas considerações, a seguir, será descrito o processo dialógico entre linguagem, tecnologia e ensino no contexto das redes sociais.

Linguagens, tecnologias e ensino: relações dialógicas

De acordo com Azzari e Melo (2016), a mobilidade tecnológica digital tem propiciado a (re)significação de práticas sociais que, no plano virtual, materializam-se em uma outra ordem de tempo e espaço e afloram uma diversidade de gêneros discursivos que são, em sua grande maioria, híbridos em sua natureza⁴. Nessa ótica, a dimensão verbo-visual⁵ dos textos digitais que fazem parte das práticas comunicativas dos tempos “modernos e líquidos” (BAUMAN, 2001) fomentam desafios para o ensino de língua (gem).

Desse modo, para Santaela (2014, p.210) “a hibridização discursiva atinge seu ápice nos ambientes das redes sociais”. Esse aspecto é reforçado por Machado (2005, p.164), ao afirmar que “o ambiente é a condição sem a qual o diálogo simplesmente não acontece”. Os autores convergem o pensamento de que as redes sociais são ambientes virtuais que propiciam “o diálogo no seu mais alto grau de intensificação” (SANTAELA, 2014, p. 210). De maneira análoga, Barton e Lee (2015, p.13) pontuam que as tecnologias digitais contribuem “para transformações em nossas práticas e paisagens comunicativas”. Em outras palavras, tais mudanças são elementos fundamentais para o surgimento de novos gêneros discursivos.

Após a difusão da pandemia da Covid-19, as tecnologias digitais garantiram a continuidade de várias práticas sociais e de linguagem, como o ensino, por meio de softwares, aplicativos e, também, pelas redes sociais, tais

4 A pluralidade dos gêneros discursivos foi pontuada por Bakhtin. Para ele, os gêneros do discurso tendem a crescer à medida que se desenvolvem e se complexificam as esferas da práxis humana (SANTAELA, 2014).

5 Para Brait (2013), o enunciado verbo-visual é caracterizado pela dimensão enunciativo-discursiva reveladora de autoria e apresenta diferentes tipos de interlocuções, de discursos, que evidenciam relações estabelecidas entre verbal e visual que não podem ser negligenciadas nas práticas comunicativas contemporâneas.

como: *Facebook*, *Instagram*, *Youtube*, entre outras. É pertinente destacar que, devido à oferta do ensino remoto emergencial, houve um êxodo de professores para essas espacialidades. Nesse sentido, os docentes, assim como seus alunos, passaram a pesquisar cursos, dicas, *podcasts*, videoaulas, entre outros materiais para auxiliá-los nas práticas de ensino-aprendizagem durante a pandemia.

Com relação ao uso dos recursos digitais na educação, o livro “Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender”, organizado por Araujo e Leffa (2016), apresenta vários estudos empíricos e teóricos que versam sobre a potencialidade das redes sociais, sendo consideradas por esses autores, ecossistemas propícios para a consecução de práticas de ensino-aprendizagem.

Entretanto, apesar dos benefícios diagnosticados, as redes sociais — quando utilizadas levemente — podem causar alguns prejuízos aos usuários, como: *cyberbullying*, vazamento de dados pessoais, golpes etc. Sobre esse aspecto, Alabora, Dalpizzol, DeMarco (2014, p. 6) acrescentam que “as redes sociais também estão fazendo com que as pessoas escondam seus gostos, suas ideias, seus interesses, suas peculiaridades, ou seja, sua identidade” e vivam uma cultura de cópias que reverbera em várias práticas sociais, como as escolares.

À vista disso, torna-se relevante pensar em que medida as influências das redes sociais podem afetar as práticas de ensino e aprendizagem, principalmente, no que diz respeito ao desenvolvimento das ideias e da criatividade dos alunos no processo de produção textual. Essa reflexão é válida, uma vez que surgem, todos os dias, **vários perfis de professores que prometem “receitas mágicas” para a escrita de diversos gêneros discursivos, em especial, os dissertativo-argumentativos — amplamente recomendados** em seleções de universidades e concursos públicos. Esses perfis são famosos entre os discentes nas redes sociais que, por muitas vezes, preferem seguir as orientações de *EduTubers*⁶ e/ou *digital influencers*⁷ do que seus professores institucionais.

Nesse sentido, é preciso que os professores orientem seus alunos a filtrarem as informações que circulam nas redes sociais de forma crítica e reflexiva. Em outros termos, desenvolver práticas de letramentos digitais, definidas por Dudeney, Hockly, Pegrum (2016, p.17), como “habilidades individuais e sociais

6 Os EduTubers são professores que ensinam através de vídeos no *YouTube* e tornam-se celebridades do ensino.

7 Um *influencer* digital é alguém capaz de influenciar pessoas através da sua produção de conteúdo nas redes sociais.

necessárias para interpretar, administrar, compartilhar e criar sentido eficazmente no âmbito crescente dos canais de comunicação”.

Outrossim, com relação às mudanças nos processos comunicativos em decorrência dos avanços tecnológicos, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018)⁸ recomenda o papel do “professor curador”, isto é, o responsável por identificar, selecionar e compartilhar mídias digitais relevantes para uma demanda específica de ensino. Esse papel é pertinente quando se pensa o Exame Nacional de Ensino Médio, pois, geralmente, nas proximidades do ENEM, muitos alunos recorrem à internet, sobretudo, às redes sociais, em busca de dicas e macetes relacionados, principalmente, à escrita do texto dissertativo-argumentativo, popularmente conhecido como “redação”.

Nessa perspectiva, cabe ao professor curador orientar os alunos em suas buscas na rede para lidar com os diferentes gêneros discursivos digitais (postagens, videoaulas, tutoriais, *reels*, vídeo-minutos, *stories*, entre outros) que a vida contemporânea exige deles. Em outras palavras, é preciso que os alunos desenvolvam práticas de letramentos que os auxiliem agir discursivamente no mundo.

Dentre essas habilidades, destacam-se os letramentos digitais em pesquisa e em informação. Conforme Dudeney, Hockly, Pegrum (2016), letramentos em pesquisa são habilidades para “fazer o uso eficiente de ampla gama de motores e serviços de busca, incluindo a familiaridade com sua funcionalidade plena, bem como suas limitações” (p.38). Por outro lado, os letramentos (críticos) em informação são “habilidades para avaliar documentos e artefatos, fazer perguntas críticas, investigar a credibilidade, comparar fontes e rastrear as origens da informação” (p.40).

Esses letramentos são pertinentes para valorar a dinâmica complexa das redes sociais e saber lidar com a ampla gama de informações e gêneros discursivos que surgem nessas espacialidades, como os perfis de cunho educacional e suas postagens que promovem dicas, macetes e técnicas para que os alunos possam melhorar seu desempenho escolar, como a escrita dos textos dissertativos argumentativos.

8A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina as competências (gerais e específicas), as habilidades e as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da educação básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Com base nessas considerações, a seguir, será descrito o processo metodológico para a obtenção do *corpus* que possibilitou as reflexões deste estudo.

Percurso Metodológico e Análise dos Dados

Buscamos realizar uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa e dialógica, em consonância com os pressupostos teóricos enunciativo-discursivos do Círculo de Bakhtin. Por meio da perspectiva dialógica, “o objeto de estudo das ciências humanas é o ser expressivo e falante” (BAKHTIN, 2011b, p. 395), isto é, um sujeito ativo na sociedade que enuncia e interage com o outro. Logo, ao assumir essa perspectiva, o pesquisador deve considerar — enquanto potenciais objetos de estudo — as materialidades expressas pelos sujeitos por meio dos gêneros discursivos mobilizados nas práticas sociais e de linguagem.

Para a coleta dos dados, em atendimento à resolução 510 de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Ética e Pesquisa do Ministério da Educação, a identidade do perfil eleito para esse estudo será preservada, portanto, assumirá o nome fictício @redação1000. Todas as materialidades discursivas tomadas para análise que pudessem, de alguma maneira, identificar o professor, foram editadas.

A página @redação1000 é um dos espaços mais procurados por alunos em busca de suporte para a disciplina de Língua Portuguesa. O perfil contém 1.834 publicações (*posts*, vídeos, *reels*) e 171 mil seguidores até a data da coleta de dados. O espaço é dedicado ao compartilhamento de dicas, macetes e vendas de cursos relacionados à prova de linguagens e de redação do ENEM, bem como, de vestibulares de universidades brasileiras e concursos públicos.

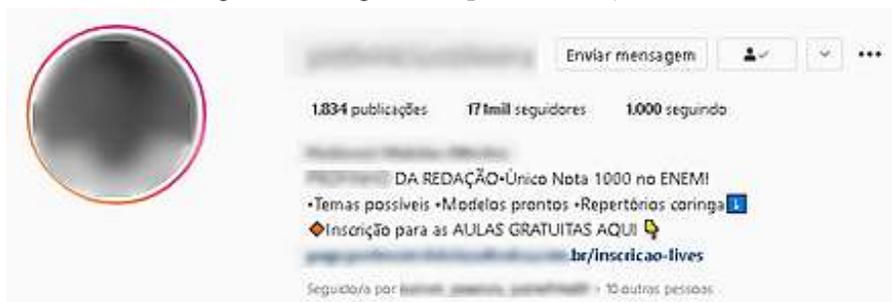
Os dados foram selecionados sob as lentes da Análise Dialógica do Discurso, e considerou, principalmente, a definição de gêneros do discurso e seus três elementos fundamentais elencados por Bakhtin e o Círculo. Desse modo, optou-se por selecionar materialidades opostas à concepção dialógica da língua (*gem*), sendo o *corpus* constituído pela: i) proposta de ensino de produção textual descrita na biografia do perfil @Redação1000; ii) três postagens desse perfil que versam sobre a produção escrita de um texto dissertativo-argumentativo; iii) o discurso expresso em um *story* do produtor dos conteúdos, a respeito de uma “técnica infalível” para a produção textual.

Para o registro visual da biografia do perfil e das postagens, foram feitas capturas de telas por meio do recurso *printscreen* do Sistema Operacional *Windows 10*: Shift + Windows+S. O tratamento das imagens foi realizado pelo *software Photo Filtre Studio X*, em que se utilizou o recurso *blur tool* para desvanecer informações que pudessem identificar a identidade do perfil @Redação1000.

Como o *story* é um arquivo temporário, foi preciso realizar o *download* da sequência de vídeos. Os materiais foram unidos sequencialmente e transformados em um único arquivo por meio do *software Camtasia Studio 9.0*, para então, serem convertidos em um arquivo de áudio (mp3), totalizando 3 minutos e 53 segundos. Este procedimento foi executado pelo *software Atube Catcher Converter*. Por fim, o áudio foi transcrito por meio da ferramenta gratuita *Amber Script Demonstration*, que transforma, automaticamente, áudios em texto.

Em primeiro lugar, é relevante perceber, a partir da biografia do perfil @Redação1000, o posicionamento do professor com relação ao ensino da produção de gêneros discursivos, como a dissertação escolar. Conforme a figura 01, o conteúdo do perfil se sustenta em uma tríade composta por: temas possíveis, modelos prontos e repertórios coringa.

Figura 01: Biografia do perfil @redação1000.



Fonte: *Printscreen* feito pelos autores (2021)

Ao tratar sobre os “temas possíveis”, o professor cria postagens com mini resumos que versam sobre questões sociais, conforme a figura 02.

Figura 02: Mini resumos



Fonte: *Printscreen* feito pelos autores (2021)

Este é, parcialmente, um ponto positivo do perfil, uma vez que divulga aos alunos/seguidores, assuntos contemporâneos que envolvem várias esferas da sociedade. Entretanto, as postagens não abrem espaço para que os estudantes possam desenvolver e compartilhar argumentos relacionados às discussões sociais, por exemplo, por meio de um debate virtual. Por outro lado, na descrição desta postagem, percebe-se que o professor apenas reforça a plausibilidade dos elementos selecionados e articulados no *post*, pois são, conforme ele, “muito poderosos”, como se observa no Excerto 01:

Excerto #01: [...] Você concorda comigo que esse é um repertório muito poderoso? [...] – Professor do @Redação1000.

A autoria e a criatividade são elementos necessários para desenvolver uma das habilidades principais da dissertação escolar: a argumentação. Entretanto, na maioria das postagens, o professor afirma que há maneiras fixas de se iniciar, desenvolver e finalizar os textos que dissertam sobre os “temas possíveis” apresentados.

Com relação aos três elementos destacados na biografia, é profícuo pontuar que, para Volóchinov (2018), o enunciado é produto da interação verbal e é determinado, sobretudo, por uma situação material concreta, ou seja, por sujeitos e contextos. Nesse sentido, quando o professor promete “modelos prontos”, ele comete um equívoco, pois, a dissertação escolar enquanto um gênero discursivo,

só faz sentido em uma situação de comunicação real. É válido lembrar que os sentidos dos enunciados nunca estão prontos, pois são construídos de maneira dialógica. A respeito disso, Filho e Torga (2011) afirmam que o que constitui um gênero é a sua ligação com uma situação social de interação e não suas propriedades formais.

Nas postagens relacionadas aos “repertórios coringa”, o professor apresenta discussões sociais e conteúdos que, segundo ele, podem ser mobilizados em qualquer dissertação escolar. Com base nos pressupostos bakhtinianos, podemos dizer que o posicionamento do professor é um equívoco, pois, novamente, o produtor de conteúdos considera que os sentidos já estão construídos e podem ser alocados como peças de um quebra-cabeça. É preciso salientar que esses tipos de orientação podem bloquear o processo criativo do aluno. Além disso, é válido pontuar que o discurso é moldado pelo gênero em uso em uma situação comunicativa real na sociedade, não por frases “prontas” ou “coringas”.

Com base nisso, faz-se importante uma breve retomada de termos cruciais que sustentam a perspectiva bakhtiniana, a saber: o conceito de oração e palavra (unidades da língua). Conforme Bakhtin (2011a), a palavra e a oração puramente linguística não requer um ato comunicativo e, tampouco, exige uma atitude responsiva por parte do outro. Com base nessas considerações, vejamos a postagem, a seguir, realizada no perfil @redação1000.

Figura 03: Postagem



Fonte: *Printscreen* feito pelos autores (2021)

A figura 03 ilustra uma das 7 frases que podem ser usadas em qualquer tema de produção textual do vestibular de uma universidade pública brasileira. A justificativa para o uso é de que são “frases bonitas” e que se encaixam perfeitamente no gênero discursivo dissertação escolar. Entretanto, ao chamar os enunciados de “frases” é exposto que o professor desconsidera a situação comunicativa do gênero discursivo que seus alunos irão produzir. É vaga também a sua justificativa para o uso das sete frases de efeito, chamando-as de “bonitas”. Por ser um texto dissertativo-argumentativo, as razões para as escolhas desses enunciados deveriam estar relacionadas, por exemplo, à função comunicativa do gênero, sua circulação, bem como, seu propósito social.

Com base nisso, é pertinente recorrer à Bakhtin (2011a), pois o autor afirma que palavras, frases e orações, podem ser retiradas do contexto, pois possuem uma conclusibilidade abstrata e, em vista disso, podem não ser elementos precisos. Tais elementos indicam o término das unidades linguísticas, mas não o todo comunicativo. Para o autor, a oração não tem autoria. Nessa perspectiva, segundo Faraco (2009, p. 59-60), “todo dizer não pode deixar de se orientar para o já dito [...], todo dizer é orientado para uma resposta [...], todo dizer é internamente dialogizado [...]”. Com base nos autores, podemos dizer que nenhum enunciado surge de um vazio, ao contrário, trata-se de uma réplica a discursos anteriores; ele se dirige a alguém (um outro/parceiro do discurso) de quem espera uma resposta; e está imerso em um complexo de vozes sociais, pois é heterogêneo se constitui na *alteridade*.

A figura a seguir mostra, na prática, a promessa do professor exposta na biografia do seu Canal no *Instagram*, focada apenas em um dos três elementos composicionais do enunciado: o *estilo*. Esse posicionamento rompe com a classificação feita por Bakhtin (2011a), que considera três aspectos fundamentais do enunciado concreto: *conteúdo temático* (aquilo que pode ser dito por meio do gênero escolhido), *construção composicional* (estrutura formal) e *estilo* (a forma individual de articular a língua, ou seja, a escolha de vocabulários, escolha morfológica e sintática). Importante destacar que, para o autor, esses três elementos são indissociáveis, o que significa que, ao estudar um gênero, é fundamental compreendê-lo em sua tríade constitutiva, sob pena de descaracterizá-lo enquanto *gênero do discurso*.

Figura 04: Postagem.

REDAÇÃO ENEM

TIREI 1000 NO ENEM FAZENDO ISSO!

1 Eu tinha uma introdução que servia pra vários temas

Eu tinha uma introdução coringa que se encaixava na maioria dos temas:

A Constituição Federal de 1988 – norma de maior hierarquia no sistema jurídico brasileiro – assegura a todos [o direito]. Entretanto, [os problemas do tema] mostram que os indivíduos ainda não experimentam esse direito na prática. Com efeito, um diálogo entre sociedade e Estado sobre [o tema] é medida que se impõe.

Essa introdução foi criada com carinho pelo @lluis, esposo do Prof@rfinho :)

Neste post, você vai ver **3 coisas** que eu fiz na minha redação do ENEM que **me ajudaram a tirar 1000!**

Lembrando que o tema da redação foi este:

Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil

2 Eu tinha uma introdução que servia pra vários temas

Todos os anos a gente cria modelos de introduções novos.

Eles dão um pouco de segurança, mas é muito importante **saber escrever** a introdução sem eles também, ok?

Eu usei a Constituição

Eu comecei a redação assim:

A Constituição Federal de 1988 – norma de maior hierarquia do sistema jurídico brasileiro – assegura a todos a **liberdade de crença.**

A liberdade de crença é um direito previsto no artigo 5º

3 Eu citei 2 sociólogos

Existe um **mito** de que você não pode citar 2 sociólogos na mesma redação. Não é verdade, bizz?

Em uma mesma redação, **você pode citar 2 leis, 2 séries, 2 sociólogos etc.**

Não se prenda a isso, porque a redação do Enem não é um jogo que não pode ter **peças**

Fonte: *Printscreen* feito pelos autores (2021)

Como se pode perceber, o professor compartilha um tutorial sobre como conseguiu obter a nota 1000 no ENEM seguindo alguns passos. O *conteúdo temático* é considerado por ele na produção do gênero, a saber “caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”. Entretanto, ao observar o *estilo*, o professor compartilha com os alunos um modelo de introdução que seria útil para vários temas, denominado por ele como “introdução coringa”. Na prática, conforme as dicas do perfil @redação1000, os sentidos são pré-construídos e completos, sendo, portanto, peças de um jogo que podem ser encaixadas apenas pelo ato de copiar (CTRL+C) + (CTRL+V)⁹ e colar.

Conforme o exemplo, ao citar a Constituição Federal Brasileira na introdução, basta que o aluno substitua alguns elementos (o direito assegurado no documento, os problemas do tema, e, por fim, reforçar o tema) para garantir a nota máxima. Ademais, a postagem assegura a informação de que “todos os anos a gente cria modelos de introdução novos”. O professor afirma que, ao seguir tal “receita”, os alunos podem sentir-se mais seguros. Essa proposta, além de superestimar o *estilo* e desconsiderar os outros elementos fundamentais dos gêneros discursivos, promove, de certo modo, uma espécie de plágio coletivo em

⁹ Atalhos do teclado do computador que representam o ato de copiar e colar um texto em um programa de escritório.

massa, que pode ser amplamente notado nas produções dos alunos do Ensino Médio que, por muitas vezes, usam conectivos de maneira errônea, articulam vocabulários rebuscados, mas não mantém o mesmo nível de formalidade em todo o texto, tentam encaixar forçadamente citações de pensadores onde não há possibilidades, entre outras situações, devido à influência de canais de divulgação como esse.

É preciso reforçar que, para Bakhtin (2011a), as três características dos gêneros discursivos estão intrinsicamente relacionadas entre si e são determinadas com relação as pluralidades e exigências de cada esfera real da comunicação humana. Conforme a figura 04, para o criador de conteúdo digital, os contextos discursivos serão sempre os mesmos, as intenções comunicativas, bem como, os interlocutores também, bastando os alunos realizarem pequenos arranjos, o que é, no entendimento deste estudo, uma maneira insuficiente de se ensinar produção textual.

Essa perspectiva reducionista de ensino dos gêneros discursivos é reforçada em uma sequência de *stories* postada pelo professor, com o intuito de apresentar aos alunos uma “dica infalível” para a produção de uma redação para o ENEM, como se verifica no Excerto 02:

Excerto #02: Imagina só um cientista. Por que que **o cientista cria uma fórmula?** Você sabe me responder a essa pergunta? Por exemplo, estou aqui pesquisando a fórmula de Bhaskara, já viu? Por que que o Bhaskara criou a fórmula dele? Vou te dizer, porque ele sabia que as pessoas ao redor dele tinham um problema que é achar a raiz lá de alguma coisa que eu não sei bem explicar o quê.... E ele sabia que ele precisava **criar uma técnica, criar um método**. Até dá para descobrir a raiz lá do bagulho(sic) sem essa forma, mas ia ser mais difícil. Então ele fez essa **fórmulazinha** para simplificar a vida dele e a vida das pessoas ao redor dele para resolver esse problema. Por isso que **surge uma fórmula para resolver um problema que muita gente tem**. (Professor do @Redação1000, 2021, grifos nossos)

De acordo com o Excerto 02, o autor se vale do exemplo da Fórmula de Bhaskara como um preâmbulo para, em seguida, contextualizar os problemas que ocorrem na produção do gênero dissertação escolar. Para Bakhtin (2011b, p. 400),

“as ciências exatas são uma forma monológica do saber: o intelecto contempla o cognoscente (contemplador) e falante (enunciador). A ele só se contrapõe a coisa muda”, enquanto “o objeto das ciências humanas é o ser *expressivo e falante*. Esse ser nunca coincide consigo mesmo e por isso é inesgotável em seu sentido e significado” (BAKHTIN, 2011b, p. 395, grifo do autor).

Sendo assim, a comparação da língua(gem) com a fórmula de Bhaskara não nos parece adequada como uma estratégia de ensino, fundamentada no estudo de um objeto como o texto, que, nas ciências humanas, é “[...] ao mesmo tempo *objeto já falado, objeto a ser falado e objeto falante*”. (AMORIM, 2004, p.19, grifo da autora).

Vejamos agora, a continuação do *story* em que o professor estabelece a relação entre a Fórmula de Bhaskara e a escrita do gênero dissertação escolar, denominado por ele como “redação”.

Excerto #03: Seria um sonho [...] se para todos os problemas tivesse uma **fórmula para solucionar** [...] **E se todos os problemas da redação fossem solucionados por fórmulas?** Eu vou dizer uma coisa: **existem tá?** Existem **fórmulas** entre aspas **técnicas que podem solucionar todos os problemas da redação**. Então agora mentaliza aí uma dificuldade que você tem na redação e eu vou te ajudar a ter uma técnica para solucionar. Bota na caixinha qual problema mais te afeta na redação que eu vou tentar criar, ou então, criar uma “técnicazinha” para resolver. (Professor do @Redação1000, 2021, grifos nossos)

Com base no posicionamento do professor, pode-se perceber que ele concebe a língua enquanto um sistema de códigos que podem ser combinados para “resolver um problema”, aproximando-se, portanto, da perspectiva estruturalista dos linguistas genebrinos. Sobre isso, Bakhtin (2011b, p. 409-410) diz:

Minha posição em relação ao estruturalismo. É contra o fechamento no texto. As categorias mecanicistas de ‘oposição’ e ‘alternância de códigos’[...] Formalização coerente e despersonalização: todas as relações são de índole lógica (no sentido lato do termo). Quanto a mim, em tudo ouço *voces* e relações dialógicas entre elas. Eu também interpreto dialógicamente o princípio de complementaridade.

A crítica do autor russo ao estruturalismo e suas categorias exatas é o problema da “exatidão” e da “profundidade”. Profundidade da penetração no objeto material enquanto coisificação e do sujeito enquanto personalismo (BAKHTIN, 2011b, p. 410).

Vejam o que afirma o professor em seu último *story*:

Excerto #04: Vou ensinar para vocês agora uma coisa que eu já falei na live, [...] eu vou fazer um **resuminho** rápido para ensinar você a **argumentar melhor. Tem um macetinho chamado “DEMO AI”**. DEMO AI é o recurso de memória que significa o seguinte, galera o D significa «Desigualdade» que é um argumento que serve para vários temas. O «E» é o egoísmo, [...] que serve para vários temas também. [...] O «M» é a maldade humana [...] um argumento que motiva às vezes o problema do tema. «O» é a omissão do Estado: D.E.M.O. O «A» significa antigos pensamentos e o «I» é a invisibilidade [...] essas são as características que podem ser a causa para vários problemas. (Professor do @Redação1000, 2021, grifos nossos)

Como se pode observar no excerto 04, ao utilizar as palavras “macete” e “resumo” no diminutivo, o professor parece reforçar que a produção da dissertação escolar é simples, basta seguir a “técnica infalível” denominada, “DEMO AI”. De acordo com o excerto, a técnica é baseada na perspectiva dos repertórios coringa que embasa a maioria das postagens do professor. A nosso ver, tal estratégia não possibilita o desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento da escrita criativa dos alunos, ou para o seu agir discursivamente em práticas sociais que exijam o gênero dissertação escolar, pois, como assevera Bakhtin (2011a, p. 264-265):

O desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com as particularidades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação linguística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, desabilitam as relações da língua com a vida.

Com base na afirmação do autor, verificamos que o termo “macetinho” — utilizado pelo professor — mantém o foco no léxico e está vinculado, exclusivamente, a uma das três características fundamentais do enunciado concreto: o *estilo*. Desse modo, o professor exclui as *relações dialógicas* instituídas pelos sujeitos, que são seres ativos na sociedade, que enunciam e interagem com o outro e, nesse processo, “se constitui sujeito ao semiotizar e simbolizar” (OLIVEIRA, 2019, p.137). Ademais, a proposta de produção escrita vendida no perfil @Redação1000 vai totalmente de encontro com o que defende a Base Nacional Comum Curricular em duas de suas dez competências gerais: o desenvolvimento da autonomia, protagonismo e pensamento crítico dos discentes. Conforme o documento, os alunos devem:

COMPETÊNCIA 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, **para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.** (BRASIL, 2018, p.9, grifos nossos).

COMPETÊNCIA 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e **defender ideias, pontos de vista** e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com **posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.** (BRASIL, 2018, p.9, grifos nossos).

Como se pode perceber, a proposta (CRTL+C) + (CRTL+V) do perfil @redação1000 desestrutura o trabalho escolar baseado na BNCC, que visa formar um sujeito crítico, ativo, protagonista, que saiba agir discursivamente no mundo por meio de diferentes linguagens e gêneros discursivos — como a dissertação escolar — e posicionar-se eticamente em diversos contextos de práticas sociais e de linguagem.

Conclusão

Os resultados demonstram que as postagens do professor não estão em consonância com a concepção interacionista da linguagem, que considera o processo de interação entre sujeitos sócio-historicamente situados. No que se refere à concepção de gêneros discursivos, assumida pelo professor, pudemos observar que, ao se propor a ensinar o gênero “dissertação escolar”, superestima um dos 3 elementos fundamentais do enunciado — o *estilo* — e desconsidera a produção de uma dissertação escolar enquanto uma prática comunicativa real, ou seja, um gênero discursivo que medeia práticas sociais e de linguagem. Ademais, podemos perceber que as dicas do perfil podem “engessar” a escrita e a expressão dos alunos, pelo fato de que as postagens são baseadas em uma perspectiva de “modelos prontos” ou “modelos coringas”, o que pode promover um movimento massivo de plágio nas redes sociais, que atinge cerca de 171 mil usuários (alunos) brasileiros e, como consequência, afeta diversas escolas públicas e privadas no país.

Além disso, a proposta de ensino do perfil @Redação1000, conforme evidenciamos nos dados, parece fazer um movimento contrário às orientações da Base Nacional Comum Curricular (2018) sobre o protagonismo dos alunos nos processos educativos, como as práticas de escrita. Espera-se que, com este estudo, reflexões possam ser inauguradas nas áreas de curadoria educacional, letramentos e gêneros do discurso, com o intuito de rever as propostas de produção textual de concursos e vestibulares, bem como sua avaliação. Sobretudo, há de se pensar também no ensino desses gêneros, de modo que assumam uma perspectiva integral, articulando o *eu*, o *outro*, a linguagem e a sociedade, conforme as orientações dos estudos bakhtinianos.

Referências

ALABORA, L. A. C.; DALPIZZOL, G. D.; DEMARCO, T. T. O MUNDO MERAMENTE ILUSÓRIO DAS REDES SOCIAIS. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira**, [S. l.], v. 1, p. e12828, 2016. Disponível em: < <https://bit.ly/2UXT1Oe>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas.** São Paulo: Musa Editora, 2004.

ARAÚJO, J; LEFFA, V. (ORG.) **Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?** São Paulo: Parábola, 2016.

AZZARI, E, F; MELO, R. **Olhares sobre a linguagem em redes sociais e suas interfaces com a educação crítica e pluralista.** Texto Livre: Linguagem e Tecnologia, vol. 9, núm. 2, 2016, Julho-, p. 94-113.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso.** In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Trad. Paulo Bezerra. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 261-306.

_____. **Metodologia das ciências humanas.** In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Trad. Paulo Bezerra. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 393-421.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski.** 4.ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Forense-Universitária, 2008.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAIT, B. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. Bakhtiniana, São Paulo, 8 (2): 43-66, Jul./Dez. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3exmBRE>>. Acessado em: 18-07-2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>> Acesso em: 12/08/2021

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A redação no Enem 2020: cartilha do participante. Brasília, DF: INEP, 2020

DUDENEY, Gavin; HOCKLY, Nicky; PEGRUM, Mark. **Letramentos digitais.** Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. 352 p.

FILHO, U, C; TORGA, V, L, M. **Língua, Discurso, Texto, Dialogismo e Sujeito: compreendendo os gêneros discursivos na concepção dialógica, sócio-histórica e ideológica da língua(gem).**In: Anais do I congresso nacional de estudos linguísticos. Vitória -ES, 18 a 21 de outubro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2SwaBrN> Acessado em: 10-06-2021.

MACEDO, W, K, L. **Por Saussure e Bakhtin: concepções sobre língua/linguagem.** *In:* I Congresso Nacional de Linguagens e Representações: Linguagens e Leituras. UESC - ILHÉUS - BA/ 14 A 17 DE outubro 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3xai92a>>. Acesso em: 13-06-2021.

PINTO, A, P. **Gêneros discursivos e ensino de Língua Inglesa.** *In:* DIONÍSIO, A, P; MACHADO, A, R; BEZERRA, M, A. Gêneros textuais e ensino. 2ªed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, p.47-58.

SANTAELLA, L. **Gêneros discursivos híbridos na era da hipermídia.** *Bakhtiniana, São Paulo, 9 (2): 206-216, ago/dez. 2014.*

OLIVEIRA, G. de F. P. **A metodologia para as ciências humanas do círculo de Bakhtin.** *Revista Diálogos, v. 7, n. 3, out/dez, 2019.*

VOLÓCHINOV, V. **(Círculo de Bakhtin) Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** Trad. Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2018 [1929-1930], 2ªed.376 p.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. A *Revista Ecos* publica artigos originais nas áreas de Literatura e Linguística, em português, inglês e espanhol. O periódico é publicado no suporte *online*.
2. Os autores, para submeter os textos, devem cadastrar-se no OPEN JOURNAL SYSTEMS/SEER no endereço: <http://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/user/register>
3. O recebimento dos artigos, sua aceitação ou recusa serão comunicados aos autores pelo Conselho Editorial da revista.
4. O acesso ao conteúdo dos volumes é gratuito.
5. Os trabalhos deverão obedecer a seguinte formatação:

a) Configuração de página:

- Tamanho do papel: A4
- Margem superior e esquerda: 3,0 cm
- Margem inferior e direita: 2,5cm
- Medianiz: 0 cm

b) Título do trabalho:

- Times New Roman 12, negrito, alinhamento centralizado, caixa alta.

c) Nome do autor seguido de nota de rodapé, com o nome da instituição e titulação.

- Autor: Times New Roman 10, negrito.

d) Artigos:

- O artigo deverá vir acompanhado de um resumo (até 10 linhas) e 05 palavras chave em português e em língua estrangeira (*Abstract* e *Keywords*), em Times New Roman 10, alinhamento justificado, com espaçamento simples entre linhas. Entre Resumo, Palavras-chave, Abstract e Keywords, colocar espaçamento

antes e depois 5 pt. As palavras-chave devem ser separadas por ponto final.

- Redação do artigo: Times New Roman 12, alinhamento justificado, com espaçamento 1,5 entre linhas, margem 1,5 de primeira linha.

- As citações acima de três linhas deverão ser recuadas 4,0 cm da margem esquerda, com alinhamento justificado, sem aspas e sem itálico. Espaçamento antes e depois de 10 pt.

e) As referências devem vir ao fim do artigo, e não em notas de rodapé. Espaçamento 1,5 entre linhas.

f) O nome da obra, nas referências, devem estar em negrito.

g) As citações e referências devem ser feitas de acordo com as normas da ABNT/2011, cujo atendimento se constitui em um critério para aprovação do texto para publicação.

h) As citações no corpo do texto e recuadas seguirão o seguinte modelo:

- Citações Diretas: citações no corpo do texto menores que três linhas, entre aspas.

- Se a citação ocupar um espaço maior que três linhas, deve ser: destacada do texto, recuada, com corpo menor e sem aspas. Ex.: fonte 12 no texto, fonte 10 na citação. Ex:

[...] quase todos os exemplos de dialetos literários são deliberadamente incompletos. O autor é um artista, não um lingüista ou um sociólogo, e sua proposta é antes literária que científica. Realizando seu compromisso entre a arte e a lingüística, cada autor toma sua própria decisão a respeito de quantas peculiaridades da fala de seu personagem ele pode representar de forma proveitosa (IVES, 1950, p.138).

- Corte da citação: deve ser grafada com [...].

- Incorreções: a expressão latina [sic] deve vir seguida da palavra grafada incorretamente.

- Citação de citação: seguida das expressões apud e sobrenome do autor da obra consultada, fazendo-se desta última a referência bibliográfica completa.

i) A referências devem obedecer ao alinhamento à esquerda e deverão ser nos seguintes moldes (Deve estar escrito apenas REFERÊNCIAS, e não referências bibliográficas):

Livros como um todo:

ARROJO, R. **Oficina de tradução: a teoria na prática**. São Paulo: Ática, 1992.

Capítulos de livros:

- Autor do capítulo diferente do responsável pelo livro todo:

ALKMIN, T. M. A variedade linguística de negros e escravos: um tópico da história do português no Brasil. In: MATTOS E SILVA, R. S. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 2001. P. 317-335.

- Único autor para o livro todo: substitui-se o nome do autor por um travessão de 6 toques após o “In”. PRETI, D. A língua oral e a literatura: cem anos de indecisão. In: _____. **A gíria e outros temas**. São Paulo: EDUSP, 1984, p.103-25.

Publicação periódica

MOLLICA, M. C. Por uma sociolinguística aplicada. DELTA, São Paulo, v. 9, n. 1, p.105-111, 1993.

Dissertações e teses

HATTNER, A. L. Uma ponte sobre o atlântico: poesia de autores negros angolanos, brasileiros e norte-americanos em uma perspectiva comparativa triangular. 1998, 173 f. Tese (Doutorado em Letras) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Artigo de jornal

ALMINO, J. A guerra do “Cânone Ocidental”. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 ago. 1995, p.3.